

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A LÓGICA DO TRABALHO ASSOCIADO E COOPERATIVISTA DOS
EMPREENHIMENTOS DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E SUA RELAÇÃO
COM O PROJETO DE EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES LIVREMENTE
ASSOCIADOS

ANTÔNIO IDES ANTUNES DO PRADO

Porto Alegre, agosto de 2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A LÓGICA DO TRABALHO ASSOCIADO E COOPERATIVISTA DOS
EMPREENHIMENTOS DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E SUA RELAÇÃO
COM O PROJETO DE EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES LIVREMENTE
ASSOCIADOS

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
em Ciências Sociais pelo Programa de
Pós graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Professor Orientador:
Dr. Emil Albert Sobottka

Aluno: ANTÔNIO IDES ANTUNES DO PRADO

Porto Alegre, agosto de 2015

A LÓGICA DO TRABALHO ASSOCIADO E COOPERATIVISTA DOS
EMPREENHIMENTOS DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E SUA RELAÇÃO COM O
PROJETO DE EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES LIVREMENTE ASSOCIADOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau
de Mestre em Ciências Sociais, pela
banca examinadora composta por:

Professor Emil Albert Sobottka, Dr.
Presidente da banca – Orientador

Professora Gleny Terezinha D. Guimaraes Dr^a.
Membro da banca

Professora Teresa C.S. Marques Dr^a.
Membro da banca

Porto Alegre, agosto 2015

Dedicatória

À todas e todos que lutam e partilham o sonho de uma
sociedade justa, fraterna, e solidária.

Para o pensamento vivo, nenhuma afirmação é indiscutível e inteiramente verdadeira; nem tampouco indiscutível e inteiramente falsa. Uma afirmação é verdadeira pelo que ela afirma relativamente (um conteúdo), e falsa pelo que afirma absolutamente; é verdadeira pelo que nega relativamente (sua crítica bem *fundamentada das teses contrárias*), e falsa pelo que *nega absolutamente (seu dogmatismo, seu caráter limitado)*. Confrontando as afirmações, o pensamento vivo busca assim a *unidade superior, a superação* (Lefebvre, 1983, p. 172).

Agradecimentos

À Ruth por tudo o que representa para mim e, por compartilharmos o ideal de uma sociedade de iguais.

À Raysa e Daniele, minhas filhas, por serem a projeção de futuro.

À Dona Ida pelo apoio incontestável.

A Amanda e ao Lucas, minha neta e neto pela supressão do tempo de convívio que lhes impus.

Ao Professor Emil pelas ideias que compartilhamos.

À CAPES/CNPQ por apostar na qualificação de profissionais.

À Rosane, Secretária do PPG, pelo estímulo e sensibilidade.

Às cooperadas e cooperados da COOPSSOL Brasil, aos construtores da UNISOL RS pela paciência com minha ausência nesse momento de intensa reflexão sobre nós mesmos, certamente poderemos compensar a seguir.

Aos que constroem, mesmo sem saber, um projeto de uma sociedade diferente, fraterna, solidária, justa, que valoriza o *rico ser humano*, respeita a natureza e atua para a construção da vida digna para todas e todos.

Resumo

Os rearranjos do sistema do capital em face de mais uma das suas crises cíclicas desencadeadas a partir do final do século XX e início do XXI, trouxe à voga o tema do cooperativismo como possibilidade de absorção da mão de obra desnecessária aos mecanismos formais de trabalho. Aliado a esta estratégia do sistema surgiram movimentos antissistêmicos que postulavam saídas alternativas para a classe trabalhadora que se transformassem em instrumentos de superação da lógica do capital. Entram no cenário os empreendimentos da Economia Social e Solidária com uma proposta de nova sociabilidade, calcada na lógica da produção cooperativista com princípios autogestionários capazes de produzir a emancipação dos trabalhadores livremente associados. Como tem sido o papel do Estado, neste período histórico, em que políticas públicas incidem no sistema do capital ou são formuladas para esse novo “modo de produzir” a vida? O desafio de construir um modelo de cooperativismo distinto, ideológico e politicamente do cooperativismo tradicional e que, de certa forma, redimensione a lógica do trabalho associado colocando-se no cotidiano dos trabalhadores dos empreendimentos da Economia Social e Solidária em todo o mundo, e no caso específico, no Brasil. Em tempos de reestruturação do capitalismo, as alternativas podem constituir-se em estratégias de resignificação do trabalho como potencial de desenvolvimento do “Homem Novo”.

Palavras-chaves: Cooperativismo, economia social e solidária, crise e alternativas, outra sociabilidade.

Abstract

The rearrangements of the capital system, faced with yet another of its cyclical crises triggered starting at the end of the 20th century and the beginning of the 21st, has brought to vogue the theme of cooperativism as a possibility for absorbing the workforce that is unnecessary to the formal employment mechanisms. Allied to this strategy of the system, anti-systemic movements have appeared that postulated alternative escapes to the working class so that these would turn into instruments for overcoming the logic of capital. Thus enter the scenario the enterprises of Social and Solidary Economy with a proposal of new sociability, based on the logic of cooperative production with self-managerial principles capable of producing the emancipation of freely associated workers. What has been the role of the State, in this historical period, in which public policies focus on the capital system or are formulated for this new "form of producing" life? The challenge of building a new cooperative model, ideologically and politically distinct from the traditional cooperativism and which, in a way, resizes the logic of associated work, puts itself in the everyday life of workers in the enterprise of Social and Solidary Economy in the whole world, and more specifically, in Brazil. In times of re-structuring of capitalism, the alternatives can constitute strategies of reframing of the work as a development potential of the "New Man".

Keywords: Cooperativism, Social and Solidary Economy, Crisis and Alternatives, Other Sociability.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS, TABELAS E ESQUEMAS

Figura 1 – A lógica do Capital (desemprego) e a Economia Solidária.....	14
Figura 2 – autogestão x heterogestão.....	14
Figura 3 – O papel do Estado.....	15
Figura 4 - Características fundantes da Economia Social e Solidária.....	16
Figura 5 – Organograma do sistema Cooperativista Tradicional.....	82
Gráfico 1 – O desemprego nos 28 países da União Europeia	56
Gráfico 2 – Composição da Economia Solidária em tipos de iniciativas	80
Gráfico 3 - Participação feminina e masculina nos EES no RS.....	85
Tabela 1 – Perfil das entrevistas.....	95
Tabela 2 - Composição do Congresso Nacional.....	127
Quadro 1 – Níveis de Análise	94
Quadro 2 – Ramo de atuação dos empreendimentos analisados.....	101
Esquema 1 - A lógica de sustentação do capitalismo.....	97
Esquema 2 – A construção de sociabilidade	113
Esquema 3 - A rede de ESS a partir dos Mecanismos de Mercado	115
Esquema 4 - A rede de ESS a partir de uma Coordenação Social da Produção	116

Lista de Abreviaturas e Siglas

- CIRIEC – Centro Internacional de Investigação e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa
- COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentados da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul
- CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
- COOTRAVIPA – Cooperativa dos Trabalhadores das Vilas de Porto Alegre
- CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
- DAP – Documento de Aptidão do Produtor
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FGEPS – Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária
- FETRABALHO/RS – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio Grande do Sul
- FREENCOOPs – Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo
- ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
- MCC – Mondagón Corporação Cooperativa
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
- OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- RILESS – Red de investigadores latinoamericanos de economia social y solidaria.
- RULESCOOP – Rede Universitária Latinoamericana em economia social, solidária e cooperativismo
- SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SESAMPE – Secretaria de Economia Solidária e de Apoio a Micro e Pequena Empresa
- SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
- UNICAFES – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
- UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
- UNICOPAS – Central de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
- UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
- UNISOL-RS – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários no Rio Grande do Sul Unisol-RS

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O olhar sobre a realidade	11
1.1 - Introdução.....	11
1.2 Marco teórico	20
1.2.1 <i>A base teórica para a compreensão da realidade</i>	20
Capítulo 2 - Sociedade capitalista: limites e alternativas.....	46
2.1 A Sociedade Capitalista, seu projeto societal e as alternativas.....	46
2.1 A crise: os impactos na sociedade mundial	54
2.2 O Brasil na Crise.....	57
2.3 A construção de alternativas: a democracia econômica	58
Capítulo 3 – O Cooperativismo e a Economia Solidária: as tramas e as interconexões.....	65
3.1 O Cooperativismo e Economia Solidária: concepções, práticas e desafios.....	65
3.2 As origens das experiências cooperativadas	66
3.3 Conceituações e experiências contemporâneas de cooperativismo	68
3.4 O Cooperativismo e a Economia Solidária no Brasil	73
3.5 Novos sujeitos na cena histórica: a Economia Solidária e um novo cooperativismo.....	78
3.6 O novo Cooperativismo é rur-urbano e solidário	88
Capítulo 4 – O cotidiano das práticas: uma reflexão.....	92
4.1 Avaliação de práticas e alternativas de emancipação.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	145
ANEXOS	152

Capítulo 1 – O olhar sobre a realidade

1.1 - Introdução

O cenário atual das sociedades capitalistas, após mais uma de suas crises cíclicas desencadeadas em 2008 com a crise das hipotecas nos Estados Unidos, apresenta desafios de interpretação que ocorrem desde o otimismo exacerbado e a eficácia do novo modelo até o pessimismo que se traduz em fatalismo culminando com a ausência de perspectivas de um futuro.

É neste cenário de mudanças impactantes que se fortalecem alternativas apresentadas desde o século XVIII, fase também impregnada de crises cíclicas do capitalismo, isto é, a lógica do trabalho associado e cooperativista como forma de contemplar uma significativa gama de trabalhadores desempregados.

Como a história é um processo dinâmico não é possível utilizar simplesmente as primeiras experiências de trabalho associado e cooperativista como referência absoluta. Surgem, no século XX, primeiramente na Europa, modelos associativistas que visavam não somente a absorção da mão de obra excedente, mas a transformação destes trabalhadores desempregados em “sujeitos” que se reencontrariam consigo mesmos; com os outros; com a natureza e com a riqueza produzida potencializando um sujeito trabalhador desalienado. Desta forma estabelecia-se um caráter revolucionário da produção associada.

No Brasil, os determinantes históricos produziram efeitos distintos já que a estrutura de poder extremamente autoritária e o conservadorismo das elites brasileiras desencadeou um modelo de associativismo às vezes com corte empresarial e outras vezes como matriz assistencial, visando dar conta da mão de obra excedente sem produzir qualquer ruptura com a lógica do capitalismo (BIALOSKORSKI, 2004).

Mas as mudanças ocorridas em toda a América Latina, e especificamente no Brasil, no início do século XXI, com a proliferação de governos populares¹ trouxe à tona, como analisa Sousa Santos (2008), discussões de direitos até então

¹ Hugo Chaves na Venezuela, 1998; Lula no Brasil, 2003; Nestor Kirchner na Argentina, 2003; Rafael Corrêa no Equador, 2007; Evo Morales na Bolívia, 2005; Michele Bachelet no Chile, 2006; Tabaré Vasquez, 2005 no Uruguai.

ignorados. A maior expressão destas discussões foi a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre com o lema “*Um outro mundo é possível*” que demarcava um enfrentamento explícito, por parte dos movimentos sociais, ao que designavam como “a tirania do neoliberalismo” que, como diz Borón (1999, p. 7-8), submete a maior parte da população mundial ao controle de um reduzido número de megacorporações que se tornaram “[...] atores políticos de primeiríssima ordem, quase impossíveis de controlar e causadores de um desequilíbrio dificilmente reparável no âmbito das instituições e das práticas democráticas das sociedades capitalistas”.

Foi no Fórum Social Mundial, então, que emergiu no Brasil o debate sobre a Economia Solidária, tendo como referência experiências singulares como as dos movimentos sociais, especialmente da Europa, que desenvolviam propostas de moedas sociais, de solidariedade, de autogestão cooperativa. Vale ressaltar que experiências semelhantes já ocorriam no Brasil em âmbitos locais e regionais.

A partir de então se intensificaram discussões² e ações em âmbito nacional para o reconhecimento do modelo associativista de Economia Solidária como algo distinto do modelo que previa tão somente a absorção do excedente de mão de obra. O resultado efetivo dessas discussões foi a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que objetivava o desenvolvimento de uma política pública específica para esta concepção singular de economia.

Com o passar dos anos e com a consequente consolidação da ideia de que era possível compreender a lógica do trabalho, da produção, da comercialização e do consumo de outra forma, surgiram inúmeros empreendimentos³ que adotavam a proposta e se alçavam no mercado em busca de fortalecimento deste *outro modo de produzir* que não estava submetido à lógica do capital.

Mas a questão essencial era, e continua sendo, como viver esse *outro modo de produzir* se a estrutura de comercialização é a mesma – ou ocorre dentro – da lógica do capital? Como produzir princípios e valores autogestionários quando, na

² Esse debate não veio de meios universitários, mas de movimentos sociais, embora já houvessem no Brasil Incubadoras, Núcleos de Estudos e experiência que refletiam sobre a Economia solidária. Uma das explicações que creio poder justificar essa ausência é uma espécie de racionalidade positivista conforme Pêcheux (2012, p.185) que levam a uma intolerância do trabalho científico sobre outras bases que aquelas que o suportam atualmente.

³ Foram mapeados no SIES – Sistema de Informações da Economia Solidária - do Ministério do Trabalho mais de 33 mil Empreendimentos (2013) a maioria de grupos informais e de origem no meio rural. As Cooperativas são 8% e as Associações de produtores associados são 54%do total.

maioria das vezes, os trabalhadores pensam e agem com os princípios e valores heterogestionários? Como entender os mecanismos ideológicos que incentivam intermitentemente as saídas individuais para os problemas cotidianos e proclamam no mais forte estilo hobbesiano, que o homem é perverso por natureza e por este motivo qualquer ação coletiva se torna inviável face à ganância e maldade generalizada e, desta forma, como pensar em outro projeto societal que rompa com a mercantilização da vida e que produza assim uma nova mulher e um homem novo? Ou, dito de outra forma, como superar o contrato de troca desigual que faz com que “[...] a relação ‘pessoa a pessoa’ se transforme em relação ‘coisa frente à coisa’, trabalho passado frente a trabalho comprado, que só é valorizado pelos objetos que produza – meios para a atualização da sua capacidade de efetuação causal”? (DUSSEL, 2012, p. 325). Talvez este seja o maior desafio para os trabalhadores dos empreendimentos de Economia Social e Solidária⁴.

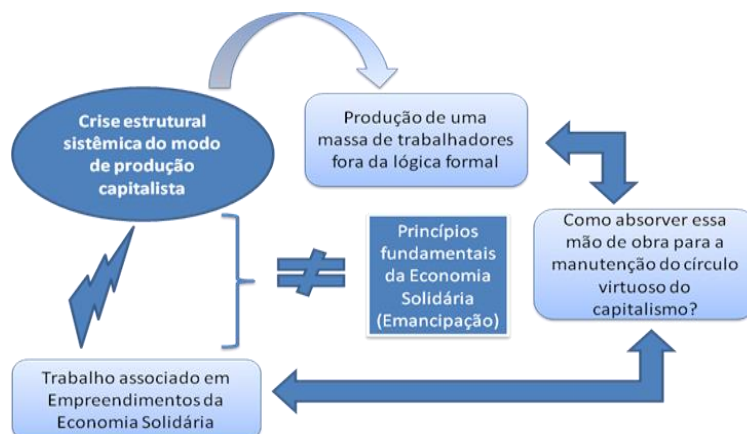
Foi em busca de reflexões sobre estes desafios que se desenvolveu este estudo a fim de servir como eixo norteador, como um ‘devir’ – entendido como potencialidade e não como determinação – dos trabalhadores dos empreendimentos da Economia Solidária, pois o sujeito ao conhecer o mundo se transforma e ao se transformar transforma o mundo.

Desta forma, o problema de investigação centra-se nas seguintes questões:

- 1) Como a lógica da produção cooperativista da Economia Solidária pode potencializar o projeto de emancipação dos trabalhadores suscitando outro espaço de sociabilidade levando em consideração a crise da economia de mercado?

⁴ A variação das nomenclaturas na referência ao modelo de economia adotado pelos empreendimentos de cooperativas-alternativas se deve a própria dimensão ideológica-política dos autores. A maior parte dos autores denomina esta economia como *Economia Solidária* ao passo que, neste estudo, a opção foi a de utilizar a designação de *Economia Social e Solidária*. A diferença consiste, mesmo que existam variações entre os autores, na concepção local e universal da cooperação solidária. Pode-se dizer que a concepção de *Economia Solidária* está afeta aos mecanismos de produção, gestão e comercialização na dimensão do empreendimento. Já a *Economia Social e Solidária* traz a dimensão de unidade entre os empreendimentos por intermédio do que Bettelheim (1976) denomina de *Coordenação Social da Produção*. Neste estudo as duas nomenclaturas serão utilizadas, pois quando a referência for relacionada a concepções de autores específicos ela terá variações. Sempre que a nomenclatura for utilizada em referência a perspectiva teórica deste estudo, aparecerá como *Economia Social e Solidária*.

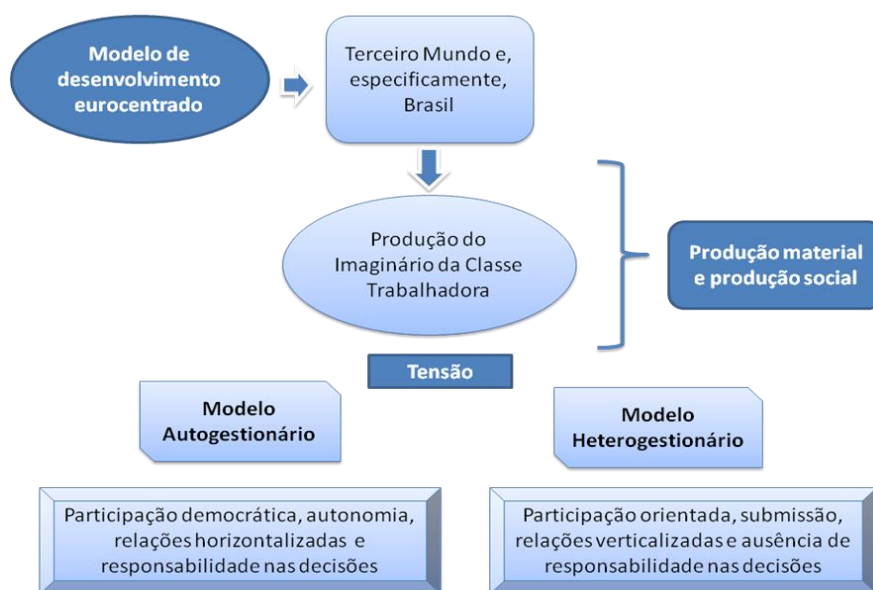
Figura 1 – A lógica do Capital (desemprego) e a Economia Solidária



Fonte: Elaborada pelo Autor (2015).

- 2) Como se constata as contradições no que se refere à crise estrutural da economia de mercado na relação tensionada entre autogestão e heterogestão?

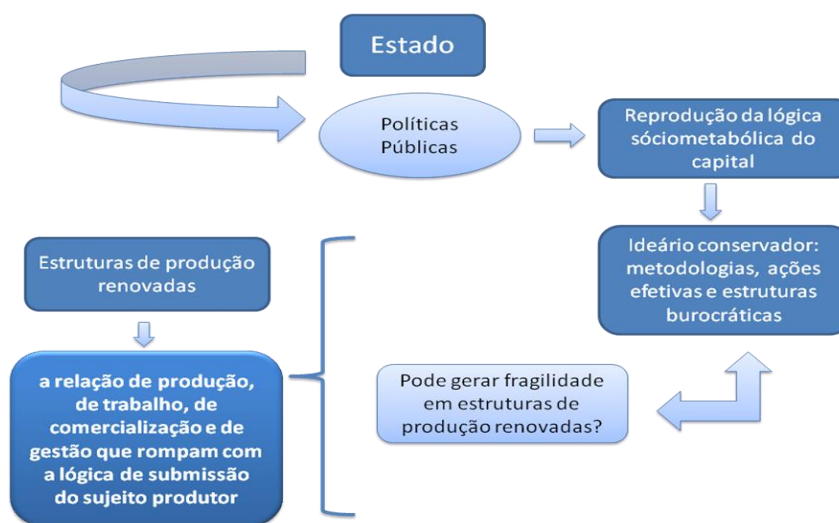
Figura 2 – autogestão x heterogestão



Fonte: Elaborada pelo Autor (2015).

- 3) De que modo inflexiona o papel do Estado na elaboração de políticas públicas em empreendimentos da Economia Solidária na Grande Porto Alegre, RS, no ano de 2014?

Figura 3 – O papel do Estado



Fonte: Elaborada pelo Autor (2015).

A fim de possibilitar uma análise sistemática os objetivos foram constituídos visando à identificação das características fundantes da lógica da produção cooperativista e de empreendimentos da Economia Social e Solidária relacionando tais características com o projeto de emancipação dos trabalhadores por intermédio da sua organização como trabalhadores livremente associados; a análise da gama de contradições passíveis de obstaculizar ou fortalecer a lógica da produção cooperativista dos empreendimentos da Economia Social e Solidária levando em consideração a crise estrutural da economia de mercado em fins do século XX e início do XXI redimensionando a lógica de sustentação do modelo bem como a tensão existente entre a máxima da lógica da produção cooperativista dos empreendimentos da Economia Social e Solidária – a autogestão – e a máxima da lógica da economia de mercado – a heterogestão e, por fim, a análise de outro elemento que incide fortemente sobre essa nova dinâmica econômica, isto é, o papel do Estado como o promotor e coordenador das políticas públicas e suas interfaces com as duas modalidades de organização do trabalho – produção cooperativista da Economia Social e Solidária e economia de mercado.

Figura 4 - Características fundantes da Economia Social e Solidária



Fonte: Elaborada pelo Autor (2015).

Por tratar-se de um estudo qualitativo é fundamental que entenda-se sua dimensão epistemológica a fim de que não ocorram desequilíbrios conceituais e, por conseguinte, desvios analíticos em relação à realidade historicamente dada, pois segundo Triviños (1990, p. 125) “[...] o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolverá será dado pelo referencial teórico no qual se apoie o pesquisador”. Desta forma, na busca da coerência epistemológica, tendo em vista que o método que orienta o trabalho é o Materialismo Histórico e Dialético, este estudo se caracteriza como qualitativo de caráter explicativo.

Para analisar as dimensões da lógica da produção cooperativista dos empreendimentos da Economia Social e Solidária, em empreendimentos da grande Porto Alegre, num cenário de crise do capitalismo oriundo de sua lógica sistêmica, manifestadas na indefinição das estratégias dos sujeitos históricos tensionados entre as prerrogativas das organizações autogestionárias e as prerrogativas das organizações heterogestionárias, a opção foi a utilização de Estudo de Casos tendo em vista que é “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente” (TRIVINÓS, 1990, p. 133).

Em virtude da natureza do estudo, isto é, lógica da produção cooperativista da Economia Social e Solidária em empreendimentos da Grande Porto Alegre fez-se necessário utilizar o Estudo de Casos histórico-organizacionais, com dirigentes de quatro empreendimentos dos ramos: metalúrgico, pequenos agricultores, agricultura ecológica e de trabalho. Esta modalidade de estudo de caso apresentou-se como o mais indicado, pois, segundo Triviños (1990, p. 134) é um tipo de estudo em que:

[...] o interesse do investigador recai sobre a vida de uma instituição. O pesquisador deve partir do conhecimento que existe sobre a organização que deseja examinar. Que material pode ser manejado, que está disponível, ainda que represente dificuldades para seu estudo. Isto significa que existem arquivos que registraram documentos referentes à vida da instituição, publicações, estudos pessoais com os quais é possível realizar entrevistas, etc. Esta informação prévia necessária é básica para delinear preliminarmente a coleta de dados.

O intuito de compreender a realidade que se coloca como eixo norteador do trabalho associado em empreendimentos da Economia Social e Solidária a partir dos princípios teórico-metódicos que orientam a investigação fez com que, mais uma vez, se intentasse em redimensionar determinados conceitos sem, com isso, perder a coerência fundamental a um trabalho científico. Desta maneira a escolha, levando em consideração o caráter qualitativo explicativo da investigação, foi pela utilização de Questões de Pesquisa ao invés de Hipóteses visando à indagação no lugar da afirmação⁵. É importante salientar, todavia, que em momento algum esta opção de natureza metódica compromete a ideia central da investigação científica⁶ que é, em última análise, a objetividade que faz com que “[...] o investigador vislumbre *prováveis soluções*. É uma verdade pré-estabelecida, intuída, com o apoio de uma teoria” (TRIVIÑOS, 1990, p. 105).

A partir das reflexões sobre a natureza dos conceitos e de suas utilizações no trato da investigação científica e do conseqüente desafio de entender o fenômeno do trabalho associado em empreendimentos da Economia Social e Solidária na Grande Porto Alegre face às crises do capitalismo apresentam-se as seguintes questões que serviram como norteadoras e indagadoras da realidade historicamente determinada:

⁵ É aqui que surge um questionamento que fez com que a opção recaísse sobre as Questões de Pesquisa ao invés das Hipóteses: em que momento o investigador, ao criar uma verdade pré-estabelecida, distancia-se daquilo que é o sentido autêntico da pesquisa científica, isto é, o sujeito ao entender o mundo se transforma e ao transformar-se, transforma o mundo? É essencial ao pesquisador “indagar” sobre o mundo e, neste processo permanente de “indagação” poder “ouvir e dialogar” com o mundo possibilitando entender, ainda, como os participantes interpretam o mundo, os signos e significância atribuídos aos dados. Poderíamos pensar, então, na potencialidade de rupturas com o paradigma dominante, como referencia Sousa Santos (1999).

⁶ É importante, neste momento, aludir as principais discussões apresentadas por Marx no que se refere às diferenças cruciais entre sua perspectiva científica e aquela que exerceu a hegemonia desde o século XVI. Segundo Netto (2011, p.20), para Marx “[...] a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa/efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista. E não é, também, a construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, verdadeiros jogos de linguagem ou exercícios e combates teóricos, como querem alguns pós-modernos”.

Em que medida o trabalho associado em empreendimentos da Economia Social e Solidária, em sua lógica produtiva, face à crise sistêmica do capitalismo no século XXI, e a conseqüente produção de uma massa de trabalhadores impedidos de participação da lógica formal de trabalho, apresenta a potencialidade de absorção dessa mão de obra a fim de não comprometer o círculo virtuoso do desenvolvimento do capitalismo distanciando-se, assim, dos princípios fundamentais da Economia Social e Solidária, isto é, do projeto de emancipação dos trabalhadores livremente associados?

Até que ponto a realidade vivenciada pelos países de Terceiro Mundo, e de modo específico o Brasil, com suas especificidades no que se refere ao modelo de desenvolvimento adotado historicamente e seu resultante na consolidação do imaginário da classe trabalhadora, pode se traduzir num intenso tensionamento dos modelos autogestionário e heterogestionário na essência do cooperativismo de Economia Social e Solidária?

De que maneira o papel desempenhado pelo Estado, na elaboração de políticas públicas apresenta-se como fator reprodutivo da lógica sociometabólica do capital, incentivando metodologias, ações efetivas e estruturas burocráticas conservadoras que fragilizam as perspectivas de produção de estruturas renovadas, e, porque não dizer, revolucionárias, que alterem a relação de produção, de trabalho, de comercialização e de gestão que rompam com a lógica de submissão do sujeito produtor e de sua alienação em relação a si mesmo, aos outros, em relação à natureza e em relação ao produto produzido?

Para dar conta das indagações oriundas das questões de pesquisa utilizei a entrevista padronizada com quatro lideranças de empreendimentos de Economia Social e Solidária tendo em vista, que diferentemente do questionário, ela “[...] permite que o pesquisador se aproxime na situação de mensuração [...] das diferentes pressões sociais, pois o entrevistador pode, dentro de certos limites, variar a natureza da atmosfera, ao apresentar suas perguntas” (SELTIZ, et alii. 1974, p. 273).

As informações obtidas foram analisadas tendo como referencial principal a Análise Crítica de Discurso (VAN DIJK, 2015) e - de modo auxiliar - a Análise de Discurso (PÊCHEUX, 2012) e, pois estes tipos de análises possuem em suas fundamentações teóricas o diálogo entre as categorias, nas formas como o poder

(entendido como interação social) é exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado e o *lugar* ocupado pelos sujeitos em uma sociedade historicamente determinada, assim como sua *posição*, visto que aparecem suas projeções de efeitos, de sentido causado em um interlocutor determinado.

A análise e relação dos níveis macro e micro da ordem social do discurso estão relacionados à ação com cognição e sociedade, (VAN DIJK, 2015, p. 131), pois é fundamental entender como as expressões públicas entrevistadas compreendem a estrutura social e como produzem em suas práticas e discursos as contraposições ou concordâncias a um modo específico de gestão visando autonomia e emancipação.

A partir desse lugar no levantamento de questões e na situação de pesquisador buscou-se o mapeamento das regularidades do processo de produção discursiva, no qual os sujeitos do trabalho associado e cooperativo da Economia Social e Solidária percebem o processo que produz um mecanismo de superação da lógica alienante da cooperação despótica para a construção de outra subjetividade deste sujeito histórico coletivo.

Tal movimento da formação discursiva implica aspectos materiais (língua e história), institucionais (a formação social) e imaginários (a projeção de sentidos realizada pelo sujeito). A *formação e controle do discurso* indicam o que deve ou não ser dito, quem pode falar ou escrever, o que, para quem, em que situações (VAN DIJK, 2015, p. 43). Estas ações legitimadas a partir de uma posição ideológica em uma dada conjuntura indicam como estes sujeitos coletivos do trabalho associado, a partir da prática ideológica (como transformação da consciência), percebem-se como parte de seu processo de desalienação e produtores de outro “devir”, a partir da reflexão dessa consciência sobre si mesma (PÉCHEUX, 2012, p. 25).

A partir deste constructo teórico-metodológico, os quatro capítulos serão assim dispostos.

O primeiro capítulo apresenta a reflexão sobre as bases teóricas que orientaram a investigação abordando tanto as dimensões metódicas quanto as principais categorias que sustentam as análises, tais como heterogestão/autogestão; Economia Social e Solidária/economia de mercado; Cooperativismo; alienação/emancipação e trabalho livremente associado.

O segundo capítulo analisa a lógica de sustentação do sistema capitalista, a

fim de compreender a realidade historicamente determinada na qual ocorre a tensão entre as duas classes fundamentais – aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que vendem a força de trabalho – e suas mudanças históricas ao longo dos períodos de crise sistêmica do capitalismo, assim como as alternativas que se apresentam, potencializando formas de superá-lo historicamente ou dar-lhe novos substratos a uma sobrevivida, incorporando até mesmo propostas oferecidas como alternativas que se adaptem as regras do jogo.

O terceiro capítulo aborda a lógica do cooperativismo e a perspectiva da Economia Social e Solidária na cena histórica, como projeto de *um modo de produzir* alternativo ao capitalismo, pela forma de organização, propriedade dos meios de produção e o modelo autogestionário, na qual o produto produzido socialmente é repartido igualmente entre os trabalhadores livremente associados, diferente da lógica submissa, heterogestionária, hierárquica e alienada do trabalho no sistema sociometabólico do capital.

O quarto capítulo analisa, a partir dos dados coletados nas entrevistas, a relação estabelecida entre a realidade vivida pelos trabalhadores associados em empreendimentos da Economia Social e Solidária e o cenário de metamorfose que se presencia no capitalismo – tanto global quanto local –, as potencialidades de produção, consumo e comercialização que transcenda a uma lógica societal mercantilizada e o papel desempenhado pelo Estado na elaboração de políticas públicas.

Os desafios estão postos aos trabalhadores livremente associados que buscam alternativas para possibilitar o reencontro da dimensão humana do trabalho. Este é, também, o desafio do presente estudo que, sem querer absolutizar as verdades dentro da limitação temporal da investigação e da própria natureza de sua orientação metódica, busca refletir criticamente sobre possíveis caminhos de seres humanos desalienados.

1.2 MARCO TEÓRICO

1.2.1 A base teórica para a compreensão da realidade

As alterações produzidas pela estrutura sociometabólica do capital

repercutiram, significativamente, na vida cotidiana da população mundial e, principalmente, na vida daqueles que foram/são historicamente os vendedores da força de trabalho, isto é, a classe trabalhadora.

Em um primeiro momento verifica-se a reestruturação da produção – um dos tripés inseparável da globalização e do modelo de capitalismo mínimo – tendo como meta o aumento da expropriação da riqueza produzida sem que, para isso, fosse necessário aumentar o número de trabalhadores ou a extensão da jornada de trabalho como fora a realidade do modelo hegemônico da metade do século XIX e durante a maior parte do século XX. A mão de obra era, sob a lógica desta nova fase do capitalismo, substituída pelos avanços tecnológicos espantosos alcançados a partir do último quartel do século XX. Com um número sempre mais diminuto de trabalhadores intensificava-se a produção e, conseqüentemente, a acumulação de mais-valia.

A desmedida fixação em mais riqueza levou, pelo próprio incentivo do Estado denominado como neoliberal, a um deslocamento da lógica de acumulação capitalista que passa a atrair intensamente o capital para sua face financeira – da lógica $D - M - D'$, consolidada como a matriz do capitalismo industrial, para a lógica $D - D'$, princípio do capitalismo financeiro. Vale ressaltar que cada vez mais o trabalho humano é dispensável na lógica $D - D'$ tendo em vista que é o capital que engendra dentro de si mais riqueza. Como diz Casanova (2009, p. 324),

[...] las clases dominantes saben muy bien que sus organizaciones controlan el mercado con el apoyo del Estado. En los discursos públicos, los políticos-gerentes, así como sus consejeros, combinan 'la mano invisible' y 'el puño invisible': aquélla maneja el mercado, éste empuña el garrote.

Sobre a lógica que rege o mercado capitalista mundial e a burguesia como classe, afirma Konder que (2009, p.132),

[...] exprime as conveniências genéricas de uma classe – a burguesia – mas esta classe não possui uma unidade orgânica, monolítica e coerente: é uma classe corroída internamente pelo próprio princípio de vida que ela representa. Vista como uma totalidade – escreve Marx – a sociedade capitalista, neste aspecto, pode ser comparada a uma sociedade anônima 'na qual os acionistas sabem o que põem nela, porém não o que hão de retirar' [...] O mercado funciona, de fato, à revelia dos burgueses individualmente considerados, embora em proveito da classe a que eles pertencem. Por isso, os burgueses individualmente considerados são levados a encarar a realidade do mercado como uma realidade estranha, misteriosa.

Em um segundo momento presencia-se o esvaziamento do “sentido do existir humano” já que, a sociedade normativa – passando pelos teóricos do liberalismo clássico e teóricos do positivismo – nos condicionou a entender⁷ o ‘mundo do trabalho’ assalariado como a possibilidade desta existência, como afirmava Durkheim (1977), a divisão do trabalho seria a possibilidade de uma ordem social pautada na coesão e nos objetivos últimos – propalados por Locke mais de um século antes (TEIXEIRA, 1996) – de produção da riqueza, tarefa suprema do ser humano.

Como ficou, então, essa massa gigantesca de homens e mulheres que eram excluídos da sociedade visto que não existiam mais postos de trabalhos que pudessem absorvê-los? De “potenciais trabalhadores” passaram para “invisíveis sociais”, ou como diz Bialakowski (2014), para a condição de “extermináveis”. Seus hábitos, valores, crenças e costumes desapareceram com a velocidade da tecnologia e com eles uma total insegurança sobre o dia seguinte.

Konder (2009, p. 67), ao analisar os interesses dos seres humanos na sociedade de classe, afirma que:

[...] uma vez instituída a propriedade particular e realizada a divisão do trabalho, as contradições entre os indivíduos deixam de se manifestar apenas com caráter contingencial, deixam de ser meramente circunstanciais e episódicas. A institucionalização de um estado em que há um choque constante entre os interesses dos indivíduos desvirtua o próprio sentimento de autodefesa individual: o indivíduo – que depende da coletividade – só consegue defender o seu interesse particular de indivíduo prejudicando os interesses dos outros indivíduos que integram a mesma coletividade. Por isso não tem sentido recorrer ao argumento de que ‘o homem é incuravelmente egoísta’ quando se quer combater um projeto de instauração de uma autêntica *comunidade humana*, na qual os indivíduos convivam harmonicamente.

É neste cenário totalmente novo – em virtude do deslocamento do eixo matizador do capitalismo – que surgem as alternativas. Entre trabalhadores organizados – que compreendem as possibilidades das crises cíclicas do capitalismo

⁷ Para Durkheim (1984, p. 1-2) a efetivação de condicionamento é fundamental para que se constitua a harmonia social, pois [...] “Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, pratico deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo estando de acordo com os sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, está não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os através da educação [...] Esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, são também dotados de um poder imperativo e coercitivo, em virtude do qual se lhe impõem, quer queira, quer não [...] Não há dúvida de que esta coerção não se faz sentir, ou é muito pouco sentida quando com ela me conformo de bom grado, pois então torna-se inútil”.

e as utilizam como potencialidade de contra-hegemonia – encontram-se, também, os trabalhadores que com a necessidade premente de sobreviver não questionam a lógica da produção capitalista ou sonham com a promessa idílica de ‘serem patrões de si mesmos’ e outros, ainda, que em desespero total aceitam qualquer forma de trabalho independente de sua natureza (semi-servil ou escravo). No rol de alternativas encontra-se o sistema cooperativado que, não é novo, porém, aparece como possibilidade de existência material e simbólica a esse contingente de trabalhadores. Mas como compreender a percepção de mundo de cada indivíduo, como entendê-los inseridos em determinada sociedade?

Contrariando o discurso das elites dominantes, que acusam o pensamento marxiano de determinista econômico e de coletivista – negando, assim, a existência do ser singular que se dissolve na classe – Konder (2009, p. 126-127) possibilita a compreensão de tão variada maneira de conceber o papel de trabalhador nesta realidade conturbada do século XXI, afirmando que:

[...] na perspectiva marxiana, as partes não se diluem no todo: a dialética da história da humanidade não devora os indivíduos. Para o marxismo, o indivíduo não se determina, em qualquer dos níveis em que o consideremos, sem que tenhamos de partir do conjunto das relações ativas que ele mantém com os outros homens e com a natureza [...] não se limita a reconhecer o *ineditismo* com que cada indivíduo vive a sua experiência e sintetiza a seu modo o seu ser social: reconhece mesmo uma certa *insubstituíbilidade* dos indivíduos.

E continua Konder (2009, p. 127)

Os indivíduos se sucedem, uns ocupam o lugar dos outros, mas a substituição nunca se completa, nunca é *perfeita*. Disso decorre que o marxismo acolhe um *resíduo trágico* no humanismo da sua concepção de história, e se infere que não é lícito subestimar a importância específica do ser individual humano.

Como entender essa nova realidade? Como compreender a lógica de estruturação das cooperativas e empreendimentos da Economia Social e Solidária como alternativa ao desgaste do mundo do trabalho? Serão elas somente estruturas de absorção do excedente de mão de obra ou terão a potencialidade de produzir um novo ser humano e uma nova sociedade, a partir dos princípios autogestionários por intermédio dos trabalhadores livremente associados.

Todas as discussões e análises apresentadas no presente trabalho tiveram como eixo norteador a ideia de que, como diziam Marx e Engels (2007, p. 86-87), são os pressupostos reais que constituem o significado de qualquer análise, pois as

análises estão consubstanciadas em “[...] indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação”.

O método em Marx, afirma Netto (2011, p. 42),

[...] distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como *dados*; pela análise, um e outro elemento são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples.

Netto (2011) analisa a importância de se ter em mente o significado das *determinações* aludidas por Marx, a fim de se evitar as leituras conservadoras, e porque não dizer inconsistentes, que atribuem a Marx e Engels o viés de deterministas econômicos. Assim sendo, diz Netto (2011, p. 45), em referência ao trabalho desenvolvido por Dussel, que as “[...] determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade [...] é um momento essencial constitutivo do objeto”.

Desta forma, continua Netto (2011, p. 45), é necessário entender que o conhecimento concreto do objeto – e no caso deste estudo as concepções da lógica da produção cooperativista dos empreendimentos da Economia Social e Solidária no que se refere ao seu específico eixo autogestionário e, portanto, de emancipação humana – que terá o investigador é, de fato, o conhecimento das múltiplas *determinações* “[...] tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real”. Sendo assim, as *determinações mais simples*, “[...] estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (NETTO, 2011, p. 45).

Assim, buscou-se analisar a realidade através de um método com eficácia, isto é, que possibilitasse, conforme Mantega (2007, p. 119) uma perspectiva analítica capaz de favorecer um entendimento da realidade, “[...] apreender as principais determinantes da dinâmica social, identificando as forças básicas e interesses que a movem, ressaltar suas contradições e ainda rastrear suas tendências e desdobramentos antes mesmo desses processos se concretizarem”.

Em síntese, verifica-se que a realidade concreta só é perceptível ao sujeito

investigador – sem que haja deturpações ideológicas pré-estabelecidas como determinantes irrefutáveis do concreto – a partir do momento em que ele compreende a *Totalidade* como categoria essencial do Método Materialista Histórico e Dialético, isto é, que compreenda que o particular é o universal que se particulariza e que o universal é o particular que se universaliza. Ou, referenciando ao objeto concreto deste estudo, em que dimensão as práticas estabelecidas em cada empreendimento investigado, a partir das falas⁸ de suas lideranças, apresentam-se em relação à perspectiva de um paradigma dominante materializado no processo alienante de produção para a concentração da renda ou de um paradigma emergente do trabalho livre associado, que aponta para um processo emancipatório, no dizer de Souza Santos (1999), – síntese manifesta da particularização do universal. De igual modo é fundamental entender, concomitantemente, como as práticas específicas desenvolvidas nos empreendimentos cooperativados da Economia Social e Solidária se universalizam a ponto de alterar a lógica destes paradigmas societais.

Desenvolver a lógica do método e alcançar o objetivo de conhecer a realidade concreta a partir de sua existência real e não como um princípio pré-concebido – típico do pensamento científico mantenedor do paradigma dominante que tem como intuito acomodar a realidade concreta aos ditames dos interesses das classes dominantes (MÉSZÁROS, 2008) – requer a precisão da definição das categorias que serviram como fundamento da análise da realidade concreta, historicamente determinada. É fundamental, todavia, a definição do conceito “categoria” a fim de distinguir sua natureza para o Materialismo Histórico e Dialético.

Segundo Netto (2011, p. 46) as categorias no pensamento marxiano,

[...] exprimem [...] formas de modo de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias *ontológicas*); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias *reflexivas*). Por isso mesmo, tanto real como historicamente, as categorias são *históricas* e *transitórias*: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado). Uma vez que, como vimos, para Marx ‘a sociedade burguesa é a organização histórica mais

⁸ Conforme Orlandi (2013 p.17) [...] o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. Ou seja, as manifestações expressam seu conteúdo prenhe de significados e em que o sujeito produtor do discurso é interpelado pela ideologia.

desenvolvida, mais diferenciada da produção' – vale dizer: a mais *complexa* de todas as organizações da produção até hoje conhecida –, é nela que existe realmente o maior desenvolvimento e a maior diferenciação categorial.

Para efeito de elucidação didática, foram utilizadas as categorias do Método em quatro dimensões, a saber: As categorias denominadas essenciais do método – que apresentam a lógica do pensamento marxiano no trato da realidade concreta; as categorias analíticas que possibilitam o entendimento da realidade concreta – capitalismo – e suas inter-relações com o fenômeno estudado – o trabalho associado em empreendimentos da Economia Social e Solidária, em sua lógica produtiva, – as categorias *a priori* produzidas, a partir das experiências teórico-práticas do investigador face ao objeto estudado, e as categorias *a posteriori*, que emanam da fala dos sujeitos entrevistados, elemento fundamental na constituição de uma análise que se apresente coerente com o Materialismo Histórico e Dialético.

No âmbito das categorias essenciais *Matéria* é definida por Lênin (1982, citado por TRIVIÑOS, 1990, p. 56) como “[...] uma categoria filosófica para designar a realidade objetiva que é dada ao homem nas suas sensações, que é copiada, fotografada, refletida pelas nossas sensações, existindo independente delas”⁹. Triviños (1990) analisa a importância desta categoria para o pensamento marxiano tendo em vista que a sua dialética - que diferindo da dialética hegeliana denominada *idealista*, pois credita ao ser humano a capacidade de ter a ideia antes da existência da matéria - postula que o pensamento do ser humano é construído a partir do mundo real, isto é, da matéria. Diz Triviños (1990, p. 56):

A realidade objetiva, ou seja, a matéria está integrada por infinidade de objetos e sistemas que existem no mundo real. A matéria é criada e indestrutível, eterna. É capaz de autodesenvolver-se. Esta qualidade da matéria é extraordinariamente interessante, porque ela, em condições favoráveis, permitiu o surgimento da vida orgânica e, mais tarde, depois de milhões de anos, dos seres capazes de ter ideias, de pensar.

A partir da categoria “matéria”, princípio gerador da ideia, é possível entender a *Consciência* – segunda categoria essencial do método. Marx e Engels (1984, p. 22) afirmam que a “[...] consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida”. A consciência, assim, não é somente o pensado, mas um pensado a partir de uma realidade

⁹LÊNIN, V. I. Materialismo e empiriocriticismo. Moscou: Editorial Progresso/Lisboa: Edições Avante, 1982. 339p.

concreta, como dito na Ideologia Alemã:

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos (**Reflexe**) e ecos ideológicos deste processo de vida. Também as fantasmagorias no cérebro dos homens são sublimados necessários do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a premissas materiais (MARX e ENGELS, 1984, p. 22).

Sendo o homem um ser que se constrói e se reconstrói a partir da materialidade, da vida concreta e de suas determinações, ele é, indiscutivelmente, um ser com consciência já que ela, como dito anteriormente, é expressão da materialidade do ser humano. No complexo processo da vida material e da consciência, advinda dela, apresenta-se a terceira categoria essencial do método, qual seja, a *Prática Social*.

Retomemos a concepção primeira da epistemologia marxiana que, mesmo parecendo repetitiva, é de importante valia para a compreensão do significado e significância da categoria de *Prática Social*. Vejamos: ‘o ser humano ao conhecer o mundo se transforma e ao se transformar, transforma o mundo’. O que isso quer dizer? Quer dizer que o ser humano ao conhecer, entender e interpretar o mundo material consegue transformá-lo. Mas o processo de leitura do mundo, que resultará na *Prática Social* de transformação desta realidade concreta ocorrerá de modo certo e seguro? Basta o contato com a realidade para que a consciência de transformação ocorra? Seria, por acaso, um ato determinado mecanicamente como o ato de comer, dormir e andar?

Sem dúvida, não é um ato determinado mecanicamente. A produção da consciência possibilita ações que transformam a realidade social – constituindo, assim, a *Prática Social* – é um processo de aprendizagem constante já que a realidade pode se apresentar “de cabeça para baixo” como nos apresentam Marx e Engels (1984, p. 22) dependendo das determinações materiais que certa sociedade produz historicamente, pois afirmam que,

A produção das ideias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como efluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela

se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam (*die wirklichen, wirkenden Menschen*), tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas correspondem até às suas formações mais avançadas. [...] Se em toda a ideologia os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como uma *Câmera obscura*, é porque este fenômeno deriva do seu processo histórico de vida, da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida.

Para que o ser humano tenha condições reais de pensar criticamente a realidade e transformá-la é necessário um processo de educação permanente que vise potencializar a “inversão da inversão” da realidade Social. Para Vázquez (2007), o ser humano, como ser de prática, percebe a realidade de dois modos distintos: com uma *consciência comum da práxis* ou com uma *consciência revolucionária da práxis*.

Quais são os determinantes sociais e históricos destas duas concepções de práxis? Em sintonia com as ideias expressas por Marx e Engels, Vázquez (2007, p. 31) afirma que a consciência do que ele denomina de *homem comum* está condicionada pela ideologia que sustenta a realidade histórica, tendo em vista que,

O homem comum e corrente é um ser social e histórico; isto é, encontra-se imerso em uma rede de relações sociais e enraizado em um determinado terreno histórico. Sua própria cotidianidade está condicionada historicamente e socialmente, e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria atividade prática. Sua consciência nutre-se também de aquisições de toda a espécie: ideias, valores, juízos e preconceitos, etc. Não enfrenta nunca um fato puro; está integrado em uma determinada perspectiva ideológica, porque ele mesmo – com sua cotidianidade histórica e socialmente condicionada – encontra-se em certa situação histórica e social que engendra essa perspectiva.

É nesta imbricada teia que produz a unidade indissolúvel entre matéria, consciência e ideologia que se potencializa a compreensão das dimensões que assume a *Prática Social* dos seres humanos particularizados em determinada sociedade. Assim, em cada momento histórico haverá uma concepção de *Prática Social*, pois, são as *determinações simples*, como visto anteriormente produzirão a ideia de realidade e, portanto, a própria realidade¹⁰. Na sociedade capitalista,

¹⁰ A própria ideia do “trabalho” como potencialidade da realização humana é concebida de maneira diversa em cada momento histórico. Segundo Vázquez (2007), na antiguidade o trabalho era considerado como uma atividade indigna dos homens livres – era uma atividade típica dos escravos – pois o mundo produtivo ocupava um lugar secundário na Grécia Antiga. Já na Idade Moderna, continua Vázquez (2007, p. 37) “o homem se faz a si mesmo, se efetiva como ser humano por meio

segundo Vázquez (2007, p. 47) se desenvolve a “consciência burguesa da práxis produtiva” que se caracteriza pelo “[...] domínio da natureza, por meio da produção, da ciência e da técnica” e que se converte em uma “[...] questão central que corresponde a necessidades e determinações sociais”.

É neste momento, diz Vázquez (2007, p. 47), que ocorre a elevação do valor do trabalho humano e não do sujeito trabalhador, pois “[...] trata-se de dominar e possuir o mundo, de vencer as forças espontâneas da natureza e colocá-las a serviço do homem, o útil – pensa Bacon – é a própria prática, mas entendida, sobretudo, como experimento, ou atividade experimental científica”.

Para que o ser humano transcenda o que Vázquez (2007, p. 30) denomina de *consciência do homem comum* é necessário “[...] a superação do ponto de vista natural, imediato, adotado pela consciência comum do proletariado”, que ocorre quando este homem supera a visão utilitária da prática. Para a consciência comum “[...] o mundo prático é um mundo de coisas e significações em si” (ibidem, p. 33) enquanto que para a consciência revolucionária da práxis o papel de auto-emancipação do homem é fundamental, pois hoje, lembra Vázquez (2007, p. 57),

[...] mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, necessitam também – hoje mais do que nunca – de uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma verdadeira consciência da práxis.

Para Tse Tung (1952, p. 499),

A prática social dos homens não se limita à atividade de produção. Ela apresenta ainda muitas outras formas: luta de classes, vida política, atividade desenvolvida no domínio da ciência e da arte; em resumo, o homem social participa em todos os domínios da vida prática da sociedade. É por essa razão que o homem, na sua atividade cognitiva, apreende em graus diversos as relações distintas que existem entre os homens, não somente na vida material, mas igualmente na vida política e cultural (que está estreitamente ligada à vida material). Entre essas relações, as diversas formas de luta de classes exercem uma influência particularmente profunda sobre o desenvolvimento do conhecimento humano. Numa sociedade de classes, cada indivíduo existe como membro duma classe determinada, e cada forma de pensamento está invariavelmente marcada com o selo duma classe.

Como analisar o fenômeno deste estudo face às dimensões das categorias essenciais? Ou dito de outra forma, como compreender as determinações históricas

que circunscrevem a lógica de produção cooperativista da Economia Social e Solidária em relação ao projeto de emancipação dos trabalhadores livremente associados (*matéria*)? Como entender este modelo de cooperativismo e as prováveis contradições existentes, á que estes empreendimentos estão incrustados no cerne de uma sociedade organizada a partir da economia de mercado (*matéria*)? E, como analisar a consciência dos sujeitos históricos que, em face ao turbilhão da reestruturação do capitalismo buscam alternativas que se apresentam tensionadas entre uma proposta de trabalho e renda autogestionária e uma realidade histórica vivenciada de experiências heterogestionárias (*consciência*)? Como compreender, ainda, o papel do Estado na elaboração das políticas públicas para a Economia Solidária em uma sociedade que sustenta seu papel como o defensor da ideologia dominante (*prática social*)?

O desafio, como apresentado anteriormente na categoria de *Totalidade*, é analisar como se desenvolve a consciência dos sujeitos históricos envolvidos na produção de empreendimentos cooperativistas da Economia Social e Solidária e suas respectivas práticas sociais – como um particular – em uma realidade concreta com determinantes da lógica do modo de produção capitalista – como um universal?

Para Marx, a “totalidade” é uma categoria de categorias, um conceito de conceitos. Pode dar-se tanto no nível concreto do sistema capitalista real quanto ser a totalidade como “concreto espiritual” – ou a totalidade burguesa como conhecida. O próprio capital é uma totalidade – tanto em abstrato ou “em geral” quanto em concreto, como a totalidade do sistema burguês histórico. O capital como totalidade é também um conceito ou uma categoria com múltiplas determinações. O capital é, como fundamento, a essência do capitalismo, ou seja, a essência última onde se encontra a identidade conceitual do próprio capitalismo (DUSSEL, 2012, p. 327).

Por que, segundo Dussel (2012, p.327), o capital é o “pressuposto” necessário do trabalho assalariado? Este exercício teórico-prático de investigação, a partir da compreensão das bases essenciais do pensamento marxiano, se encaminhou para a construção das chamadas *categorias analíticas*. Elas possibilitaram a manifestação concreta – determinada pela realidade em que estão inseridos os sujeitos históricos protagonistas do trabalho associado em empreendimentos da Economia Social e Solidária – de como as ações, os pensamentos e as propostas são constituídas no cotidiano do trabalho, da produção, da comercialização e da renda dos sujeitos que produzem estes empreendimentos

cooperativados. Para tanto, foram selecionadas as categorias de *Estado*¹¹, *trabalho*, *modo de produção capitalista*; *classes sociais*; *luta de classes*; *alienação/emancipação*; *contradição*.

Para Marx e Engels (1984) o que diferencia o ser humano de outros animais é o *trabalho*, como a capacidade humana de transformar a natureza e ao transformá-la produzir de igual modo a transformação do próprio ser humano. A categoria trabalho é assim entendida em duas dimensões, a primeira é a chamada dimensão positiva do trabalho, momento ímpar da criação a partir da transformação da natureza e, como dito anteriormente, momento especial da realização humana, tanto no que refere ao atendimento das necessidades materiais de sobrevivência quanto da expressão genialidade humana, de sua autorrecriação e da conseqüente produção de um ser autônomo e responsável por sua própria existência, pois como diz Marx (2013, p. 31-32),

[...] o processo de trabalho deve ser considerado de início independente de qualquer forma social determinada. Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, para sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita ao jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho.

A partir do momento em que as sociedades se complexificam surge a segunda dimensão do *Trabalho*, agora em sua concepção negativa, isto é, o trabalho em sua dimensão alienada por intermédio da expropriação da riqueza produzida. A relação entre o sujeito que “produz algo” e aquilo que é “produto” produzido, assim como a maneira que se produz e a utilidade do que é produzido – *Modo de Produção* – é um fenômeno histórico, isto é, está diretamente relacionado ao modelo de organização social que é criado e recriado pelos seres humanos em processo constante de relações. Assim, para Marx e Engels, é fundamental constatar a primeira premissa de toda a existência humana (1984, p. 31),

[...] a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’. Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e

¹¹ A categoria Estado, mesmo pertencente a dimensão analítica será definida no corpo das categorias *a priori* tendo em vista que naquele momento é possível compreender a íntima relação entre as duas concepções de desenvolvimento a partir da conceitualização de Estado.

beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.

Mas a existência primeira do ser humano não se limita à reprodução diária das condições de vida tendo em vista que essa produção da chamada “primeira necessidade” conduz a outras necessidades que estão diretamente relacionadas àquilo que os autores denominam de ‘família’, isto é, quando os “homens [...] renovam a sua própria vida” e começam “a fazer outros homens, a reproduzir-se” (MARX e ENGELS, 1984, p. 32).

Mas em que sentido a família se transformará na medida da atividade social dos seres humanos? Qual a relação dela com a constituição dos respectivos modos de produção desenvolvidos ao longo da história da humanidade? E como pensar a produção das necessidades a partir de sujeitos que necessitam cooperar entre si para a manutenção da vida e das outras necessidades advindas da existência social?

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstâncias for e não importa de que modo e com que fim. Daqui resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e este modo de cooperação é ele próprio uma ‘força produtiva’; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e, portanto, a ‘história da humanidade’ tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (MARX e ENGELS, 1984, p. 33).

Desta forma, os seres humanos foram criando e recriando o mundo material de suas existências e, concomitantemente, a maneira com que pensavam o mundo, isto é, a reprodução de suas existências mentais (MARX e ENGELS, 1984) que passaram a constituir o mundo da representação social. Mas a partir do século XVI, com as alterações significativas oriundas das novas estruturas geradas na Inglaterra (WOOD, 2001), e a conseqüente expansão do mercantilismo, verificaram-se modificações extremamente relevantes na maneira como os seres humanos passaram a produzir a existência que se materializam com nitidez a partir do século XVIII com a chamada primeira Revolução do novo modo de produção – capitalista –, isto é, a Revolução do Motor a vapor.

O *modo de produção capitalista* é então caracterizado, segundo Bottomore (1983, p. 52)¹² por:

a) produção para a venda e não para o uso próprio, por numerosos produtores; b) existência de um mercado onde a FORÇA DE TRABALHO é comprada e vendida, em troca de salários em dinheiro, por um dado período (salário por tempo) ou por uma tarefa específica (salário por tarefa); c) mediação universal (ou predominante) das trocas pelo uso do dinheiro: ao tomar a forma monetária o capital faculta ao seu proprietário o máximo de flexibilidade para seu emprego; d) o capitalista, ou seu agente gerencial, controla o processo de produção (de trabalho). Isso implica não apenas o controle sobre a contratação e a demissão dos trabalhadores, como também sobre a escolha de técnicas, o escalonamento da produção, o ambiente de trabalho e as disposições para a venda do produto; e) controle das decisões financeiras: o uso universal do dinheiro e do crédito facilita a utilização dos recursos de outras pessoas para financiar a ACUMULAÇÃO; f) concorrência entre capitais: o controle que os capitalistas individuais detêm sobre o processo de trabalho e a estrutura financeira é modificado pelo seu constante exercício num contexto de CONCORRÊNCIA entre capitais, quer estejam estes capitais envolvidos na produção da mesma mercadoria ou de uma mercadoria parecida que pode substituí-la, quer apenas se confrontem uns aos outros na luta por mercados ou empréstimos. Essa concorrência crescente opera como uma lei impessoal do valor, que força o capitalista a adotar novas técnicas e práticas que reduzam custos e a acumular de modo a tornar possível a compra de máquinas mais avançadas.

Desta forma o modo de produção capitalista se materializa pela expropriação da riqueza produzida pelo ‘sujeito produtor’ e concentrada nas mãos do ‘sujeito não produtor’. Segundo Harnecker (1978), o conceito de modo de produção não é tão simples como a maioria dos analistas tenta expor. Para compreendê-lo se faz necessário atentar para os quatro momentos fundamentais de sua constituição, isto é, que é uma “estrutura global formada por três estruturas regionais: estrutura econômica; estrutura jurídico-política e estrutura ideológica” (HARNECKER, 1978, p. 14).

Vale lembrar a que, segundo Harnecker (1978), uma das estruturas regionais sempre domina as outras e, no caso do capitalismo, esta estrutura é a econômica. Ressalta-se que esta análise de Marx deve ser lida para além do simplismo adotado por muitos marxistas, pois em momento algum Marx afirma o “determinismo” da estrutura econômica e sim como fator essencial das determinações sociais de um tempo histórico passível de mudanças. Esta seria a expressão da concretude das

¹² A definição de *modo de produção capitalista* é bastante complexa tendo em vista que se transformou de modo específico, no objeto de estudo de toda a obra de Marx e de Engels. Mesmo tendo ciência de que a citação de autor secundário ao tema, tendo acesso à fonte primária, é um problema para um trabalho científico, optou-se neste momento do trabalho – a definição das categorias – em utilizar deste recurso a fim de apresentar, didaticamente, um conteúdo que será trabalhado ao longo da investigação utilizando a fonte primária.

ações humanas. No quarto momento, Harnecker (1978, p. 15) afirma que o que “[...] caracteriza todo MODO DE PRODUÇÃO é sua dinâmica, isto é, a contínua REPRODUÇÃO das suas condições de existência”. O modo de produção capitalista, por exemplo, continua Harnecker (1978, p. 15),

[...] ao mesmo tempo que produz bens materiais numa forma muito determinada, que implica a divisão dos homens dessa totalidade social em capitalistas e operários e que dá origem a toda uma ideologia que favorece esse tipo de produção e a uma forma de poder que a defende e estimula, vai continuamente reproduzindo suas condições de produção. Ao mesmo tempo que produz bens materiais, reproduz as relações de produção capitalistas. Ao mesmo tempo que produz bens materiais em maior quantidade, reproduz de forma mais extensa a divisão dos homens em capitalistas e operários.

Tem-se, então, a partir da instauração do modo de produção capitalista, a figura desses dois agentes centrais que produzem historicamente as relações “do que é produzido” e “da maneira como esta produção” se relacionará com as necessidades destes sujeitos; com a sua potencialidade de troca e com a acumulação de riqueza. Para Marx e Engels (1998, p. 40-41),

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiam no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.

Em que medida esta “expropriação” da riqueza produzida por muitos – e que se traduz em múltiplas formas de expropriação, isto é, política, social, cultural e ideológica – se transforma em enfrentamentos entre os que detêm os *meios de produção* e aqueles, destituídos da propriedade destes meios de produção, só possuem a *força de trabalho* como forma de sobrevivência?

Se levarmos em consideração que a sociedade capitalista é constituída destas duas classes fundamentais que são complementares – já que uma não existe sem a outra – porém irreconciliáveis – tendo em vista que os interesses de cada uma são antagônicos em relação aos interesses da outra – poderemos, então, compreender a natureza da *luta de classes*. Para Marx (2009, p. 191-192) “[...] o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é a luta de uma classe contra outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. [...] Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento

político que não seja, ao mesmo tempo, social”.

Mas como esta luta se efetiva? Responde Marx (2009, p. 189-190)

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência - coalizão. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. [...] Nessa luta - verdadeira guerra civil -, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político.

Para que a luta econômica afete o salário e se transforme em uma luta econômica-política portadora de clareza sobre a lógica da produção a expropriação da riqueza e o acúmulo de capital é necessário refletir sobre como estes sujeitos históricos na condição de trabalhadores – assalariados ou livremente associados - entendem a realidade na qual estão inseridos como agentes diretos. Para tanto se faz necessário conceituar o binômio que sustenta ou a permanência da condição de explorado ou sua superação econômico-política. Nesse binômio encontram-se as categorias *alienação* e *emancipação*.

A *alienação* dos sujeitos históricos em uma determinada sociedade – como condição historicamente dada – perpassa todas as suas formas organizacionais, desde as que lhe são base, como na empresa mercantil, até as formas cooperativadas e da Economia Social e Solidária que se afirmam como *alternativas* a esse *modo de produzir*. Aqui se apresenta a primeira contradição já que uma alternativa comportaria a superação dos dilemas encontrados nas formas dadas de produção. Para Bialakowsky (2014, p. 94) é fundamental entender que “trabalho” e “trabalhador” são conceitos históricos e que sua “potencialidade criativa” pode ser capturada pela alienação, aniquilada ou recuperada.

A ideia do mercado que se transforma como um dos fundamentos da sociedade capitalista tem uma capacidade sedutora de atrair diversas formas de pensamento, inclusive o pensamento socialista, fato verificado, na Revolução Russa que defendia a ideia de que os mecanismos de mercado eram ‘imprescindíveis’ para o socialismo, ao que Marx refutava como inconcebível, isto é, a vã tentativa de aliar

“autogestão” e “concorrência”.

Mas como entender os mecanismos que conduzem a esse equívoco de interpretação? Por que a lógica que sustenta o modo de produção capitalista é “naturalizada” ao ponto de parecer eterna, como se esse modo de produção fosse o único a não produzir contradições e, portanto, levaria a sua superação? Por que a proclamada a-historicidade do capitalismo – já que concebido como natural e eterno e, assim, não produtor de contradição – é aceita por tantas correntes teóricas e “sensocomunizada” em amplos setores da sociedade? Por que o ideal de desenvolvimento passa, necessariamente, pelo modelo adotado pelo modo de produção capitalista?

Wallerstein (2001) afirma que o projeto da modernidade e da modernização, firmemente sustentado pela sociedade capitalista, se transformou na “verdade” absolutizada e fortalecida nos princípios do liberalismo político ao proclamar que a sociedade do “indivíduo” e da não-regulação contemplaria os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. A “verdade” proclamada e ideologizada pela sociedade capitalista se transforma, diz Wallerstein (2001), no “ópio” que imobiliza e condiciona o comportamento social.

A partir de então é possível entender o significado da categoria *Alienação* que não um fenômeno meramente econômico embora, como visto anteriormente com Harnecker (1978), determinante das relações políticas, sociais, culturais e ideológicas. Para Mészáros (1981, p. 37) é condição imprescindível compreender a dimensão histórica tanto da categoria alienação quanto da consequente categoria de emancipação, tendo em vista que,

[...] se o homem é alienado, deve sê-lo em *relação* a alguma coisa, em consequência de certas *causas* – o jogo mútuo dos acontecimentos e circunstâncias em relação ao homem como sujeito dessa alienação – que se manifesta num contexto *histórico*. Da mesma forma, a ‘transcendência da alienação’ é um conceito inerentemente histórico, que prevê a realização bem-sucedida de um processo que leva a uma situação qualitativamente diferente.

Para Marx (2004) a *alienação* ocorre em quatro dimensões que abarcam toda a vida em sociedade, isto é, na dimensão econômica; na dimensão política; na dimensão ontológica e moral e na dimensão estética¹³.

¹³ Mesmo correndo o risco de simplificações grosseiras, mas, como dito em outro momento desse capítulo, com o intuito de facilitar didaticamente o entendimento das categorias que nortearam as reflexões, será apresentado sinteticamente as quatro dimensões da *alienação* em Marx.

O ser humano encontra-se alienado economicamente, pois a estrutura das duas classes fundamentais impede que os vendedores da força de trabalho tenham acesso à riqueza produzida que é ‘expropriada’ e ‘concentrada’ pelos detentores dos meios de produção. Estes mesmos detentores dos meios de produção se apoderam dos mecanismos do Estado a fim de estruturar as bases de normatização e regulação dos seus interesses, pois o Estado “se encarrega de estruturação da propriedade privada, como do seu desenvolvimento desigual entre os setores da sociedade” e, desta forma, “[...] ao mesmo tempo em que suprime todas as diferenças no nível político, as mantém no âmbito da sociedade civil por ter como fundamento a propriedade privada, a principal fonte dos conflitos sociais” (ANDRADE, 2009, p. 19).

Assim, destituídos do poder econômico e do poder político, por intermédio das duas dimensões da alienação anteriormente citados, os trabalhadores, sob a ótica da sociedade capitalista, estão alijados do direito de ser “outro ser” que não o “ser máquina” produtor do capitalismo.

Mészáros (1981, p, 146) ressalta que a ideia disseminada pelos teóricos liberais, e assumida como verdade pelo senso comum, identifica o ser humano como um ser egoísta e, portanto, justifica o individualismo e a concorrência essencial que nutre a lógica do capital. Este “álibi” teórico é uma “falácia ideológica”, como diz Mészáros (1981, p. 146) referenciando-se a Marx, pois,

[...] identificar o homem egoísta (alienado) de uma determinada situação histórica como o homem em geral, e assim concluir que o homem é por natureza egoísta, é cometer a ‘falácia ideológica’ de equacionar não-historicamente a *parte* (isto é, aquilo que corresponde a um interesse parcial) com o *todo*. O resultado é, inevitavelmente, um homem fictício, que facilmente se presta a essa superimposição transcendental.

Quem é o ser humano, então, para Marx? Segundo Mészáros (1981), para Marx o ser humano possui duas dimensões: uma como *realidade* e a outra como *potencialidade*. O homem real existe como realidade, isto é, o “homem-mercadoria” e, portanto, *alienado*, já o homem como *potencialidade* é um ser em processo contínuo de produção, e é o que Marx denomina de “o rico ser humano”.

A moldura que Marx dá à questão ontológica transforma radicalmente a questão da ontologia, pois ao retirá-la da órbita do pensamento metafísico faz com que se entenda a “[...] definição do homem como uma parte específica da natureza, como ‘o ser automeiado da natureza’” (MÉSZÁROS, 1981, p. 146). Para que se

entenda o “ser como automeiado” transformando-se em “o rico ser humano” é essencial reconhecer as produções históricas da noção de liberdade desse ser humano.

Na formulação de Marx, o que existe pela graça de outro ser (o que eu lhe *devo*) não é a liberdade, mas a *negação* dela. Somente um “ser independente” pode ser chamado a ser livre, e os laços da “propriedade” implicam necessariamente a dependência, isto é, a negação da liberdade. Se, porém, o homem “deve” à natureza e a si mesmo (o que é, em última análise, a mesma coisa: é o que Marx chama, de forma bastante obscura, de “o ser automeiado da natureza do homem”) a sua própria existência, não deve nada a ninguém. Nesse sentido marxista, “dever sua existência” significa simplesmente que “há uma *relação causal* particular em virtude da qual o homem é uma parte *específica* da natureza”. Assim, o “dever” no outro sentido – que encerra a ideia abstrata de dever moral – é rejeitado. E com essa rejeição os ideais abstratos e deveres que puderam ser impostos externamente ao homem são excluídos do sistema moral de Marx (MÉSZÁROS, 1981, p. 147).

Quando o ser humano pode libertar-se da alienação? “[...] a alienação surge como o divórcio entre o individual e o social, o natural e o autoconsciente. Segue-se, em contraposição, que numa *relação humana não-alienada*, o individual e o social, o natural e o autoconsciente devem estar juntos – e formar uma *unidade complexa*” (MÉSZÁROS, 1981, p. 157).

A esta *unidade complexa* entre o individual e o social – expressão da categoria de *totalidade* – Marx atribui o sentido da *emancipação* humana como a “automeiação do indivíduo social”, isto é, “a solução autêntica do conflito entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante – a verdadeira luta entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre o indivíduo e a espécie” (MARX In MÉSZÁROS, 1981, p. 249).

Desta forma Marx (2010, p. 109) entende a emancipação como um profundo processo de humanização, na medida em que é o homem o sujeito que cria, que usa e que interpreta o mundo real, pois:

A supressão da propriedade privada é, por conseguinte, a *emancipação* completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado *humanos*, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os *sentidos* se tornam *teóricos*. Relacionam-se com a *coisa* por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento *humano objetivo* consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem. A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza *egoísta* e a natureza a sua mera *utilidade* (*Nützlichkeit*), na medida em que a utilidade (*Nutzen*) se tornou

utilidade *humana*.

A categoria da *Contradição* é central para explicar como as forças produtivas, no modo capitalista de produção, atuam para a amplificação da socialização do processo de produção em que é fundamental a *cooperação* dos trabalhadores, pois como dizia Tse-Tung (1999, p. 41)

[...] no estudo do desenvolvimento de um fenômeno, deve-se partir do seu conteúdo interno, das suas relações com os outros fenômenos, quer dizer, deve-se dizer, deve-se considerar o desenvolvimento dos fenômenos como sendo o seu movimento próprio, necessário, interno, encontrando-se aliás cada fenômeno no seu movimento, em ligação e interação com os fenômenos que o rodeiam. A causa fundamental dos fenômenos não é externa, mas interna; ela reside no contraditório do interior dos próprios fenômenos.

Desta sorte, o resultado do produto social é privatizado, mesmo que o processo tenha sido originário em uma associação livre de produtores em uma forma organizativa *co-operativa*. Se existem trabalhadores assalariados através da subordinação do trabalho ao capital, a partir deste momento a expressão *co-operativa* é apenas uma designação baseada na origem do capital. Com o assalariamento através do vínculo trabalhista desnuda-se a matriz *co-operativa* e em seu lugar aparece a estrutura hierárquica e subordinada do trabalho ao capital que é desse modo incompatível na matriz cooperativista.

Após a identificação das diretrizes que constituem as categorias analíticas, tem-se a possibilidade de direcionar as categorias *a priori* que materializam a perspectiva do investigador face à proximidade com o objeto de estudo, isto é, o trabalho associado em empreendimentos da Economia Social e Solidária. Têm-se, então, as seguintes categorias *a priori*: Cooperativismo, Economia Social e Solidária e Autogestão/Heterogestão.

Por Cooperativismo Schneider (2010 p. 41) entende:

[...] como uma associação de pessoas com a finalidade de atender necessidades não satisfeitas de natureza econômica, cultural, social, organizadas de forma autogestionárias pelos sócios que definem seus rumos em Assembleias na qual todos participam com igualdade de direitos e deveres.

Para Marx a tarefa do cooperativismo poderia ser redentora a partir de um projeto no qual o trabalho cooperativo deveria superar a dimensão localista e ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por

meios nacionais.

A conceitualização universal de *cooperativismo* encontra particularidades históricas que o redimensionam como é o caso dos antagonismos agudizados pela lógica do capital em final dos anos de 1980. Em que medida, então, tais alterações dos sistemas do capital dão conta da organização dos trabalhos livremente associados desenvolvida ao longo dos séculos XIX e XX? Surge, então, a discussão sobre um cooperativismo de *Economia Social e Solidária*. Mas qual é o diferencial essencial deste projeto de cooperativismo? Para Singer (2002, p. 10), a economia solidária se identifica como “[...] um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central”.

A concepção de Economia Solidária para Nascimento (2013, p. 182) agrega componentes fundamentais que demonstram a especificidade desta forma de associação de trabalhadores, pois:

O termo Economia Solidária (ES) é utilizado para designar, genericamente, experiências econômicas que buscam gerar trabalho e renda para seus participantes a partir de modos de organização distintos dos utilizados em empresas tradicionais. Privilegia-se nas experiências de economia solidária a atuação autogestionária ou de base comunitária e democrática. São experiências pautadas em ideais de solidariedade, ajuda mútua, associativismo, cooperação e igualdade nos planos econômico e político.

É desta definição que emana o binômio *autogestão/heterogestão* como fundamento da existência material e simbólica dos sujeitos produtores, ou da forma como determinada sociedade produz a relação “entre as pessoas” e a relação “entre as pessoas e as coisas” (DUSSEL, 2012; GUARESCHI, 2013).

Gaiger (2001) nos adverte para a possibilidade da organização da economia solidária tornar-se funcional ao sistema do capital quando se restringem a unidades produtivas que embora atípicas, podem conviver – sem abalar – o capitalismo. Isso ocorre quando as experiências não se articulam para produzir um projeto de atuação em redes e cadeias solidárias, criando um circuito econômico como ocorre na experiência de *Mondragon*, (SOUSA SANTOS, 2002, p. 37).

Ao se tomar como princípio que a reprodução material e a reprodução social conformam uma unidade indissolúvel se faz premente entender que ao se alterar as relações de produção material potencializa-se a alteração da produção social, pois, se estaria conforme Guareschi (2013) alterando os pressupostos estruturais de

determinada sociedade. É assim que surge a categoria de *autogestão*, que pressupõe a superação da relação dominação/exploração, pois compreende conforme Rosanvallon (1979) “[...] autogestão, antes de tudo, como um *movimento social* que engloba a velha e a nova linguagem de significados e que procura transformar a sociedade a partir da prática cotidiana das relações sociais de produção coletivizada”.

Não é possível segundo Guilherm e Bourdett (1976, citado por NOVAES, 2007, p. 23) pensar a autogestão como um conceito separado da política, pois significaria a retirada de seu núcleo fundante, “[...] para nós, a autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política, e da vida social”.

Para Nascimento (1999, p. 19), a autogestão é concebida como parte da luta política e econômica que busca a superação do sistema sociometabólico do capital pela organização que fortalece a autonomia, pois,

[...] a autogestão diz respeito à questão do controle e gestão do processo e da organização do trabalho [...] os trabalhadores forjam seus instrumentos de auto-organização para dar vida às suas utopias. Assim, podemos falar de autogestão numa perspectiva de longo prazo, enquanto sociedade futura em que os produtores gerem a propriedade social e, de autogestão das lutas e organizações, enquanto resistência cotidiana à organização autoritária do trabalho. Contudo, a autogestão não se opera apenas a nível da produção, mas no conjunto da vida social. Neste sentido, a perspectiva de uma economia solidária e de cooperativas de produção e consumo faz parte da cultura e das práticas autogestionárias.

No modelo heterogestionário ocorre a relação hierarquizada e subordinada do trabalho ao capital, onde há a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre o planejamento e a execução, enfim, onde a materialidade da alienação dos sujeitos produtores se expressa em toda a sua inteireza. A partir desta relação “entre as pessoas” constrói-se a relação “entre as pessoas e as coisas” neste momento o valor de uso da mercadoria é suplantado pelo valor de troca. Tal hierarquia se transforma em espaço fértil da produção simbólica da existência, ou seja, existe uma relação indissolúvel entre a reprodução material e a reprodução social dos sujeitos históricos (GUARESCHI, 2013).

Os impactos deste modelo de organização social acirram as contradições do sistema do capital. E se traduzem naquilo que Mészáros (2007) denomina como crise estrutural do sistema sociometabólico do capital. A materialização desta crise é

verificada, como afirma Wallerstein (2006, p. 89) ao analisar o dilema de desenvolvimento societário ou desenvolvimento do sistema-mundo e, desta forma, discutir o significado do termo sociedade tão polêmico nas Ciências Sociais, ao afirmar que,

Estamos claramente diante de uma situação impossível e vemo-nos em meio a uma rebelião cultural que atinge escala mundial contra as pressões que nos circundam, uma rebelião que está assumindo as formas mais amplas – os fundamentalismos religiosos, os hedonismos introspectivos e os hedonismos do total interesse pelo próprio eu, as múltiplas ‘contraculturas’, os movimentos verdes, e, o que não tem menos importância o fervilhamento de movimentos antirracistas e anti-sexistas efetivamente sérios e realmente fortes. Não pretendo sugerir que esses diversos grupos sejam todos iguais. Longe disso. Mas eles são a consequência comum da incessante disseminação do sistema social cada vez mais formalmente racional e cada vez mais materialmente irracional em que fomos todos apanhados coletivamente. Se estivéssemos de fato passando da *gemeinschaft* à *gesellschaft*,¹⁴ nada disso estaria ocorrendo. Estaríamos em vez disso banhados pelas águas racionais de um mundo do Iluminismo.

Esta irracionalidade material, da qual fala Wallerstein (2006) se traduz como o processo “eurocentrado” de modernidade a partir do século XVI (QUIJANO, 2003) e que se aprimora com a expansão do modelo colonial de exploração. A ideia de moderno/arcaico, de desenvolvido/subdesenvolvido se robustece no século XIX com o ideário do darwinismo social que pressupunha que as sociedades passariam por um processo de evolução desde a condição de atraso até o desenvolvimento pleno segundo os padrões europeus. Já no século XX a teoria de Rostow (1961) ganha status de fé inabalável demonstrando que para se chegar ao pleno desenvolvimento era preciso percorrer cinco etapas da mesma forma evolutivas. Existiriam, então, sociedades tradicionais que deveriam promover as condições para o arranco até chegar ao arranco propriamente dito, isto é, a revolução industrial nos padrões da Europa. Logo a seguir chegariam ao estágio de maturidade que era condição essencial para a última etapa denominada de a sociedade de consumo de massas.

Como é possível notar, tais modelos de evolução linear forçavam que as sociedades não europeias com distintas formas de acumulação primitiva de capital percorressem um caminho único. Essa trajetória condicionou diretamente as economias do novo mundo a criarem artificialmente estruturas de adoção do sistema do capital sem que tivessem as condições internas para tanto como é o caso do Brasil que até 1888 teve a base de sua economia calcada no trabalho escravo.

¹⁴ Significam - Comunidade e sociedade, respectivamente.

O sistema do capital em sua fase monopolista concentra recursos e produz uma exclusão crescente e na fase da financeirização acelera o processo concentrador já afirmado por Swezzy (1982), Arrighi (1988), Marini (2000), Piketty (2014) gerando uma desigualdade que ameaça seu próprio desenvolvimento, que destrói as perspectivas de futuro pela lógica de acumulação, que geram a crise estrutural além dos aspectos ecológico-ambiental e energético.

De outro modo, há as iniciativas locais de comunidades que resistem e criam modos sustentáveis conforme anotou Sousa Santos (2002) sobre as experiências que se desenvolvem em Chiapas no México, nos assentamentos do MST no Brasil com as cooperativas de produção agropecuária, de Swadeshi na Índia e as cooperativas de recicladores em Ahmedabad, cooperativas de trabalhadores de Calcutá, as comunidades rurais na África do Sul, os recicladores da Colômbia, a União Geral de Cooperativas de Moçambique, a ação local 'In Loco' no Sul de Portugal para promover o desenvolvimento sustentável e traz ainda a análise de sistemas alternativos de produção que veem ao debate por Aníbal Quijano.

Mas como pensar em alternativas que extrapolem o âmbito local e se universalize? No documento de reflexões preparatórias Rio+20 realizado pela Vitae e Civilis, com o apoio da Fundação Ford, o tema da governança do *desenvolvimento sustentável integridade ambiental e justiça social* apresenta as propostas que surgiram de diversas organizações da sociedade civil, com o intuito de aprofundar as discussões sobre o tema que envolva, inquestionavelmente, a alteração da maneira de governabilidade. O documento aponta para o fato de que mesmo que a ONU tenha avançado nos documentos do chamado *draft zero*¹⁵ ao considerar inúmeras propostas encaminhadas por diversos segmentos da sociedade mundial, as negociações que ocorreram fragilizaram a apresentação do documento final (2012, p. 15), pois,

[...] alguns pontos críticos merecem ser apontados: a falta de um sentido de urgência com relação às questões ambientais, o pressuposto de que o avanço da tecnologia e o aumento da eficiência são suficientes para lidar com as atuais crises, a falta de conectividade e profundidade entre os temas citados no documento, a falta de avanço na forma de implementação dos compromissos já adotados em outras conferências e convenções da ONU e a falta de referência ao tema governança global. Causa desconforto a ausência de propostas claras para um avanço concreto em direção a sustentabilidade.

¹⁵ Draft Zero – Documento inicial preparado para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

O papel desempenhado pelos Estados nacionais demonstra serem eles a face visível dos interesses do sistema do capital já que, como afirma Guareschi (2013, p. 63-64) o Estado¹⁶ é o “resultante das tensões existentes nas relações conflituosas na produção. Ele vai tomar as feições e responderá aos interesses de quem mais *poder* possuir nos conflitos ali existentes”. Conforme afirma Lênin (1983, p. 09)¹⁷, ao referenciar Engels,

[...] o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo *inconciliável* das classes. [...] sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado.

Se o Estado é como afirmava Lênin (1983) um fenômeno histórico criado para dar conta da normatização dos conflitos irreconciliáveis e, como diz Guareschi (2013), adota as feições de quem detém mais *poder*, é visível compreender os limites apresentados pelo documento da Vitae e Civilis ao apontar as estratégias de curto prazo do sistema do capital, estratégias essas que não comportam saídas estruturais para os dilemas do desenvolvimento global.

Para Mészáros (2015, p. 18) os Estados do sistema do capital apresentam limites, pois, “[...] não são de *forma alguma inteligíveis* em e por si mesmos, mas apenas como a complementaridade corretiva necessária para os defeitos estruturais de outras formas incontroláveis de seu modo orientado para a expansão da reprodução sociometabólica”.

A questão que parece fundamental é justamente entender como as experiências de desenvolvimento sustentável local, onde há a presença de uma lógica de participação, de associativismo, de princípios e valores humanos, de cooperativismo e da economia solidária, acima referida, podem sobreviver e

¹⁶ “Compreende-se bem o que seja *Estado* quando se vai à sua raiz: estado é o participio passado do verbo *estar*, e, em sua origem, não significa nada mais do que *aquilo que ficou*, aquilo que se solidificou” (GUARESCHI, 2013, p. 63).

¹⁷ Mesmo que seja fundamental, para a continuidade das ideias de Lênin sobre o Estado, a citação de Engels por intermédio de Lênin, ressalta-se a busca da citação referida na fonte primária. “O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro, tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas que para esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se deporem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado” (ENGELS, 1991, p. 191).

conviver com estruturas sociais que se organizam a partir das bases normativas do Estado capitalista? E, da mesma forma, como essas experiências locais podem influenciar e redimensionar as ações do Estado já que ele é uma produção histórica?

Mas como compreender tais fenômenos emergentes sem dialogar com os sujeitos que produzem/inventam novas formas de produzir? Pressupor uma realidade só encontra validade científica se partir do diálogo intenso com a realidade e, é desta forma que se apresentam as categorias *a posteriori*, interpretações do real que emanam dos sujeitos que vivenciam o fenômeno, isto é, dos sujeitos entrevistados. Este é, talvez, o momento mais árduo da investigação científica já que pressupõe que a técnica de pesquisa utilizada deva suscitar no investigado, categorias que não estavam presentes no imaginário do investigador tendo em vista que é a realizada não é aquilo que o investigador quer e sim aquilo que ela é a partir das múltiplas relações existentes no mundo concreto.

O desafio desta investigação é entender como o trabalho associado e cooperativista dos empreendimentos da Economia Social e Solidária potencializa o projeto de emancipação dos trabalhadores estando inserido em uma sociedade regida pela lógica sociometabólica do capital e que, portanto, reproduz o imaginário heterogestionário e individualista por intermédio da estrutura do Estado e das demais instituições sociais. Para tanto se faz necessário, como afirma Furtado (1988, p. 10), “[...] a combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto”.

Capítulo 2 - Sociedade capitalista: limites e alternativas

2.1 A Sociedade Capitalista, seu projeto societal e as alternativas

O sistema do capital, com suas crises cíclicas, tem uma capacidade adaptativa a situações cambiantes fazendo movimentos de ajustes e mobilização de recursos dos fundos públicos, para não haver a quebra da confiança que poderia levar ao aprofundamento da crise gerando um desfecho imprevisível.

Organizado para concentrar a renda através da exploração do trabalho – pela extração da mais valia – ou através de movimentos especulativos ancorados na intermediação financeira, em papéis na bolsa de valores, bolsa de mercadorias nos chamados mercado-futuro, gera também seu polo opositor, os que participam, como consumidores, ou como agentes secundários na produção.

Para entender estes mecanismos utilizados pelo sistema do capital, para além de uma característica conjuntural, se faz necessário atentar para a dinâmica que se estabelece em toda a formação social a fim de constituir o *metabolismo social de reprodução* (MÉZSÁROS, 2015) que garantirá sua manutenção.

Segundo Mézsáros (2015, p. 93) se faz necessário “[...] um quadro geral de referência social” para que a relação entre o “[...] grau de avanço produtivo historicamente alcançado” e os “[...] princípios orientadores adotados para o controle metabólico” possam apresentar um significado coerente com determinada organização social, pois “[...] o processo de *reprodução social geral*, com a multiplicidade de suas ações produtivas materiais e de várias iniciativas de tomadas de decisão, deve *coerir* de alguma maneira, caso contrário, a sociedade em questão não poderia sobreviver”.

O princípio orientador da *reprodução social* sob a lógica do capital, diz Mézsáros (2015, p. 98), se sustenta na “dominação *fetichizada* da quantidade”, na naturalização do antagonismo entre os detentores dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho e na conseqüente expropriação da riqueza produzida e, portanto, na “*perda do controle* sobre os processos de tomada de decisão” (MÉZSÁROS, 2002, p. 97). Desta forma, diz Mézsáros (2002, p. 96) “[...] o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’ [...] mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*”.

É a esse processo de *reprodução social geral* que Mézsáros (2015, p. 17)

chama de lógica sociometabólica do capital, isto é, o “[...] intercâmbio em que as células constitutivas ou os microcosmos do metabolismo social” são coordenados de acordo com os interesses do modelo produtivo potencializando a existência concreta da sociedade tendo em vista que,

[...] o funcionamento saudável da sociedade depende, por um lado, da *natureza* das ações produtivas materiais, de acordo com as condições históricas específicas que definem e moldam o seu caráter, e, por outro lado, da *modalidade* do processo *geral* de tomada de decisão política que *complementa* o processo sociometabólico, tal qual ativado na multiplicidade de unidades reprodutivas materiais particulares, ajudando-as a *coerir* em um *todo sustentável* (MÉSZÁROS, 2015, p. 93).

A questão vital para a *reprodução social geral* é, em última instância, o Estado já que é nele que repousa o ordenamento e o regramento da sociedade. Mas como o Estado¹⁸ exerce este papel regulador necessário ao sistema do capital? Diz Mézszáros (2002, p. 107):

Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores ‘microcosmos’ do sistema do capital – antagonicamente estruturados – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica.

A ideia primordial do sistema capitalista na contemporaneidade não é a busca para alastrar o mercado consumidor e sim intensificá-lo. Segundo Mézszáros (2007, p. 59) a fase atual do capitalismo pode ser considerada como sua decadência, pois combina, em sua crise estrutural “[...] uma tripla fratura entre: 1) a produção e seu controle; 2) a produção e o consumo; 3) a produção e a circulação”. Essa combinação, fruto da alteração da lógica de acumulação do capitalismo (de D M D’ para D D’), produz contradições que se avolumam sem que os gerenciadores do capital possam prever estrategicamente seu rumo.

¹⁸ Embora o Estado exerça este papel fundamental na reprodução social geral para a manutenção da lógica sociometabólica do capital, Mézszáros, 2015 alerta que o movimento de auto expansão crescente do capital põe o Estado em condição de subordinação aos seus imperativos. Mesmo que o capital necessite das funções corretivas do Estado, em sua atual fase de expansão o Estado não consegue “[...] cumprir suas *funções corretivas* vitais que são requisitadas pelo próprio processo reprodutivo material antagonico, como resultado, o agora *Estado em falência* [...] pode apenas por em perigo o processo metabólico social geral, em vez de solucionar a crise. Isso ocorre porque o Estado é *parte integral* das determinações estruturais do sistema do capital, e suas necessárias funções corretivas/solucionadoras só podem ser internas a ele. Assim, o Estado não pode *eximir-se* da *crise estrutural* em desdobramento do sistema do capital como um todo”(MESZÁROS, 2015, p. 94).

Mészáros (2007) afirma que a crise contemporânea do capital transcende a dimensão econômica expandindo-se para as demais esferas da sociedade constituindo, assim, uma crise de dominação. Esta ideia é visível, segundo Mészáros (2011, p. 222-3) na dimensão ambiental “[...] desde a alocação perdulária de recursos [...] ao veneno que se acumula em todos os campos em detrimento de muitas gerações futuras” passando pelas questões referentes às causas emancipatórias, como a questões que envolvem as mulheres até chegar à dimensão do desemprego crônico que “[...] traz a baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva” (MÉSZÁROS, 2011, p. 224).

Para Paul Sweezy (1982), ao fazer referência à realidade dos anos de 1970, a crise do capitalismo poderia, em uma forma particular de sociedade, tornar-se extremamente onerosa, sem que isso significasse seu termo e o caminho dependeria da correlação de forças dos projetos que buscassem manter ou mudar para construir uma nova sociedade. Mas existem componentes na realidade contemporânea que transcendem à análise de Sweezy (1982) tendo em vista o dinamismo das alterações verificadas no capitalismo, como aponta Mészáros (2011).

Na economia atual verifica-se o aprofundamento da assimetria entre as regiões do norte rico com tecnologia de ponta e o sul produtor de matérias primas e com padrão tecnológico submetido a determinações dos países do norte, entre nações ricas e pobres. O fim da guerra fria chegou a confundir as ideias com o denominado ‘fim da história’ na qual o ocaso do Bloco do Leste esfarelou-se com sua experiência histórica baseada em um planejamento centralizado, de busca da igualdade. O modelo que triunfou foi em outra direção com a anarquia do modo de produzir capitalístico em que o planejamento é desprezado dado que o mecanismo do sistema de mercado se autorregula, até mesmo pelo aparecimento da crise.

São inúmeras as correntes explicativas que procuram dar conta das contradições geradas por este novo modelo de gerenciamento do capitalismo. Sem o intuito de polarizar tais pressupostos explicativos, objetivando tão somente uma sistematização didática, pode-se dizer que existem análises que se centram no aspecto econômico, derivando consequências em todos os âmbitos da vida social resultando no mais eloquente nível de desigualdade social ao retirar do cerne das contradições a aviltante exploração do trabalho humano (PIKETTY, 2014), e análises

que, demonstrando a imbricada teia que se forma a partir de uma lógica própria do novo modelo de gerenciamento, percebem que tais contradições são geradas tendo como eixo prioritário a expropriação da riqueza produzida e, portanto, os efeitos estruturais que transformam o potencial sujeito produtor em peça descartável da lógica do sistema (MÉSZÁROS, 2002).

Ou dito de outra forma, existem pressupostos analíticos que acreditam que a redistribuição de renda, no estilo do modelo neokeynesiano, dará conta da desigualdade social e, portanto, das contradições contemporâneas do sistema e desta forma retira do cerne da discussão a questão da expropriação da riqueza produzida (PIKETTY, 2014). Outra vertente analítica verifica que o modelo de desenvolvimento adotado nesta fase do capitalismo produz contradições estruturais que não são passíveis de resolução sob a ótica do capital, pois a crescente e rápida acumulação de capital necessita do descontrole das forças tanto na natureza quanto das forças sociais assim gera o esgotamento do que é essencial para a vida (MÉSZÁROS, 2002).

Como exemplo, para ilustrar essa questão, vale lembrar o expansionismo da monocultura de exportação que, visando à máxima rentabilidade, utiliza de alta tecnologia para a produção de sementes geneticamente modificadas produzindo efeitos que fogem do controle como o surgimento de enfermidades advindas do consumo dos produtos, desmatamento para que se tenha maior espaço para a produção consequentemente gerando, desequilíbrio ambiental como secas e produção de áreas desérticas, dentre outros efeitos. Desta forma, a mera redistribuição de riqueza não contempla as contradições geradas e que levam, sob a ótica desta vertente, ao esgotamento do sistema¹⁹.

Para efeitos deste estudo é importante referenciar duas vertentes, mesmo que a orientação teórica se identifique com a segunda, pois os dados apresentados pela primeira vertente se transformam em fonte de referência para a análise das contradições e, assim, possibilitam uma análise mais consistente sobre a potencialidade de outra forma de produção em que a eliminação da expropriação da riqueza possa produzir, consequentemente, perspectivas de desenvolvimento

¹⁹ É importante salientar que esta vertente analítica não pode ser caracterizada como fatalista. O que se postula é justamente o esgotamento do modelo do sistema por suas próprias contradições e que, desta maneira, verifica-se uma crise que não potencializa uma superação face à sua dimensão estrutural.

autossustentado e responsável.

Para tanto se faz necessário entender como se estabelece a relação entre capital/trabalho e capital/renda e quais são as consequências nesta fase de crise do sistema do capital, ou como diz Mészáros (2005), de uma crise da lógica sócio-metabólica do capital. Em épocas de crise, na relação capital/trabalho, o trabalho é sempre penalizado pela precarização, subemprego e o desemprego, com a intensa distribuição dos prejuízos. Já em épocas de expansão não se verifica a repartição dos ganhos demonstrando que esta relação tem uma natureza desigual com a submissão do trabalho à lógica acumulativa do capital.

A contradição se intensifica quando se apresenta a relação entre capital e renda. A *renda* corresponde ao que se designa como a produção de bens e serviços em um intervalo de tempo em um determinado território, um bairro, uma cidade, uma nação. Já o capital é um estoque resultante do que foi apropriado ao longo do tempo, ou a quantidade total da riqueza existente, conforme Piketty (2014). O capital, desta maneira, é separado da produção e se caracteriza pela intermediação financeira que supera em muito os índices de crescimento da riqueza social baseada na produção.

Harvey (2013, p. 31) analisa como o sistema do capital, na contemporaneidade, atua para a absorção do mais valor por intermédio desta financeirização, afirmando que,

[...] a incrível expansão na absorção capitalista do mais-valor, associada a outro ciclo desestabilizador de inovações tecnológicas, simplesmente conduziu à produção de excedentes ainda mais maciços. Desde o início da década de 1990, grande parte desse excedente vem sendo especulativamente absorvido, fluindo para todos os tipos de bens – o mercado de ações dos Estados Unidos na década de 1990, os mercados imobiliários após 2000 e agora os mercados de insumos primários e monetários ou os mercados de ações “emergentes” de alto risco na Ásia e na América Latina. A quantia que os fundos *hedge* administram ‘disparou de 40 bilhões de dólares há 15 anos para 1 trilhão de dólares hoje’, para que, ‘no fim de 2004, houvesse 3.307 fundos de investimentos, um aumento de 74% desde 1999’. Os ganhos especulativos são hoje fundamentais para a sobrevivência das classes superiores, mas isso evidentemente implica a ameaça de importantes desvalorizações quando várias bolhas de ativos explodirem.

Piketty (2014), que recentemente ascendeu no meio acadêmico reivindicando o retorno da economia como parte das ciências sociais e lançando um sugestivo título *O Capital no século XXI*, examina a *desigualdade* como recorrente em cada lugar em que o capital estende seus tentáculos, concentrando-se nas mãos de

poucos a renda igual a da metade da humanidade.

A análise de Piketty (2014) dá-se a partir de um referencial baseado na (re) forma da economia atual, pois, segundo ele, a economia passou a ser uma 'ciência' divorciada do mundo. O eixo estruturante desse sistema é apenas a apropriação *desigual* da renda gerada. E como solução Piketty (2014) sugere uma taxação das grandes fortunas, como já havia sido proposto pela Taxa Tobin²⁰.

Tal construção analítica erigiu-se a partir da relação capital/renda e da assimetria capital/trabalho. Sobre a desigualdade²¹ a análise dá-se da presença desta na apropriação do trabalho e do capital que resulta como consequência da distribuição mundial da riqueza²². Não é possível esperar que o polo beneficiário dessa brutal concentração tome a iniciativa para a distribuição. Para essa tarefa é preciso organização, vontade política, informação, luta social e enfrentamento ao senso comum.

Ao analisar a forma de estruturação de uma sociedade é preciso levar em conta que, mesmo que tal estrutura contemple a oposição entre os que detêm os instrumentos de produção e os que expropriados destes meios só lhes resta, então, a venda da força de trabalho, é fundamental que exista minimamente um equilíbrio econômico, pois um modelo excessivamente concentrador e excludente, e no caso contemporâneo, baseado em intermediação financeira, potencializa as contradições de nível estrutural. Segundo Dowbor (2013), no momento atual verifica-se a fase mais aguda de apropriação da riqueza social que só encontra similar no período imediatamente anterior a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

Mas como essa principal contradição do capitalismo, sintetizada na ideia de que a produção do produto social é coletiva e sua apropriação é individual, expressando, assim, a absoluta desigualdade, esta ideia pode ser entendida?

Mais uma vez verificam-se concepções distintas advindas daqueles que analisam a crise contemporânea do capitalismo e tais concepções passam a ser

²⁰ Proposto pelo estadunidense Nobel de Economia em 1981, James Tobin da Univ. Yale, prevê a taxação dos capitais especulativos para apoio aos povos em situação de vulnerabilidade. Inspirou o surgimento da Organização ATTAC – em 1997 foi tema de debate nos Fóruns Sociais Mundiais.

²¹ Um estudo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – *La hora de la Igualdad* – já demonstra que o fundamental é centrar nossa estratégia de desenvolvimento em torno da produção da igualdade substantiva (DOWBOR, 2014(a), p. 01).

²² Neste ponto que aparece a visão reformista de Piketty (2014), embora se ressalve a importância de seu trabalho que, mesmo não tendo como referência uma revolução no modo de produção, atenta para os limites do mercado, do capitalismo e nos faz repensar, também, o papel desempenhado pelas instituições democráticas.

fundamentais quando se propõem saídas não somente para as crises pontuais, mas para o próprio cerne das contradições que desembocam em crises estruturais. Para se ter clareza de como se estrutura esta contradição, se faz necessário analisar como se constitui o Capital.

Piketty (2014, p. 51-52) define Capital como “[...] o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas) utilizado para moradia e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos, máquinas, patentes etc.), usados pelas empresas e pela administração pública”.

Já para Marx, o Capital, e sua expressão fundante, é a *mercadoria*, pois o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’. A forma-mercadoria é, segundo Harvey (2013), uma presença universal. Marx interessava-se pelo fato de que as pessoas compravam e vendiam mercadorias e isso era, para ele, um ato fundador.

A diferença entre as duas perspectivas é, justamente, o que se concebe como mercadoria. A análise de Piketty, afastada da polarização esquerda e direita, recusa a colocação na lista de mercadorias do que ele chama de “capital humano”, ou seja, a categoria trabalho que responde pela produção de mercadorias/riqueza social.

Se o ser humano se humaniza por meio da maneira como produz sua existência – material e subjetiva – como se verifica o processo de socialização em uma sociedade que vive da expropriação da riqueza produzida pela maioria? E se essa riqueza expropriada é fundamental para a manutenção do modo de produção capitalista, como não ser considerada mercadoria?

Segundo Harvey (2013), há na base da mercadoria a expressão do capital fundiário, originário do período feudal, vindo posteriormente as demais formas-capitais adquirindo a expressão comercial, industrial, usurária, com fases históricas bem determinadas. É, então, necessário ter em conta o papel desempenhado pelo dinheiro na estrutura sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011), conforme analisa Harvey (2013, p. 93).

O dinheiro pode ser usado para fazer circular as mercadorias, para medir o valor, para armazenar riqueza e assim por diante. O Capital, no entanto, é usado de modo determinado. Não apenas o processo D-M-D é uma inversão do processo M-D-M, mas como Marx observou [...] o dinheiro não se apresenta como meio de circulação, como mera forma evanescente e mediadora do metabolismo, mas como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta.

Desta forma, as mercadorias, na perspectiva marxiana, além de conterem valores de uso (para quem consome como produto final) ou de troca (para quem a vende como produtor ou comerciante), são também produtos de um trabalho²³ humano e, desta forma no capitalismo, o próprio trabalho humano se transforma em mercadoria que pode ser comprada e vendida de acordo com as oscilações do mercado. O proprietário da força de trabalho a tem somente como “força”, mas ela necessita da concretude para transformar a natureza.

Outro aspecto relevante a ser considerado nestas duas perspectivas de análise se refere ao controle dos meios de produção que tende no sistema do capital concentrarem-se nas mãos de poucos. A apropriação desigual explica apenas uma parte do problema e ainda assim insuficiente, pois não explicita como isso ocorre bem como as formas de superar o modo desigual da repartição do produto social.

Há atualmente, conforme Dowbor (2014, b), 85 pessoas no mundo com renda superior a 171 países. Ou seja, a dinâmica de concentração rentista tornou-se inimaginável, pois na outra ponta encontram-se bilhões de seres humanos sem que seus direitos elementares sejam, sequer, assegurados. Se fosse possível abstrair da lógica do sistema a condição humana e os direitos elementares como o direito a uma vida digna, mesmo assim a excessiva concentração rentista encaminha o sistema do capital ao esgotamento tendo em vista que ativa o chamado *círculo vicioso* e, portanto, as crises migram de seu caráter conjuntural para a dimensão estrutural.

As posições de reformas no capitalismo adotadas, por exemplo, pelos partidos verdes com o apelo de troca do ‘vermelho pelo verde’, foram olímpicamente ignorados, pois apresentavam restrições ao processo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2011). Desta forma qualquer proposta de superação da crise do capitalismo que pautar a quebra de hierarquia será considerada uma heresia tendo em vista que um dos componentes do sistema do capital é, justamente, a hierarquia em que a heterogestão é seu modo de separar o planejamento da execução para produzir a alienação do trabalho, assim como a cisão do trabalho intelectual e do trabalho manual e, desta forma, produzir dissensões e competição na própria classe não proprietária dos meios de produção.

Quais são, então, os efeitos produzidos no imaginário de uma sociedade

²³ Mas esse não é o tempo de trabalho dispendido na produção de uma mercadoria, mas para Marx todas as mercadorias são ‘reduzidas a trabalho humano igual a trabalho abstrato’.

pautada pela expropriação da riqueza produzida e intensificada pelo modelo rentista apresentado pelo capitalismo contemporâneo? Como entender a organização da sociedade em momentos de transição no qual a grande maioria da população mundial se vê acuada entre a necessidade da venda da força de trabalho e o enxugamento dos postos de trabalho?

O trabalho humano é, sem dúvida, a “chave da questão social” (GUARESCHI, 2013, p. 60), pois é o trabalho humano o produtor da riqueza na medida em que transforma a natureza, transforma o próprio ser humano como sujeito singular e transforma a relação entre os seres humanos. Desta forma, desconsiderá-lo como mercadoria no sistema do capital pode promover, ainda mais, a naturalização da desigualdade intensificando a deformação da identidade de classe, como afirmava Marx (2004).

Sendo assim, diz Guareschi (2013, p, 60-1), é fundamental entender como se procedem as relações de produção, pois,

[...] os meios de produção e o trabalho, isto é, as forças produtivas de uma formação social põem uma sociedade em funcionamento, são a base material de qualquer sociedade. O que vai distinguir uma sociedade de outra são, pois, as relações que se estabelecem e regem essas forças produtivas. Por exemplo: as forças produtivas numa sociedade cooperativista, estatista ou capitalista são as mesmas. O que vai diferenciá-las são as *relações* que se estabelecem entre os elementos dessas forças produtivas.

2.1 A crise: os impactos na sociedade mundial

Os efeitos devastadores no modelo de capitalismo adotado a partir dos anos de 1980, denominado de neoliberalismo, produziram a inversão do “círculo virtuoso do capitalismo” tão presente no modelo Keynesiano adotado pela Europa no pós-guerra. O que se presenciou, a partir das medidas adotadas por Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, foi a produção paulatina do chamado “círculo vicioso do capitalismo”, com a reestruturação produtiva geradora de menos trabalho e, por conseguinte, menos consumo. Segundo Castells (1999, p. 36) os quatro objetivos da reestruturação do capitalismo podem dar a dimensão dos efeitos posteriores.

[...] aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade

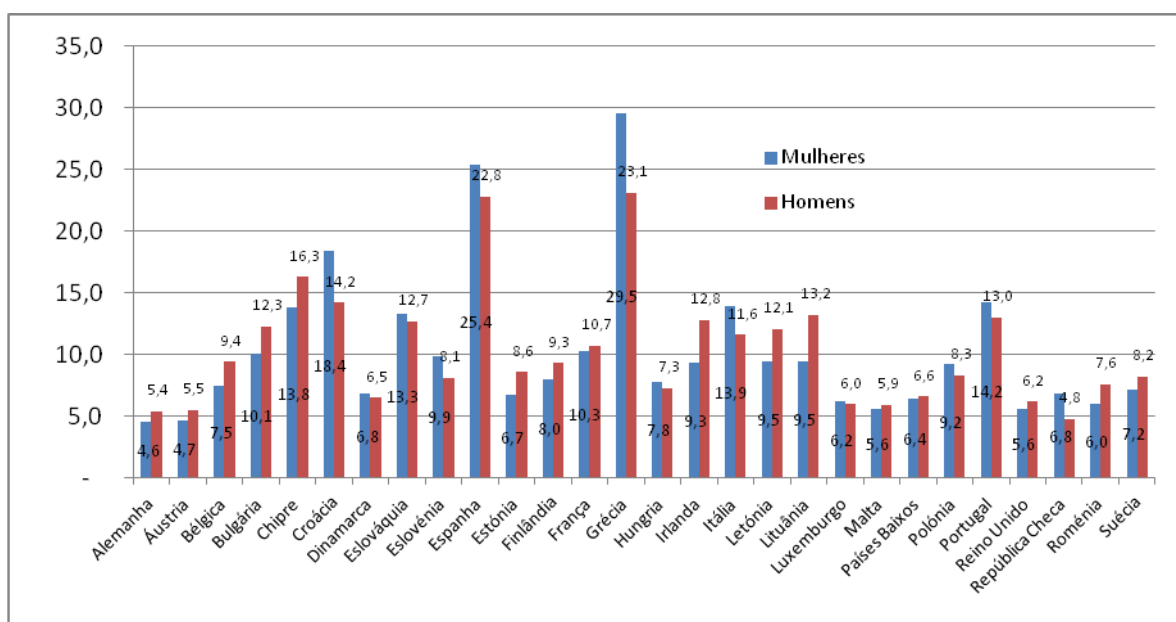
das condições mais vantajosas para a realização de lucro em todos os lugares; direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público.

Esta nova dinâmica do capitalismo produziu, em um primeiro momento, a euforia de maior lucratividade com menor custo de produção ancorada em um novo tripé – globalização; Estado mínimo; reestruturação produtiva. Mas os rearranjos do tempo histórico demonstraram a fragilidade das ideias dos economistas defensores do “menos Estado” para as políticas públicas, produzindo efeitos desastrosos acirrando, assim, as contradições internas do sistema.

O desemprego na União Europeia (contando os 28 países) tem aumentado desde 2003 chegando em 2013 a atingir 26,9 milhões de trabalhadores e ao redor de 22% entre os jovens de 15 a 24 anos conforme expresso na tabela abaixo. Crescem também, nos 28 estados membros, a exclusão e a vulnerabilidade social fruto de políticas regressivas de apoio as famílias. (Eurostat, 2013)

Segundo Piketty (2014), a Europa está à beira do abismo com uma grave crise política, econômica e financeira e as instituições que lá atuam como o Banco Central Europeu e o Parlamento, são inadequados, pois não representam os respectivos Estados Nacionais. Desta forma as propostas de austeridade produzirão mais elementos de ampliação da crise já que não contemplam as especificidades de cada realidade.

Gráfico 1 – O desemprego nos 28 países da União Europeia



Fonte: Eurostat (2013). Elaboração pelo autor (2015)

Isto fica evidente ao se perceber que a pobreza e a exclusão social no grupo etário 18-64 anos aumentaram significativamente em dois terços dos Estados-Membros nos últimos tempos, essencialmente em virtude de desemprego ou trabalho precário.

Em 2012, aproximadamente 50 milhões de pessoas em idade ativa na UE-28 viviam com menos de 60% do rendimento médio nacional equivalente; 33,1 milhões sofriam de privação material severa e 30,4 milhões de pessoas no grupo etário 18-59 anos viviam em agregados domésticos sem emprego.

O efeito da crise atingiu também a proteção social na qual se verificaram fortes aumentos em 2009 e 2010 em áreas (como as pensões e a invalidez) nas quais o nível de despesas era já elevado e associado a desempenhos sociais e do emprego relativamente modestos. Ao mesmo tempo, em alguns países, o nível de despesa estagnou ou diminuiu mesmo em áreas sociais como moradia ou o apoio às famílias (EUROSTAT,2013)

Isto significa que o Estado de Bem-estar Social europeu, criado no após-guerra para impedir ou bloquear os avanços do socialismo, tiveram que ser rearticulados na crise que se apresentou de forma política de enfrentamentos de projetos na Grécia, e na Espanha, países que tem os maiores índices de desemprego na região.

2.2 O Brasil na Crise

Desde 1930 o Brasil experimenta por força de um tipo muito peculiar de estado de bem-estar social articulado com um forte estatismo ora de matriz nacional-desenvolvimentista, ora com matriz de capitalismo associado, um crescimento significativo. A partir de 1980 o país se defronta com uma crise de estagnação, afetando fundamentalmente a renda dos trabalhadores. Esse fenômeno de estagnação está diretamente relacionado com a lógica da dependência estrutural vivida pelos países de terceiro mundo. Desta forma as variáveis exógenas foram muito mais contundentes do que as variáveis endógenas.

A alteração da lógica do capitalismo nos países centrais – com a substituição da base Estado nacional; Estado keynesiano e modelo taylorista-fordista para a base globalização; Estado neoliberal e reestruturação produtiva – produziu efeitos devastadores nas economias dependentes. Sendo assim, a precarização do trabalho jogando enormes contingentes de trabalhadores na informalidade, atua incisivamente nas economias do terceiro mundo que só irão, de fato, experimentar no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990²⁴. Segundo Pochmann (2004), a partir de 1980 verifica-se uma regressão do emprego em geral e na qualidade do emprego em especial, com a indústria perdendo espaço e crescendo o emprego em serviços de baixa qualificação/remuneração.

A crise no emprego industrial produziu a necessidade de uma reestruturação do mercado de trabalho, especialmente no setor industrial. Na combinação de mudança tecnológica e desemprego foi colocada a necessidade de uma readequação do ambiente do trabalho que reduziam postos de trabalho em virtude da automação.

A mundialização da economia colocou em questão a renovação das plantas industriais e, nos casos em que isso não aconteceu, verificava-se a perda de competitividade e desaparecimento de indústrias ‘nacionais’ de origem familiar ou que não se adaptavam à competição no mercado mundial.

O Brasil, a partir de 2005, ampliou o leque de relações comerciais, com países da África, Ásia e América Latina e, com isso, pode manter e ampliar o superávit da balança comercial; livrar-se da dívida externa e fortalecer o

²⁴ No caso do Brasil o modelo foi adotado no governo de Fernando Collor de Melo.

consumo/mercado interno incorporando parte da população através de programas sociais. A estratégia de ampliação do mercado interno tem sido o que mantém o Brasil ao largo da crise mundial capitalista. Piketty (2014) afirma que o crescimento entre 1,0 e 1,5% ao ano são números extraordinários com os quais poderiam se evitar a ampliação da desigualdade de apropriação da renda, com a incorporação da população que chega ao mercado de trabalho.

As transformações no mundo do trabalho, expressa no crescimento do setor de serviços que passa a responder por mais de dois terços do emprego-trabalho nas cidades, trouxe mudanças estruturais no que se refere às classes sociais, pois o proletariado tradicional representa, hoje, um sexto da forma assalariada urbana.

Os reflexos de tais mudanças são visíveis na dimensão do emprego industrial que passa por constantes reduções do contingente de trabalhadores utilizando um número reduzido de trabalhadores altamente qualificados e levando os antigos trabalhadores da indústria a migrar para outros setores na economia, na economia popular com pequenas iniciativas empreendedoras individuais ou coletivas no setor de comércio e no setor de serviços.

Outros setores da economia sofreram igualmente impactos como, por exemplo, a setor agropecuário. Vale ressaltar que este impacto é menor do que o chamado *agro business* tendo em vista que é um setor adaptado às regras do novo modelo de capitalismo. No entanto, algumas cadeias agroalimentares defrontaram-se com novos concorrentes, especialmente asiáticos, na produção agrícola e da América do Sul. Já o setor calçadista não suportou a concorrência afetando as regiões produtoras no Rio Grande do Sul, na região do Vale dos Sinos, e no estado de São Paulo, na região de Franca. Até setores como o metal mecânico tiveram de buscar alternativas tendo em vista a redução estrutural no mercado de trabalho.

2.3 A construção de alternativas: a democracia econômica

Piketty (2014) chama atenção para o fato de que a economia necessita de reformar-se e se faz necessário fortalecer as organizações democráticas, enfim de novas estruturas de movimentos sociais globais, que construam outra economia.

A consciência histórica da necessidade de novos sujeitos sociais reforça, conforme Meszáros (2011), a articulação em três grupos: a determinação da ação

histórica, a percepção da mudança implicando desenvolvimento *cumulativo* e oposição entre particular e universal de caráter transcendente. Ou seja, classes sociais que se enfrentam com perspectivas de constituir-se em sujeitos históricos emancipados e emancipadores de sua classe.

A crise das hipotecas nos EUA, de 2008, baseada na volatilização de papéis podres começa a exalar mau cheiro e ultrapassa os oceanos pela interligação do capital andorinha à procura do (verão/usura), levando a uma crise (DOWBOR, 2014) que já completa um lustro no velho continente. Com as utopias cada vez mais longe há um vácuo em que apenas um polo exerce sua hegemonia para produzir o mundo a sua imagem e semelhança do *self made man*. O padrão estadunidense de produção, consumo e gestão, começa a afogar-se em sua própria água.

Onde estão as alternativas a esse modo de produzir baseado na crescente concentração da renda socialmente produzida e apropriada privadamente? Como superar os modelos de gestão hierárquicos, heterogestionários de separação do planejamento da execução? Como ir além do trabalho alienado, no qual se produz a negação da hominização e da possibilidade de realização humana pelo trabalho? Como gerar novas formas de sociabilidade humana que vão além do capital e seu projeto societal, criando outro modo de produzir e fluir a vida, sem o recurso da dominação opressão de uma classe sobre a outra?

O recorte necessário na economia realmente existente e nas alternativas que estão a ensaiar-se e experimentar outras formas de vida, de trabalho associado, de cooperação e em última análise de negação da sociabilidade imposta pelos “de cima aos “de baixo”, como dizia Florestan Fernandes (1995, p. 122), é um recorte que permeia a macroeconomia dos grandes fluxos globalitários de caráter concentrador e a micro economia, do mercado justo, de práticas solidárias e cooperativas, do desenvolvimento local de comunidades tradicionais, distributiva e baseada nos fluxos locais, de outra economia chamada social ou solidária dependendo dos locais e contextos em que se insere.

Desde as experiências dos ‘pioneiros de Rochdale’, as cooperativas vêm apontando e assegurando o direito ao trabalho livremente associado e não a forma assalariada, subordinada e alienada do trabalho sob o manto do capital. Nesta experiência há uma democratização da economia, e a construção de outro modo de gestão, isto é, a autogestão cooperativa de forte inserção em todo o mundo com

experiências singulares como na região de *Mondragon* na Espanha onde nenhum posto de trabalho se perdeu ao passo que a Espanha tem os maiores índices de desemprego da União Europeia.

Qual a razão dessa atitude se a crise se apresenta para países de fortes economias integrantes do G20 (Grupo das vinte maiores economias do planeta)? Ocorre que *Mondragon* tem programas de requalificação e de intercooperação em que os trabalhadores que estão com baixa atividade em um setor se requalificam e vão atuar em outro onde há expansão de atividades.

Há um circuito econômico que valoriza o ser humano não apenas no momento em que se requerem seus esforços físicos para produzir uma riqueza que pertence a um ou vários donos, pois em uma cooperativa são todos igualmente responsáveis pelo sucesso e pelas dificuldades e com estes se repartem ônus e bônus das iniciativas coletivas. A experiência Canadense, dos Países Baixos, em regiões da Itália como a Emilia Romagna o cooperativismo tem ultrapassado as crises em que muitas empresas sucumbem demitindo trabalhadores, reduzindo salários, mandando-os ficar em casa por um período até que a ‘crise’ passe. No modelo de gestão aparecem as diferenças entre a forma alienada do trabalho sob o manto do capital ou na forma cooperada e autogestionária do cooperativismo de novo tipo.

Em uma empresa há a separação entre o planejamento e a execução, entre quem pensa e quem produz, entre quem produz e quem se apropria do trabalho social. Em uma economia social, em sociedades cooperativistas há a união do planejamento e da execução, todos se apropriam do que acontece em uma cooperativa. A autogestão é um conceito afirmado em experiências de empresas sociais, cooperativas e, em experiências de gestão do Estado.

Para Nascimento (1999, p. 17),

A autogestão diz respeito à questão do controle e gestão do processo e da organização do trabalho. [...] os trabalhadores forjam seus instrumentos de auto-organização para dar vida às suas utopias. Assim, podemos falar de autogestão numa perspectiva de longo prazo, enquanto sociedade futura em que os produtores gerem a propriedade social e, de autogestão das lutas e organizações, enquanto resistência cotidiana à organização autoritária do trabalho.

Para Singer (1987, p. 8) [...] “existe no capitalismo a tendência de transformar tudo o que é desejável em objeto de comércio”, isto é, em mercadoria que se

transformam em fetiches. Mesmo as experiências autogestionárias de produção, de comércio justo, que negam essa mercantilização precisam subsumir e apresentar produtos ao ‘mercado’ erigido sob o modelo hierárquico e heterogestionário.

No sistema socioeconômico do capital existe uma lógica própria estabelecendo, em sua gênese, os parâmetros da desigualdade social. De um lado, como visto anteriormente, estão os detentores dos meios de produção – propriedade privada de uma classe social – e em contraposição a eles estão os vendedores da força de trabalho, a classe de trabalhadores não proprietários que são subordinados ao sistema. O lucro dos primeiros é extraído a partir da exploração do trabalho dos segundos. O desenvolvimento do capitalismo foi/é bastante complexo e envolve toda a sociedade, colocando os seres humanos como uma parte estratégica de sua engrenagem. Todos têm uma tarefa nesta estrutura, os detentores dos meios de produção recebem o lucro e administram os trabalhadores que constroem o objeto de consumo ou parte dele, que será usufruído pelos consumidores completando assim está grande máquina.

As transformações derivadas da dinâmica do sistema fizeram com que se acentuassem os níveis de desigualdade social, pois, segundo Singer (1987, p. 11):

[...] qual a essência do capitalismo? É a corrida generalizada atrás do dinheiro, é a competição cega das empresas no mercado, é a invenção de novos produtos, é a caça, pelos consumidores, do que “vai ser moda”, é a incessante mudança de processos e o sucateamento precoce de homens e máquinas. É o trabalho alienado de muitos, subordinado às ordens do capital agindo às cegas e que, ao agir assim, ora cria progresso, ora crise, ambos inadvertidamente.

Para Singer (1987), a tendência dominante do sistema capitalista impregnou não apenas os fabricantes, mas também os consumidores, por isso a lógica de consumo visa aumentar a produtividade e assim reduzir os custos de produção e distribuição. O processo de manutenção da vida nos modos de produção não capitalista se dava – com algumas pequenas variações – de maneira a garantir as necessidades materiais básicas da sociedade.

A sociedade capitalista não garante meios de subsistência a toda a população. Pelo contrário, é condição desse modo de produção a existência de uma massa de trabalhadores desempregados, que Marx (2004) chamou de “*exército industrial de reserva*”, isto é, homens e mulheres que se encontram na situação de potencial mão de obra empregável, dependendo do dinamismo do capitalismo para

integrar-se no mercado de trabalho. Diz Marx (1984, p. 125):

[...] superprodução relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisações. Mas, além dessas formas principais, que se reproduzem perigosamente, assume ela, continuamente, as três formas seguintes: Flutuante, Latente e Estagnada.

O trabalho para Marx (1984) é essencial à subsistência do homem. Com o trabalho (produção material da existência) é possível estabelecer uma harmonia entre homem e natureza. Esta relação mútua mais tarde foi desvirtuada, pois o homem apoderou-se da propriedade privada, transformando o trabalho em um processo alienado. Desta forma, para Marx (2004), o trabalho é uma condição necessária para que o homem seja cada vez mais livre e dono de si próprio. Contudo verifica que historicamente o trabalho assumiu características diferentes.

Com as mudanças nas relações sociais de propriedade, ocorreram drásticas transformações na lógica do trabalho. O homem passou a produzir não apenas para subsistência, mas também para trocar o excedente de seu trabalho. A partir deste processo desenvolveu-se uma hierarquização, justamente com o surgimento da propriedade privada.

A ideologia disseminada pelo capitalismo enfatiza que homens que trabalham são dignos, mesmo que o trabalho não seja o suficiente para sustentá-lo. Tal assertiva ganha força na concepção bíblica 'ganharás o pão com o suor do teu rosto' e, por isso cria-se a concepção de que não trabalhar é o mesmo que carregar em si uma identidade negativa. Já na Grécia Antiga os trabalhos manuais e pesados deveriam ser desprezados pelo homem bem-nascido, pois, como afirma Arendt (2000, p. 91),

[...] o desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se à medida em que as exigências da vida na *polis* consumiam cada vez mais o tempo dos cidadãos e com a ênfase na abstenção (*skhole*) de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço.

A imposição do trabalho, na lógica do capitalismo, como fonte de identidade social é tão forte que transcende a própria situação/localização dos sujeitos na sociedade. Se no capitalismo, conforme Marx (2002) o trabalho é alienante, pois o

trabalhador ao fabricar a mercadoria, torna-se ele mesmo uma mercadoria, reduzido a um instrumento de riqueza de outros homens, como pode alguém desejar retornar a situação de mercadoria?

Nas experiências autogestionárias é que se vislumbram as possibilidades emancipatórias do trabalho significando o processo de desalienação, pois não se encontra mais submetido ao capital.

Ao se levar em consideração o “*homem real*”, como dizia Marx (2004), percebe-se, como visto anteriormente, a existência da relação tríplice entre homem, natureza e atividade humana produtiva. Esse processo de interação recíproca constituía, para Marx (2004), a “Gênese da sociedade humana”.

Dessa maneira, para que o ser humano possa dar conta de suas necessidades materiais, estabelece uma interação recíproca com a natureza por meio da atividade humana produtiva. Logo, o ser humano é um ser que se cria e recria por meio do trabalho que é um agente humano de produção quando não alienado (Marx, 2004). Mas quando esse processo se rompe? Quando o trabalho passa a ser um simples fato material, e, portanto, o trabalho alienado (Marx, 2004)?

Segundo Adorno (1995, p. 180), a reprodução da ideologia capitalista em nada possibilita a construção da emancipação que, “[...] precisa ser acompanhada de certa firmeza do eu, da unidade combinada do eu, tal como formada no modelo do indivíduo burguês”.

As experiências que se desenvolvem através da eliminação de formas hierárquicas da divisão do trabalho em formas inovadoras de produção associada, cooperativada e autogerida para além do capital recuperam trajetórias ocupacionais que se tornaram descartáveis na reestruturação produtiva.

Em 1848, foi publicado o Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels, neste mesmo ano eclodiram revoluções por toda a Europa, constituindo o movimento denominado “Primavera dos Povos”. No final do século XIX, em 1890, ocorre a Conferência de Berlim, ocasião em que foi reconhecida uma série de Direitos Trabalhistas e em 1891, o Papa Leão XIII (1879) edita a Encíclica *Rerum Novarum*²⁵, preconizando a necessidade de uma reavaliação de posição, quanto aos trabalhadores, por parte da classe dirigente.

As perspectivas emancipatórias se gestam dentro do modelo de organização

²⁵ *Rerum Novarum*: significa coisas novas. Encíclica escrita pelo Papa Leão XIII sobre a condição dos operários.

capitalista com o desafio de produzir a vida de outra forma de trabalho livremente associada em experiências que já demonstraram vigor em períodos de aguda crise do sistema do capital. Criar as condições para que não tornem funcionais e se tornem o germe da mudança necessária para uma humanidade verdadeiramente humana.

Capítulo 3 – O Cooperativismo e a Economia Solidária: as tramas e as interconexões

3.1 O Cooperativismo e Economia Solidária: concepções, práticas e desafios

O termo Economia solidária²⁶, na atualidade, adquire múltiplas conceituações constituindo uma pluralidade de interpretações e leituras, embora, já se tenha registros de uma definição a partir das experiências históricas que lhe deram origem antes mesmo do sistema do capital tornar-se hegemônico na paisagem da maioria dos países ao redor do mundo. Um conceito, conforme Cruz (2006), é antes de mais nada um processo de disputa: uma tentativa de aproximar ou distanciar, de igualar ou defender, de limitar ou expandir, coisas, acontecimentos, ideias, significados. Na economia solidária isso é muito visível e desse modo possibilita ao pesquisador formular sua leitura a partir de uma dinâmica que não se fecha e leva a buscar o sentido das coisas e não lhes impor um rótulo. Parte de um olhar específico parcial, pois nenhum ‘conhecimento’ pode dar conta plenamente de toda experiência em um tema se não compreende sua incompletude com uma interpretação possível e não finalística.

No último século, o sistema do capital tem gerado uma imensa desigualdade na apropriação da riqueza social e, a maior parte desta riqueza não está ligada a uma produção de bens e mercadorias para atender necessidades humanas, já que sua órbita se situa em atividades de movimentação de papéis nas bolsas de valores, aplicações financeiras e mobilização de recursos para onde há maior perspectivas de realização de lucros pelas taxas de juros, como já se verificava na crise da bolsa de 1929.

Apesar de esta hegemonia apresentar reiteradamente seus limites, crises e efeitos perversos, especialmente no aumento da miséria que foi *globalizada*²⁷ conforme a perspectiva estadunidense ou *mundializada* na perspectiva francesa, no aspecto ideológico, isto é, na concepção de mundo que dela emana, ela parece permanecer intocável já que condiciona a maior parte da população mundial a acreditar no caráter impessoal das ações do capital. Desta forma, diz Anderson

²⁶ Na Europa e em alguns países da América do Sul usa-se economia social. No Brasil a definição predominante é economia solidária. Utilizo aqui a expressão Economia Social e Solidária.

²⁷ Globalização conforme o Nobel de economia John Kenneth Galbraith ‘ não é um conceito sério [...] Nós, os americanos, o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica nos outros países’ (*apud* Batista, 2000, p. 58).

(1995, p. 23), no aspecto ideológico esta hegemonia é aplastante, já que,

[...] o neoliberalismo fracassou economicamente não conseguindo nenhuma revitalização do capitalismo [...] socialmente criando sociedades marcadamente mais desiguais. Política e ideologicamente, todavia alcançou êxito num grau no qual seus fundadores provavelmente sequer sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas a seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptarem-se as suas normas.

É assim que Anderson (1995) relaciona as articulações políticas e ideológicas do sistema do capital contemporâneo ao conceito de hegemonia, pois que a maioria das pessoas se põe em acordo a respeito de uma ideia ainda que com resistência e descrédito sem, no entanto, se configurar num movimento que se coloque de forma antagônica para buscar a sua superação.

É nesse cenário marcado por desigualdades que aparecem práticas sociais que apontam em outra direção. Trabalhadores se associam para produzir sem vinculação como assalariados consolidando, assim, empreendimentos com outros modelos de geração e distribuição do produto social. Seja na forma de cooperativa ou em associação com outros trabalhadores livremente associados, constroem espaços geradores de outra sociabilidade, ao que vem sendo designado como Economia Solidária, no caso brasileiro, Economia Social ou Socioeconomia em outros países. Mesmo que com variadas nomenclaturas, o que caracteriza tais empreendimentos é a possibilidade de outros arranjos econômicos que produzam um processo denominado por Dowbor (2008) como democracia econômica.

3.2 As origens das experiências cooperativadas

As experiências do cooperativismo apareceram no século XVIII tendo a experiência de Rochdale, na Inglaterra, como símbolo de uma nova forma de produção e distribuição do produto social.

A influência das ideias dos socialistas utópicos, como Saint-Simon, Owen, Fourier, encontrava ressonância nas massas de trabalhadores explorados com o advento da Revolução Industrial, pois apontavam para a construção de uma sociedade justa e feliz a partir das experiências cooperativadas. As reflexões de Tomas Morus, sintetizada nas premissas de uma ontologia realizadora social e filosoficamente do ser humano, serviam de inspiração para a construção de uma

sociedade de cooperação a fim de alcançar o objetivo primordial de satisfação das necessidades humanas (SÁNCHEZ, 2004).

Outra experiência de autogestão, referido na literatura, era os *Falanstérios* de Charles Fourier. Estes *Falanstérios* eram comunidades autogeridas em que os associados aportavam seu capital e conhecimentos e recebiam ações e a retribuição que lhes permitiam assegurar a sustentação de suas famílias. O trabalho associado assegurava a produção de que a comunidade necessitava. Divididos em falanges, dirigidas por um chefe, havia plena liberdade social e moral e prescindiam do Estado como ente que organiza a burocracia e exerce a coerção para garantir os interesses em conflito nas sociedades desiguais. A ausência de um agente externo de regulação influenciaram fortemente as experiências cooperativas que se seguiram (SÁNCHEZ, 2004, p. 34-35).

A Comuna de Paris protagonizou, a partir de um governo de trabalhadores, uma experiência designada como *autogestão social*. Com o intuito de atender às necessidades humanas enfrentadas a partir do momento que assumiu a responsabilidade de organizar a vida e dar conta da produção, distribuição e segurança, foram constituídos os comitês de rua, de fábrica, de local de trabalho que além de dar conta da organização interna organizavam a comunidade para a defesa de ataques articulados da reação que visavam o enfraquecimento do processo de legitimidade dos *comunards* que materializavam o autogoverno.

Para Nascimento (1999 p. 16) no programa de organização do trabalho da Comuna, os operários nomeavam e destituíam seus diretores, decidiam os salários, o horário e condições do trabalho. Um comitê se reunia todos os dias para programar o trabalho. Em uma clara manifestação de autogoverno dos produtores livremente associados na qual sua auto-organização produzem relações sociais de novo tipo, criam modos originais, autônomos e antagônicos ao sistema do capital.

Na Iugoslávia o projeto socialista desenvolveu experiências de autogestão modulares nas fábricas durante mais de trinta anos. Para Tito (1951) a propriedade estatal dos meios de produção era a forma inferior da propriedade social. Para se alcançar a fase superior da propriedade social era necessário devolver os meios de produção aos operários para que eles aprendessem a administrar e, assim, consolidar o significado e a significância da propriedade social.

Na América do Sul, ao longo do século XX, havia uma base legal que

reconhecia as cooperativas como iniciativa associada de trabalhadores diferente de empresas mercantis (SANCHEZ, 2004). A lei das sociedades cooperativas da Colômbia, de 1963, apresentava dois tipos diferentes de cooperativas: as chamadas cooperativas especializadas e as cooperativas integrais, sendo que estas últimas tinham diversos ramos de atuação baseada no atendimento às necessidades conexas de uma comunidade. No Equador a legislação agrupava as cooperativas em cooperativas de produção, cooperativas de consumo e cooperativas de crédito ou serviços, abrangendo, assim, imensas áreas de atuação asseguradas às organizações cooperativas. No Chile a Ley General estabelecia que as cooperativas fossem organizadas em classes atendendo aos ramos de produção, agrícolas e pesqueiras, camponesas, de serviços e de consumo. Já na Venezuela a Lei das sociedades cooperativas, de 1917, equiparou as cooperativas a empresas no código de comércio, mas uma regra específica, em 1942 e aperfeiçoada em 1975, reconheceu as diferenças entre cooperativas e empresas. No Brasil a Lei específica data de 1971 em pleno regime militar, como será visto posteriormente.

Estas experiências recuperavam de certa forma as antigas práticas de solidariedade defendidas pelos socialistas utópicos que viam na cooperação integral²⁸ a forma de solução das crises que o capitalismo emergente gerava desde seu nascedouro, com o fim do sistema feudal de propriedade da terra e de bases absolutistas na política e o processo que desencadeou a revolução industrial.

É com base nestas experiências históricas que surgem as propostas contemporâneas de um modelo de economia e política que supere os efeitos drásticos da economia de mercado, isto é, a desigualdade social e a grande concentração de riqueza.

3.3 Conceituações e experiências contemporâneas de cooperativismo

Para Vilassante (1997) a necessidade de novas práticas econômico-sociais é expressa no que ele denomina de *Ecologia Econômica e Popular*, espaço privilegiado em que as experiências de autogestão e cogestão produzem práticas

²⁸ No Jornal de Owen (Economista) em 1821 afirmava “o segredo foi desvendado: é a cooperação integral, da parte de todos os membros e para cada fim da vida social” e Fourier se manifesta de forma semelhante e quase ao mesmo tempo ao dizer que “o segredo da união de interesses está na associação” citados por GIDE, Charles e RIST, Charles (THOMPSON, 1989).

neo-comunitárias, dialogam com experiências comunais no meio rural desde a propriedade da terra e com usos da ajuda mútua, permitindo práticas e econômicas muito interessantes.

Estas práticas poderiam ser aplicadas em formas autogestionárias no meio urbano através de sistemas cooperativos, associativos e autogestionários nos quais poderiam mostrar sua eficiência no uso dos recursos superando os modelos especulativos do sistema sociometabólico do capital. Para Vilassante (1997, p. 198),

[...] con elementos de financiación, suelo y gestión con otros valores, los de una 'ecología económica y popular'. Unas economías locales las Universidades, las Cajas de Ahorros, y otras entidades públicas y semi-públicas deberían invertir sus investigaciones y sus 'intereses más desinteresados' de forma que sus resultados sean realmente populares entre las poblaciones de los Barrios.

No mesmo sentido, Bordenave (1994), faz referência aos níveis de participação em que os sujeitos identificam seus problemas, planejam, organizam e controlam coletivamente suas ações sem interferência de uma autoridade externa. Esse nível superior de participação corresponde à autogestão, no qual há autonomia e conhecimento, conformando, assim, outro modo de gestão de um empreendimento coletivo que pode coincidir com democracia econômica, cooperação, sustentabilidade social e ambiental.

Mesmo que se tenha clareza da lógica que sustenta a organização dos trabalhadores que supere a relação de assalariamento, vale lembrar que nem toda a forma de trabalho cooperado se traduz, automaticamente, em propostas de superação da heterogestão com a adoção de mecanismos autogestionários.

A análise da gestão dos empreendimentos que reproduzem a lógica do sistema do capital desafia, então, a existência de propostas que busquem um modo diferente de gestão no chão do trabalho associado e que superem as velhas práticas hierárquicas que, sem dúvida, não favorecem a democracia nem a proposta de autogestão que se consolida na apropriação coletiva dos meios de produzir e distribuir igualmente o produto social do trabalho coletivo.

Seria improdutivo limitar-se a ilhas de autogestão – um modo intramuros de exercício de autogestão fabril – sem que houvesse a crítica à tirania da circulação, pois estes trabalhadores associados estariam, tão somente, recauchutando as formas de produção para dar nova vida a velha proposta socialista de mercado com nova roupagem (NOVAES, 2011, p. 72).

Mas o que é a economia solidária e qual a sua amplitude do ponto de vista econômico e social? Para Cruz (2007, p. 2) os questionamentos que sintetizam a questão são os seguintes:

[...] trata-se de experiências pontuais elevadas a objeto de estudo por força de uma idealização ou é um fenômeno econômico e social com repercussão efetiva? Em que medida isto que chamam de economia solidária não é uma reedição de fenômenos sociais e econômicos já conhecidos e experimentados há mais de um século através das variadas experiências cooperativas e/ou de autogestão?

A autogestão não significa apenas um projeto para um futuro distante, no socialismo, ou outra fórmula pós-capitalista de terceira via, como afirmam alguns cooperativistas. Eles argumentam que, em face do esgotamento do sistema sociometabólico do capital e da ineficiência do modelo de socialismo implantado, ao não conseguir a produção de novas formas de emancipação se abriria espaço, então, para o cooperativismo²⁹ como a 'terceira via' social democrática, capaz de promover a inclusão, gerar e distribuir a renda de forma justa, enfim de produzir uma mudança social em benefício da sociedade.

Estes projetos que postulam a 'terceira via', são projetos que carecem de articulação, tendo em vista que a emancipação econômica pode dar-se de forma isolada, mesmo dentro do modo de produzir capitalista, assim como formas de emancipação política com a democratização do Estado e das organizações sociais, incluindo as cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários.

No entanto, a emancipação que coroa e traduz outra sociabilidade é a emancipação humana entendida, conforme Montaño (2010), como a superação das desigualdades e opressões de natureza sexual, racial, segregacional, xenofóbica, econômica e política. Na Economia Solidária, afirma Gadotti (2009), é fundamental a eliminação do lucro como categoria, pois este representa o rendimento do capital enquanto o salário é o rendimento do trabalho. Neste novo modo de produzir não há que se ter lucro, nem salários. Há que se ter geração e distribuição da renda produzida socialmente e distribuída da mesma forma.

A produção realizada por trabalhadores livremente associados gesta novos valores solidários, participação, autogestão, autonomia³⁰. A autogestão, por vezes,

²⁹ Manifestação de um dirigente cooperativista na aula inaugural de um curso patrocinado pelo sistema "S" do cooperativismo – o SESCOOP (Serviço Nacional de Educação Cooperativista) em Porto Alegre, 2009.

³⁰ Como em qualquer modo de produzir ninguém nasce cooperativista autogestionário, pois é

aparece como equivalente ao cooperativismo, embora existam cooperativas autogestionárias ou democráticas e cooperativas que praticam o modelo heterogestionários, reproduzindo a lógica de empresas do sistema sociometabólico do capital.

De acordo com Razeto (1998, p. 30-31) existe um fator “C” no planejamento que coloca os elementos constituintes de cooperação no trabalho, com o uso compartilhado de conhecimento e informação como geradores de cocriatividade social, com base na prática de tomada de decisões coletiva produtoras de um processo de integração funcional interna.

O processo de comercialização conjunta em feiras e pontos de venda – um do primeiro momento de aproximação com a Economia Solidária – são elementos que levam a um consumir associadamente, além de buscar a distribuição dos resultados de maneira justa. Pode-se dizer que esta é a estrutura mais próxima de um ideal igualitário de valorização do esforço comum individual e coletivo, dando uso dos excedentes em benefício de todos além da preocupação com efeitos da economia sobre o ambiente e suas consequências, tendo em vista que o ambiente é comum a todos.

A ênfase nos objetivos compartilhados e na promoção da defesa de interesses comuns são elementos que forjam novas relações que buscam a humanização e a democracia econômica, componente essencial de geração de outra sociabilidade emergente contrariando a perspectiva dominante de concentrar, dividir e promover a “desigualdade substantiva” (MÉSZÁROS, 2007) que escraviza o presente e hipoteca o futuro, com a barbárie enfrentando a civilização. O desafio é

necessário percorrer um processo de educação para a autogestão e a cooperação como a experiência desenvolvida pela Escola de Altos Estudos do Comércio de Montreal que, 1975, inaugurou o Centro para gestão cooperativista com experiências significativas na mudança de práticas impulsionadas especialmente no cooperativismo de crédito. Outras experiências surgem com o intuito de fortalecer o processo e educação para a economia solidária e o cooperativismo, despertando o interesse nos meios acadêmicos em diferentes áreas de conhecimento. Surgiram grupos de Trabalho em Congressos de diversas áreas como os de Sociologia, economia, e também Linhas de pesquisa no CNPQ, FINEP e entre pesquisadores do tema em bases nacionais e internacionais como o RIPPES, o RILESS, revistas como a Otra economía – Revista Latino americana de Economía Social y Solidária, vinculada a RILESS – Red de Investigadores en Economía Social y Solidária que coloca entre seus objetivos a oferecer uma base científica e empíricas tanto ao pensamento estratégico como a ações referentes ao desenvolvimento de formas de economia alternativa que vêm emergindo há mais de duas décadas na América Latina. Outra rede esta de Universidades de países europeus e latino americanos originadas de um projeto financiado pela União Europeia é a RULESCOOP³⁰ tem realizados Congresso sendo o último em 2013 na UNISINOS em São Leopoldo. O próximo ocorre em La Plata Argentina no primeiro semestre de 2015 e em 2016 o X Congresso da RULESCOOP será na Universidade de Helsinke.

como sair desta armadilha!

O Modelo de organização cooperativista tem se referenciado, atualmente, na experiência da *Mondragon* – Corporação Cooperativa do país Basco – que desenvolve um modelo organizacional, um complexo cooperativo em redes e cadeias socioprodutivas interligadas gerando mais de 80 mil postos de trabalho e resistindo a tempestade que atravessa a Espanha, e outros países europeus, sem produzir redução de nenhum posto de trabalho nem redução de renda aos seus associados.

Nesta experiência, as cooperativas formam um circuito econômico com uma estratégia de fortalecimento da cadeia interna buscando a autossuficiência e a produção de conhecimento necessário para fortalecer cada elo minimizando a dependência de recursos que possam produzir abalos pela especulação com matéria-prima utilizada no complexo, moedas ou ataques nas Bolsas de Valores.

O sistema sociometabólico em momentos de crise oferece como saída à supressão do emprego, buscando uma regulação desse “mecanismo de mercado” como a saída para a superação da crise, seja ela oriunda de erros estratégicos no modelo da heterogestão ou em decorrência da competição acirrada por novos mercados. Mas como a experiência cooperativista *Mondragon* de trabalho livremente associado, que mesmo passando por toda a crise europeia – com uma taxa de desemprego que atinge até 13% da força de trabalho – não deixou de produzir trabalho para os seus cooperados?

A razão dessa imunidade em relação aos efeitos da crise econômica europeia não está em nenhum “mecanismo de mercado”, mas na forma autogestionária que pensa o trabalho e o trabalhador como objetivo último e não como uma peça descartável da ‘máquina’ para a obtenção do lucro nos períodos de expansão e a socialização da crise para com a classe trabalhadora no chamado período de contenção da atividade produtiva, como ocorre com o modelo do salariedade empresarial.

Por que, então, estas experiências que apresentam vigor não podem replicar em outras paisagens³¹? É evidente que experiências como esta nutrem a ideia de

³¹ Experiências de busca da construção de um modelo baseado na autogestão e cooperação nos moldes da experiência basca se desenvolvem com cooperativas oriundas de assentamentos da reforma agrária, no chamado grupo cooperativo regional da reforma agrária, desenvolvido na região centro do Paraná articulada em uma base teórica da intercooperação, centralização de recursos sob o formato cooperativo autogestionário.

uma economia ancorada no trabalho livremente associado, no qual a luta econômica e a luta política se entrecruzam no horizonte de outro projeto societal.

3.4 O Cooperativismo e a Economia Solidária no Brasil

As experiências autogestionárias e o conceito Economia Solidária aparecem, pela primeira vez, no Brasil em um texto do autor chileno Luis Razeto (1993, p. 40) que a concebe como:

[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

As experiências cooperativadas surgem, no Brasil, no início do século XX com as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul e cooperativas de consumo em São Paulo. Posteriormente o modelo cooperativado passa a abranger o ramo agropecuário com leite, carne e grãos objetivando atender às necessidades dos produtores em enfrentar a intermediação comercial dos produtos gerados nos sítios, terras agrícolas e nas pequenas propriedades.

Os grandes produtores contavam/contam com recursos para armazenar e transportar, realizar vendas diretas aos grandes compradores situados em centros de comércio ou até mesmo para exportar. O desafio de juntar-se em Cooperativas de vinho, carnes e derivados, leite impulsionou um cooperativismo de pequenos produtores, mas carecendo de um projeto político que resultou na adaptação às regras do mercado culminando na separação do produtor de seus dirigentes que assumiram a administração sem oferecer alternativas de gestão ou de apresentar um projeto político que pudesse dar conta da emancipação do trabalho em relação ao capital. Teve-se, assim, apenas uma forma diferente de apropriação da riqueza que superou somente o primeiro estágio da luta por uma democracia econômica, política e social.

Quem seria esse sujeito produtor que ao emancipar-se apresentava um projeto de emancipação social? Sem uma base teórica, conhecimento, interesse e um projeto político, as boas iniciativas responderam, no nível local, a uma comunidade de interesses destituída de um horizonte de futuro além das 'assembleias' e decisões coletivas. Anton Pannekoek (1975), um dos autores da

corrente *Conselhista*, afirma que a autonomia não é apenas de aparência, pois se ela não superar a 'alienação' pode tornar-se uma troca de novos senhores transformando-se em um simulacro de libertação.

Em momentos agudos da luta de classes, como no maio de 1968 na França, os enfrentamentos com greves, ocupações nas fábricas e até o controle do acesso aos bairros superaram a participação ordinal em momentos de lutas pontuais. Parece ficar claro que a ausência de elementos constituidores daquilo que se denomina movimento social – que é a matéria (a produção) e a consciência política de que é preciso ir além do horizonte local e regional, e a prática social que dirigentes de um movimento se colocam para conquista de uma nova ontologia – fez com que o cooperativismo mais tradicional ficasse confinado à reprodução e não a produção de outra sociabilidade.

Somente no ano de 1971, em plena ditadura militar, é que surge, no Brasil, a base legal de organização de cooperativas com a Lei 5764. Um significativo número de cooperativas verticalizava sua produção em plantas agroindustriais, em formas empresariais celetistas que reproduziram as práticas heterogestionárias e adaptaram-se a um modelo econômico que subordinou sob outro rótulo o trabalho ao capital.

No entanto, o cenário político e econômico das crises cíclicas do sistema do capital proporcionou o surgimento de experiências de autogestão em que os trabalhadores, antes competidores entre si, passavam a lutar para garantir seus postos de trabalho quando as empresas em que trabalhavam foram à falência. Esta nova realidade fez com que estes trabalhadores tivessem que enfrentar a resistência patronal dissimulada em um sistema legal e judiciário para criarem formas autogestionárias e cooperativadas que lhes assegurassem o direito ao trabalho.

É neste cenário que se forma em 1993 a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias – ANTEAG – com o intuito de dar conta da discussão e promover a instrumentalização dos trabalhadores com as ferramentas de gestão. Era fundamental que os trabalhadores que assumiriam as massas falidas tivessem a compreensão de que a lógica heterogestionária não produziria rupturas no processo de falência e, para tanto, era essencial o aprendizado sobre a lógica da organização cooperativista com fundamento na autogestão.

É justamente esta forma de organização da produção em *outro modo de produzir* que nutre a Economia Social e Solidária do componente essencial à democratização da gestão em formas participativas, associativas e cooperativadas. O princípio de autogestão, mesmo que recente no Brasil, já apresentava indícios em algumas experiências desenvolvidas por grupos, associações, organizações cooperativistas, sindicais e mutualidades, com práticas solidárias, desde meados dos anos de 1980 quando a crise de estagnação se impôs ao sistema do capital produzindo desemprego, fechamento de postos de trabalho e fábricas. Iniciaram-se a busca de alternativas face à redução de demanda causada pela superprodução e um processo recessivo, forçando redução de lucros, inflação controlada e uma crise prolongada até os anos 1990.

É importante salientar que o processo de aprendizado em um projeto autogestionário está intimamente ligado às experiências que investiram no apoio às organizações sociais como as Políticas Alternativas no Cone Sul (PACS), o programa de apoio da Federação de Órgãos para a Assessoria Técnica e Educacional (FASE), da Cáritas, do Centro de Apoio aos Movimentos Populares (CAMP), da CAPINA do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (IBASE) e de outras organizações não governamentais. Tais instituições compartilham as experiências de Economia Social e Solidária e cooperativista com o objetivo de construir alternativas que ultrapassem a perspectiva meramente econômica, apontando para um horizonte de autonomia, emancipação, autogestão, democracia econômica e valores igualitários inseridos em um projeto societal antitético ao modo de produzir do sistema do capital. É a lógica dialética da Economia Social e Solidária e do cooperativismo de valores humanos contraposta à lógica formal do sistema sociometabólico do capital (LEFEBVRE, 1983)³²

³² A fim de elucidar o argumento de que a Economia Social e Solidária se movimenta a partir da lógica dialética e que o sistema sociometabólico do capital se movimenta a partir da lógica formal, vale a pena definir, mesmo que sucintamente, as duas concepções de lógica analisadas por Lefebvre (1983). Segundo o autor (1983, p. 132) a lógica formal “[...] pode ser considerada como um dos sistemas de redução do conteúdo através do qual o entendimento chega a ‘formas’ sem conteúdo, a formas mais puras e rigorosas, nas quais o pensamento lida apenas consigo mesmo, isto é com ‘nada’ de substancial”. Já a lógica dialética caracteriza-se por “[...] a) dirigir-se à própria coisa [...] b) apreender o conjunto das conexões internas da coisa; [...] c) apreender os aspectos e momentos contraditórios; a coisa como totalidade e unidade dos contraditórios [...] d) analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, a tendência (o que tende a ser e o que tende a cair no nada); e) não esquecer – é preciso repeti-lo sempre [...] que tudo está ligado á tudo; e que uma interação insignificante, negligenciável por que essencial em determinado momento, pode tornar-se essencial num outro momento ou sobre um outro aspecto [...] f) não esquecer de captar as *transições* [...]”

Neste cenário de recessão surgem na cena histórica, em fins dos anos 70 e início dos anos 1980, dois fatos relevantes: o neoliberalismo e o subsequente esvaziamento do papel do Estado. O neoliberalismo, com políticas fiscais restritivas e estratégias monetaristas baseadas no chamado *Consenso de Washington*³³, acompanhado de uma revolução informacional, gerou o desemprego estrutural, com a supressão dos postos de trabalho acompanhada pela automação de unidades produzindo a drástica redução de trabalhadores. O esvaziamento do papel do Estado foi propalado a partir da queda do Muro de Berlin e com o desmanche da União Soviética componentes que reforçam a estratégia neoliberal conservadora que ao decretar o ‘fim da história’ colocava em descrédito, também, o papel desempenhado pelo Estado na regulação do mercado. A partir de então, a ideia de autorregulação do mercado se transformaria na base material do pensamento único que disseminava o discurso de que não haveria alternativas ao mercado.

A premente necessidade de negar a possibilidade de alternativas demonstrava o medo atávico de que estas alternativas emergissem – como de fato emergiram – de sujeitos sociais revigorando a disputa de projetos, baseados em práticas sociais de grupos e povos originários, sindicatos, associações, cooperativas e empreendimentos autogestionários.

A *responsabilidade social*, conceito forte em países europeus, nos quais empresas financiam projetos sociais, é descaracterizada no Brasil tendo em vista que a chamada responsabilidade social é uma forma de financiar organizações

compreender que um *erro de avaliação* (como, por exemplo, acreditar-se estar mais longe no devir do que o ponto em que se está efetivamente, acreditar que a transição já se realizou ou ainda não começou) pode ter graves consequências; g) não esquecer que o *processo de aprofundamento do conhecimento* – que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda – é *infinito*. Jamais estar satisfeito com o obtido [...] h) penetrar, portanto, mais fundo que a simples coexistência observada; *penetrar sempre mais profundamente na riqueza do conteúdo*; apreender conexões de grau cada vez mais profundo, até atingir e captar solidamente as *contradições* e o *movimento*. Até chegar-se a isso, nada foi feito; i) em certas fases do próprio pensamento, este deverá se transformar, se superar: modificar ou rejeitar sua forma, remanejar seu conteúdo – retomar seus momentos superados, revê-los, repeti-los, mas apenas aparentemente, com o objetivo de aprofundá-los mediante um passo atrás rumo às suas etapas anteriores e, por vezes, até mesmo rumo à seu ponto de partida, etc”.

³³ ***As dez regras do Consenso indicavam: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e Direito à propriedade intelectual (TEIXEIRA, 1996, p. 224)***

travestidas de ONGs, fundações que filtram e apoiam projetos visando à redução de impostos em organizações ligadas umbilicalmente à direção da empresa (que a incubou). Tais instituições chegaram a adquirir um estatuto teórico de *Terceiro Setor* como um ‘modismo’ conforme Sobottka, (2002), que aparece como uma nova tipologia categorial, na qual se autodefinem como não Estado, não privado, e portanto, um terceiro setor³⁴. Vale ressaltar que em alguns países da América Latina, como é o caso do Equador, as dimensões da economia são definidas constitucionalmente como a economia do setor público; a economia do setor privado e a economia social. Nesta última estariam as cooperativas, associações de produtores, organizações sem fins de lucro e organizações de base comunitárias.

Das fábricas *quebradas* ao final dos anos 1990, pela abertura comercial desregrada, surgem, no Brasil, cooperativas e empreendimentos autogestionários que assumem as massas falidas com o objetivo de garantir os postos de trabalho e, especialmente na região do ABCD paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), os trabalhadores experimentam desafios de gerir seus próprios meios de produção a partir de negociações, mobilizações e acordos que possibilitaram a retomada da produção e a manutenção do direito ao trabalho como componente estruturante da dignidade humana.

É neste momento de forte tensionamento que surgem obstáculos fiscais, jurídicos, relativos à propriedade privada de terrenos, prédios, máquinas, marcas e amarras legais que o sistema construiu para se proteger, constituindo aquilo que Mézsáros (2015) denomina de *células constitutivas da ordem social do capital*. O apoio procedia conforme Singer (2002) dos Sindicatos, da Associação Nacional das Empresas de Autogestão (ANTEAG) e da União e Solidariedade (UNISOL), que traziam a discussão da gestão, apoio a formação e nas negociações com gestores, credores das massas falidas, poder judiciário e poder político.

Para além destas dificuldades, presentes no início de qualquer iniciativa empreendedora, agregaram-se as dificuldades da tênue experiência sócio-organizativa, de carências organizativas – de cunho burocrático – como os registros das atividades em atas e informes de movimentação de recursos e a compreensão

³⁴ Conforme analisa Sobottka (2002) [...] essa onda de expansão do setor privado sem fins lucrativos pode revelar-se extremamente ambígua para aqueles que supostamente seriam seus maiores destinatários: ao invés de impulsadora dos mecanismos emancipatórios de coordenação social como a solidariedade, subjazem-lhe lógicas tipicamente sistêmicas, alheias à esfera pública.

pouco uniforme nos empreendimentos acerca dos desafios e projetos de futuro. Tudo isso conduziu a uma forte incerteza que, por vezes, culminou com desânimo, levando algumas iniciativas a não suportarem a travessia para outra forma de produzir, gerir e distribuir os benefícios das experiências autogestionárias.

São experiências que trazem em si a contradição de operar em um sistema organizado dentro da lógica do mercado do capital e, internamente operar uma forma autogestionária, de unir planejamento e execução, diferente do padrão hierárquico da heterogestão própria das empresas do sistema do capital, pois não está assegurado que a posse dos meios de produzir pelos trabalhadores associados produza mudanças em suas percepções e práticas sedimentadas em longo processo de submissão do trabalho ao capital. Há a necessidade de um processo de formação/educação³⁵ que produza uma consciência da mudança que está em curso.

Nas experiências ao redor do mundo, o chamado movimento cooperativista – desde sua origem reconhecida como marco pioneiro na experiência da *sociedade equitativa dos pioneiros probos* em Rochdale em 1844 e anteriores experiências comunais o cooperativismo – procura resgatar práticas de povos originários que desenvolviam experiência de autogestão, de partilha igualitária do produto social, na socialização do conhecimento e práticas de gestão compartilhada de recursos.

3.5 Novos sujeitos na cena histórica: a Economia Solidária e um novo cooperativismo

A partir de 2001, durante o Fórum Social Mundial (FSM) ocorrido em Porto Alegre, as propostas de Economia Solidária e de um novo cooperativismo ganharam reforço de outras experiências ao redor do mundo das quais se extraem aprendizados, críticas e formas de superação³⁶. Mas desde 1995 já existiam projetos iniciados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) contemplando as Incubadoras Técnicas de Cooperativas Populares, efetivando-se como um processo

³⁵ [...] 'a gente só tinha uma ideia, ninguém sabia muito bem o que era' depoimento de um cooperada em 2010 em um fábrica recuperada localizada em Nova Odessa, no estado de São Paulo. (DIAS, 2011, p. 111).

³⁶ Experiências socialistas tiveram experimentação e desafios, pois a partir da responsabilidade de gerir o Estado, como nas experiências da Comuna de Paris e na Revolução dos Cravos, e, para gerar e distribuir o produto social de outro modo, surgiram iniciativas autogestionárias baseadas no saber popular.

de apoio à organização cooperativista.

Estas Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Associativos Populares se constituíam como experiências presentes em Universidades latino-americanas que buscavam contribuir para a viabilidade socioeconômica de experiências produtivas organizadas em cooperativas e empreendimentos associativos. Em 1996 na Universidade da República do Uruguai se desenvolviam metodologias de incubação para apoiar no início as iniciativas de economia social e solidária e, em 2006, na Universidade do Chile. Conforme Sarachu, (2009, p. 108),

La incubación es un proceso de intervención compartido entre universitarios y trabajadores asociados, en emprendimientos económicos cooperativos-asociativos atendiendo a todas sus dimensiones: productivas, sociales, culturales, jurídicas, económicas-administrativas, etc., integrando las funciones de enseñanza, extensión e investigación.

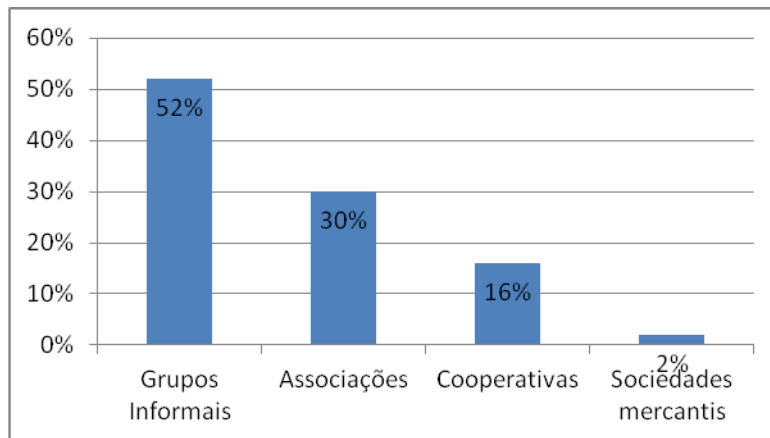
Desde 2003 a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho passou a ser uma referência aos Empreendimentos da Economia Solidária desenvolvendo projetos de apoio à formação, gestão, comercialização e fornecendo informações a partir dos mapeamentos realizados em 2005, 2007 e 2011. Os mapeamentos indicavam a presença de mais de 22 mil Empreendimentos Econômicos Solidários, que vão desde associações de produtores e cooperativas urbanas e rurais até de grupos informais que se articulam para participar de feiras de comercialização de produtos da Economia Solidária.

Conforme o mapeamento realizado no Rio Grande do Sul existia, em 2005, diversos Empreendimentos Econômicos Solidários (SESAMPE-UNISINOS, 2013), dos quais 320 eram Cooperativas, 601 Associações, 1043 grupos informais e 40 empresas autogestionárias, distribuídos em todas as regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Estes empreendimentos estavam distribuídos em atividades econômicas de produção, crédito, comercialização, consumo, com 38% situados na área urbana, 46% em áreas Rurais e 16% em áreas mistas *rur-urbanos*, envolvendo a participação direta 268.994 sócios, sendo 31,64% de mulheres e 68,36% de homens.

Com relação à forma organizativa o levantamento (SESAMPE-UNISINOS, 2013 p. 7) indica que 52% eram formados por grupos informais, 30% estavam organizados em Associações, 16% em Cooperativas e 2% em sociedades mercantis. As sociedades mercantis são empresas que se colocam como de

autogestão ou associação de produtores nos quais praticam modos de gestão democrática e a repartição do produto social é realizada de forma igualitária.

Gráfico 2 – Composição da Economia Solidária em tipos de iniciativas



Fonte: Sesampe/Difesol Elaboração do autor (2015)

Esta situação de que mais da metade dos Empreendimentos colocam-se como informais aponta para a necessidade de uma ação que os incorpore como organização produtiva, pois a situação de informalidade corresponde a uma atividade tomada como complemento de renda presente em 51% dos Empreendimentos caracterizando a atividade como eventual, dado similar à situação de informalidade. Em apenas 42% dos Empreendimentos é a renda principal dos associados.

O mapeamento não cobre todas as iniciativas que se identificam com a Economia Solidária, pois para tanto é necessário, como critério, ter mais de cinco associados supra-familiares que desenvolvam atividades econômicas, participem de fóruns, redes e cadeias produtivas da Economia Solidária e se autodeclarem junto ao sistema denominado Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) no sítio do Ministério do Trabalho (www.mte.gov.br).

Mas qual a ideia que sustenta a lógica do cooperativismo? Qual a diferença substancial que demarca a fronteira entre o sistema cooperativista tradicional³⁷ e os

³⁷ “o cooperativismo é um sistema econômico [...] que busca aliar o desenvolvimento econômico, a distribuição justa dos resultados e a valorização da democracia, do trabalho, e da preocupação com a comunidade na qual está inserido. Presente em diversos setores de atividades, está distribuídos em 13 ramos (Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte, Turismo e Lazer), contando atualmente com 2,5 milhões de associados”. (OCERGS, 2014) Na revista Saber Cooperar (set/out 2014) em seu editorial traz a manifestação do Presidente da OCB, Marcio Lopes de Freitas que registra os êxitos do sistema cooperativista de crédito, superior aos bancos comerciais, assim como, o desafio da governança e da

Empreendimentos da Economia Solidária?

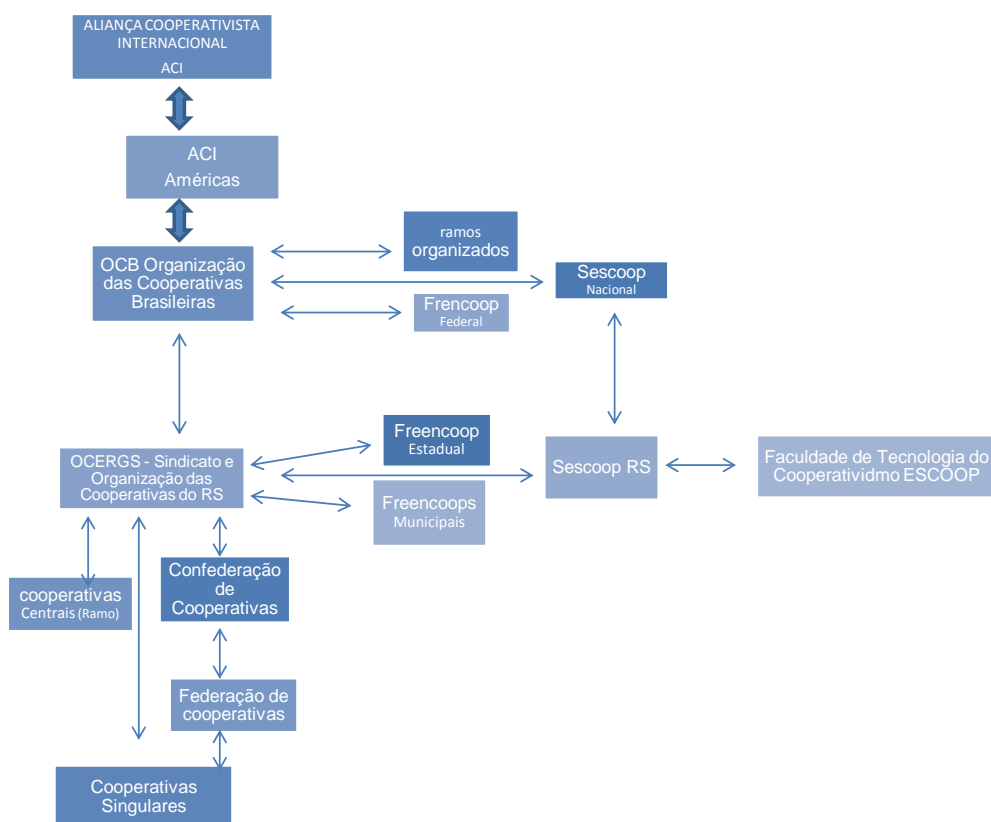
A estrutura de organização do Cooperativismo tradicional, com sua hierarquia, demonstra que o imaginário social de quem pensa a organização reproduz a lógica do sistema do capital. O organograma abaixo indica as relações hierárquicas das cooperativas singulares, pois se formam as Federações e são destas que se originam as Confederações estaduais e uma Confederação nacional. No entanto, o que se percebe é que uma Confederação está ligada à Confederação estadual, ou seja, há uma situação de incoerência na estrutura organizativa, pois uma Confederação está situada dentro de outra Confederação.

Outros dois aspectos organizativos merecem destaque. O primeiro se refere à designação da OCERGS expressa como *Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul*. A dúvida que paira é: a OCERGS é uma representação cooperativista ou sindical? O segundo diz respeito ao conteúdo das *Frentes de Apoio ao Cooperativismo – Frencoops* – que embora apareçam como parte da organização, são encontros de cooperativistas e legisladores para iniciativas e proposições de apoio político ou de base legal ao cooperativismo.

A indefinição conceitual presente na estrutura organizacional do Cooperativismo tradicional incide na produção dos próprios imaginários dos sujeitos históricos que participam da organização. Resta saber até que ponto essa forma de estrutura organizacional interfere na ação dos sujeitos como membros participantes de empreendimento que estão vinculados à organização?

melhor gestão das cooperativas agropecuárias e de eletrificação como 'exemplos de atuação bem-sucedidas na busca constante pelo posicionamento, num cenário marcado por intensa competitividade [...] excelência se conquista por um trabalho que deve começar cedo. Assim acontece no interior do Espírito Santo, onde a *formação de jovens lideranças* (grifo meu) do movimento cooperativista revela que aprender e renovar são práticas permanentes do setor. O show não pode parar'.

Figura 5 – Organograma do sistema Cooperativista Tradicional



Fonte: Sistema OCERGS-SESCOOP/RS (2014)

O ponto nevrálgico de toda a discussão sobre a lógica que sustenta o cooperativismo tradicional e os empreendimentos da Economia Solidária passa, necessariamente, pelo modelo de gestão em que há a autogestão ou a heterogestão, pela questão do trabalho e sua dinâmica de produção da existência material e simbólica (GUARESCHI, 2013), ou como afirmava Marx (1988, p. 6):

Dentro do panorama mais amplo das discussões [...] o cooperativismo deve ser entendido em contraponto ao sindicalismo, que se tornara, por algumas razões práticas e teóricas, a alternativa política mais consistente contra o capitalismo. [...] e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria.

A noção de movimento Cooperativista, na perspectiva marxiana, traz a discussão sobre a potencialidade do embrião de uma nova matriz política e

econômica, pertinente à ideia de que “*outra economia para um outro mundo possível*”, proposta esta expressa em diferentes manifestações anticapitalista que conformaram o Fórum Social Mundial³⁸.

A constatação de que o sistema dominante apresenta imensas áreas de um silêncio ensurdecedor já que o Estado garante, no aspecto formal, os direitos de igualdade e que na prática não consegue executá-los acirrando, assim, os conflitos existentes nas relações de dominação/exploração³⁹ (GUARESCHI, 2013), e que tende ao aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2015), potencializa o resgate das ideias de outra forma de produção da existência, como analisava Marx (1988, p. 6)

Mas o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao **movimento cooperativo**, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns ‘hands’ [operários] audazes [...] Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram **que a produção** em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna **pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões** que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário.

Em tempos de aprofundamento das contradições da lógica do sistema do capital, o desenvolvimento das bases da Economia Social e Solidária se apresenta como estratégia que, sem ser messiânica, pois repleta de contradições internas, aponta para a existência de modalidades de relações de trabalho que tendem a superar a natureza de dominação/exploração.

Na III Plenária Nacional de Economia Solidária, ocorrida em Brasília em 2003, foi consolidada a definição de Economia Solidária a partir da ideia que o centro da atividade econômica é o trabalho humano, o saber e a criatividade e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. Apenas desse modo o ser humano aparece como protagonista e não mero espectador da apropriação privada de riqueza social.

³⁸ O Fórum Social Mundial iniciou um movimento de Encontros em 2001 em Porto Alegre (Brasil), contrapondo-se e buscando construir alternativas de mobilização sobre as questões sociais, culturais, ambientais, políticas em lado oposto ao Fórum Econômico da Davos (Suíça) que reúne em janeiro de cada ano, os países mais ricos, as corporações e representantes do Poder econômico para fazer um balanço do ano anterior e projetar ações para o ano em curso, buscando sempre a reprodução ampliada do capital.

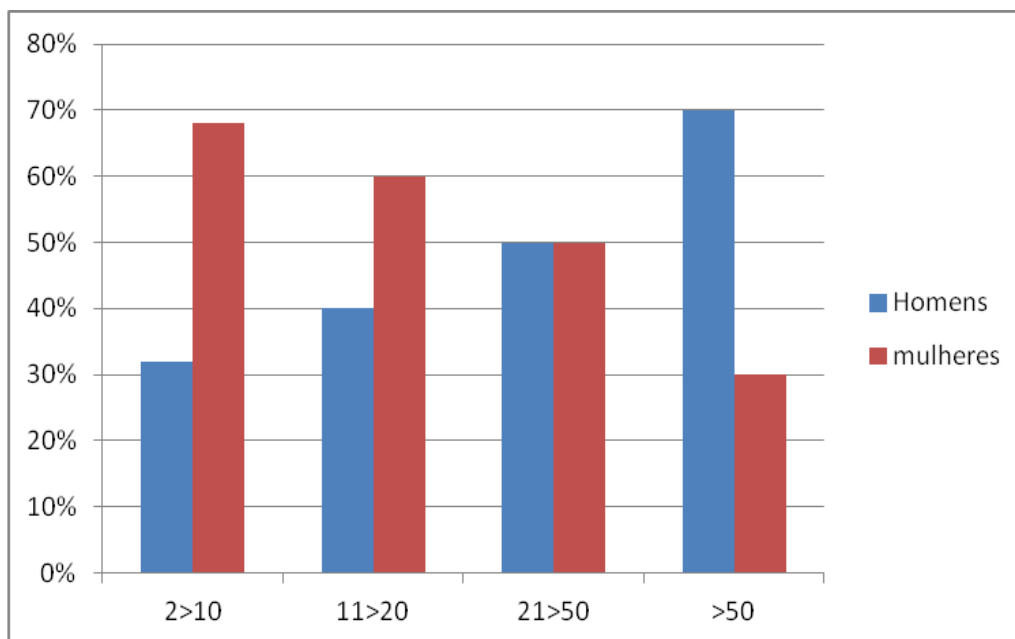
³⁹ Conforme é possível perceber em suas crises cíclicas em que os Estados nacionais são chamados para pagar a conta da especulação das bolhas econômicas que estouram produzindo mais e mais vítimas. HARVEY, 2013; SANTOS, 2004.

A definição produzida a partir da III Plenária foi fundamental para as deliberações que se sucederam nas próximas plenárias (IV e V) articuladas pelos Fóruns Locais, Estaduais e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Estas deliberações foram consolidadas como atividade autogerida pelos Empreendimentos Econômicos Solidários, organizadas a partir da participação em reuniões plenárias em cada cidade, região, estado e nacionalmente em uma Comissão Executiva. A última plenária ocorrida em 2012 na cidade de Luziânia (GO) teve com eixo temático dos debates a “Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”.

O perfil dos participantes desta V Plenária, que contou com percentual de 65% de mulheres e 35% de homens, aponta que o interesse pela Economia Solidária mobiliza grupos que se distinguem, em termos de escolaridade, da maior parte da população brasileira já que 31% dos participantes possuem nível superior; 22% com nível de pós-graduação; 28% com nível médio e 11% com nível técnico. Somente 8% tinham ensino fundamental. Estes dados demonstram que o interesse se acentua em grupos ligados a Universidades, Entidade de apoio e fomento, rede de gestores e até dos Empreendimentos.

Alguns eixos apresentados pela V Plenária são significativos, pois apontam para uma ruptura com a lógica de dominação/exploração do trabalho e, possivelmente estejam relacionados ao percentual superior de participação das mulheres, especialmente, nos empreendimentos com até 20 integrantes; igual nos empreendimentos que contam entre 21 e 50 integrantes e menor nos empreendimentos com mais de 50 integrantes quando a participação masculina sobe para 70%. Considerando a predominância da participação de pequenos empreendimentos nos Fóruns municipais e regionais da Economia Solidária no Rio Grande do Sul, a participação das mulheres é amplamente majoritária chegando a levar a SENAES a ter um programa específico para o público feminino denominado *economia feminista*.

Gráfico 3 - Participação feminina e masculina nos EES no RS



Fonte: SESAMPE/UNISINOS elaborado pelo autor (2015).

Os eixos do “*bem viver*”, expressos Relatório final da V Plenária (2012, p. 33), se transformaram na síntese de uma nova cultura, de uma nova política, de uma nova forma de viver, produzir e construir o futuro, assim como a questão do direito à vida e ao trabalho associado de gerações atuais e futuras. É importante destacar que o modelo de organização para a preparação e desenvolvimento da V Plenária (2013) foi baseado no modo autogestionário como forma de vivenciar o cotidiano da autogestão, para além do Empreendimento, consolidando, assim, a perspectiva da tarefa educativa permanente de *outro modo de pensar/agir* a organização, a produção e a comercialização dos frutos do trabalho humano.

Já no âmbito da estrutura pública as Conferências se constituíram como espaço de maior participação para a formulação de políticas públicas de Economia Solidária. A mais recente, ocorrida de 27 a 30 de novembro de 2014 em Brasília (DF), teve como objetivo principal a construção de um *plano nacional de Economia Solidária* para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. As conferências locais e regionais, que precederam a Conferência nacional, debatiam as estratégias de um plano local, regional e estadual de Economia Solidária. Tais estratégias potencializam o que Neto (2009, p. 166) denomina como saída “[...] na substituição do modo capitalista de produzir por uma

organização superior e mais avançada da vida econômica, sintetizada no trabalho livre associado no qual aparece o protagonismo político dos trabalhadores”.

É possível pensar no cooperativismo, como salientava Marx (1988), como alternativa de ação política contra o capitalismo quando estendido para além dos pequenos empreendimentos isolados sendo que a escala ampliada de produção e a ciência poderiam fazer o modelo cooperativista concorrer em condições de igualdade com o modo de produção tipicamente capitalista. Afinal, o desaparecimento da figura do patrão, bem como o do salário (entidades indissociáveis dos modelos heterogestionários capitalistas) dá lugar à *autogestão* e ao *trabalho associado*, no qual os excedentes são democraticamente divididos – as chamadas *retiradas*. Mas para que esta realidade se transforme é preciso, como diz Mézáros (2015, p. 21) ao analisar a estrutura do Estado como *ente* que sintetiza, organiza e disseminada a lógica do capital, enfrentar o verdadeiro desafio que é,

[...] a superação historicamente sustentável dos antagonismos estruturalmente entrincheirados nas *células constitutivas* da ordem social do capital, que são responsáveis pela *centrifugalidade* de suas determinações sistêmicas incuráveis. Essa é a única maneira de proporcionar um tipo alternativo de estrutura regulatória coesa que pode ser *lateralmente coordenada* e *cooperativamente estruturada* desde os seus menores microcosmos reprodutivos sociais até as suas formas abrangentes de tomada de decisão historicamente no futuro absolutamente inevitáveis.

Como dito anteriormente, o valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. As práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais, colocam o ser humano como sujeito e a finalidade da atividade econômica, ao contrário da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular é a apropriação coletiva da riqueza produzida. É a busca da unidade entre produção e reprodução superando, assim, a contradição fundamental do sistema capitalista que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

A busca de qualidade de vida e de consumo requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial. A eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

Como instrumento de combate à exclusão social, a Economia Solidária

apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

A abolição do antagonismo entre o capital e o trabalho aparece como embrião de outra sociabilidade de superação, na qual produtores associados engendram a produção que Marx (Citado por MÉSZÁROS, 1981) chamou de 'produtores livremente associados', organizados nacionalmente e produzindo uma transição entre o regime capitalista e os produtores associados, isto é, a *potencialidade do rico ser humano*.

É na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores que Marx (1988) refere-se de forma mais expressiva e contundente acerca do cooperativismo, chamando a atenção especial ao fato de este buscar expressão nacional e contar com meios nacionais, ou seja, uma organização cooperativista isolada, operando em um cenário que lhe apresenta regras próprias para fortalecer seus fundamentos, está fadada a adaptar-se, abdicando seu projeto emancipador ou sofrer duras agressões, constrangimentos, boicotes, ameaças, por suas vinculações a projeto antagônico ao sistema do capital.

Quando ocorre a situação de incompreensão dos dirigentes cooperativistas da dimensão e necessidade de levar, conforme Marx (1988), uma luta política e econômica articulada nacionalmente, abdicam da formatação de outro projeto societal, repetindo, assim, a trágica experiência isolada, cujo destino é uma alienação e submersão à lógica sociometabólica do capital.

A expressão que possibilita a identificação cooperativista à um projeto societal diferente aparece na forma de gestão denominada como autogestão, termo carregado de polissemia que designa tudo o que é tipo organizacional desde cooperativas, associações e grupos até experiências empresarias que passam a reivindicar esta consigna, baseada em democracia participativa, discussão coletiva e deliberação com responsabilidade individual. Compartilhar as informações estratégicas da formação das políticas, programas, planos, projetos e propostas, é a condição para impulsionar a articulação de redes e cadeias solidárias baseadas nos princípios e práticas da igualdade, cooperação, solidariedade, autogestão.

3.6 O novo Cooperativismo é rur-urbano e solidário

A experiência urbana de organização cooperativista e de Economia Solidária ocorre com a fundação, em 2004, da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), como entidade nacional a partir da experiência da seção paulista formada desde 2001, com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC sediada em São Bernardo do Campo. Hoje a UNISOL Brasil conta com 850 Empreendimentos econômico solidários, incluindo cooperativas e associações de produtores de artesanatos, reciclagem, vestuário, confecção, agricultores familiares, empresas autogestionárias oriundas de fábricas falidas e recuperadas pelos trabalhadores e, até empreendimentos informais, desde que atendam aos critérios de caracterização de Empreendimentos de Economia Solidária, tendo mais de cinco integrantes de perfil suprafamiliar. É necessário que estes empreendimentos realizem, ao menos, três assembleias por ano, tenham ganho que não superem o valor de seis vezes entre menor e maior rendimento e que participem de fóruns, redes ou cadeias solidárias e em setoriais de acordo com a organização da UNISOL.

Já no ano seguinte, junho de 2005, foi criada a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), contando 1100 cooperativas afiliadas. A UNICAFES se consolida como entidade de representação de agricultores familiares cuja identificação se dá através do Documento de Aptidão do Produtor (DAP) tendo critérios econômicos bem definidos baseados na renda familiar que deve ser no mínimo 60% originária do trabalho como produtor de grãos, frutas, leite, carne, méis, sucos, vinhos, artesanatos. Estes agricultores estão organizados em cooperativas para comercialização, beneficiamento, industrialização e caracterizam-se por possuírem pequenas extensões de terras e utilizarem a mão de obra da própria família do agricultor.

A UNICAFES busca políticas que favoreçam a manutenção de jovens no campo, com políticas de formação para a produção de orgânicos, apoio à agro industrialização e comercialização. No apoio à comercialização encontram-se o programa de aquisição de alimentos (PAA) e o Programa Nacional de merenda escolar (PNAE). Outra experiência no meio rural é a da Confederação de Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) que aglutina as cooperativas originadas a partir da formação dos assentamentos de reforma agrária.

Da mesma forma buscam espaço de assessoramento técnico, apoio à produção ecológica, à agro-industrialização e à organização socioprodutiva através de práticas de preservação dos recursos naturais e tecnologias sociais.

Em relação à UNISOL Brasil, desde 2011, autorizados pelo 3º Congresso Nacional, se organizam as 'UNISÓIS' estaduais. São Paulo recuperou sua organização estadual e o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a organizar a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL-RS. A seguir a organização ocorreu na Bahia e o Rio de Janeiro começa a organização assim como no Distrito Federal.

Em 2013, outra iniciativa surge após três anos de discussões sobre conveniência, necessidade, e avaliação de “*que futuro iremos construir juntos*”. A nova entidade formada aglutina a UNISOL Brasil, a UNICAFES e a CONCRAB, que deu origem a União de Cooperativas e Produtores da Agricultura Familiar e Empreendimentos Solidários – UNICOPAS, que buscará um marco legal ao Cooperativismo e uma lei geral para a Economia Solidária, projetos que já tramitam no Congresso Nacional.

Qual a necessidade da existência de quatro iniciativas na mesma direção? Essa fragmentação não seria elemento de redução de força do cooperativismo para buscar novas conquistas?

Essas quatro experiências agora aglutinadas em duas representam forças políticas diferentes. Enquanto as cooperativas da agropecuária vinculadas à Organização das Cooperativas Brasileiras – chamado de sistema OCB – recebem suporte financeiro já que a OCB possui vinculação com o agronegócio e agricultura de exportação subsumida dentro da lógica de mercado, as organizações de pequenos agricultores ficavam desassistidas em políticas de apoio que se chocavam no perfil e modos de produzir.

É a OCB, de por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que detém recursos para a educação cooperativista recolhidos compulsoriamente dos trabalhadores assalariados de cooperativas, quer elas pertençam ao sistema OCB ou estejam na base da UNISOL, CONCRAB ou UNICAFES. A partir da mudança da legislação haverá o compartilhamento dos recursos do SESCOOP para as duas organizações, isto é, para a OCB e para a UNICOPAS.

No sistema OCB, no Rio Grande do Sul, as ações que se manifestam na OCERGS de pensar o cooperativismo como projeto não se apresentam de maneira diferente ou alternativa ao sistema do capital. Desde a comunicação expressa em seu jornal mensal “O Interior”, seja nas atividades do Dia do Cooperativismo e iniciativas como o projeto anual de um festival ‘O Rio Grande Canta o Cooperativismo’, que poderiam se apresentar como alternativa cultural, fica evidente as ideias da lógica societal do sistema do capital.

As atividades culturais – organizações de festivais de música nativistas – são repetidoras das iniciativas comuns no Rio Grande do Sul dentro da tradição da *Casa Grande* que submete os sem-terra (ou da senzala) como agregados de fazendas, ou ‘peões de estância’ que recebem, por vezes, renda que sequer atinge o salário mínimo, para cuidar do gado e das terras do patrão. Representam com isso contraditando os ideais de igualdade, valores e princípios cooperativistas que dizem defender.

Conforme Coradini (2009, p. 75), ao fazer referência ao papel que os grandes complexos cooperativos desenvolvem em suas estratégias subordinadas integradas ao sistema do capital, diz que,

A desmobilização política levada a efeito por essa forma de cooperativismo, em geral não se apoia na falta de discussão e participação, mas é através da manutenção e, conforme o caso, de sua intensificação que atua no sentido da persuasão e da reorientação das insatisfações e tensões sociais. O instrumento básico para tanto é a apresentação, perante o quadro de associados, de uma forma de desenvolvimento cuja concepção equivale essencialmente à modernização e aumento da produtividade física. Isso é complementado com a reorientação da mobilização político-ideológico no sentido de que não ‘extrapole os limites das propostas e das concessões e rearranjos permitidos pelo padrão vigente da acumulação e dominação social, ou, em outras palavras, de acordo com o capitalismo associado-dependente e o Estado autoritário.

No plano de gestão das cooperativas o sistema OCB oferece em seu sítio na Internet um Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC). A ferramenta está ancorada em consultorias que produzem modelos de gestão baseado na lógica do sistema do capital, não possuindo referências nas práticas cooperativistas que experimentam modelos alternativos de planejamento das organizações cooperativistas. É um instituto que utiliza um produto baseado em outro modelo de organização, isto é, o modelo das empresas do sistema do capital. Conforme diz em sua página, toda a metodologia desse Programa está pautada no

Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade que é um modelo referencial, utilizado para promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações. (Disponível em www.ocb.coop.br – acesso em 10/01/2015)

A pretendida melhoria da qualidade e aumento da competitividade referem-se à inserção das cooperativas no mercado da bolsa de mercadorias ‘commodities’, de Chicago (EUA) e no que se refere à gestão identifica-a com o modelo empresarial de redução de custos, assalariamento dos trabalhadores, hierarquia, ou seja, o modelo heterogestionário.

A UNISOL Brasil, junto com o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos – DIEESE, com a Fundação Banco do Brasil e com o sistema DESJARDINS sediado em QUEBEC no Canadá, trouxe ao debate uma metodologia de trabalho inspirada na experiência Canadense da *Caisse d'économie Solidaire Desjardins*, conforme Arruda, (2014) é uma cooperativa de crédito com mais de 5,5 milhões de associados agrupados em 397 cooperativas. Fundada em 1900 e que é o 6º maior banco (cooperativo) do Canadá⁴⁰. Esse modelo canadense passou a ser o referencial brasileiro de análise dos Empreendimentos de Economia Solidária considerando a especificidades de cooperativas (especialmente as de crédito) e empreendimentos econômicos solidários e o funcionamento como um roteiro analítico que deve ser adaptado à realidade e necessidades dos Empreendimentos.

Assim, se estabelece uma disputa político-ideológica entre o cooperativismo tradicional, com suas proposições de manutenção da ordem vigente compondo, tão somente, uma estratégia para dar conta do excedente de mão de obra, e o cooperativismo que pressupõem a solidariedade que transcende o universo segregado, que une os tabalhadores da cidade e do campo, que promove um constante processo de reflexão/ação sobre a produção, a gestão e a interconexão entre os trabalhadores livremente associados.

⁴⁰ A experiência da Desjardins, pode ser lida na Tese de Alessandro Arruda USCS, 2014 na qual realiza um estudo comparativo entre cooperativas de credito brasileiras e canadenses.

Capítulo 4 – O cotidiano das práticas: uma reflexão

4.1 Avaliação de práticas e alternativas de emancipação

Para compreender como os sujeitos que integram a lógica do trabalho associado e da economia social e solidária percebem o significado do trabalho desenvolvido pelo modelo cooperativista; como entendem as determinações históricas que circunscrevem esta lógica de produção; como identificam o papel do Estado na elaboração de políticas públicas e como diferenciam o modelo heterogestionário do modelo autogestionário, utilizo a análise de discurso a partir das contribuições de Van Dijk (2015), pois o maior desafio interpretativo consiste em entender como o sujeito, atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para significar-se.

É a partir desta impregnação no discurso pronunciado, evidenciado nos atos de fala⁴¹, que é possível a aproximação ao universo simbólico e a representação das *práticas* dos sujeitos entrevistados. A lógica do trabalho associado e da economia social e solidária significa saídas dos trabalhadores face à crise do sistema capitalista demonstrando que o entendimento é circunscrito a, tão somente, uma saída ao desemprego originado nesta crise?

Os modelos de gestão diferenciado – como uma forma diferente e alternativa ao modelo empresarial tradicional designado como a autogestão ou a reprodução de um modelo de hierarquias e práticas tradicionais designado como a heterogestão – são percebidos em suas significâncias?

Como os sujeitos constroem a significação do papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas de estímulo que podem tanto fortalecer as práticas sociais que perpetuam a perspectiva do sistema do capital quanto construir experiências alternativas a este sistema onde colocam-se em novas possibilidades de produzir outro modelo hegemônico?

Para realizar a análise na relação entre o nível micro, o cotidiano da organização cooperativista e o nível macro, sua inserção em um modo de produzir que se apresenta ora de modo hostil, ora de modo articulado com as dimensões

⁴¹ Conforme Orlandi (2013 p.17) a reflexão de como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na língua aparece localizada nas manifestações do sujeitos, ou seja, [...] o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.

econômicas, políticas na perspectiva organizacional, Van Dijk (2015 p. 116) nos diz que “[...] existem formas de se analisar e relacionar estes níveis para se chegar a uma análise crítica unificada”. O uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social, enquanto o poder, a dominação e a desigualdade entre os grupos sociais pertencem a um macronível de análise (VAN DIJK, 2015, p. 116).

É fundamental, segundo Van Dijk (2015), estabelecer as pontes – relações – entre o macro e o micronível além de considerar a possibilidade de mesoníveis, isto é, situações intermediárias, entre esses pólos. Para efetuar uma análise crítica unificada, Van Dijk (2015) aponta diferentes formas de analisar e relacionar os fenômenos, isto é, se faz necessário compreender a “*dimensão dos membros-grupos*”, “*ações-processos*”, “*contexto-estrutura social*” e “*cognição pessoal e social*”⁴².

Com o objetivo de enriquecer a análise das práticas, se faz importante agregar as reflexões de Pecheux (2011 p. 24, 25), tendo em vista que, para ele, a análise das práticas apresenta-se cindida em diversos modos de expressar-se como prática em geral e práticas específicas com uma definição de sua abrangência como prática técnica, política, teórica, ideológica e social. O conteúdo específico e determinado está consignado em cada prática. Desta forma, é essencial o diálogo com cada uma delas, pois que formam uma totalidade, isto é, a *prática social*, como resultante de uma síntese formada pelo conjunto complexo de práticas indeterminadas no interior de um todo social dado. Cada *prática*, então, carrega em si componentes de uma sociedade historicamente determinada em um modo de produção determinado.

Para efeito de análise a opção foi a disposição dos resultados advindos das entrevistas conforme os blocos dispostos no instrumento objetivando a facilidade de identificação dos aspectos mais relevantes das falas, sem com isso reduzir o significado de informações que, em um primeiro momento poderiam ser avaliadas como somente uma especificidade do fenômeno. Vale lembrar que tais especificidades são fundamentais para que se efetive uma análise de discurso que,

⁴² As categorias analíticas expressas por Van Dijk (2015) como “*dimensão dos membros-grupos*”; “*ações-processos*”; “*contexto-estrutura social*” e “*cognição pessoal e social*” serão utilizadas em todo o corpo do capítulo IV. Desta forma, para evitar excessos de citações, não será referenciado a fonte e sim o destaque em itálico e aspas.

como dito anteriormente, pressupõe o lugar social e a “*dimensão dos membros-grupos*”, potencializando a análise dos três níveis, conforme salienta Van Dijk (2015), sistematizado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Níveis de Análise

Macro níveis	Micro níveis	Mesoníveis
Inserção em um modo de produzir, ora hostil ora articulado, com as dimensões econômicas, políticas na perspectiva organizacional	Organização no cotidiano dos empreendimentos cooperativista	Situações intermediárias entre os pólos
Poder, dominação e desigualdade entre os grupos sociais	Uso da linguagem, do discurso, da interação verbal e a comunicação (micro nível da ordem social)	

Fonte: Van Dijk (2015) Elaborado pelo autor (2015)

O instrumento (roteiro) foi organizado nos seguintes Blocos: Bloco I – Identificação; Bloco II – atuação individual na Cooperativa; Bloco III – Funcionamento (Gestão) da Cooperativa; Bloco IV – Estrutura do Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária; Bloco V – O cenário nacional e internacional: a relação entre o Estado capitalista e o Cooperativismo e Empreendimentos da Economia Social e Solidária.

Desse modo a intenção, com apoio na análise de discurso crítica Van Dijk (2015), é identificar nos atos de fala pronunciados, ações e condições materiais, isto é, as múltiplas determinações (NETTO, 2011, p. 45), os vínculos que aparecem em suas manifestações discursivas com as matrizes ideológicas destes dirigentes, tendo em vista a sua identificação a um projeto historicamente determinado de sociedade, pois como visto no capítulo 1 *a prática social* é um permanente processo de aprendizagem tendo em vista que a realidade pode apresentar-se “de cabeça para baixo” (MARX e ENGELS, 1984, p. 22).

A identificação da atividade profissional, da formação escolarizada, do ano de nascimento, sexo e origem se tornam relevantes ao se levar em consideração que, segundo Van Dijk (2015), o desafio da interpretação da fala do outro “[...] consiste em entender como o sujeito atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para significar-se”. Entender o “*contexto-estrutura social*” dos sujeitos da fala requer as respectivas identificações como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Perfil das entrevistas

Itens	Perfil dos Dirigentes
Profissões	Metalúrgico operário(1) Agricultor(2) Socióloga(3) Soldador (4)
Formações	Ensino médio(1) Ensino Fundamental(2 e 4) Pós-graduação (3)
Anos de Nascimento	1940(1) 1966 (2) 1944 (3)1955 (4)
Sexo(s)	Masculino (1,2,4) Feminino (3)
Locais de Nascimento	São Leopoldo (1) Miraguai (2) Porto Alegre (3) e Caxias do Sul (4)

Fonte: Entrevistas – Elaborada pelo Autor (2015)

Em suas trajetórias profissionais dois dirigentes (entrevistas 1 e 3), experimentaram enfrentamentos sociopolíticos na resistência a ditadura militar brasileira, em movimentos sindicais. Esta dimensão do lugar histórico em que viveram produziu perspectivas de solidariedade, em virtude da forte repressão, de necessidade de cooperação, união e solidariedade de classe e de uma forte convicção ideológica de que uma forma alternativa de sociedade poderia ser construída.

Segundo Van Dijk (2015) é necessário entender o sujeito atravessado pela ideologia de seu tempo, um tempo que é presente, mas que se forja no tempo passado. A percepção que esses dirigentes têm da estratégia de uma Economia Social e Solidária está preñe de um imaginário de resistência e protagonismo de seus passados históricos. Esta constatação será verificada nos blocos que tratam da concepção de gestão, da relação com o Estado e do cenário internacional, demonstrando a dimensão das “ações-processos”, o “*contexto-estrutura social*” e a “*cognição pessoal e social*”, pois pensar o mundo e traduzi-lo em uma prática social transformadora requer um nível de consciência que, como afirmavam Marx e Engels (1984, p. 22), “[...] a consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida”.

Em outra entrevista (2), mesmo sendo o dirigente mais jovem em idade, traz consigo uma longa experiência de “ações-processos” partilhada e de organização coletiva de profundo caráter participativo, tendo em vista que é de uma família de tradição da luta camponesa⁴³ repleta da mística da partilha imbuída de humanismo cristão.

O último dirigente (entrevista 4) possui uma trajetória distinta dos demais, pois

⁴³ As práticas de solidariedade entre agricultores familiares na realização de colheitas, preparação do solo, plantios e processamento de grãos, nas quais faziam um ‘puchirão’ ou mutirão para realizar ações de apoio aos vizinhos nestas atividades.

as referências de lutas sociais foram circunscritas ao âmbito local nas associações de bairros. Mesmo que essas lutas signifiquem “ações-processos” que ensejam a consciência dos sujeitos participantes, ela se dá no patamar circunscrito de questões locais dando conta de necessidades específicas que não desencadeiam uma mudança estrutural, isto é, por estar apenas no terreno econômico, não favorece o enfrentamento a lógica do sistema do capital.

Vale ressaltar que as três primeiras entrevistas demonstram a atuação em empreendimentos cooperativos da Economia Social e Solidária no ramo da produção, enquanto a quarta entrevista a atuação é no ramo de serviços. Em que este fato se constitui em um desafio interpretativo para o entendimento das práticas dos sujeitos, como diz Van Dijk (2015).

A dimensão histórica das lutas travadas, expressas nas três primeiras entrevistas produziu um nível de consciência e de visão de mundo em que se torna premente as mudanças radicais da realidade vivida, pois “[...] a produção das ideias, representações, da consciência, está a princípio entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real” (MARX e ENGELS, 1984, p. 22). Isto significa dizer que a opção pelo ramo da produção indica uma predisposição, além das necessidades emergenciais da produção da vida material, a pensar a alteração da lógica sociometabólica da capital.

Já a atuação no ramo de serviços além de estar, também, afeto a manutenção das necessidades emergências da produção da vida material, expressa a ideia de atendimento de necessidades provenientes da lógica sociometabólica do capital, a fim de aperfeiçoá-la sem, contudo, alterá-la, pois não participa da cadeia produtiva e sim da distribuição/manutenção de produtos originados da cadeia produtiva, conforme analisavam Marx e Engels (1988) quando de suas inflexões junto à Associação Internacional dos Trabalhadores. Diziam Marx e Engels (1988, p. 19), que,

recomendamos a los obreros que se ocupen más bien de las cooperativas de producción que de las cooperativas de consumo. Estas ultimas solo afectan a la superficie del sistema económico actual, mientras que las primeras atacan a sus fundamentos.

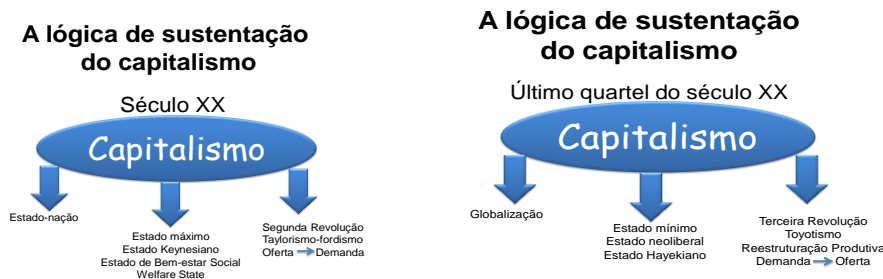
Esta dimensão da análise do fenômeno está afeta ao “*contexto-estrutura social*” e, portanto, potencializa a análise da “*dimensão dos membros-grupos*”, das

“ações-processos” e da “*cognição pessoal e social*” presente nas demais respostas obtidas.

As alterações verificadas nas sociedades capitalistas na dimensão de reordenamento do sistema, a partir do final dos anos de 1980, produziu, concomitantemente, mudanças profundas em toda estrutura societal formando assim percepções de mundo completamente distintas no que se refere a importância na participação dos sujeitos nos rumos da sociedade.

A substituição do tripé de sustentação do modelo capitalista, isto é, da coesão produzida pelo Estado nacional que pressupunha teoricamente a atenção ao bem comum e da consequente instauração do Estado de Bem-estar Social, com a interdependência dos sujeitos produtores a fim de ativar o círculo virtuoso do capitalismo expressa pelo modelo taylorista-fordista, para a desagregação do coletivo com a exaltação do indivíduo manifesta pela globalização que necessitava de uma estrutura de Estado que rompesse com a unidade coletiva do Estado-nação instituindo, assim, o neoliberalismo e a consequente base produtiva denominada de reestruturação produtiva.

Esquema 1 - A lógica de sustentação do capitalismo



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Qual foi o conteúdo simbólico produzido por este câmbio societal? Ou como diz Van Dijk (2015) quem é este “[...] sujeito atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social”?

O proclamado fim das grandes narrativas – da unidade homogênea do Estado nacional para o fragmento individualista da globalização – e a adoção de um discurso impregnado da inevitabilidade das mudanças em curso fez com que um grande contingente da população mundial intensificasse suas “ações-processos” para suprir as necessidades individuais, relegando as lutas coletivas ao passado.

Por que essa reflexão acima é importante? É possível constatar a ausência de participação de jovens nas direções, embora os conteúdos das falas presentes nas entrevistas tenham apontado para a existência de uma significativa participação de jovens nas Cooperativas. Aliado ao frágil significado dado às lutas coletivas agregasse a ausência de formação para a gestão nos grupos mais jovens, assim como também uma tendência de que os mais experientes monopolizem as direções, pois acreditam possuir maior aptidão frente às situações desafiantes de coordenar uma organização diferente e autogestionária em um mundo prenhe de heterogestão.

A situação de ‘envelhecimento das direções’ se transformou em pauta de organizações de diferentes concepções ideológicas (SESCOOP, 2014). Uma das centrais de cooperativas do RS, por possuir recursos econômicos significativos, passou a estimular um projeto de formação de jovens cooperativistas, projetando um processo de renovação das direções, mas apresentando forte tendência de um cooperativismo heterogestionário.

Outra organização, com uma história marcada pelas lutas coletivas imbuídas pelo espírito de transformação da sociedade, estimula projetos de formação de jovens cooperativistas compreendendo, mesmo antes do processo de organização das cooperativas para possibilitar outra dimensão da ‘cognição pessoal e social’ (Van Dijk, 2015) constituindo a base de um cooperativismo autogestionário.

Mais uma vez vale ressaltar que, como afirmavam Marx e Engels (1984), o homem é aquilo que produz. Desta forma, a formação dos jovens da segunda organização é marcada pela “*dimensão dos membros-grupos*”, pois, estes jovens são oriundos de um movimento em que é fundamental a participação coletiva produzindo “*ações-processos*” de responsabilidade individual e coletiva repleta de uma reflexão sobre os princípios da solidariedade sustentados por um “*contexto-estrutura social*” em que a ausência do comprometimento de um pode gerar a desestruturação da vida do grupo. Desta forma estes jovens exercitam a “*cognição pessoal e social*” representada na formação política permanente de todo o grupo, como dito na entrevista (2): “[...] já no acampamento nós discutia a questão da cooperação da formação de grupo coletivo”.

Neste grupo singular de entrevistas, somente uma mulher é dirigente. Este fato encaminha a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho presente, inclusive, no seio dos movimentos que se definem como potencializadores da proposta de

transformação social.

O fato de somente uma mulher ser dirigente remeteu à lembrança de que em outro empreendimento, atualmente com um dirigente homem, já tenha sido dirigido por uma mulher. O fato passa a ser significativo, levando em conta a distribuição entre os sexos, pois este empreendimento cooperativado tem em seu quadro de associados 85% de participação de mulheres.

A questão da divisão sexual do trabalho aqui suscitada tem sido objeto de pouca inserção na análise das questões do mundo do trabalho. Já estamos em um patamar de reconhecer a condição feminina no mundo do trabalho, fruto de mobilizações que trouxeram a temática para as ruas, praças, e parlamentos e estamos com experiência de três mulheres governando países na América do Sul⁴⁴.

No entanto, a questão da igualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2011), ainda é um tema por se realizar. Há cotas nos legislativos, a composição dos governos é extremamente desigual, assim como no judiciário. O que ocorre no cooperativismo de Economia Social e Solidária reflete a desigualdade em um “*contexto-estrutura social*” em que a condição feminina é, ainda, a reprodução de uma desigual distribuição de papéis sociais.

A questão da divisão sexual do trabalho reproduz uma condição histórica onde, segundo Souza-Lobo (2011, p. 169),

A divisão sexual do trabalho se estende em nível internacional – é o caso das “maquiladoras”, em que as mulheres mexicanas montam peças para indústrias americanas do ramo eletroeletrônico ou de vestuário. Aqui a desterritorialização no processo de trabalho aparece claramente como uma forma de expropriação do saber e controle das trabalhadoras face ao seu trabalho. Também, da individuação da força de trabalho se constrói uma força de trabalho coletiva e sexuada, sem identidade profissional, que produz um produto final que não conhece. As condições ótimas de produtividade são socialmente recriadas através de hierarquias de gêneros, que faz das mulheres trabalhadoras “dóceis”, “baratas”, “disciplinadas”.

O espaço designado “mundo do trabalho”, no qual está inserido o trabalho associado, passa por um processo de homogeneização de classe (Thompson, 1979; Lefort, 1979 e Souza-Lobo, 2011) que ao negar a heterogeneidade constrói uma forma excludente que compõe o trabalho produtivo e reprodutivo e, ao mesmo tempo, escamoteia tanto o papel de classe quanto o papel dos homens e das mulheres.

⁴⁴ No Brasil Dilma Rousseff foi reeleita, Cristina Kirchner está em segundo mandato na Argentina e Michele Bachelet retornou a governar o Chile pela segunda vez.

Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classes, de raça, de gênero e das práticas sociais. O capitalismo na América Latina não criou a subordinação das mulheres, mas certamente as relações de produção e reprodução social são aqui também sexuadas e assimétricas, marcadas por uma hierarquia que subordina as mulheres e seus trabalhos (SOUZA-LOBO, 2011, p. 173)

A superação dessa assimetria entre os sexos, na perspectiva dos empreendimentos da Economia Social e Solidária, é parte fundamental para que se constitua a sociedade de trabalhadores livremente associados. A ocupação em cargos de direção, a qualificação feminina e masculina e o constante processo de formação em que a temática do significado dos conceitos de autogestão x heterogestão potencializa a superação das relações assimétricas baseada nas desigualdades dos modelos que reproduzem a lógica sociometabólica do capital.

Desse modo o tema passa a ser um desafio necessário para fortalecer as práticas autogestionárias almejando ir além de experiências que se afirmam em relações não igualitárias e, portanto, reprodutoras da lógica do sistema a ser superado. Sem a reflexão e a constante busca na tradução das “ações-processos” que se transformem em novas práticas sociais coerentes, o discurso pronunciado torna-se apenas um simulacro das relações que se denuncia-anuncia.

A dimensão do “*contexto-estrutura social*” se expande para além da identificação do *que* é o sujeito chegando ao momento de entender de *como é* e *como atua* o sujeito histórico. As histórias passadas desse sujeito produzem uma imbricada teia de significações que constituirão, potencialmente e não determinadamente, a estrutura de sua “*cognição pessoal e social*” e de suas “*ações-processos*”, isto é, de sua práxis histórica nos empreendimentos de Economia Social e Solidária. Por isso se faz necessário, como no quadro a seguir, a sistematização dos ramos de atuação dos dirigentes dos empreendimentos analisados.

Quadro 2 – Ramo de atuação dos empreendimentos analisados

Ramo da Cooperativa do Entrevistado			
Metalúrgico (Alumínio)	Central Cooperativa Agricultores pequenos	Agricultura ecológica	Trabalho

Fonte: Entrevistas – Elaborado pelo Autor (2015)

Ao analisar as circunstâncias que levaram estes dirigentes a participarem de cooperativas é perceptível a variedade de motivos que estão relacionados à dimensão de sobrevivência individual, como o desemprego, à dimensão histórico-política, presente em suas trajetórias de vida, ou por força de circunstâncias casuais.

A constatação dessas circunstâncias está expressa nas afirmações tais como; “meu companheiro estava desempregado” (entrevista 3); “Eu fui convidado” (entrevista 4); “A falência da empresa” (entrevista 1); “A minha vida foi muito incluída como a vida do movimento ‘social’ ” (entrevista 2).

Os efeitos produzidos pelas constantes alterações do capitalismo, que oscila na produção gigantesca de um exército de reserva com o intuito de ora pressionar a classe trabalhadora para o rebaixamento das múltiplas reivindicações (Estado Nacional/Taylorismo-fordismo), ora para se valer desse mesmo exército, a partir da flexibilização das relações de trabalho (globalização/neoliberalismo), para lucrar com outras formas de trabalho, reescreveram a dinâmica da condição de vida da classe trabalhadora, ou como diz Tiriba (2005, p. 8)

Na fase atual do desenvolvimento do capitalismo, o desemprego não é apenas um indício de épocas de recessão, retração econômica, crise ou instabilidade política. Sendo estrutural, o desemprego é uma das condições para a materialização do modelo de acumulação capitalista, calcado no tripé das políticas neoliberais, ou seja, na globalização da economia, na reestruturação produtiva e na flexibilização das relações entre capital e trabalho. Hoje, já não podemos dizer, como até pouco tempo dizíamos, que interessa ao sistema capitalista um gigantesco exército de desempregados, como fonte dos trabalhadores integrados. Na verdade, nós vivemos um modelo de acumulação que torna supérflua a força assalariada de trabalho, e no qual, os próprios desempregados tornam-se produtivos para o capital.

Esse mecanismo utilizado pelo capitalismo materializam efeitos que podem ser observados nas entrevistas 1 e 3, isto é, o que leva esses trabalhadores aos empreendimentos da Economia Social e Solidária é a situação de desemprego e a falência da fábrica. Mas por que esses trabalhadores optaram pelos empreendimentos de Economia Social e Solidária e não pela possibilidade de reinserção ao mercado de trabalho na estrutura do sistema do capital?

A ideia de um possível retorno ao mercado de trabalho e a instabilidade permanente da situação de empregabilidade, assim como da falência da empresa, suscita a busca de alternativas na convicção que “ser patrão de si mesmo” traria a segurança face à instabilidade já que o capitalismo teoricamente promete – diferente do modo de produção antigo e do modo de produção feudal – a possibilidade de evoluir do estágio de vendedor da força de trabalho para detentor dos meios de produção, patrão de si mesmo e quiçá patrão de outros trabalhadores, por intermédio da competência e empreendedorismo.

É talvez nesta imbricada relação de ser trabalhador ou ser patrão, dimensão afeta ao que Van Dijk (2015) denomina de “*cognição pessoal e social*”, é que se possa entender a presença ainda marcante das práticas de gestão heterogestionárias nos empreendimentos da Economia Social e Solidária.

Na entrevista (1) quando surge a questão “o que difere o seu (sua) “ser trabalhador (a)” dos (as) demais trabalhadores (as)?” a resposta foi: “Não, é diferente. O empregado faz o que o patrão quer, como cooperado a responsabilidade é maior que um empregado. Ele é um dono”. Além disso, é expresso que a intercooperação não é priorizada por este empreendimento, pois afirma que “é um setor muito diferente e o produto com que trabalha”. Ao mesmo tempo em que justifica as diferenças dos produtos produzidos e por isso a dificuldade de intercooperação salienta que “é muito bom, tem que haver articulação”, quando questionado sobre a importância na articulação de cooperativas e empreendimentos de Economia Social e Solidária nos níveis local, regional, nacional e internacional.

Por mais que as falas presentes na entrevista (1) demonstrem a compreensão da importância de uma relação de integração em um circuito econômico, conforme ocorre na *Mondragon Corporação Cooperativa*, e que saliente a responsabilidade de ser cooperado, já que decide sobre os rumos do empreendimento, fica evidente a ausência da compreensão das profundas diferenças ideológicas entre heterogestão – que representa a lógica sociometabólica do sistema do capital – e a autogestão – que expressa o projeto dos trabalhadores livremente associados –, pois afirma que ser cooperado é ser dono do empreendimento e que mesmo sem se identificar com uma ideologia específica “não tem” restrição a uma identificação ideológica.

Uma questão importante e que merece destaque aqui, mesmo que seja objeto de análise no bloco IV, é a referência contida na entrevista (4) sobre a influência da

identidade ideológica na cooperativa. A resposta é a seguinte:

Isso ajuda, isso ajuda. Na realidade não existe uma identidade, tanto de esquerda como de direita depende das pessoas. Tem pessoas de esquerda que acredita e tem pessoas de esquerda que não acredita. Tem pessoas de direita que acredita e tem pessoas de direita que não acredita.

As reflexões sobre o exposto na fala da entrevista (4) apontam para duas questões que remetem para a dinâmica sociometabólica do capital. A primeira se refere à estrutura do próprio sistema, como afirma Guareschi (2013, p. 59), ao fazer referência às questões levantadas por Raymond Williams, pois,

[...] que a organização própria da sociedade burguesa, pressuposta pelos seus teóricos legitimadores como naturalista e liberal independente da vontade humana proclama que este modelo de sociedade [...] é uma sociedade racional, objetiva, determinista, impositiva, impessoal e total.

Desta forma não existe lugar para qualquer ideologia no trato das questões cotidianas porque “[...] o progresso é autoevolutivo e inquestionável” (GUARESCHI, 2013, p. 59). A dimensão política da vida em sociedade é improcedente já que, “a política como decisão humana sobre o destino das sociedades, deve ser descartada e descartável, exatamente porque as relações econômicas, sociais, simbólicas e jurídicas são apresentadas como impessoais, racionais, inevitáveis – aceitemos ou não”.

A segunda questão se refere às ideias disseminadas pelos ideólogos da reestruturação do capitalismo proclamando o “Fim da História”⁴⁵ e ao sensocomunizar⁴⁶ este ideário produziram uma aceitação incontestável de uma despolíticação das relações econômicas, políticas, sociais e culturais e de todos os efeitos produzidos que desencadearam o aprofundamento das desigualdades

⁴⁵ Francis Fukuyama criou esse conceito ao se referir a episódios que marcaram mudanças históricas como a derrubada do Muro de Berlim que simbolizava a separação da Alemanha Oriental (do bloco do Leste comunista e aliada da URSS) e a Alemanha Ocidental do bloco do Sistema do Capital, aliada aos Estados Unidos na expressão máxima do que simbolizava a “guerra fria”, que dava suporte a disputa hegemônica no Globo terrestre, entre dois blocos no sistema bipolar que se desconstituiu pela desestruturação do sistema hegemônico pela URSS que redesenhou o mapa do mundo desde o final dos anos 80, início dos anos 90.

⁴⁶ Este termo é utilizado por Boaventura de Sousa Santos, no livro “Um discurso sobre as Ciências” (1999), ao fazer referência às quatro teses necessárias para um conhecimento prudente. A ideia central apresentada é que todo o conhecimento científico deve sensocomunizar-se, isto é, deve adentrar a vida cotidiana para possibilitar as transformações essenciais na vida dos sujeitos. A proposta de Boaventura de Sousa Santos é a superação do distanciamento do conhecimento científico da vida dos cidadãos comuns, mas vale lembrar que o conhecimento produzido pelos intelectuais, ao longo da história, sempre se sensocomunizou embora a finalidade fosse distinta da proposta por Boaventura de Sousa Santos, isto é, era um conhecimento que pressupunha a manutenção da ordem vigente, muitas vezes transformado em princípio moral.

sociais, ou como diz Borón (1999, p. 10),

A criação de um “senso comum” neoliberal, de uma nova sensibilidade e de uma nova mentalidade que penetraram muito profundamente no chão das crenças populares. Como sabemos, isto não foi obra do acaso mas o resultado de um projeto que tendia a “manufaturar um consenso”, para utilizar a feliz expressão de Noam Chomsky, e para o qual foram destinados recursos multimilionários e toda a tecnologia mass-mediática de nosso tempo a fim de produzir uma duradoura lavagem cerebral que permita a aplicação aceita das políticas promovidas pelos capitalistas.

O contexto social gerado, a partir dos anos de 1960 – com base nas prerrogativas do Estado Nacional e do modelo de Estado de Bem-estar Social – havia produzido o fortalecimento da contradição entre os interesses de classe e era necessário, então, dividir para fragilizar. O enfrentamento direto com a classe trabalhadora poderia gerar o desgaste dos interesses da classe dominante contaminando, assim, a essência da base de acumulação de capital (ANDERSON, 1995). A saída parecia óbvia, isto é, propagar a ideia de que, em virtude da impessoalidade e racionalidade do sistema, não havia contradições entre os interesses de classe até porque, como o fim do modelo soviético, já não existiam mais classes sociais.

Desta forma, os conteúdos expressos nas falas das entrevistas (1) e (4), quando afirmam ser secundárias as ideologias para o desenvolvimento das “ações-processos” dos empreendimentos da Economia Social e Solidária, demonstram uma “*cognição pessoal e social*” que representa, grosso modo, a média das percepções dos cidadãos, pois acreditam na impessoalidade e racionalidade na gestão do empreendimento.

Mészáros (2004, p. 109) analisa a dimensão desta ideologia do “fim da história” como constructo de uma ideologia que escamoteia os conflitos sociais, advindo de interesses de classes afirmando que,

[...] é inconcebível que as ideologias “murchem” por si – e, muito menos, que sejam ficticiamente “superadas” no âmbito fechado de construções teóricas pseudo-científicas – enquanto existirem conflitos sociais importantes com os quais estão inextricavelmente interligadas. Na verdade, proclamar “o fim da história” é em si uma ideologia característica. Significa a adoção de uma perspectiva não-conflituosa dos desenvolvimentos sociais contemporâneos e futuros (posição com a qual os defensores dos interesses ideológicos dominantes se comprometeram ao proclamar, tolamente, “o fim da história” no Ocidente) ou a tentativa de transformar os conflitos reais dos embates ideológicos na ilusão das práticas intelectuais desorientadoras, que imaginariamente “dissolvem” as questões em discussão mediante alguma pretensa “descoberta teórica”.

O apropriar-se dos meios de produção é uma ação mais complexa do que parece ser e foi, historicamente, um dos maiores equívocos cometidos pelos modelos de economia planejada. Deter os meios de produção sem que haja um processo permanente de reflexão sobre: *Quem produz? O que produzir? Como produzir? E, para quem produzir?* Levou a deterioração e a fragilização de propostas alternativas no que se refere à organização de trabalhadores livremente associados como demonstra Antunes (1999, p. 22) ao resgatar as ideias de Mészáros sobre a dimensão do *sistema de mediação de segunda ordem* da lógica sociometabólica do capital que conjuga a tríade “*capital, trabalho e Estado*”. Diz Antunes (1999, p. 22),

A experiência soviética (e seu desfecho histórico recente) demonstrou como foi impossível destruir o Estado (e também o capital) mantendo-se sistema de metabolismo social do trabalho alienado e heterodeterminado. O que se presenciou naquela experiência histórica foi, ao contrário, a enorme hipertrofia estatal, uma vez que tanto a URSS quanto os demais países *pós-capitalistas* mantiveram os elementos básicos constitutivos da *divisão social hierárquica do trabalho*.

É por este motivo que Tiriba (2005, p. 8) questiona: “[...] o que acontece quando nós, os trabalhadores, nos tornamos – no interior mesmo do modo de produção capitalista – os proprietários dos meios de produção?” Não se estaria, ainda, reproduzindo a “Pedagogia da fábrica?” (TIRIBA, 2005, p. 8). E, em que medida, ocorreria o distanciamento do projeto autogestionário?

Na entrevista (3) o fenômeno se apresenta de forma diversa, pois, mesmo que a fala explicita que o ingresso no empreendimento tenha ocorrido em virtude do desemprego, este era um fato que estava relacionado a uma situação familiar. A forma como a fala se desenvolve possibilita a compreensão de que encontrar uma saída para a situação de desemprego não pressupunha a possibilidade de manutenção, tão somente, da vida material. A argumentação traz, com clareza, a intenção de produzir algo distinto, algo que potencialize uma alteração na lógica de produção, consumo e manutenção da vida, conforme registro da entrevista (3).

É que meu companheiro estava desempregado, lá no sítio sem ter o que fazer e um pequeno empresário amigo nosso, foi passar uma noite lá conosco jantou, dormiu lá e ensinou o Nilton a fazer salame italiano e pra ele ter uma ocupação né. E aonde nós vamos botar esse produto. E aí demos uma caminhada na Feira. Eu já conhecia o Djalma que é um dos fundadores, o puchador da cooperativa, não tinha a cooperativa ainda. E um grupo de produtores que ele foi convidando, assim conforme ele conhecia pra montar a feira na segunda quadra. Que a primeira já existia a ex-Colméia (que teve de fechar por dívidas). O Djalma pegou e conseguiu com

a Prefeitura a segunda quadra. Aí começamos a discutir sobre criar uma cooperativa também como era a Colméia na primeira. Começamos a reunir o pessoal a discutir aqui nesta rua, ora lá no galpão da esquina, ora na casa do Djalma. Fomos pensando. Tinha um agrônomo que era um que tava ali junto pululando. Começamos a reunir, reunir e fundamos a Cooperativa. Fomos ver com advogado, tipo de Estatuto, tipo de legislação, os limites, as imposições e fundamos. Um grupo relativamente grande.

Por que a fala da entrevista (3) aponta para a preocupação com a organização não só do que produzir, mas de como estruturar os sujeitos trabalhadores em uma nova modalidade de trabalho? Ao atentar para a “*cognição pessoal e social*” do sujeito da fala e, ao se cruzar com o nível de escolaridade, a atuação profissional e a inserção nos movimentos sociais, é possível compreender que a educação escolarizada – a dimensão do “*contexto-estrutura social*” – pode se constituir em um ponto nevrálgico da organização dos trabalhadores em empreendimentos da Economia Social e Solidária, incidindo diretamente nas “*ações-processos*”, como diz Tiriba (2005, p.8):

[...] a questão da educação dos trabalhadores, a questão do conhecimento vêm se tornando um dos “calcanhares de Aquiles” dos empreendimentos associativos. Isto porque embora os trabalhadores se apropriem dos meios de produção, tiveram pouco tempo de escolaridade e/ou frequentam uma escola que não é de qualidade para os trabalhadores. [...] Neste aspecto é importante registrar a falta que faz a escola para os trabalhadores – não uma escola qualquer, mas uma escola de qualidade *para* os trabalhadores (e não para o capital).

O sujeito da fala da entrevista (3) possui curso superior em Ciências Sociais o que significa como diz Tiriba (2005), não se tratar de uma “escola qualquer”, tendo em vista que o nível de entendimento da imbricada teia de relações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas constitui o fundamento desta ciência. A compreensão pessoal e social do significado da organização dos trabalhadores livremente associados, agregado ao fato do nível e qualidade da instrução, se deve, também, a concepção que aparece na entrevista (3) quando da resposta à questão sobre a ideologia. Assim se constitui a fala da entrevista (3):

Tem diversas ideologias. Depende o que caricatura mais uma ou outra cooperativa. Depende da composição de seus membros. É isso que eu estou dizendo. Se reuniram pra quê? Se juntam pra quê? Se a maioria se afinou lá na Fundação ela vai ter uma caricatura, uma característica de um tipo de idealismo. A nossa deveria ser ecológica né porque ela reúne com produtores que eram ou queriam ser orgânicos. [...] Mais a ecologia é mental primeiro lugar depois ser no teu contato com a realidade. Tem sempre que estar te atualizando, te reciclando, sempre se preocupando com o planeta.

Mas por que a ideologia se transforma em um componente tão importante para a organização dos trabalhadores livremente associados? A ideologia é um conjunto de ideias e valores que nutre as “ações-processos” dos sujeitos históricos. Se tais conjuntos de ideias e valores tiverem como fundamento as soluções individualistas para a resolução de questões típicas de uma sociedade, historicamente determinada, o resultado das ações serão diversos dos ideais e valores que tiverem como fundamento as soluções partilhadas, debatidas e coletivizadas, sem perder o horizonte do sujeito singular.

A fala presente na entrevista (2) denota que o “*contexto-estrutura social*” foi fator determinante para que as “ações-processos” se dessem de forma intensa no que se refere ao modelo de organização dos trabalhadores livremente associados. O fato de ter nascido e crescido no seio do movimento fez com que o sujeito da fala entendesse que o caminho que atravessa a lógica sociometabólica do capital produz entraves para a organização e atuação destes trabalhadores livremente associados. Reconhece, todavia, assim como expressa a fala da entrevista (3) que o desenvolvimento de práticas autogestionárias é um processo longo e repleto de contradições e, em virtude disso, o empreendimento investe esforços consideráveis no processo de formação dos associados, conforme a fala:

Programa de educação a cooperativa proporciona que o jovem filho de assentado vão estudar nas escolas, principalmente do MST, aí viabiliza parte da passagem. Pra manter o vínculo com a cooperativa, pra que o jovem possa retorna depois pra cooperativa. [...]Deve ter né [*vinculação com a ideologia*] porque se não tiver não tem como. Não tem como um pobre junto com um rico te solidariedade. Tem que te solidariedade entre os pobre né.[...] No caso das nossa [*cooperativas*] é muito vinculada a questão ideológica, de afinidade ideológica mesmo dos cooperados da minha CPA⁴⁷ e das cooperativas vinculadas a Coceargs tem que te um mínimo de afinidade né.

A partir da reflexão sobre o papel da ideologia na conformação de uma estrutura social capaz de dar conta da organização dos trabalhadores livremente associados – que faz com que se diferencie projetos autogestionários de heterogestionários – agrega-se outro elemento de análise para possibilitar a compreensão de como se encaminham os empreendimentos da Economia Social e Solidária no que se refere à dimensão de emancipação dos sujeitos trabalhadores livremente associados. Este outro elemento é o modo como os dirigentes integraram

⁴⁷ CPA – Cooperativa de produção agropecuária.

os cargos de direção e estrutura organizativa dos empreendimentos.

Na entrevista (1) a ideia de competência e reconhecimento do trabalho foi relatada como fator preponderante para a ascensão ao cargo de direção que ocorreu por intermédio da eleição em uma assembleia. A fala da entrevista (3) aponta para um processo progressivo para alcançar a direção, pois “[...] primeiro fui da secretaria geral e aí, quando estava nessa função, o presidente se afastou e pra minha surpresa me elegeram”. Já a entrevista (4) denota que a escolha para a direção ocorreu “por acaso”, tendo sido convidado. Somente na entrevista (2) é que o acesso ao cargo de direção resultou de um processo de discussão anterior à formação da cooperativa, pois, refere-se a um projeto de entendimento da organização cooperativa como “inclusa em um projeto” econômico-político.

A partir das falas das entrevistas (1) e (4) é verificável que existe uma variável circunstancial e não projetada de acesso a cargos de direção. Ela compõe-se de circunstâncias de “ações-processos” que escapam a governabilidade dos dirigentes. É possível dizer, então, que se reproduz as práticas diretivas de uma lógica heterogestionária em que o acesso à direção se dá por intermédio de uma hierarquia que reproduz a lógica sociometabólica do sistema do capital, que é entendido pelos princípios marxianos como uma das dimensões do ser humano, isto é, o ser como realidade ou “o homem-mercadoria” (MÉSZÁROS, 1981).

Se a prática social dos dois respondentes estivesse impregnadas da lógica autogestionária as “ações-processos” seriam orientados para a dimensão do ser humano como potencialidade, isto é, um ser em processo contínuo de produção (MÉSZÁROS, 1981), como presente na fala da entrevista (2).

Na situação encontrada na entrevista (3) embora haja uma circunstância – o afastamento do presidente – havia um processo de constituição muito elaborado, uma forma pensada a partir do tipo de organização que queriam construir em que a “dimensão dos membros-grupo” modula as ações no empreendimento, onde o afastamento de um membro gera uma reorganização e a retomada do trabalho. A liderança quando exercida para atender necessidades formais e legais e não para a geração de dependência do papel do dirigente, pode ser redistribuída entre os membros sem que esse fato signifique a desestruturação do empreendimento cooperativo.

Ao se pensar o processo histórico em que foram constituídos os

empreendimentos da Economia Social e Solidária investigados, é fundamental entender que “o *contexto-estrutura social*” pode ter contribuído para a formação da “*cognição pessoal e social*” tanto das direções entrevistadas quanto dos cooperados que compõem os empreendimentos.

As cooperativas pesquisadas têm existência que vai da mais longeva (4) que foi organizada há 30 anos para a prestação de serviços no ramo trabalho e conta, atualmente, com 1750 cooperadas e cooperados, até a cooperativa mais jovem (1) que se originou de uma fábrica falida havia 14 anos, e que atua, também no ramo trabalho só que na área de produção metalúrgica contando, atualmente, com 24 cooperadas e cooperados. A cooperativa central (2) conta com 19 cooperativas associadas que busca a organização cooperativa no campo há 19 anos, atuando na produção agropecuária. Esta cooperativa central conta com aproximadamente 5000 cooperadas e cooperados. Por fim a Cooperativa de agricultores ecologistas (3) com 18 anos de atuação e 50 cooperadas e cooperados.

O processo organizativo na lógica do trabalho associado de empreendimentos de Economia Social e Solidária não pode estar dissociado de uma práxis organizacional que pode envolver o tempo de existência – a “*dimensão dos membros-grupos*” – a dinâmica de escolha da direção e o espaço-tempo na realização de assembleias. Essa práxis supõe práticas políticas que entendam o processo da participação como condição necessária para apropriar-se dos desafios da autogestão e de superação do modelo heterogestionário da lógica sociometabólica do sistema do capital.

A participação na lógica do trabalho associado em empreendimentos cooperativos da Economia Social e Solidária ocorre especialmente em assembleias. Nas entrevistas o fundamental era identificar como se desenvolvia o processo de participação em assembleias de associados e se o período em que se realizavam estava apenas o previsto na norma legal, ou se transformava o processo de participação como prática política de gestão quando da reflexão a cada desafio social, econômico e político a ser enfrentado.

Uma Cooperativa (entrevista 4) faz apenas uma assembleia anual, outras duas (entrevista 1 e 3) fazem duas assembleias anuais e apenas uma (entrevista 2) faz quatro assembleias anuais. Considerando que a Assembleia é a expressão de soberania dos associados em uma cooperativa e um processo de educação

permanente, é perceptível um *déficit* democrático, pela concentração de temas em debate, transformando a instância máxima de deliberação – a assembleia - em um procedimento burocrático de cumprimento de norma, sendo que com a realização de apenas duas assembleias anuais no ramo trabalho configura-se apenas como o cumprimento de uma determinação legal a lei 12.690/2012.

Em relação a dificuldade e mobilização de recursos e outros óbices em cooperativas com grande número de associados, podemos destacar a incompreensão dos dirigentes da natureza da organização cooperativa e também a falta do exercício de imaginação para buscar formas de assembleias por núcleos, apontado por Bialoskorski (2004) em experiências cooperativas de grande número de associados distribuídos em diferentes regiões, comunidades, cidades.

Mas outra questão parece premente quando a referência é a democratização das relações que contemplam uma unidade indissolúvel entre a dimensão política-cultural e a dimensão econômica da “relação entre pessoas e pessoas e coisas” (GUARESCHI, 2013). Nesta complexa relação se desenvolvem as “ações-processos” que manifestam uma sociabilidade que presentifica uma estrutura de organização social expressa no “*contexto-estrutura social*” e que remete ao que Van Dijk (2015) define como “*cognição pessoal e social*”.

Essa sociabilidade pode, então, apresentar diferentes expressões da lógica produtiva, deliberativa, gestonária, redistributiva dos empreendimentos e economia social e solidária. Se as “ações-processos” estiverem orientadas pelos princípios da economia social e solidária, a lógica da produção tenderá a ser cooperativista, autogestionária e emancipatória, expressão mais significativa da potencialidade da democracia entendida a partir da cultura da igualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2007).

Por outro lado, se as “ações-processos” estiverem orientadas pelos princípios da economia de mercado, a lógica de produção tenderá a ser de mercado, heterogestionária e alienante, isto é, a materialização das relações a partir da dimensão “homem-mercadoria” (MARX, 1981).

Nesta complexa dimensão das relações democráticas como processo permanente de educação dos trabalhadores livremente associados, se pode destacar as respostas obtidas nas entrevistas sobre a questão do processo de renovação das direções, assim como o rodízio em tarefas diretivas, na qual

constatou-se um quadro de pouca renovação e de sucessivos processos de reeleição dos dirigentes cooperativistas.

A formação na “*dimensão dos membros-grupos*” para as tarefas diretivas pode constituir-se em obstáculo a um processo autogestionário, pois quando não há renovação se fortalece as experiências heterogestionárias, expressas na manifestação da individualidade distanciando-se dos princípios fundamentais da Economia Social e Solidária. Mas a simples alternância nos cargos diretivos não garante, necessariamente, que ocorra no empreendimento profundas reflexões sobre as políticas e os direcionamentos necessários que marquem o diferencial deste empreendimento em relação ao modelo tradicional, como expressa a fala da entrevista (2), “[...] eu acho que é meio indiferente, agora o problema é pra tu troca um cabra bom. O bom seria troca, mas se não tem ninguém com a habilidade que ele tem?”.

No caso deste empreendimento, a indiferença relatada sobre a alternância na direção é porque existem núcleos e são eles os responsáveis pelos debates das propostas encaminhadas à assembleia pela direção. Salienta que “[...] nós temos dois núcleos, dos setores que funciona que um é o da produção de núcleos de base do MST, faz o debate político-ideológico da organização e faz o debate da produção também [...] A assembleia é soberana”.

Nas entrevistas (1) e (3) os conteúdos das falas demonstram um problema típico da realidade contemporânea, isto é, uma ausência de responsabilidade social no trato das coisas coletivas, pois afirmam que “[...] poucos gostam de administrar” e continua “[...] às vezes sobe para a cabeça. Ser diretor deve ganhar mais. Depois veem que não é isso aí” (Entrevista 1); “[...] é difícil hoje tu arrumar gente que queira participar da direção. Exatamente por isso, por não ter nem tempo e, também, não ter a cultura da caneta” (Entrevista 3).

A processo da produção cooperativista em relação a retribuição ao trabalho cooperado traduzidos em ganhos das cooperadas e cooperados, conforme as entrevistas dos dirigentes, apresentam-se com a componente de materialidade, a superação do salariato com as retiradas de sócios que foram objeto de deliberação da assembleia entrevista (1), a instância máxima da democracia deliberativa. Outro modo de operar o retribuição ao trabalho vincula cooperadas e cooperados ao obtido nos contratos em uma cooperativa entrevista (4). Para a situação de outra

cooperativa que não distribui sobras para cada cooperada e cooperado (entrevista 3). A renda neste caso é proveniente da venda direta da produção em feiras entrevista (3). Para outra cooperativa a retribuição é feita pelas horas de trabalho na qual o objetivo é a igualdade entre quem cumpre diferentes trabalhos, seja na atividade da produção material, seja nas tarefas administrativas entrevista (2).

Ainda na referência a retribuição pelo trabalho livremente associado buscamos identificar a percepção dos dirigentes acerca do debate em relação aos valores que recebem pelo trabalho o que cada cooperada e cooperado recebem na entrevista (2) expressa que “às vezes não é bom quando vira picuinagem”, e continua afirmando que “o ser humano é assim mesmo, pois sempre quer ganhar mais”.

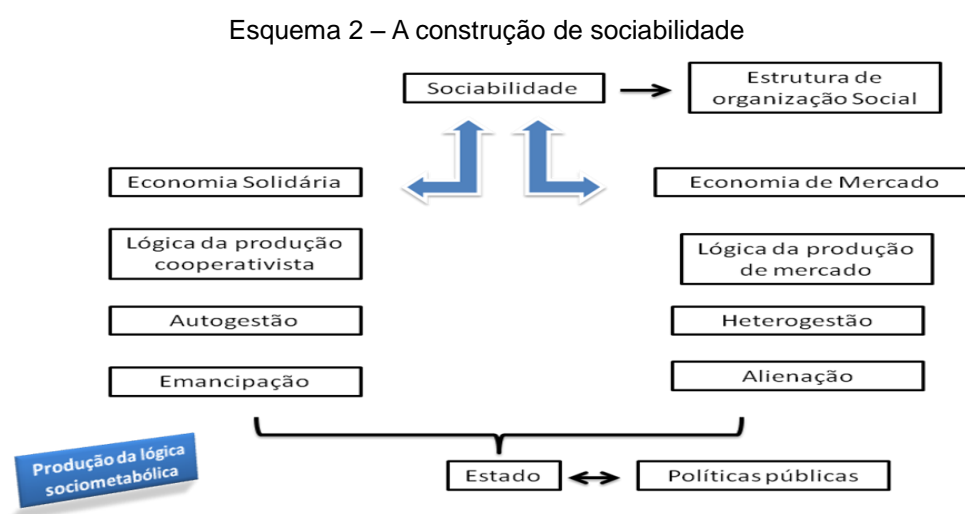
Com um conteúdo próximo ao da entrevista (2), a fala presente na entrevista (1) avalia que a discussão dos cooperados no cotidiano do trabalho associado sobre a retribuição financeira pelo trabalho “enriquece, pois possibilita adaptar aquilo que ele sabe e gosta de fazer”.

Por mais que o dirigente da entrevista (2) tenha um histórico marcado pela participação ativa no movimento e que tenha uma formação política para a compreensão dos múltiplos fatores que determinam historicamente a organização dos trabalhadores livremente associados, a naturalização do ser humano como egoísta, perverso, individualista e competitivo permanece enraizado, pois como afirma Bettelheim (1976, p. 134)⁴⁸, “[...] a presença, ainda profunda nas massas, da ideologia burguesa e pequeno-burguesa favorável ao ‘cada um por si’, ao *egoísmo* da empresa e uma concepção abstrata de ‘liberdade’”. Ou, como afirma Machel (1979, p. 29), “[...] o exercício do poder, a sua forma e os seus métodos devem corresponder ao seu conteúdo. Mas acontece muitas vezes que o conteúdo novo seja ainda guardado nas garrafas velhas, isto é, exprima-se pela forma antiga” fazendo com que as alternativas tenham como referências os parâmetros daquilo que queremos superar. Nesta dimensão encontra-se o imaginário referente a gestão.

A questão do funcionamento da gestão nos empreendimentos da Economia Social e Solidária passa, necessariamente, pela forma como esses empreendimentos concebem não só a apropriação dos meios de produção, mas

⁴⁸ Citação presente em Novaes (2011), mas resgate da fonte primária Bettelheim (1976).

também a dimensão da comercialização e distribuição da riqueza produzida. É nessa intensa e complexa teia que se constituirão as diferenças essenciais entre modelos heterogestionários e autogestionários e, como pressuposto fundamental da problematização do estudo, que ora se apresenta as demais instâncias que se consolidam a partir dos modelos de gestão, produzindo determinantes históricas que realçarão as características do Imaginário Social dos trabalhadores dos empreendimentos e, portanto, do patamar de sociabilidade conforme expresso no esquema a seguir.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)

As discussões sobre os caminhos a serem percorridos pelos empreendimentos da Economia Social e Solidária produziram rupturas entre os estudiosos da temática do trabalho livremente associado. O cerne da questão é, justamente, o cenário em que se processará a produção e a comercialização, isto é, o “*contexto-estrutura social*” e, conseqüentemente, a resultante formação da “*cognição pessoal e social*” dos sujeitos produtores que se transformará no motor que acionará as “*ações-processos*” essenciais para a consolidação de estruturas emancipatórias.

O ponto central dessas discussões diz respeito aos “mecanismos de mercado” como potencializadores do desenvolvimento dos empreendimentos da Economia Social e Solidária. Será possível organizar estes empreendimentos dentro da lógica sociometabólica do capital e, mesmo assim, possibilitar a autogestão considerada como caminho fundamental para a emancipação dos trabalhadores

livremente associados?

Para Novaes (2011), a discussão passa, necessariamente, pela compreensão da polissemia do conceito autogestão que contempla desde perspectivas defensoras do chamado “socialismo de mercado” até as perspectivas que, em comunhão com o pensamento marxiano, afirmam a incompatibilidade da combinação de autogestão e concorrência.

No Brasil, afirma Novaes (2011, p. 68), um dos maiores expoentes da primeira perspectiva é Paul Singer que mesmo sendo um dos maiores representantes das lutas sociais, acaba dando “[...] muita atenção ao tema das decisões ‘democráticas’ realizadas ‘dentro dos muros’ de cooperativas populares [...] sem, no entanto, realizar uma crítica profunda aos ‘mecanismos de mercado’”.

Em que medida os processos internos de democratização – do planejamento e da gestão – poderão produzir, por si só, a ruptura com os “mecanismos de mercado”? Ou dito de outra forma: até que ponto a “democratização dos encaminhamentos, sem a profunda ruptura com os “mecanismos de mercado”, pode alterar a ideia (“*cognição pessoal e social*”) dos sujeitos históricos envolvidos a ponto de entender que tais “mecanismos de mercado” são responsáveis pelo processo de alienação obstruindo, assim, a potencialidade da emancipação dos trabalhadores livremente associados? O que, de fato, diferencia um trabalhador de uma empresa que funciona sob a lógica dos “mecanismos de mercado” de um trabalhador de um empreendimento da Economia Social e Solidária?

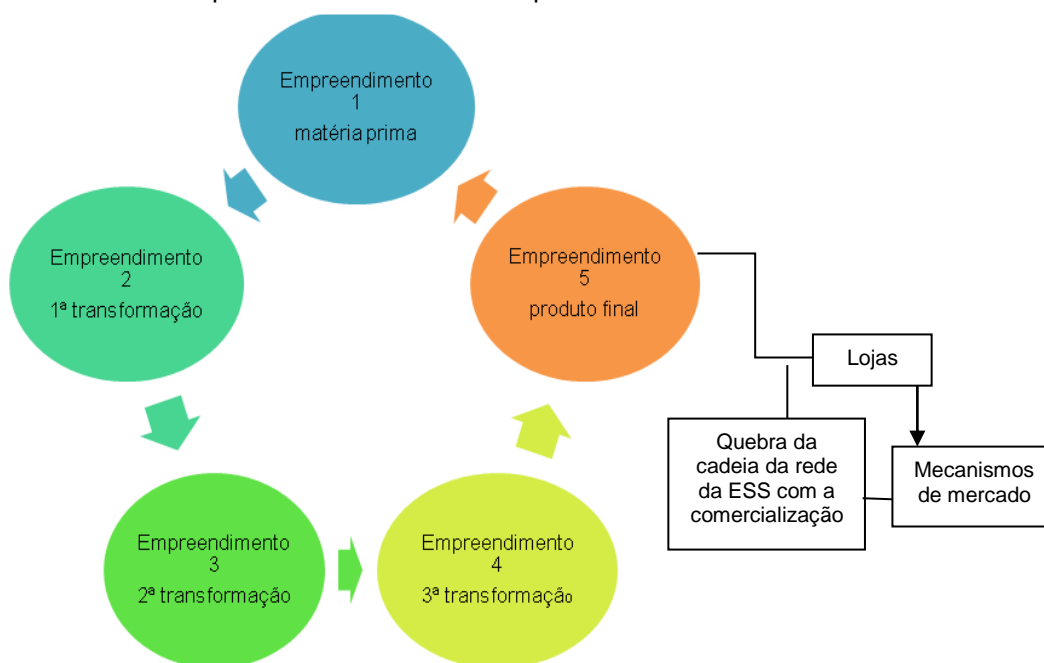
Os representantes da segunda perspectiva, que pressupõem a superação dos “mecanismos de mercado” como condição essencial para a efetivação de empreendimentos de trabalhadores livremente associados, defendem a necessidade imperiosa da produção de uma *Coordenação Social da Produção*. Dentre eles, cita Novaes (2011) está Bettelheim⁴⁹.

Em um processo de produção que não ocorra a superação dos “mecanismos de mercado”, as unidades de produção, segundo Bettelheim (1976), ao executar apenas uma parcela do processo produtivo, constituiriam apenas um elo desse processo e poderão, até, produzir alterações na vida material dos sujeitos, mas não produzirão alterações na reprodução social, uma vez que este isolamento impediria

⁴⁹ Citação a partir de Novaes (2011). Tendo em vista a relevância de Bettelheim para o estudo, busquei na fonte primária as referências citadas por Novaes. (BETTELHEIM, Charles. A luta de classes na União Soviética: primeiro período 1917-1923. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976).

a consolidação de uma rede autônoma em relação aos mecanismos de mercado produzindo, assim, o que na Polônia (BRESSER PEREIRA In: NOVAES, 2011, p. 74) se denominava de “Proprietários de Grupo”. O esquema a seguir ilustra o movimento destas unidades de produção em que o processo interrompido justamente na comercialização, no qual a cadeia produtiva não gera sua absorção internamente, pois ao final desemboca como mais uma mercadoria na lógica do mercado.

Esquema 3 - A rede de ESS a partir dos Mecanismos de Mercado



Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)

Ao analisar a realidade das fábricas recuperadas da Argentina Lucita (2002, p. 4)⁵⁰, faz referência e este fechamento referido por Bettelheim, afirmando que,

[...] cualquiera sea la forma que adquieran, si los trabajadores que gestionan estas empresas vuelcan sus esfuerzos y creatividad exclusivamente hacia el interior de sus establecimientos, si abandonan todo intento de coordinación y de solidaridad con las otras fábricas y experiencias están indefectiblemente condenadas a recaer en la competencia capitalista y en la autoexplotación.

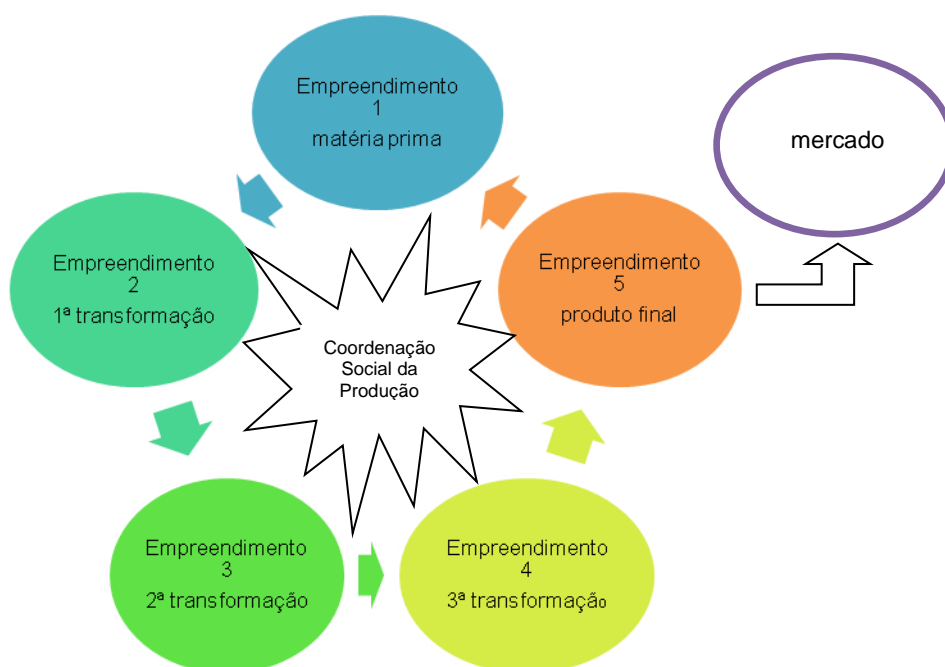
Mas qual seria a saída para se efetivar de um projeto autogestionário nos

⁵⁰ As referências da análise de Lucita sobre as fábricas recuperadas na Argentina foram obtidas no livro de Novaes (2011), mas como a fonte primária está disponível, a reprodução da citação foi desta fonte primária, embora esteja também reproduzida na obra de Novaes (2011, p. 70).

empreendimentos da Economia Social e Solidária? Segundo Novaes (2011), a possibilidade real de uma transformação da vida material que produza concomitantemente uma transformação da vida subjetiva – reprodução da vida – estaria contida nas reflexões de Bettelheim, Mészáros e Mandel.

Em Bettelheim, afirma Novaes (2011, p. 72) encontra-se o princípio fundamental da Coordenação Social da Produção, isto é, “[...] um controle operário coordenado, que possa conformar-se às exigências de uma política proletária”, como expresso no esquema abaixo.

Esquema 4 - A rede de ESS a partir de uma Coordenação Social da Produção



Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

A polarização dos modelos de gestão – heterogestionário e autogestionário – parecem remeter a um certo imobilismo, tendo em vista que a possibilidade de uma prática autogestionária é incompatível, como afirma Novaes (2011), com a lógica da concorrência e da competitividade.

Frente à impossibilidade de materializar a perspectiva autogestionária pela resistência do sistema do capital e por reconhecer a limitação da heterogestão e a necessidade de sua superação surgem experimentações que se colocam em um terceiro grupo colocado como de transição. Este grupo tem elementos dos dois grupos principais podendo assumir uma identificação maior a partir da afirmação de

políticas e integração em redes e/ou cadeias solidárias, na qual fortalece a perspectiva da autogestão, ou vincular-se a modelos tradicionais dos mecanismos de mercado, em que a luta isolada pela sobrevivência o levará a um modelo da heterogestão.

No modo tradicional da heterogestão ocorre a separação entre quem planeja e quem executa, quem determina, quem se subordina, na forma de promover a participação e a circulação de informações como base para a tomada de decisão e em motivações. Essas motivações podem estar afetadas a, a) falta de tempo; b) grande número de cooperados; c) da necessidade de produzir; d) da resistência dos próprios trabalhadores do 'chão do trabalho associado' que não compreendem o significado dessa possibilidade de trabalho e; e) da incompreensão dos dirigentes habituados às práticas heterogestionárias e, por vezes, sem apoio, por intermédio de assessoria e de uma *coordenação social da produção* (BETTELHEIM, 1976), para promover nova cultura política.

O processo de participação no modo autogestionário é uma construção para a qual se apreende participando. Cabe a cooperativa promover amplas formas de debate sobre os rumos do empreendimento, a estratégia de inserção, de integração de experiências-modelo, como a desenvolvida em Mondragon na Espanha⁵¹, na organização de cadeias e redes solidárias, de bancos comunitários e

⁵¹ A experiência de organização cooperativa de Mondragón, pequena cidade situada no país Basco na Espanha, começou a ser desenhado em 1941 quando o Padre José Arrizmendiareta veio se instalar na região. Quinze anos depois, em 1956 foi criada a primeira experiência cooperativa, a ULGOR uma fábrica de fogões surgida a partir da falência da empresa. Em 1958 foi formada a segunda, a Arrasate que produzia máquinas e ferramentas e em 1963 a COPRECI que produzia os termostatos para os fogões. Nesse mesmo ano a Ulgor junto com uma empresa falida criam a EDERLAN uma Fundação que se incorpora ao Grupo. Em 1959 a Cooperativa de crédito a Caja Laboral para oferecer assessoria a gestão e empréstimos. Em 1967 a Cooperativa Lagun-Aro é criada para dar conta da assistência à saúde, pensões e aposentadorias. Conforme o informe anual da MCC na Internet em 2014 a MCC atua em todo o mundo. Haviam 74.060 trabalhadores no complexo dos quais 82% compostos de sócios cooperados. São 114 cooperativas e 143 sociedades filiais faturamento de 6,5 milhões de Euros em 2014, 13 empresas operando na China com 1500 trabalhadores e negócios de U\$ 50 milhões de dólares. "Tem presença comercial e produtiva em cinco continentes com 122 plantas produtivas em 41 países, ocupando 11 mil trabalhadores, Na Espanha é o 10º maior Grupo empreendedor atuando em muitos ramos incluindo o educacional (Secundário, técnico e Universitário), consumo (Supermercados), Produção agropecuária, mobiliário, confecção, turismo, serviços, formando um circuito econômico que mais se aproxima do conceito de uma *coordenação social da produção*. Que trataremos a seguir. Conforme Mondadori (2013). Há um constante processo de (re) organização de estrutura de gestão, que pela dimensão, requer um gerenciamento planejado para atender crescentes demandas colocadas pela dinâmica social, mobilidade, formação, atenção à saúde, e a inserção de uma ilha de autogestão a MCC em um oceano de heterogestão, o sistema do capital.

cooperativistas, como a desenvolvida no Canadá⁵² (Desjardins) Arruda (2014), na Holanda⁵³ (Rabo Bank), entre outras.

O processo da gestão nos empreendimentos da Economia Social e Solidária exige um esforço na formação de novos dirigentes para que se assegure a continuidade e avanços que potencializem uma nova dimensão do trabalho, das relações de produção pautadas na solidariedade e da comercialização do produto produzido em uma perspectiva social. As novas direções necessitam compreender a dinâmica na qual estão inseridos, pois, conforme a entrevista (1) “há uma dificuldade em conseguir pessoas para as tarefas de direção, quando chega a época da eleição e ainda tem aqueles que acham que a direção ganha. A avaliação de outro dirigente sobre a possibilidade de cooperadas e cooperados discutirem no cotidiano do trabalho associado a retribuição pelo trabalho que “enriquece, pois possibilita adaptar aquilo que ele sabe e gosta de fazer” (entrevista 4) mais ‘aí sobe pra cabeça”, pois a assunção a cargos na direção pode ser entendida como as experiências que conheceu em modelos heterogestionários.

O ambiente no empreendimento, segundo a fala da entrevista (1) coloca todos em situação de igualdade, pois as tarefas são realizadas coletivamente em alguns momentos, posteriormente algumas tarefas são realizadas em máquinas⁵⁴ de forma individual, em uma espécie de ‘linha de produção’.

O planejamento neste empreendimento, que é uma fábrica recuperada, é realizado a partir das demandas de produtos, de acordo com os pedidos, após a discussão ‘do que’ e ‘como’ se irá produzir, ou seja, o planejamento da produção dá-se exclusivamente pela participação no mercado. O tema da intercooperação ou de uma coordenação global pelos produtores associados, ‘sem criticarem a tirania da circulação’ (Novaes, 2011, p. 71-72) entre fábricas do ramo metalúrgico inexistente, demonstrando a fragilidade de práticas na atuação em redes e cadeias econômicas

⁵² Para conhecer mais sobre o denominado Movimento Desjardins há a tese de Alessandro Gustavo Souza Arruda da Universidade de São Caetano do Sul em 2014 que faz uma análise densa sobre a atuação da Desjardins desde 1900 até nossos dias com o título *Estruturas de Governança em Redes de Cooperativas de Crédito sob a ótica da Teoria dos Custos de Transação: Um estudo comparativo entre cooperativas brasileiras e canadenses*.

⁵³ O RaboBank é uma Cooperativa de crédito com sede na Holanda e atuação em 45 países inclusive no Brasil onde tem agências em 16 estados e atua no Brasil em associação com o SICREDI. Fundado em 1898 é resultado de uma fusão em 1972 das cooperativas Raiffeisen e BoerenlennBank. Atua no meio rural onde diz ser o maior do mundo. Informação disponível na Internet no site www.rabobank.com.br – acesso em 02/08/2015.

⁵⁴ Dados repassados ao entrevistador em visita a fábrica, quando foi me explicado o processo de produção, desde a chegada da matéria prima e o processo de fabricação, até a expedição.

solidárias.

Sem uma consciência crítica como aquela capaz de identificar a causa dos problemas, sem uma práxis organizacional entendida como a capacidade de saber como resolver problemas identificados na situação concreta, no planejamento participativo da produção, na distribuição do trabalho, na execução de tarefas e controle de atividades e na apropriação do resultado do trabalho em uma democracia direta, não é possível afirmar um processo de autogestão, mesmo que limitado ao território do empreendimento. A práxis da autogestão leva a uma reapropriação do coletivo alienado, a uma reflexão do fazer-pensar para a construção de outra sociabilidade dos sujeitos produtores na perspectiva de sua emancipação.

O processo produtivo referenciado nos trabalhadores associados coloca o desafio de desenvolver, a cada ato, a soberania do coletivo sobre o individual, como indica a fala na entrevista (2) ao referir-se nas “ações-processos” no modo como é feito o planejamento indica uma apropriação coletiva, na assembleia, diferente da cooperação despótica⁵⁵ da fábrica taylorista-fordista-CCQ-Kanban⁵⁶. Sob a ótica da perspectiva marxiana, verifica-se outra forma de cooperação de produtores livremente associados, pois a direção elabora uma proposta a partir dos desafios enfrentados e projeta no futuro uma orientação, conforme a fala da entrevista (2):

A diretoria elabora uma proposta, organiza e dá a linha pra assembleia e vai pro debate nos núcleos. Nós temos dois núcleos, dois setores que funciona que um é o da produção de núcleos de base[...] faz o debate político-ideológico da organização e faz o debate da produção também. É feito o planejamento nos setores e é referendado em Assembleia. A Assembleia é soberana’.

A soberania da assembleia é um elemento decisivo no processo de autogestão, pois não há possibilidade de desencadear práticas democráticas sem democracia. Nada pode parecer impossível aos cooperados. Cada decisão tomada e respeitada fortalece o coletivo, dando-lhe estímulos a afirmação de compromissos e de pensar saídas para situações críticas ou para compartilhar a situação boa,

⁵⁵ Para ver mais sobre a cooperação despótica Marx e Engels, 2013 p. 397, registra que no ambiente da fábrica há um processo de cooperação simples, necessária para a produção, baseado na relação de dependência nas ações da produção.

⁵⁶ CCQ-Kanban – São modelos de gestão chamados Círculos de Controle de Qualidade e kanban que significa produção certa no tempo certo, na qual operam com precisão a necessidade de peças e sua disponibilidade, zerando estoque e custos de armazenamento.

equilibrada e fortalecedora de laços de integração intra e extra cooperativa. Mas, como referenciado anteriormente por Machel (1979), é fundamental a reflexão sobre o conteúdo, pois se as assembleias não forem prenes das reflexões sobre o significado do “trabalho livremente associado” as demandas ficarão circunscritas ao cotidiano do trabalho alienado.

A situação apresentada para a realização do planejamento aparece na entrevista (3), ressaltando que este planejamento ocorria a partir da realidade, do momento, do que poderia ser encaminhado, pois “[...] Eu fazia, apresentava o relatório da gestão toda anterior. Tudo o que foi feito lá tinha tudo tomado nota e o que nós pretendia fazer pra avançar pra próxima gestão. Dava cópia pra cada um com antecedência, antes da assembleia”.

Na “*dimensão dos membros-grupo*” a efetivação de um planejamento participativo, em que ‘o feito’ e o ‘a ser feito’ aparecem como orientadores da perspectiva de uma gestão compartilhada, pois possibilita a apropriação coletiva do produto coletivo, ampliando as “ações-processos” dos “membros-grupos” e potencializando a inserção em um “contexto-estrutura” da produção associada. É a partir da experiência e da avaliação do que realizaram que se planejará qual situação objetivo pode ser coletivamente buscada e os meios para realizar, culminando com a avaliação e o (re) planejamento em uma espiral.

Ao analisar a fala expressa na entrevista (4), referente à relação do dirigente com os cooperados para a realização do planejamento anual, é possível afirmar que o dirigente adota uma postura que Van Dijk (2015) associa a “*poder social*”, pois gera um distanciamento entre a direção e a base, ou como diz Orlandi (2013, p. 26), na relação entre sujeitos e sentidos de um objeto simbólico, pelo conhecimento e prática que utiliza para *moldar* gestores que o acompanham na direção da cooperativa.

A fala expressa na entrevista (4) traduz a ideia de que o processo de planejamento é feito em várias etapas com saberes separados e hierarquizados e que se manifestam tanto na forma quanto no conteúdo da maneira como foi elaborado o planejamento. Diz a fala da entrevista (4):

Primeiro senta a diretoria, cria uma meta de projetos para o ano. Onde vamos chegar? E que maneira vamos chegar? Depois chamamos o jurídico. Oh, nós pretendemos isso aqui. Isso é possível ou não é possível? Depois chamamos o Conselho de Ética. Olha, a intenção é essa aqui. Esse aqui é o projeto tal. Todo mundo concorda? Concorda, então a gente passa isso na assembleia. Não para trazer todo o mundo pra participar. Aí vira uma ... não

tem como fazer isso. Porque não é 2,3,5, são 1750 (cooperados).

Como entender que no espaço de um empreendimento de Economia Social e Solidária a ideia de participação seja vista como obstáculo, pois, “[...] aí vira uma ... não tem como fazer isso”, como afirma o entrevistado (4)?

As saídas estratégicas para a manutenção de relações no processo de participação com grupos grandes poderia se adotar outras formas, como a de realizar reuniões por núcleos menores, porém, buscando sempre o envolvimento *a priori*, tendo claro que apesar de exigir um dispêndio maior de tempo, e recursos, pois, na dimensão da “cognição pessoal e social” nessa manifestação de impossibilidade transparece a idéia de que a democracia da Assembleia só pode ocorrer em pequenos espaços, em pequenos grupos, em pequenas cooperativas. De nenhum modo na perspectiva autogestionária se justifica a exclusão da participação, pois esta é a qualidade sem a qual inexistente, porém quando os empreendimentos aceitam e permitem avançar hierarquias e processos que separam quem planeja, de quem executa, de quem decide, de quem opera, ainda que esta prática não esteja no plano consciente, ela ratifica o processo hetegestionário no qual basta que se interponham dificuldades já surgem as explicações e justificativas para a não-participação.

No mesmo caminho de reflexão, o questionamento sobre os princípios que inspiram o cooperativismo e os empreendimentos de Economia Social e Solidária, se faz necessário repensar quais as matrizes ideológico-políticas que organizam a compreensão dos conceitos de *democracia, igualdade, solidariedade e fraternidade* encontrados nas falas expressas pelos entrevistados.

O entendimento expresso na entrevista (1) de que a solidariedade é o valor que mais identifica o cooperativismo da Economia Social e Solidária, pode ser identificado ao período em que com a falência da empresa, tiveram de experimentar até que inúmeras “ações-processos” fossem realizadas para que os trabalhadores livremente associados assegurassem seus postos de trabalho e pudessem manter em funcionamento o empreendimento. Percebe-se ainda a compreensão do processo de que tiveram apoio de classe de sindicatos e organizações como ANTEAG, UNISOL e CUT.

Na manifestação da entrevista (2) a “*igualdade*” é o princípio que nucleia o empreendimento e agrega “*uma relação de confiança, assim como espírito de*

militância e compromisso com a causa, né” na “*dimensão dos membros-grupo*” como componente de uma relação produtora de uma nova sociabilidade, pois esse compromisso e espírito de militância traz a noção de prática social que se relaciona a uma consciência que se expressam nas “*ações-processos*” como constituintes dessa outra sociabilidade, ou seja, há um devir que esse espírito e compromisso com uma causa supera o horizonte do real existente de um particular que se universaliza.

A questão dos valores do cooperativismo colocam para o analista a ideia de como os entrevistados percebem a relação entre as práticas que desenvolvem, os valores como componentes (i)materiais da “*cognição social e pessoal*” que permeiam as relações interpessoais em um “*contexto-estrutura social*” na qual os empreendimentos da Economia Social e Solidária estão inseridos. Quando os valores como a solidariedade tem significância na manifestação, por exemplo, da entrevista (3), aparecem a “solidariedade”, pois a igualdade não pode ser já que “sempre vai ter desiguais”. Já em relação à democracia diz que “[...] é sempre relativo dependendo das pessoas tu tem que ter mais pulso, ser autoritária, como já fui chamada por um filiado”, onde transparece a ideia de que uma democracia só é possível sem conflitos, sem divergir, sem disciplina, sem expressar diferentes pontos de vista para construção de consensos, novas divergências, mais debates democráticos e novas sínteses.

Para a perspectiva da Entrevista (4) todos os valores se identificam com o cooperativismo – “democracia, igualdade, solidariedade e fraternidade”, na qual aparece a não compreensão de uma identificação, dado que os coloca todos no mesmo patamar. Se os colocamos na “*dimensão dos membros-grupos*” as percepções acerca da ação desenvolvida neste empreendimento no que refere a forma como realizam o planejamento contradiria a identificação com valores ‘democráticos’, e de ‘igualdade’ quando afirmam não ser possível discuti-lo com todos os cooperados.

A análise a partir da leitura da relação do que ocorre em relação a questão da identidade comum podemos considerar que para as entrevistas (1 e 2) há uma percepção de que cooperativismo e economia solidária se colocam como semelhantes na finalidade, transparecendo na leitura de que essa identidade está relacionado as finalidades na entrevista (1) e na ideia de estarem compartilhando um

projeto comum da entrevista (2). No entanto, há na entrevista (4) uma outra avaliação de que há diferenças pois “se relacionam, mas a identidade é um pouco diferente”, que coloca na “*dimensão do contexto-estrutura social*” a atuação desta cooperativa em um universo que atua, no qual está relacionado as estruturas do sistema cooperativista tradicional, no qual há uma predominância dos mecanismos de mercado, da competitividade que marcam a divisa do sistema sociometabólico do capital.

Na perspectiva um pouco diferente se coloca a manifestada na entrevista (3) que diz em relação e identificação entre cooperativismo e economia solidária que “É diferente. Eu posso ser uma cooperativa e não ter economia solidária [...] economia solidária pode ser uma ONG, uma outra identidade, não precisa ser cooperativa”. De fato a economia solidária compõe-se de um conjunto de iniciativas econômicas, cooperativas, grupos, associações de vários matizes. Há, no entanto, uma convergência entre os princípios originários do cooperativismo desde Rochdale em 1844 e os presentes atualmente na economia social e solidária.

Ao considerarmos que além dessa relação interna entre cooperativismo e economia solidária, há que se considerar um componente importante da relação entre cooperativismo e movimentos sociais, pois da atuação dos dirigentes podemos identificar a percepção que levam ao empreendimento para colocá-lo ou em perspectiva de “coordenação social da produção” Bettelheim, (1976) , da autogestão e da busca por um projeto societal, ou se as práticas e experiência anteriores de participação social levam a um modelo de ‘cada um por si’ da perspectiva heterogestionária identificada com o sistema sociometabólico do capital. A dinâmica da participação é um dos pilares da economia solidária, pois que inserida em uma consciência e uma prática social e política que formam a base necessária de um movimento que se coloca como potencializadores de uma nova ontologia, cujas raízes estão em conhecimento e ação coletiva para a sua construção.

A atuação em experiências anteriores está expressa em diversas situações conforme identificadas na entrevista (1) – “Participava bastante, agora não. Só na cooperativa”; na entrevista (2) conforme acompanha toda a trajetória que segue participando e afirmando as razões de continuar participando na “*dimensão dos membros-grupos*” – “Ah! Eu tenho os meus motivos, né”. Para a entrevista (3) a participação se vincula ao ser político que somos – “Ninguém pode ser apolítico. Não

existe apolítico. Não existe anti-político. Todos nós somos políticos por natureza [...] então, quando o sujeito fala é contra alguma coisa, ele está sendo político, entendeu? Não gosto de Partido! Ele está assumindo um partido quando diz isso”.

Então, assumindo uma “ideologia” como expressa na sua “*cognição pessoal e social*” do caráter político-ideológico da participação e da relação de uma necessária ação coletiva dos movimentos sociais cooperativos de caráter político. Na manifestação expressa na entrevista (4) quando afirma que “já participei de algumas reuniões, mas eu tinha uma visão diferenciada e aí deixava de lado. Às vezes escutava que a gente tem muito mais que escutar que falar”, expressa um pragmatismo na leitura dos movimentos sociais, no qual uma *visão diferenciada* representa um distanciamento à busca de conquistas que se afirmam na luta dos movimentos sociais que são espaço impar de geração novas lideranças que a construção de identidades que interagem entre si, contemplando a resistência e o projeto como processo pedagógico de emancipação.

Para se pensar um novo sujeito histórico, isto é, um ser humano que apresente a perspectiva protagonista com um trabalhador livremente associado e todas as dimensões da sociabilidade implícitas nesta ação, se faz necessário um processo formativo que apresente as condições de superação da lógica sociometabólica do capital, como diz Mészáros (2007, p. 214),

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar as condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social. É por isso que, segundo Marx, os seres humanos devem mudar ‘completamente as condições da sua existência industrial e política e, conseqüentemente, *toda a sua maneira de ser*’.

Nas entrevistas (1, 3 e 4) os programas formativos ocorrem somente na dimensão da formação profissional e dirigido ao público interno. O objetivo destes programas é a qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da capacitação para o trabalho sem que sejam atendidas as demandas de natureza político-ideológica, isto é, aquela que de conta do significado da economia social e solidária envolvendo as questões de um nível diferente de sociabilidade na estrutura da organização social tendo como metas; a lógica da produção cooperativista; da autogestão e da emancipação produzindo uma nova lógica sociometabólica.

A ausência dessa formação, de caráter político-ideológico, pode comprometer a perspectiva dos empreendimentos da Economia Social e Solidária pois, indiscutivelmente, como afirma Mészáros (2007), o mais potente instrumento de expansão do poder da lógica sociometabólica do capital é a penetração desses valores na consciência dos sujeitos históricos de tal forma que o real apareça coisificado. Ou como dizia Marx (1984) é preciso inverter a imagem invertida que os valores disseminados pela burguesia constroem.

Para que se crie espaços de potencialidade para ocorrer a inversão da inversão e assim produzir “ações-processos” que viabilizem uma nova dimensão do trabalho, em uma nova lógica de produção e comercialização, é fundamental que se concretizem práticas de programas formativos que preparem para o enfrentamento à lógica sociometabólica do sistema do capital.

Na entrevista (2) aparece essa perspectiva pois é dito que os programas formativos ocorrem tanto interna como externamente, dirigido aos cooperados. Salienta, quando se refere ao funcionamento e gestão da cooperativa, que na formação técnica em cooperativismo são fornecidos pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). Dal Ri e Vieitez (2004, p. 1382) analisam o projeto de educação desenvolvido pelo MST que visa tanto a formação política, quanto a capacitação técnica, pois é fundamental “que o seu membro desenvolva aptidões e necessárias à organização coletiva da vida social, à organização coletiva da produção e de outras atividades econômicas”.

Na análise do processo de gestão não há como explicá-la sem a compreensão do papel desempenhado pelo Estado em uma sociedade desigual e profundamente marcada por assimetrias, na natureza da relação do Estado com a sociedade. É desta relação que se consolidam as políticas públicas desenhadas a partir da iniciativa pública com um tênue debate com a sociedade e, neste tema, com os empreendimentos da Economia Social e Solidária, pois, como afirmavam Marx e Engels (1984, p. 101),

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que são mediadas pelo Estado, adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade, e para mais da vontade dissociada da sua base real, na vontade *livre*.

Uma das maiores dificuldades encontradas, pelo cidadão comum, é a

definição do conceito Estado. Na maior parte das vezes, como demonstrado nas entrevistas, não existe a separação entre o significado de Estado e de governo, isto é, as duas instâncias são tomadas como sinônimas. Esta deficiência, oriunda da estrutura da educação formal e que, como dizem Marx e Engels (1984) na citação acima, faz da instituição escola uma forma política do Estado burguês, não possibilita a compreensão dos meandros que compõem as relações de poder de uma sociedade. Desta forma as ideologias presentes nos governos que se alternam no poder, são tomadas como ideologias do Estado. É como se houvesse uma permanente alternância de ideologia do Estado.

No que essa confusão conceitual pode interferir nas “ações-processos” dos dirigentes de empreendimentos da Economia Social e Solidária?

Como afirma Antunes (1999), em referência à MÉSZÁROS, o tripé de sustentação da lógica sociometabólica do capital é constituído pelo *Trabalho*, pelo *Capital* e pelo *Estado* e desta forma é impossível a alteração de um sem que haja a alteração dos três. Qualquer saída que pressuponha a alteração de somente um dos eixos do tripé será uma saída conjuntural e que, portanto, estará sistematicamente fadada ao insucesso já que, como diziam Marx e Engels (1984, p, 101), o Estado “[...] nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para a garantia mútua da sua propriedade e dos interesses”.

Vale lembrar que o Estado, como afirma Engels (1991, p, 191), “[...] não é, pois, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realização da ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel”. O Estado continua Engels (1991, p, 191), “[...] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento”.

Para ilustrar a dimensão do poder das elites e, desta forma, a identificação da natureza burguesa do Legislativo Estatal brasileiro, vale ressaltar como se dá composição de forças, em um recorte de classes, etnias e gênero, no Congresso Nacional, pois nesse espaço, são produzidas as normas legais que alcançam toda a sociedade brasileira, a despeito da sua situação de classe.

Tabela 2 - Composição do Congresso Nacional

Composição do Congresso Nacional – Brasil		
	Sociedade	Congresso Nacional
Mulheres	51%	9%
Negros/Pardos	60%	3%
Empresários	3%	50%
Ruralistas	1%	30%
Jovens até 35 anos	58%	7%

Fonte: João Pedro Stédile – www.pimenta.blog.br 2014 – acesso em 15/07/2015. Elaborada pelo autor (2015)

As falas expressas nas entrevistas demonstram a incompreensão dos mecanismos utilizados pelo Estado para a consolidação dos interesses de classe e, incontestavelmente, o interesse da classe dominante, pois avaliam com independência a relação que dois poderes de Estado – o legislativo e o judiciário – desenvolvem no que se refere aos Empreendimentos da Economia Social e Solidária. É como se a ação destes dois poderes de Estado estivesse circunscrita a uma esfera burocrática sem relação com a ideologia do Estado burguês. São avaliações parciais de instituições que compõem um todo orgânico para a execução dos interesses da classe dominante (MÉSZÁROS, 2015).

As “ações-processos”, isto é, as práticas que se efetivam no cotidiano dos empreendimentos da Economia Social e Solidária, estão diretamente relacionadas à “*cognição pessoal e social*” dos sujeitos históricos expressa no imaginário social produzido por intermédio do “*contexto-estrutura social*” em que estão inseridos. No caso específico dos empreendimentos analisados, este “*contexto-estrutura social*” é formado por uma sociedade capitalista de desenvolvimento periférico que se subordina à lógica do capitalismo central e que, em virtude da crise do *fordismo* e do *keynesianismo*, como afirma Antunes (1999, p. 31),

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares da expansão anterior.

Ademais destas características formativas do Estado capitalista é importante atentar ao caráter conservador que a classe dominante foi adquirindo com o passar do tempo. De *classe revolucionária*, segundo Marx e Engels (1998, p. 42) que “[...] onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais,

patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus 'superiores naturais', para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço frio do interesse, as duras exigências do 'pagamento à vista' ", passa à condição de uma classe conservadora.

Segundo Rancière (2014) o poder instituído ao longo da existência do capitalismo e, para dar conta das crises cíclicas, a burguesia assume uma performance oligárquica, pois engessa as relações políticas, sociais e econômicas com o intuito de manter intacto, ou o menos flexível possível, seus interesses de classe. Diz Rancière (2014, p. 94-5),

Não vivemos *em* Democracias. [...] Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais. Conhecemos bem as vantagens desse tipo de Estado, assim como os seus limites. As eleições são livres. Em essência asseguram a reprodução, com legendas intercambiáveis, do mesmo pessoal dominante, mas as urnas não são fraudadas e qualquer um pode se certificar disso sem arriscar a vida. A administração não é corrompida, exceto na questão dos contratos públicos, em que ela se confunde com os interesses dos partidos dominantes. As liberdades dos indivíduos são respeitadas, à custa de notáveis exceções em tudo o que diga respeito à proteção das fronteiras e à segurança do território. A imprensa é livre: quem quiser fundar um jornal ou uma emissora de televisão com capacidade para atingir o conjunto da população, sem a ajuda das potências financeiras, terá sérias dificuldades, mas não será preso. Os direitos de associação, reunião e manifestação permitem a organização de uma vida democrática, isto é, uma vida política independente da esfera estatal. Permitir é evidentemente uma palavra ambígua. Essas liberdades não são dádivas dos oligarcas. Foram conquistadas pela ação democrática e sua efetividade somente é mantida por meio dessa ação. Os 'direitos do homem e do cidadão' são os direitos daqueles que os tornam reais.

A expressão destas elites conservadoras pode ser observada quando da diferença do percentual de empresários e ruralistas na sociedade e na representação no Congresso Nacional, como referido no quadro acima. É desta forma que se dá, segundo Marx e Engels (1984, p. 101) a chamada "[...] ilusão de que a lei assentaria na vontade, e para mais da vontade dissociada da sua base real, na vontade *livre*" (MARX e ENGELS, 1984, p, 101).

É visível a concepção presente na entrevista (1) referente ao papel desempenhado pelo Estado e o distanciamento que o sujeito da fala tem como cidadão, pois reproduz uma ideia presente no cotidiano de que o Estado cobra muito imposto e que pouco se avança em sentido contrário pela redução dos recursos que são transferidos dos setores produtivos para o Estado. Seriam destes recursos as

fontes pelas quais se formulariam as políticas públicas. Contraditoriamente as políticas públicas ‘para que elas (as cooperativas) se desenvolvam’ exigem recursos do Estado a quem se critica.

Na dimensão “*contexto-estrutura social*”, no que se refere à taxaço de impostos, o mais indicado seria organizar a pressço e negociaço do tipo “pau e prosa” presente na entrevista (2) para que as políticas públicas pudessem vir para a agenda dos gestores públicos. A razço desse ceticismo poderia ser sanada na medida em que a perspectiva de movimento social se tornasse a expressço de uma consciência de que somente uma “*coordenaço da produço social*” (BETTELHEIM, 1976) pudessem ser estabelecida a partir de outro patamar de conquista de direitos que as experiências de “*autogestço entre quatro paredes*”, segundo Tiriba (2005), fosse superada em seus limites.

A perspectiva da análise das manifestaçoes presentes na entrevista (1), identifica-se um entendimento de um Estado ausente, onde “nço há projeto em apoio as cooperativas, nço há interesse que as cooperativas se desenvolvam”, na referncia ao Legislativo. No que se refere ao Judiciário diz que nço tiveram problemas, porque “houve acordo”. Essa cooperativa, no entanto, conforme o próprio dirigente havia explicitado na visita que realizamos à fábrika antes da entrevista de que havia recebido um ‘forno’ novo para aproveitamento das ‘latinhas’ de alumínio, as quais nço podiam até entço serem aproveitadas na estrutura antiga com o forno que receberam da massa falida.

Os recursos foram da SESAMPE, que também havia viabilizado os meios para a compra da área na qual estava instalada a Cooperativa e que pertenciam à massa falida. Conforme é possível observar que embora houvessem programas de governo que apoiam as iniciativas de Economia Social e Solidárias, estas se defrontam com recursos insuficientes, pois as necessidades que esta cooperativa indica seriam necessários um volume de recursos muito superior ao que fora alcançado. No entanto, há nos bancos públicos como o BNDES, por exemplo, que tem plena capacidade de fornecer os recursos para a modernizaço da planta industrial, porém com as exigências que opera torna inviável o acesso da Cooperativa pelos mecanismos burocráticos que afirmam exigências que a Cooperativa nço poderia cumprir.

A falência da empresa em razão até da sua defasagem tecnológica, parque de máquinas defasado, prédio em ruínas e equipamentos sucateados demandam um aporte de recursos para (re) construir a fábrica cooperativa. Diferente de modelos empresariais que para buscarem tais recursos contratam caras consultorias especializadas para ‘aprovar’ os projetos. Nessa dimensão das “ações processos” o papel do Estado apresenta a sua face contraditória, pois apoia a iniciativa no limite estreito de seu orçamento, enquanto os recursos de maior volume e capacidade de atender plenamente dos Bancos públicos se tornam inacessíveis aos empreendimentos da Economia Social e Solidária.

Na análise das manifestações presentes na entrevista (2) nos possibilita avaliar a compreensão de que a relação com o Estado, precisa ser pautado pela combinação de pressão e negociação, “nós temos a pauta de reivindicação que nós temos. E aí é aquela história de pau e prosa. É pressão política e negociação. Na conversa e vamos tocando a vida sempre na tentativa de melhorar as condições de vida do nosso povo”. Tal manifestação compõe um repertório de entendimento do papel do Estado em uma sociedade de classes, na qual os empreendimentos da Economia Social e Solidária cumprem um papel de pressionar para conquistar os direitos, que são negados, como expresso em relação às políticas públicas,

Todas as nossas cooperativa elas tem que relacionar, né, com governos federal estadual e municipal e aí depende muito do governante também, né? Por exemplo, nós com o governo Tarso (Governador do RS de 2011-2014) nós tivemos grandes avanço. Agora com o Sartori (Governador José Ivo Sartori de 2015-2018) nós támo tentiando, vamos ter uma reunião amanhã, por exemplo, com o secretário para ver como é que vão funcionar as coisas. Nós tinha um monte de coisa em andamento e temo de continua, né?

Além da instância executiva, há na análise da entrevista (2) o papel atribuído ao Legislativo no qual há uma hegemonia conservadora crescente, pois “[...] tá piorando cada vez mais. Segundo os dados aí piorou muito a proporção de deputados que são vinculados a classe trabalhadora do que é a direitona”. Na perspectiva do papel das classes sociais, constata-se uma clareza de que a relação com o Estado em suas instâncias, como o Judiciário, pois afirma que “Ah é um absurdo [...] pra nós pobre, oh” no qual reconhece neste como a expressão de um papel de defesa dos interesses do sistema do capital.

Da mesma forma o reconhecimento da defesa deste interesse de classe está presente na entrevista (3) quando expressa que,

[...] tem um poder de parar tudo na sociedade. A Justiça já se entrar com processo lá na frente de um juiz ele vai ter que decidir. Agora o MPT toma iniciativas. Não é chamado e ele vem. Se mete em tudo. Devia ter dois MP, um ligado a dinheiro público que está sendo desviado e sendo posto no bolso de administradores corruptos. Até da saúde tão roubando agora. Outro MP defendeu o cidadão eu, tu que somos lesados.

E finaliza os argumentos sobre o judiciário dizendo,

Uma cooperativa é nada mais nada menos que uma empresa. Como qualquer empresário tipo Odebrecht porque concorre. Ela pode concorrer. Ela é uma empresa capitalista. Inclusive todo regramento dela é capitalista; As regras do capitalismo. Igual a uma empresa comum.

Na avaliação do poder Legislativo a entrevista (3) expressa a invisibilidade de qualquer projeto que tenha por princípio uma lógica distinta daquela postulada pelo sistema sociometabólico do capital, pois afirma que “não tem contrário nem a favor. Somos ignorados. Por um ou outro deputado que veio do cooperativismo ou veio de uma região de alemães onde tinha bastante cooperativa. Ele faz alguma coisa pelo município dele, pelas comunidades cooperativa dele. Se isso atingir todas as cooperativas ótimo”.

A entrevista (4) demonstra uma perfeita harmonia com os princípios da lógica sociometabólica do capital porque na “*cognição social e pessoal*” além de comparar o cooperativismo positivamente como uma empresa e, ao afirmar, como dito anteriormente, que um cooperado é um patrão e que a cooperativa precisa produzir e concorrer na lógica do mercado e que, ainda, se sente um ser humano diferente por possibilitar que os cooperados saiam da cooperativa em busca de um trabalho melhor, com melhor remuneração e status, postula um diálogo hierárquico com o judiciário e com as instâncias que representam o cooperativismo heterogestionário como expressa na fala a seguir:

A nossa lei ela é muito morosa. Agora vem essa nova lei aí. Vamos ver como é que se comporta. Uma coisa que tem que existir é uma discussão. As nossas entidades representativa que é a Ocergs, SESCOOP, Fetrabalho tem que chegar no escalão e dos juizes para explicar pra eles que quando eles estudaram não tinha cooperativismo e hoje existe, então, é uma lei cooperativista. É uma forma diferenciada que existe para eles pelo menos não atrapalhar as cooperativas e deixar elas trabalhar corretamente. Porque as que não fazem corretamente tem que pagar pelos seus atos, mas aquelas que trabalham corretamente pelo menos pra não dificultar algumas coisas.

Ao referir-se à morosidade da lei fica explícito a incompreensão de que a lei é resultante da expressão de um interesse de classe e que sendo composto,

majoritariamente, por representantes da classe dominante tende a defender os interesses imediatamente afetos a sua classe. Parece ingenuidade supor que os juízes não têm competência para julgar ações relacionadas ao cooperativismo e que, portanto, seria necessário que as entidades que a fala da entrevista avalia fossem representativas – como OCERGS, SESCOOP e FETRABALHO – ensinassem aos juízes o que é uma cooperativa.

O trabalho concebido como a potencialidade humana de transformar a natureza e ao transformá-la, transformar o próprio sujeito histórico e sua relação com os outros, no plano individual e coletivo, se traduz no processo de emancipação. Isto quer dizer que o sujeito histórico se torna capaz de refletir sobre a realidade com autonomia realizando a grande síntese a partir das diferentes visões de mundo que irá compartilhar consensual ou conflituosamente com outros sujeitos históricos, sem que haja a submissão incontestável.

Como nenhuma das dimensões humanas se dá fora de uma realidade historicamente determinada, isto é, de uma sociedade real, com seres humanos reais e com interesses reais, é fundamental que se compreenda como em uma sociedade regida pela lógica sociometabólica do capital atua sobre a dimensão da emancipação.

A emancipação é concebida como um problema sério para a classe dominante conservadora que, como diz Rancière (2014), atua como uma oligarquia que ao incorporar a face excludente da “democracia dos mais aptos”, profundamente meritocrática, exclui enormes contingentes da participação.

Este fenômeno pode ser observado ao se levar em consideração os documentos formais dos Estados Nacionais – as Constituições – e suas chamadas cláusulas Pétreas que no caso da Constituição brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988⁵⁷, estão dispostas no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais. É assegurado no art. 6º, para todo o cidadão brasileiro, que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. É evidente, todavia, que tais direitos democráticos são relativizados na prática quando o gestor público, por exemplo, argumenta que mesmo sabedor dos direitos inalienáveis não poderá cumpri-los em virtude da

⁵⁷ Fonte: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_6_.shtm

ausência de recursos.

Outra face excludente da democracia está presente na esfera política. No art. 14º § 3º do Capítulo IV – Dos Direitos Políticos está assegurado as “[...] condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira; II - o pleno exercício dos direitos políticos; III - o alistamento eleitoral; IV - o domicílio eleitoral na circunscrição; V - a filiação partidária; VI - a idade mínima”. Sem dúvida o direito está assegurado, mas assim como o acesso aos Direitos Sociais, a impossibilidade de execução, por questões econômicas, não é considerado um entrave à democracia. Basta que se observe os valores gigantescos gastos para uma campanha eleitoral, conforme análise do Ministro Dias Toffoli, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em matéria editada pelo próprio TSE ⁵⁸,

[...] houve no Brasil um “claro aumento da influência empresarial” no processo eleitoral, o que ficaria explícito no alto percentual dos valores doados, especialmente nas eleições presidenciais e estaduais. Nas eleições de 2006, o volume de doações de empresas foi de 66,49%. Em 2014, esse percentual saltou para 76,47% de um total de mais de R\$ 3 bilhões doados. “Como se vê, as candidaturas, em geral, são majoritariamente financiadas por empresas privadas, as quais, inevitavelmente, imiscuem seus interesses econômicos nas campanhas eleitorais”, afirmou o ministro. Para ele, “o alto custo das campanhas é um dos principais fatores que levam partidos e candidatos a buscarem fontes de financiamento que sejam compatíveis com gastos cada vez mais elevados”.

Sendo assim, um trabalhador sem recursos econômicos e sem uma plataforma que estivesse próxima aos interesses dos empresários teria o direito legal de eleger-se, mas uma inelegibilidade de fato.

Em que medida um projeto de emancipação, como o descrito acima, que fosse capaz de produzir o comprometimento de cada cidadão com sua realidade social que, para além da resistência aos desmandos das elites, tivesse capacidade de protagonismo social poderia comprometer a lógica sóciometabólica do capital, tanto na dimensão econômica quanto na dimensão política-cultural?

É por isso, diz Adorno (1995, p. 185), que a classe dominante dissemina a ideia do caráter arcaico e utópico da emancipação, pois,

Não só a sociedade, tal como ela existe, mantém o homem não emancipado, mas porque qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação [...] é submetida a resistências enormes, e porque tudo o que há de ruim no mundo imediatamente encontra seus advogados loquazes, que procurarão demonstrar que, justamente o que pretendemos encontra-se

⁵⁸ Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Janeiro/presidente-do-tse-fala-sobre-financiamento-de-campanha-eleitoral-em-evento-na-republica-dominicana> - acesso em 21/07/2015.

de há muito superado ou então está desatualizado ou é utópico.

Com o intuito de dar conta da potencialidade de emancipação por intermédio do trabalho livremente associado dos empreendimentos da Economia Social e Solidária, foi perguntado aos dirigentes se a atuação no empreendimento havia possibilitado a produção de um ser humano diferente.

A fala presente na entrevista (2) expressa uma transformação não só no plano individual, mas também na forma com que as lutas coletivas foram sendo entendidas, pois,

Não diria uma pessoa diferente mais acho que eu (fui) adquirindo um grau de consciência e de conhecimento ter elevado o nível da sociedade, mais isso, graça não por causa de mim. Foi graças ao MST. O MST foi pra mim, na minha família que estão na minha cooperativa me proporcionam eu ser um liberado. Se eu não tivesse vindo pra luta da terra eu seria (só) um pequeno agricultor lá em Miraguai. Tava lá no ...até hoje. Assim graças à entrada no MST me proporcionou que hoje eu sou um sujeito que quando entrei no MST eu tinha dificuldade de falar meu nome. Hoje na luta me tarimbou a ta fazer o debate com qualquer um.

A questão referente ao “ser solidário”, na entrevista (2) a resposta é afirmativa e, pelo conteúdo da resposta é possível inferir que o trabalho desenvolvido foi um importante componente na transformação do imaginário – “*cognição pessoal e social*” –, pois faz referência que as “ações-processos” que desenvolve estão diretamente relacionadas à “*dimensão dos membros-grupos*”, pois afirma que,

Acho que seu eu fosse um sujeito egoísta e pensasse só em mim eu ia estar em casa com minha família. Com minha cooperativa lá eu saí segunda feira e só vou volta pra casa sexta-feira com minha família, a minha cooperativa que está lá e eu tô ganhando como as famílias que estão na lavoura lá, ou cuidando porco, as vaca. Ganho proporcionais as oito horas por dia de igual pra igual.

Na entrevista (4) os argumentos encaminham para uma nítida “*cognição pessoal e social*” circunscrita a uma sociabilidade que pressupõe ganhos na dimensão de mercado nutrindo, assim, uma perspectiva heterogestionária carregada de uma concepção alienante de trabalho. Quando da referência de se o trabalho no empreendimento havia produzido alguma transformação, a resposta foi direcionada para um sentimento de “ajuda” aos cooperados para que saíssem da cooperativa. Assim expressa a entrevista (4)

Com certeza uma das coisa bem legais que este tempo todo na cooperativa já passaram umas 20, 3º mil pessoas que a cooperativa de uma maneira ou de outra foi um alavanco na vida deles. Que botei estudar, lá na faculdade.

Que saíram de lá criaram asas. Tão no mundo, no Banco do Brasil e tal. Tive um diretor meu que veio pra cá ele era motoboy foi meu diretor. Eu disse cara vai estudar. Foi estudou, gostou fez faculdade passou em tuuuddo e fez teste no Banco do Brasil e me disse passei. Eu disse meus parabéns, deixa eu te dar um abraço, tu nunca vai esquecer da cooperativa e é verdade.

O dirigente (entrevista 4) ao ser indagado se sentia um ser humano diferente, expressão que poderia se colocar na identificação do rico ser humano de Marx (Citado por MÉSZÁROS, 1981) construtor de uma outra sociabilidade, traz outra leitura. Cabe indagar se transformar os associados em trabalhadores assalariados, seria a expressão de que este empreendimento não se incorporou, de fato, à Economia Social e Solidária? Qual seria o sentido da ideia desse dirigente ao identificar o empreendimento como uma empresa, com o intuito de estabelecer concorrência junto aos princípios de mercado? Qual o papel da Economia Social e Solidária já que o dirigente se refere a Cooperativa como apenas um “lugar de passagem” e não a possibilidade de realização destes trabalhadores associados? .

Qual a razão de existência deste empreendimento já que a fala contida na entrevista (4) afirma sentir orgulho em promover a saída dos cooperados?

Então, ele vem aqui visitar e outros que fizeram, também, saíram e estão em grandes empresas com cargos, salários bem melhores tranquilamente e outros que aqui vieram, saíram e estão muito bem. E isso é bom, é uma história, é um prazer tu andar na cidade e conhecer gente. Coisa que não tem explicação. Só vivendo mesmo, não dá nem pra botar no papel tem que entender. Tem que tá ali o dia-a-dia.

No encontro da Rio+20⁵⁹ realizado no Rio de Janeiro em 2012 um conjunto de entidades com o apoio da Ford Foundation e articulados pela Vitae Civilis apresentaram um conjunto de propostas denominada Definindo uma nova Economia: Questões centrais para a transição, na qual apontam para um conjunto de iniciativas que apesar de falar em uma nova economia, sequer mencionam as experiências cooperativistas na reciclagem e reaproveitamento de matérias primas ou apontam para a economia solidárias cujos princípios e valores buscam o bem viver, a democracia econômica que inclui a autogestão como modo de experimentação do exercício de um autogoverno. Permanecem na superfície do sistema do capital, buscando mitigar os efeitos da acumulação predatória dos recursos de todos, concentrando-os cada vez mais em menos mãos.

⁵⁹ Encontro sobre meio ambiente realizado em abril/2012 no Rio de Janeiro, promovido por organismos das Nações Unidas para fazer um balanço dos avanços e limites da Conferência Mundial do Meio Ambiente realizada em 1992 e que teve como eixo nesta edição a chamada ‘Economia Verde’.

No sistema do capital é dominante a ideia do emprego ao invés do trabalho. Da carteira assinada ao invés da associação, do salário, ao invés da retirada, do lucro ao invés das sobras, da hierarquia ao invés da igualdade. Superar esse obstáculo mental exige um esforço educativo que as cooperativas têm de fazer na perspectiva de ganhar a sociedade inteira para sair de um modelo de submissão para outro de emancipação. Exige menos esforço estar em um modelo de heterogestão – de receber ordens e executá-las do que em um sistema de autogestão, que exige disciplina autoconsciente como resultante de um processo de desalienação.

Como fortalecer a autogestão nessas circunstâncias? Como educar para o entendimento de que a responsabilidade da gestão é necessária para consolidar o Empreendimento? E de que forma criar a capacidade de gestão em entender o coletivo como tarefa a ser compartilhada e não delegada para representantes?

Sem um projeto educativo no qual se compreenda que a produção de ideias, de representações, do pensamento e da consciência está muito relacionada a atividade material, toda ela permeada pela ideologia que percorre as relações e produz suas manifestações como emanadas de sua vida material, a que as cooperativas e os empreendimentos econômico solidários devem implementar que amplie o grupo de gestão para além do círculo restrito dos sócios fundadores ou mais antigos, através de experiências de comitês educativos⁶⁰ desenvolvidos em cooperativas agropecuárias no estado de São Paulo, conforme Bialoskorski (2004)

⁶⁰ [...]comitês educativos, isto é, estruturas de participação em nível local e da comunidade e incentivadas pelas cooperativas para incrementar a participação do associado.

Considerações finais

Os desafios postos para a potencialização de um projeto em que os trabalhadores livremente associados possam exercer a participação protagonista na decisão dos rumos dos empreendimentos são enormes face à crescente imposição de políticas conservadoras no cenário mundial.

As expectativas de que o século XXI traria possibilidades de avanços que poderiam construir cenários emancipatórios colocando em xeque o sistema de hierarquias, de assimetrias alicerçadas no binômio dominação/subordinação impedindo, assim, a compreensão da existência do sujeito criativo e produtor de riquezas, foram atropelados pelos retrocessos econômicos advindos da autoexpansão do capital gerando exclusão de enormes contingentes da condição de trabalhadores, por intermédio da reestruturação produtiva, e também de retrocessos políticos em que é crescente o discurso do 'possível' na administração da coisa pública e não do 'necessário'.

O problema que orientou esta investigação propôs a discussão sobre como se efetivaria o projeto de emancipação dos trabalhadores por meio da lógica da produção cooperativista da Economia Social e Solidária, suscitando uma nova sociabilidade, sem deixar de considerar as possíveis contradições que emanavam da crise estrutural da economia de mercado tensionando a relação entre autogestão e heterogestão. Além disso, era fundamental entender o papel do Estado na elaboração de políticas públicas em empreendimentos da Economia Social e Solidária na Grande Porto Alegre no ano de 2014.

As questões que se tornaram pertinentes com o objetivo de uma explicação analítica do fenômeno proposto indagavam sobre como o trabalho associado em empreendimentos da Economia Social e Solidária tentava dar conta da crise sistêmica do capitalismo no século XXI absorvendo a massa de trabalhadores impedidos de participação da lógica formal de trabalho, distanciando-se, assim, de seus princípios fundamentais, isto é, do projeto de emancipação dos trabalhadores livremente associados. Era fundamental investigar, também, como a realidade vivenciada pelos países de Terceiro Mundo, e de modo específico o Brasil, poderia se traduzir em uma tensão permanente entre os modelos autogestionário e heterogestionário na essência do cooperativismo de Economia Social e Solidária. E,

por fim, entender o papel do Estado na elaboração de políticas públicas já que é o Estado o agente vital de manutenção da lógica sociometabólica do capital e, por isso, reproduzidor dos mecanismos que produzem a alienação do sujeito produtor em relação a si mesmo, aos outros, em relação à natureza e em relação ao produto produzido.

As crescentes estratégias da autoexpansão do capital, instigadoras de sua crise sistêmica, produziram desigualdades na apropriação do produto social por uma parcela cada vez mais restrita de *Novos Leviatãs* (BORÓN, 1999) – as megacorporações – que submetiam/submetem Estados, governos ‘rebeldes’ e organizações sociais a um receituário de transferência de recursos para uma perspectiva rentista que impõe tudo e a todos os seus interesses egoístas. A crise da empregabilidade que o sistema do capital desencadeou promoveu a busca de alternativas para a construção de ‘outra economia’ para superação da lógica excludente do sistema sociometabólico do capital.

Novas iniciativas que recuperavam práticas, princípios e valores foram se multiplicando em meio à crise sistêmica do sistema do capital, trazendo à cena sujeitos históricos que afirmavam ser possível um modo alternativo de produzir, comercializar e gerir empreendimentos da Economia Social e Solidária. Este novo modo seria a autogestão e a produção e apropriação igualitária da produção social, isto é, produzir *uma outra sociabilidade* dos produtores livremente associados, que superasse a limitação da autogestão ‘entre quatro paredes’ (TIRIBA, 2005).

Era necessário, todavia, sair da forma economicista e transformar a luta econômica em luta política pelos produtores livremente associados (MARX e ENGELS, 1988), ou ainda chegar a uma ‘*Coordenação Social da Produção*’ (BETTELHEIM, 1976). Mas como desenvolver projetos alternativos de geração de trabalho e renda em uma sociedade marcadamente determinada por um Estado, como *ente* normatizador e regulador da conduta, que representa os interesses de uma classe, isto é, a burguesia?

Surge a primeira contradição referente ao papel desempenhado pelo Estado, inserido como está na lógica sociometabólica do sistema do capital, e suas ações pontuais no apoio à Economia Social e Solidária através de políticas públicas que deixam transparecer as formas incompatíveis de combinação de perspectivas concorrenciais e de autogestão. Essas políticas públicas se constituem a partir da

ação dos agentes do Estado e não como resultante de um debate com as iniciativas que buscavam apoiar os sujeitos coletivos da Economia Social e Solidária.

Desta forma, é essencial que qualquer proposição alternativa leve em consideração a análise do “*contexto-estrutura social*” avaliando as dimensões macrossociais, isto é, as questões referentes ao Estado e as dimensões microssociais referentes aos próprios empreendimentos, pois o fato de que os meios de produção estejam sob o controle dos trabalhadores livremente associados não garante que os mecanismos do sistema do capital estejam neutralizados. O reconhecimento dos mecanismos de reprodução metabólica (MÉSZÁROS, 2015) potencializa a “*coordenação social da produção*” (BETTELHEIM, 1976).

É, assim, neste “*contexto-estrutura social*” que se forma a “*cognição pessoal e social*” dos dirigentes dos empreendimentos da Economia Social e Solidária e que repercute profundamente em suas “*ações-processos*” – em suas ações concretas como dirigentes de empreendimentos que buscam, em tese, alterar a lógica do trabalho e, conseqüentemente, o imaginário de uma parcela significativa de trabalhadores que buscam a sobrevivência da vida material e a reprodução da vida social.

Mas estabelecer uma relação linear entre o “*contexto-estrutura social*” e as “*ações processos*” não seria incoerente com a proposta metódica apresentada neste estudo tendo em vista que o processo constante de superação das realidades históricas seria o motor da humanidade? Que possibilidade de superação desses entraves para a compreensão da realidade se fazem necessários, como potencialidade e não como determinação?

As perspectivas são inúmeras e que, portanto, fogem a dimensão restrita deste estudo. Mas levando em consideração os propósitos apresentados e as reflexões teóricas adotadas não seria imprudente afirmar que a potencialidade de que os empreendimentos da Economia Social e Solidária se transformem em espaços de emancipação dos sujeitos histórico, constituídos como trabalhadores livremente associados, necessitaria levar em consideração a importância da “*Coordenação da Produção Social*” (BETTELHEIM, 1976); a estruturação de produção e comercialização que superassem os “*mecanismos de mercado*” com a profunda interface do sistema intercooperativo (NOVAES, 2011); o processo de educação permanente dos cooperados incluindo a dimensão política, ideológica e

com a intensificação dos mecanismos de participação – “democracia substantiva” (MÉSZÁROS, 2007) – dos cooperados por intermédio de núcleos que gestariam as propostas de encaminhamento dos rumos do empreendimento.

As falas expressas nas entrevistas, mesmo compreendendo que as realidades vivenciadas pelos empreendimentos superam em muito o alcance do instrumento de investigação elaborado, apontam para os dilemas que se apresentam em face das proposições apresentadas anteriormente.

Mesmo que as falas contidas nas entrevistas (1 e 3) apresentem um imaginário impregnado pela luta de resistência à ditadura militar e que nutram a ideia da necessidade da solidariedade frente aos desafios do isolamento – agora econômico e social tendo em vista a reestruturação do mundo do trabalho – é visível a busca de alternativas restritas ao âmbito local, isto é, ao âmbito do empreendimento. Este nível de “ações-processos” podem estar relacionados ao perfil produtivo que pertencem estes empreendimentos, ou seja, a produção metalúrgica e a produção de agricultura ecológica.

Na produção metalúrgica, como consta na entrevista (1), o produto final depende de uma cadeia que não se vincula à cadeia produtiva da economia social e solidária já que depende de matéria prima que é utilizada, concomitante, pela empresas de metalurgia/siderurgia que atuam dentro da lógica do mercado. Desta forma as ações de intercooperação, que constituem um dos elementos essenciais para a ruptura dos “mecanismos de mercado” potencializando o cenário de um cooperativismo-alternativo se limita pelo grau de dependência do circuito do metabolismo social do capital.

Talvez uma análise semelhante possa ser realizada no contexto do empreendimento de agricultura ecológica entrevista (3), pois os alimentos orgânicos produzidos em pequena escala – em virtude da dimensão das propriedades, das limitações de incentivo por parte do Estado e do restrito mercado consumidor já que não utilizam mecanismos de barateamento de produto final como agrotóxicos e mecanismos de barateamento da produção – passam a ser mais caros que os adquiridos em supermercados. A competição, na relação custo benefício, entre os dois modelos de produção, isto é, o empreendimento da agricultura ecológica e o das empresas que se orientam pela lógica do mercado torna-se o fundamento para compreender um certo isolamento destes empreendimentos da agricultura familiar

pois a resposta a questão se havia parceria com outras cooperativas e as dificuldades em executá-las a resposta foi que a parceria com outras cooperativas não se efetivou porque “[...] eles nunca vieram, nunca aceitaram trabalhar conosco”. Na parceria intercooperar a resposta foi “nunca tentamos”.

O “*contexto-estrutura social*” em que estão inseridos os empreendimentos repercute, diretamente, na “*cognição social e pessoal*” dos dirigentes e, portanto, em suas “*ações-processos*” no âmbito da “*dimensão dos membros-grupos*”, pois a realidade produtiva expressa na entrevista (3) é a mesma daquele expressa na entrevista (2). Se é a mesma realidade de produção – agricultura ecológica entrevista (3) e pequenos agricultores entrevista (2) – porque a percepção expressa na entrevista (2) é tão marcadamente distinta no que se refere à intercooperação, gestão, produção, comercialização e distribuição dos resultados da riqueza produzida?

Dentre as múltiplas possibilidades de interpretação parece evidente que a questão da “propriedade” é a que se transforma em eixo desencadeador das demais. Os cooperados do empreendimento de agricultura ecológica são proprietários da terra em que produzem e este fato dá a eles a noção de pertencimento a uma estrutura social hierárquica que incentiva as saídas individuais por intermédio do chamado “empreendedorismo” quase no estilo *laissez-faire laissez-passer* ou “saídas individuais para problemas sociais”.

À questão sobre o número de assembleias a resposta da entrevista (3) referenciava questões individuais como “[...] uma assembleia por ano [...] segunda-feira o melhor dia pra eles que o domingo eles estão descansando na feira ou tem coisas pra arrumar no sítio”. As tarefas individuais são sobrepostas “às tarefas coletivas” que dizem respeito ao empreendimento. É evidente que não se desconsidera as necessidades de manutenção “do sítio” e o direito ao descanso, mas o que se deve ressaltar é, justamente a dimensão da “cognição social e pessoal” presente no imaginários dos cooperados deste empreendimento e o presente no imaginário do empreendimento da entrevista (2).

No empreendimento dos pequenos agricultores entrevista (2) o número de assembleias é de, aproximadamente, quatro. O mais importante, contudo, e que vai além do número de assembleias, é a forma com que são deliberadas as ações que incidirão na “dimensão dos membros-grupos”, isto é, no empreendimento e que

serão levados ao debate na assembleia. As proposições da direção são encaminhadas aos núcleos que discutirão e refletirão sobre as proposições apresentadas e que serão levadas às assembleias. O potencial de participação, reflexão e deliberação do coletivo é essencial para a consolidação de um empreendimento que projete a emancipação dos trabalhadores livremente associados.

Mesmo que o sujeito da fala da entrevista (2) não tenha participado/atuado no movimento de resistência à ditadura militar e, mesmo que não tenha nível elevado de escolarização é notória a capacidade reflexiva sobre as ações estratégicas e táticas presentes e os rumos de um projeto alternativo à lógica do sistema do capital. Qual a variável passível de explicação deste fenômeno. A perda e posterior recuperação - na luta social - do instrumento fundamental à produção da vida material a terra, apresenta sua incidência no imaginário construído a partir do enfrentamento de obstáculos que facilitaram uma compreensão da sociedade de classes e geraram uma consciência social constituída na prática social.

De um modo diferente do imaginário presente acima a entrevista (3) a propriedade da terra tem como origem a agricultura familiar os coloca em outra dimensão dos “membros-grupos” para os quais as saídas individuais se enfrentam com as saídas coletivas que só ocorrem de modo episódico para responder ao mecanismo de mercado de estar agrupado para participar da feira. Essa situação diferencial na qual a saída coletiva é apenas para dar conta do processo de comercialização, a participação na definição de uma coordenação social da produção é componente de uma exigência que agrega um tempo ao coletivo no qual o resultado não pode ser mensurado da mesma forma que a participação na feira.

O processo formativo⁶¹ da entrevista (2) que mesmo antes de conquistar a terra, discutia a cooperação, a autogestão e coordenação social da produção traduz em uma formação da consciência social na dimensão dos “*membros-grupo*” possibilitando a construção de novos sujeitos coletivos na construção de práticas emancipatórias.

Para que se repense a forma de constituição do imaginário social dos trabalhadores livremente associados se faz necessário um processo formativo que

⁶¹ Para os participantes da V Plenária Nacional de Economia Solidária, nossa prática educativa deve ser feita coletivamente, no ir vir na teoria e na prática. (Relatório) da V Plenária Nacional de Economia Solidária, Luizíania, GO, (2012, p. 67)

contemple uma dimensão de “ser humano” que transcenda ao modelo disseminado pela modernidade ocidental, alicerçada na lógica sociometabólica do capital em todas as suas variações – do capitalismo mercantilista até a forma atual.

O rompimento com a lógica hegemônica presente nas sociedades ocidentais, nos últimos cinco séculos, pressupõe a constituição de uma nova “*cognição pessoal e social*” que não se dê de maneira unilateral, isto é, produzir um novo imaginário do sujeito produtor que não pode ser um fenômeno exclusivamente exógeno por intermédio de uma formação desvinculada no universo do trabalho. Da mesma forma não ocorre quando o sujeito histórico se dedica exclusivamente à tarefa laboral sem refletir sobre os fundamentos da execução. A constituição de um novo imaginário pressupõe a *práxis social*, pois como diz Vázquez (2007, p. 51), é “[...] uma concepção do homem como ser ativo e criador, *prático*, que transforma o mundo não só em sua consciência, mas também em sua prática, realmente”.

Mas produzir esta nova “*cognição pessoal e social*” a ponto de materializar-se em também novas práticas – “*ações-processos*” – exige que o sujeito histórico compreenda as bases que sustentaram o mundo do trabalho a fim de que entenda o que está para ser “negado” e “superado”. Caso não entenda as imbricadas relações que constituíram o mundo do trabalho, sob a égide do sociometabolismo do capital, corre o risco de cometer os equívocos registrados por tentativas ao longo do século XX, e de modo especial do modelo de economia planejada, de manter-se na negação consolidando, assim, uma prática reformista (MÉSZÁROS, 2007).

O resultado destas novas práticas de conceber o mundo e suas relações políticas, econômicas, sociais e culturais incidirá, diretamente, na própria organização da “*dimensão dos membros-grupos*”, como construir isso é o grande desafio porque com tantas alterações em um mercado, onde estão situados os empreendimentos de Economia Social e Solidária e no qual se entrecruzam estratégias que possibilitam a eficiência econômica, mas, principalmente, a eficiência social e política, na perspectiva do projeto estratégico de uma nova sociabilidade que supere o sistema do capital e transforme a sociedade, com novos valores, princípios e plenamente humano.

Qual o sentido dado aos conceitos de “solidariedade” e “fraternidade”? E mais, qual o sentido dado aos conceitos “Economia Social” e “Economia Solidária”?

Estes conceitos, e aqueles que se valem deles para propor uma forma

alternativa de trabalho, devem ultrapassar os limites dados pela revolução liberal francesa. O imaginário dos sujeitos históricos comprometidos com a proposta dos trabalhadores livremente associados deve passar, necessariamente, pela revisão ontológica destes conceitos, pois a pergunta central é: que ser humano deseja construir? É por isso que a dimensão do “social”, do “grupo” e do “coletivo” é premente.

A investigação buscou não oferecer receitas, nem absolutizar verdades desconectadas da difícil e complexa realidade, mas trazer uma reflexão crítica que potencializasse o entendimento dos mecanismos ideologizados que propugnam as saídas individualistas e o conformismo de que sempre existiram ‘crises’ e que o sistema do capital encontrou saídas se recompondo e mantendo sua hegemonia, mesmo que baseada apenas em pressupostos ideológicos de que não há alternativas. Essa formação discursiva está presente sempre na ideia trazida para desestimular saídas coletivas que representam alternativas ou ameacem a hegemonia do pensamento único.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo (In: Sader, Emir e Gentili, Pablo Pós neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.p.09-23).
- ANDRADE, Cleber. Notas sobre o Estado e o Direito no pensamento de Marx. Revista de Direito da UNIGRANRIO. V2; nº2 – 2009. <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr> ISSN: 1984-7920.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARRIGHI, Giovanni. A Ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ARRUDA, Alessandro. Estrutura de Governança em Redes de Cooperativas de Crédito sob a ótica da Teoria dos Custos de Transação: um estudo comparativo entre cooperativas brasileiras e canadenses. – Tese - São Caetano do Sul: USCS / Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2014.
- BETTELHEIM, Charles. A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BIALAKOWSKY, Alberto, [et.al.]. Coproducción e Intelecto Colectivo, Investigando para el cambio con la fábrica, el barrio y la universidad, Buenos Aires: Teseo, 2013.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Economia das organizações cooperativas: uma análise da influência da cultura e das instituições, Tese de livre docência. Ribeirão Preto: USP, 2004.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos). <http://riless.org/pt/quem-somos> Acesso em 21/02/2015.
- BORÓN, Atílio. Os “novos leviatãs” e a Pólis democrática: Neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. (In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.) Pos-neoliberalismo II – Que Estado para que democracia?). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.
- CASANOVA, Pablo González. De la Sociología del poder a la sociología de la

explotación – pensar América Latina en el siglo XXI. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRUZ, Antônio C.M. A diferença da igualdade: A dinâmica da Economia Solidária em Quatro cidades do Mercosul, Campinas, SP: (s.n.), 2006.

_____. A construção do conceito de economia solidária no Cone sul. (In: Estudos cooperativos n. 6. Montevideu: UEC/UDELAR, 2007, p.06-27).

COGGIOLA, Osvaldo (org.). O Manifesto do Partido Comunista – Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 1998.

CORADINI, Odacir Luiz e FREDERICQ, Antoinette. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

DIAS, Marcos de Carvalho, Sustentabilidade em empreendimentos autogestionários no Brasil: análise de duas experiências no ramo têxtil em São Paulo e Minas Gerais, Tese de doutorado; Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. São Carlos: UFSCar, 2011.

DOWBOR, Ladislau. Democracia econômica, alternativas de gestão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____, Os Estranhos caminhos do dinheiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____, Piketiismos: reflexões sobre o capital no século XXI jul/2014(a) in www.dowbor.org Acesso em 21/05/2015.

_____. A dura tarefa de se opor ao que está dando certo. Brasil: Le Monde Diplomatique, 7. julho/2014(b).

DURKHEIM, Émile. A divisão do trabalho social. Lisboa: Presença, 1977.

DUSSEL, Enrique. A produção teórica de Marx – um comentário aos *Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

EUROSTAT. Projeto de Relatório Conjunto sobre o emprego. Bruxelas, 2013.

FERNANDES, Florestan. A contestação necessária. São Paulo: Ática, 1995.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. III Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: Relatório Final, 2003.

_____. V Plenária Nacional de Economia Solidária Luiziânia: Relatório Final, 2013.

FUENTES, Júlio José Fuentes. Metodología Cualitativa – concepción y práctica. Arequipa. Perú: sem identificação de editora, 2009.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho. O direito humano à comunicação – pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.

HARNECKER, Marta. O Capital: conceitos fundamentais. São Paulo: Global Editora, 1978.

HARVEY, David. Para entender o capital- 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HESPANHA, Pedro e MENDONÇA, Aline (Orgs) Economia Solidária: Questões teóricas e Epistemológicas. Coimbra: Ed Almedina, 2011.

KONDER, Leandro. Marxismo e alienação – Contribuições para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEÃO XIII. Rerum Novarum – Carta Encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. São Paulo: Paulinas, 1979.

LECHAT, Noelle Paule Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? Civitas – Revista de Ciências Sociais Ano 2, nº 1, junho 2002 Porto Alegre

LÊNIN, V. I. Materialismo e empiriocriticismo. Moscou: Progresso, 1973 (In: Obras escolhidas, Tomo IV (1914-1915)).

LÊNIN, V. I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Hucitec, 1983.

MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. (In: QUARTIM DE MORAES, João (Org.) História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. v 2 – p.p 103-125).

MARINI, Ruy Mauro; Dialética da dependência, Petrópolis RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Carlos, El Capital, Crítica de La Economía Política I, Elementos fundamentales de la crítica da economía política. Fondo de Cultura Económica, México, 1991.

_____, Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. A miséria da Filosofia. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Manuscritos Econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. (In: ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do Trabalho - escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.p. 31-58).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes Editora, 1984.

_____. O Manifesto do Partido Comunista. (In: COGIOLLA, Osvaldo (Org.). O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998. p.p - 37-69).

MÉSZÁROS, Istvan. A Teoria da Alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI, São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Filosofia, Ideologia e Classes. Sociais. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A montanha que devemos conquistar. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia, Estado Classe e Movimento Social, São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e Economia solidária. Brasília: mimeo, 1999.

_____. Autogestão e economia solidária. In.: Democracia e Autogestão. Revista Temporaes / Departamento de História, FFLCH/USP. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas; FFLCH, 1999. pp. 97-145.

NETTO, José Paulo e Braz, Marcelo, Economia Política, uma introdução crítica, Cortez Editora SP, 2009.
Democracia? Petrópolis: Vozes, 1999.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, Carlos Henrique T (Org.) - O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Ideias de canário e o alienista: debatendo as faces da

alienação em cooperativas de trabalhadores a partir de Machado de Assis, São Paulo USP, IV Encontro Internacional de Economia Solidária julho de 2006 a.

_____. O Fetiche da Tecnologia, A experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OCB - www.ocb.coop.br – acesso em 10/01/2015).

ORLANDI, E. P. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Campinas; SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PANNEKOEK, Anton. Conselhos Operários. In: Pannekoek, A., Salvadori, M., Magri, L., e Gerratana, V. Conselhos Operários. Coimbra: Centelha, 1975.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas; SP: Pontes, 2006.

_____. Análise de Discurso. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PIKETTY, Tomas, O Capital no século XXI. São Paulo: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Márcio, Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites, Brasília: IPEA Nota Técnica, ago/2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina (In: Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina (2005): CLACSO).<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar> – acesso em 04 de janeiro de 2015.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAZETO, Luís, Economia de solidariedade e organização popular. In: Moacir Gadotti (org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez. 1993.

ROSANVALLON, Pierre. La autogestión. Madri: Editorial Fundamentos, 1979.

ROSTOW, Walt Whitman, As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1961.

SANCHEZ, Julio Rafael Silva, El mundo de las cooperativas. Caracas: Capografica S.A., 2004.

SANTOS, Theotônio. Do Terror à Esperança – auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida; SP: Ideia & Letra, 2004.

SARACHU Trigo, G., “Prácticas integrales hacia La construcción colectiva de viabilidades: un análisis de las relaciones Prácticas Académicas Integrales en el Cono Sur - Revista Estudios Cooperativos, Año 14 Nº 1. Montevideo: UDELAR,

2009.

SCHNEIDER, J.O.Org. Educação cooperativa e suas práticas, Brasília: SESCOOP, , 2003.

SESAMPE-DIFESOL. A economia solidária no Rio Grande do Sul. Resultados do 2º Mapeamento e cadeias produtivas no estado. São Leopoldo: Unisinos, 2013.

SELLTIZ, C et al. Método de Pesquisa nas relações sociais. São Paulo: EPU, 1974.

SESCOOP/RS. Jornal o Interior Cooperativo. Ano 41 Nº 1056 Nov. 2014

SINGER, Paul. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Uma utopia militante, repensando o socialismo. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

_____. Introdução à Economia Solidária, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBOTKA, Emil A. Organizações civis Buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor” XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo. São Paulo, 1º a 4 de outubro de 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Um discurso sobre as Ciências. Lisboa: Aprontamento, 1999.

_____para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez,2008.

_____ (Org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SWEEZY, Paul M. Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1982.

TEIXEIRA, Francisco J.S e OLIVEIRA, Manfredo Araújo (Orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

THOMPSON, , E. P. A formação da classe operaria inglesa III – a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TITO. Josip B. As fábricas aos operários. Prishtina, 1951, p. 37, 19, 1

TIRIBA, Lia. Trabalho, Educação e Autogestão: Desafios frente à crise do emprego http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_TIRIBA.pdf acesso em 15 de julho de 2015.

TSE TUNG, Mao. Sobre a Prática e sobre a Contradição. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais – a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

VAN DIJK, Teun. Discurso e Poder. São Paulo: Contexto, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2007.

VILASSANTE, Tomas. Desde las redes locales hacia um tercer sistema democrático. (In: JERES, Ariel (Coord.) Trabajo voluntario o participacion, elementos para una sociologia Del tercer sector. Madrid: Ed Tecnos S.A., 1997.

VITAE e CIVILIS. Definindo uma nova economia: questões centras para a transição – governança, convivência,finanças,emprego. São Paulo: Vitae e Civilis, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WOOD, Ellen M. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ANEXOS

Questões de pesquisa (entrevista estruturada)

Entrevista Estruturada

Tema: A lógica do trabalho associado e cooperativista dos empreendimentos da economia solidária e sua relação com o projeto de emancipação dos trabalhadores livremente associados

BLOCO I – Identificação

- 1) Qual a sua profissão?
- 2) Qual sua formação?
- 3) Em que ano nasceu? Sexo:
- 4) Local de nascimento?

BLOCO II – Atuação individual na Cooperativa

- 1) Qual é o ramo de atuação de sua Cooperativa?
- 2) De que forma a Cooperativa apareceu em sua vida profissional?
- 3) Qual a principal razão que lhe levou a participar da Cooperativa?
- 4) Como o (a) Sr(a) ascendeu a cargos diretivos?
- 5) Como é a estrutura da sua Cooperativa:

- a) quanto tempo de fundação?
- b) quantos Cooperados(as) possui?
- c) como se dá a distribuição por sexo? Quantos homens? Quantas mulheres?
- d) qual a idade dos participantes?
 15-29 _____
 30-45 _____
 46-60 _____
 Mais de 60 _____
- e) A Cooperativa possui aprendizes? Sim () Não ()
- f) Sua Cooperativa é urbana ou rural?
- g) Qual o tempo em que o(a) Sr(a) está associado?
- h) Quais os trabalhos que já realizou na Cooperativa?
- i) Quais os cargos que já ocupou na Cooperativa?

BLOCO III – Funcionamento (Gestão) da Cooperativa

- 1) Como se dá a distribuição dos serviços (trabalhos, produção) em sua Cooperativa?

2) Como são afixados os valores de retribuição da Cooperativa aos seus(suas) Cooperados(as) ?

- Assembleia Geral
 Diretoria
 Outros Qual?

3) Quantas Assembleias anuais ocorrem em sua Cooperativa?

- Previstas em lei Duas Três Quatro ou mais

4) existem rodízios nos cargos de direção? Sim () Não ()

(Em caso afirmativo) – Qual a importância, para a Cooperativa e para os (as) Cooperados (as) desse rodízio? No que contribui?

(Em caso negativo) – Por qual motivo não ocorre o rodízio nos cargos?

5) Há quanto tempo os (as) dirigentes estão na direção?

- Uma Gestão
 Duas a quatro Gestões
 Mais de quatro Gestões
 Qual o benefício ou prejuízo deste tempo de Gestão da Direção?

6) Como é definido o Planejamento Anual Estratégico da Cooperativa?

- Diretoria
 Diretoria e cooperados
 AG – com todos(as)
 Consultores externos
 Em sua avaliação, por que a Cooperativa define assim seu Planejamento Anual Estratégico?
 Em sua avaliação, esta é a forma mais eficaz de definição do Planejamento Anual Estratégico?

7) Quanto em cada contrato ou venda, em termos percentuais (%), é destinado aos (as) Cooperados (as)?

- Esse percentual é decidido:
 pela Diretoria
 pela Diretoria e cooperados
 na AG – com todos(as)
 Em sua avaliação, essa é a melhor forma de decidir sobre os percentuais destinados aos (as) Cooperados(as) ?

8) Há um debate, na Cooperativa, sobre o que cada um (uma) recebe pelo trabalho

que realiza?

() sim () não

(Em caso afirmativo) – Esses debates são enriquecedores para o coletivo? Esses debates são prejudiciais ao coletivo?

(Em caso negativo) – Em sua avaliação, por que tais debates não ocorrem?

9) Quando a Cooperativa não consegue dar conta da demanda de trabalho são contratados (as) trabalhadores (as) não Cooperados (as)?

(Em caso afirmativo) – Quais os benefícios dessas contratações? O (a) Sr(a) percebe algum problema nessas contratações? Quais?

(Em caso negativo) – Como a Cooperativa dá conta dessa demanda de trabalho?

10- Quais os benefícios que os(as) associados(as) contam:

Serviços de saúde	() sim	() não
Educação/qualificação	() sim	() não
Serviços financeiros	() sim	() não

BLOCO IV – Estrutura do Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária

1) Quais dos valores, a seguir, em sua opinião mais identificam o Cooperativismo?

() Democracia	() Igualdade	() Solidariedade	() Fraternidade
----------------	---------------	-------------------	------------------

Existe outro(s) valor (es) que julgue essencial (is) para definir o Cooperativismo? Qual (is)?

2) Quais são, segundo sua visão, as principais diferenças entre Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária?

3) Quais foram os fatores que determinaram a sua opção pelos Empreendimentos de Economia Solidária e não pelo Cooperativismo?

4) Em sua avaliação, qual é a relação existente entre o Cooperativismo tradicional e as Ideologias políticas?

5) Em sua avaliação, qual é a relação existente entre os Empreendimentos de Economia Solidária e as Ideologias políticas?

6) Em sua avaliação, quais são os benefícios e/ou prejuízos da vinculação entre a forma de organização do trabalho e as Ideologias políticas?

7) Como Cooperado (a) o (a) Sr(a) se sente trabalhador (a) ? () sim () não

(Em caso afirmativo) – Se sente um (uma) trabalhador (a) igual aos que são empregados (as) de uma empresa? O que difere o seu (sua) “ser trabalhador (a)” dos (as) demais trabalhadores(as) ?

(Em caso negativo) – Por que não se sente trabalhador (a)? O que falta para ser um (uma) trabalhador (a)?

8) O (a) Sr (a) se identifica com alguma ideologia política específica? () sim () não

(Em caso afirmativo) – Em que medida essa Ideologia fortalece as suas ações como Cooperado (a)?

(Em caso negativo) – Quais são as suas restrições a uma identificação Ideológica?

9) O (a) Sr (a) participa de algum movimento social ou movimento popular?
() sim () não

(Em caso afirmativo) – Qual? Por quê?

(Em caso negativo) – Por qual motivo não participa?

10) Sua Cooperativa tem contratado/buscado parcerias com outras Cooperativas?
() sim () não

(Em caso afirmativo) – Qual? Por quê?

(Em caso negativo) – Por qual motivo?

11) A Cooperativa que o (a) Sr (a) dirige, divulga os princípios do Cooperativismo a quem e de que forma?

12) A sua Cooperativa realiza INTERCOOPERAÇÃO, isto é, usa, estimula ou prioriza produtos e serviços com outras Cooperativas ou Empreendimentos de Economia Solidária? () sim () não

(Em caso afirmativo) – Com quais? Por quê?

(Em caso negativo) – Por qual motivo?

13) Como são os programas formativos de sua Cooperativa?

- () programas formativos extensos
- () apenas cursos de formação profissional
- () os dois programas
- () nenhum programa

(Em caso afirmativo) – Para quem se destinam os programas formativos?

() Cooperados (as)

() trabalhadores (as) assalariados (as)

() ambos

(Em caso negativo) – Por qual motivo não desenvolvem programas formativos?

14- Em sua avaliação, qual a importância na articulação de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária nos níveis local, regional, nacional e internacional?

15) Sua Cooperativa tem ou apoia grupos culturais?

() sim () não Por quê?

16) Sua Cooperativa realiza pesquisa antes de realizar eventos, inovar, ampliar atuação ou mudar processos?

(Em caso afirmativo) – Quais os efeitos produzidos por essas pesquisas? No que elas contribuem para as ações da Cooperativa?

(Em caso negativo) – Por qual motivo não realizam pesquisas?

BLOCO V – O cenário nacional e internacional: a relação entre o Estado capitalista e o Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária

1) Em sua avaliação, a globalização econômica entendida como integração da economia mundial é considerada: **(solicitar justificativa da resposta)**

- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> uma ameaça a classe trabalhadora
<input type="checkbox"/> um desafio a classe trabalhadora
<input type="checkbox"/> uma realidade
<input type="checkbox"/> uma ilusão
<input type="checkbox"/> uma esperança
<input type="checkbox"/> outra. Qual? |
|--|

2) Qual sua avaliação sobre a atuação do Estado brasileiro – nos âmbitos municipal, estadual e federal – em relação às Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária?

3) Qual sua avaliação sobre as políticas desenvolvidas pelo Congresso Nacional – na elaboração de leis – em relação às Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária?

4) Qual sua avaliação sobre as ações desenvolvidas pelo Judiciário brasileiros – no julgamento das ações – em relação às Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária?

5) Qual sua avaliação sobre as políticas desenvolvidas pelo poder executivo – Presidenta da República, governador do estado e prefeito da cidade – em relação as Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária?

6) Para o (a) Sr (a) a economia de mercado – com a concorrência – é um fator significativo para o desenvolvimento das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária ou se transforma em um grande obstáculo?

7) Qual seria, em sua avaliação, o modelo mais adequado de relações de produção, comercialização de produtos e bens para a realização dos (as) trabalhadores (as)?

8) No modelo de sociedade em que vivemos, o (a) Sr (a) se sente um “trabalhador (a)” reconhecido como “ser humano pleno de direitos”?

9) O trabalho desenvolvido na Cooperativa faz com que o (a) Sr (a) se sinta um ser humano diferente?

(Em caso afirmativo) – Como é esse ser humano diferente?

(Em caso negativo) – Por que, em sua avaliação, não produz transformações?

10) O (a) Sr (a) se define como um ser solidário? O que lhe caracteriza como um ser solidário?

Muito obrigado!

ENTREVISTA 1

Local: na Sede – São Leopoldo/RS

Data: 26/12/2014

Hora: 16h30min

BLOCO I – Identificação

- 1) Qual a sua profissão? **Metalúrgico operário**
- 2) Qual sua formação? **Ensino médio**
- 3) Em que ano nasceu? **1940** Sexo: **masculino**
- 4) Local de nascimento? **São Leopoldo**

BLOCO II – Atuação individual na Cooperativa

- 1) Qual é o ramo de atuação de sua Cooperativa?

Resposta: Metalúrgica. (Produção)

- 2) De que forma a Cooperativa apareceu em sua vida profissional?

Resposta: Devido a empresa faliu, o pessoal ia ficar desempregado ai foi formada a cooperativa.

- 3) Qual a principal razão que lhe levou a participar da Cooperativa?

Resposta: A gente fundou ela, por ser um fundador

- 4) Como o(a) Sr(a) ascendeu a cargos diretivos?

Resposta: Por intermédio de assembleia sendo eleito

- 5) Como é a estrutura da sua Cooperativa:

Resposta: produção vendas, setor administrativo é a diretoria, a diretoria que administra

- a) quanto tempo de fundação? **14 anos.**

- b) quantos Cooperados (as) possui? **24**

- c) como se dá a distribuição por sexo? Quantos homens? **16** Quantas mulheres **8**

- d) qual a idade dos participantes?

15-29 - 1

30-45 - 5

46-60 - 15

Mais de 60 - 3

- e) A Cooperativa possui aprendizes? Sim () Não (**x**)

Resposta: “aprendiz todo mundo é”

- f) Sua Cooperativa é urbana ou rural? **Resposta:** urbana

- g) Qual o tempo em que o (a) Sr(a) está associado? **Resposta:** 14 anos

- h) quais os trabalhos que já realizou na Cooperativa? **Resposta:** produção, todos os setores, serviço geral

- i) Quais os cargos que já ocupou na Cooperativa? **Resposta:** Presidente, vice, secretário

BLOCO III – Funcionamento (e Gestão) da Cooperativa

1) Como se dá a distribuição dos serviços (trabalhos, produção) em sua Cooperativa?

Resposta: Trabalhamos em cima dos pedidos, o representante manda os pedidos, é trabalhado dentro dos pedido. Tem uma pessoa que faz a programação durante o mês e vai lá olha no estoque, vê o que esta faltando, mais ou menos e ele vai programando, e dai vai passando por diversos setores. Tem pessoas que trabalham em dois, três setores, outras trabalham só num, ainda há essa variação.

2) Como são afixados os valores de retribuição da Cooperativa aos seus (suas) Cooperados (as)?

Resposta: Foi feito em uma assembleia e calculado com a base de a 25% da capital de giro

2.1) Qual a diferença de valores – uma vez, duas, mais vezes.

Resposta: Uma vez época era igual ai não deu certo a assembleia decidiu valores diferentes, de acordo com cada setor que a pessoa trabalha.

(x) Assembleia Geral

() Diretoria

() Outros Qual?

3) Quantas Assembleias anuais ocorrem em sua Cooperativa?

() Previstas em lei (x) Duas () Três () Quatro ou mais

4) Existem rodízios nos cargos de direção? Sim (x) Não ()

(Em caso afirmativo) – Qual a importância, para a Cooperativa e para os (as) Cooperados (as) desse rodízio?

Resposta: Isso é um problema quando chega à época de assembleia. No que contribui?

Resposta: Poucos gostam de administrar, é uma dificuldade.

(Em caso negativo) – Por qual motivo não ocorre o rodízio nos cargos?

Resposta: As vezes sobe pra cabeça. Ser diretor deve ganhar mais. Depois veem que não é isso ai. Para quem entre tem um contrato de 3 meses depois pode se cooperar e pra direção é seis meses depois de cooperado.

5) Há quanto tempo os (as) dirigentes estão na direção?

Resposta: um mandato

(x) Uma Gestão

() Duas a quatro Gestões

() Mais de quatro Gestões

Qual o benefício ou prejuízo deste tempo de Gestão da Direção?

Resposta: n/r

6) Como é definido o Planejamento Anual Estratégico da Cooperativa?

(x) Diretoria

- () Diretoria e cooperados
- () AG – com todos(as)
- () Consultores externos

Em sua avaliação, por que a Cooperativa define assim seu Planejamento Anual Estratégico?

Resposta: n/r

Em sua avaliação, esta é a forma mais eficaz de definição do Planejamento Anual Estratégico?

Resposta: Fica longe do que foi planejado.

7) Quanto em cada contrato ou venda, em termos percentuais (%), é destinado aos (as) Cooperados (as)? 25% do capital de giro.

Esse percentual é decidido:

- () pela Diretoria
- () pela Diretoria e cooperados
- (x) na AG – com todos(as)

Em sua avaliação, essa é a melhor forma de decidir sobre os percentuais destinados aos (as) Cooperados(as) ?

Resposta: foi na assembleia

8) Há um debate, na Cooperativa, sobre o que cada um (uma) recebe pelo trabalho que realiza? (x) sim () não

(Em caso afirmativo) – Esses debates são enriquecedores para o coletivo? Esses debates são prejudiciais ao coletivo?

Resposta: Enriquece, pois se busca adaptar aquilo que ele sabe fazer e gosta.

(Em caso negativo) – Em sua avaliação, por que tais debates não ocorrem?

Resposta: n/r

9) Quando a Cooperativa não consegue dar conta da demanda de trabalho são contratados (as) trabalhadores (as) não Cooperados (as)?

Resposta: nunca aconteceu. Gostaria que tivesse acontecido

(Em caso afirmativo) – Quais os benefícios dessas contratações? O (a) Sr (a) percebe algum problema nessas contratações? Quais?

(Em caso negativo) – Como a Cooperativa dá conta dessa demanda de trabalho?

Resposta: Sempre deu conta.

10- Quais os benefícios que os (as) associados (as) contam:

- Serviços de saúde () sim (x) não
- Educação/qualificação () sim (x) não
- Serviços financeiros () sim (x) não

BLOCO IV – Estrutura do Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária

1) Quais dos valores, a seguir, em sua opinião mais identificam o Cooperativismo?
 Democracia Igualdade Solidariedade Fraternidade
 Existe outro (s) valor (es) que julgue essencial (is) para definir o Cooperativismo?
 Qual (is)?

Resposta: E o principal

2)Quais são, segundo sua visão, as principais diferenças entre Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária?

Resposta: A finalidade é semelhante

3)Quais foram os fatores que determinaram a sua opção pelos Empreendimentos de Economia Solidária e não pelo Cooperativismo?

Resposta: Não se aplica

4)Em sua avaliação, qual é a relação existente entre o Cooperativismo e as Ideologias políticas?

Resposta: n/r

5) Em sua avaliação, qual é a relação existente entre os Empreendimentos de Economia Solidária e as Ideologias políticas?

Resposta: n/r

6) Em sua avaliação, quais são os benefícios e/ou prejuízos da vinculação entre a forma cooperativista de organização do trabalho e as Ideologias políticas?

Resposta: n/r

7) Como Cooperado (a) o (a) Sr (a) se sente trabalhador (a)? sim não
(Em caso afirmativo) – Se sente um (uma) trabalhador (a) igual aos que são empregados (as) de uma empresa?

Resposta: O que difere o seu (sua) “ser trabalhador (a) ” dos (as) demais trabalhadores (as)? Não é diferente. O empregado faz o que o patrão quer, como cooperado a responsabilidade é maior que um empregado. Ele é um dono.

(Em caso negativo) – Por que não se sente trabalhador (a)? O que falta para ser um (uma) trabalhador (a)?

8) O (a) Sr (a) se identifica com alguma ideologia política específica? sim não

(Em caso afirmativo) – Em que medida essa Ideologia fortalece as suas ações como Cooperado (a)?

Resposta: n/r

(Em caso negativo) – Quais são as suas restrições a uma identificação Ideológica?

Resposta: Não tem

9) O (a) Sr (a) participa de algum movimento social ou movimento popular?

sim não

(Em caso afirmativo) – Qual? Por quê?

Resposta: Participava bastante agora não. Só na Cooperativa.

(Em caso negativo) – Por qual motivo não participa?

10) Sua Cooperativa tem contratado/buscado parcerias com outras Cooperativas?
 sim não

(Em caso afirmativo) – Qual? Por quê?

(Em caso negativo) – Por qual motivo?

Resposta: É bem diferente, não tem como fazer rodada de negócios.

11) A Cooperativa que o (a) Sr (a) dirige, divulga os princípios do Cooperativismo a quem e de que forma?

Resposta: NP/NR

12) A sua Cooperativa realiza INTERCOOPERAÇÃO, isto é, usa, estimula ou prioriza produtos e serviços com outras Cooperativas ou Empreendimentos de Economia Solidária? sim não

(Em caso afirmativo) – Com quais? Por quê?

(Em caso negativo) – Por qual motivo?

Resposta: É um setor muito diferente e o produto que trabalha

13) Como são os programas formativos de sua Cooperativa?

- programas formativos extensos
- apenas cursos de formação profissional
- os dois programas
- nenhum programa

(Em caso afirmativo) – Para quem se destinam os programas formativos?

- Cooperados (as)
- trabalhadores (as) assalariados (as)
- ambos

(Em caso negativo) – Por qual motivo não desenvolvem programas formativos?

14- Em sua avaliação, qual a importância na articulação de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária nos níveis local, regional, nacional e internacional?

Resposta: É muito bom, tem que haver articulação.

15) Sua Cooperativa tem ou apoia grupos culturais?

sim não Por quê?

Resposta: NP/NR

16) Sua Cooperativa realiza pesquisa antes de realizar eventos, inovar, ampliar atuação ou mudar processos? Sim pesquisa assim de acompanhar, que produtos chegam, qualidade.

(Em caso afirmativo) – Quais os efeitos produzidos por essas pesquisas? No que elas contribuem para as ações da Cooperativa?

Resposta: Adaptação pois tem um novo forno que vai aproveitar a latinha.

(Em caso negativo) – Por qual motivo não realizam pesquisas?

BLOCO V – O cenário nacional e internacional: a relação entre o Estado capitalista e o Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária

1) Em sua avaliação, a globalização econômica entendida como integração da economia mundial é considerada: **(solicitar justificativa da resposta)**

- uma ameaça a classe trabalhadora
- um desafio a classe trabalhadora
- uma realidade
- uma ilusão
- uma esperança
- outra. Qual?

2) Qual sua avaliação sobre a atuação do Estado brasileiro – nos âmbitos municipal, estadual e federal – em relação as Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária?

Resposta: Deixam muito a desejar, especialmente em Impostos. Teve um seminário na UNISOL semana passada, mas não se aproveitou muito...

3) Qual sua avaliação sobre as políticas desenvolvidas pelo Congresso Nacional – na elaboração de leis – em relação as Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária?

Resposta: Não há projeto em apoio as cooperativas, não há interesse que as cooperativas se desenvolvam.

4) Qual sua avaliação sobre as ações desenvolvidas pelo Judiciário brasileiros – no julgamento das ações – em relação as Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária?

Resposta: Não tiveram problema no inicio da cooperativa. Houve acordo.

5) Qual sua avaliação sobre as políticas desenvolvidas pelo poder executivo – Presidenta da República, governador do estado e prefeito da cidade – em relação as Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária?

Resposta: A Cooperei não teve problema, por ter uma marca forte, logo após limpar o nome dos antigos proprietários.

6) Para o (a) Sr (a) a economia de mercado – com a concorrência – é um fator significativo para o desenvolvimento das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária ou se transforma em um grande obstáculo?

Resposta: Teve facilidade pela marca tradicional

7) Qual seria, em sua avaliação, o modelo mais adequado de relações de produção, comercialização de produtos e bens para a realização dos (as) trabalhadores (as)?

Resposta: Np/nr

8) No modelo de sociedade em que vivemos, o (a) Sr(a) se sente um “trabalhador(a)” reconhecido como “ser humano pleno de direitos”?

Resposta: sim

9) O trabalho desenvolvido na Cooperativa faz com que o (a) Sr (a) se sinta um ser

humano diferente?

Resposta: Np/Nr

(Em caso afirmativo) – Como é esse ser humano diferente?

Resposta: NP/NR

(Em caso negativo) – Por que, em sua avaliação, não produz transformações?

Resposta: Np/nr

10) O (a) Sr (a) se define como um ser solidário? O que lhe caracteriza como um ser solidário?

Resposta: Np/Nr

Muito obrigado!

ENTREVISTA 2

Local: na Sede – Porto Alegre/RS

Data: 15/01/2015

Hora: 17h00

BLOCO I – Identificação

- 1) Profissão: agricultor
- 2) Em que ano nasceu? 1966 (48 anos) Sexo: Masculino
- 3) Qual a sua formação? Ensino Fundamental 5 serie
- 4) Local de Nascimento? Tenente Portela RS

BLOCO II – Atuação individual na Cooperativa

Ramo: É bem amplo ela. Eu vivo numa CPA diversificado. Hoje eu sou presidente da Cooperativa Central dos Assentados da Reforma Agrária que é a Coceargs que tem sede aqui em Porto Alegre que faz um processo de Coordenação do conjunto de 19 cooperativas que são afiliadas a ela.

Elas Pertencem a Concrab?

Resposta: A Coceargs é vinculada a Concrab que é a nossa Confederação

2) De que forma a Coop?

Resposta: Bueno Eu era sou filho de agricultor e ai lá nos anos 80/90 da importância do trabalho individual na propriedade ele, ele limita muito a possibilidade de tu expandir né. Ai já imbuído um pouco com esse espírito acabou vindo pro acampamento. Fomos acampar em setembro de 98 e fui assentado em fevereiro de 2002, deu 2 anos e meio de acampamento. Já no acampamento nois discutia a questão da cooperação da formação de grupo coletivo e tal. E foi onde é que nós constituímos no nosso acampamento um grupo onde é que fumo assentado com 50 famílias e fiquemo vivendo junto nas 50 famílias 2 anos e 8 meis tudo junto ai acabou saindo 21 famílias, se eu não estou enganado, no começo e ai nos continuemos junto na minha CPA que nos trabalhamos junto hoje tem 14 famílias. E pra poder Dime... diversificar a produção e o trabalhão cooperado né. Porque se eu fosse trabalhar individualmente, teria que no máximo duas linha de produção, assim eu vivo numa cooperativa onde nos temos da produção primaria, a agroindústria, a comercialização e fizemos tudo no processo cooperado. Então esse é um dos motivo e o outro é também o que proporciona a mostrá pra sociedade que e possível uma outra forma de vida a não ser a individual, aquela da disputa de quanto mais e tal. Então a cooperação proporciona isso também de tu faz esse enfrentamento com esse modelo atual pra dizer que é possível viver cooperadamente um vida harmoniosa onde é que todos não é dizer que todos somos igual, não é que seja igual, mas no padrão de vida é possível dizer de igual para igual.

3) Qual a principal razão.....?

Resposta: A minha vida ela foi bastante... a minha infância, a minha juventude foi muito incluída com a vida do MST. Também o meu pai foi um dos fundador do MST então eu acabei desde muito guri acompanhando o nascimento do movimento e aí vim pro acampamento e no acampamento já ajudei na articulação do meu acampamento. Então como lá na Região de Três Passo, Tenente Portela e Miraguaí, nós trouxemos 1800 famílias e da nossa regional veio 300 famílias então era da direção do acampamento e no processo do assentamento eu sempre fui umas das pessoas liberadas pro movimento. Então eu fiquei na direção do MST desde 94 eu to na direção do MST. Eu fui por um período de duas gestão em final de 90 até 2004/2005 era direção da Coceargs. Aí outros companheiro assumiram, eu acabei agora o meu mandato de três ano, vence agora em março mais um mandato de três ano na Coceargs. Nóis temos uma direção legal, não é que é pro forma, é uma direção legal que tem que te, mas em última análise a direção da Coceargs quem determina é a direção do MST. Claro que tem suas obrigações legais e tal né, é a direção do MST porque as cooperativa vinculadas também são vinculadas ao MST, então eu faço parte da direção da Coceargs, mas faço parte da direção do MST também.

BLOCO III – Funcionamento (Gestão) da Cooperativa

Resposta: 19 cooperativas vinculada e eu acho que umas 3 ou 4 associação. Associação por formato legal ela não pode ser associada a Coceargs. Tem que ser cooperativa de associado, associado ela deve ter umas 5000 família que isso envolve três pessoa por família.

Dizer por sexo

Resposta: Como na Cooperativa é o casal que é associado então meio a meio né.

Dizer por idades

Resposta: É no chutão, NE. 25% para cada um dos teus cálculo aí.

18/29 anos – 25%

30/45 anos – 25%

46/60 anos – 25 %

Resposta: De 60 anos 25 % Tem bastante juventude nos assentamento, assentamentos novos que pega. Assentamentos antigo como no meu assentamento nós já temo numa faixa de 45 passando pra cima, que é um assentamento que tem 20 e pouco aos 23 anos.

Resposta: Aprendiz – A Coceargs – o quadro funcionário dela é quase que não é que é estagiário, mais é tudo gurizada que viero dos nossos cursos, curso que nós temo o TAC que é curso técnico em Cooperativismo que funciona aqui no Iterra em Veranópolis e a nossa gurizada que trabaia aí na Coceargs são tudo cria nossa como se diz NE do TAC.

Trabalho que fazem:

Resposta: Essa parte da burocracia, aí nós temo quadro técnico, além disso nós temo três agrônomo e aí, convênio junto com o INCRA é na verdade tem dinheiro do

INCRA, vinculado também a Universidade de Florianópolis, de Santa Catarina, como é o nome da Universidade lá que eu não to lembrado. Ah a UFSC que nós temo um convênio com ela que é aquele trabalho de acompanhamento de semente orgânica e também do arroz orgânico aqui em Porto Alegre. Nós temo um convênio e junto com isso tem um pessoal que faiz essa parte da gestão que fica na Coceargs. E a burocracia, a parte das finanças essa parte da documentação.

Rural ou urbana?

Resposta: A Cooperativa é RURAL. É na verdade a minha CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária se associou a Coceargs nós ficamos em 2006 em 96/97 nós fizemo a Cooperativa. Então, eu sou associado da Coceargs desde 97 no caso daí. Na verdade fui um dos fundador da Coceargs que ajudei a fundar o MST e na minha militância, na minha direção política eu sempre fui mais ligado aos assentamentos e todo esse período mesmo não tando na direção legal da Coceargs, eu sempre estive vinculado aos assentamentos na produção, na equipe de negociação, no processo de organização e tal. Na minha CPA lá eu cheguei a ser do conselho fiscal que nunca fui, não podia assumir um papel de dirigente da cooperativa que não estava no dia a dia que eu so liberado do movimento, então eu, a minha vida no assentamento lá na minha CPA e no final de semana lá.

% distribuição dos trabalhos

Resposta: Na minha CPA lá é pela horas trabalhadas que nós temo um limite máximo de 8 horas que ninguém possa marcá mais do que 8 horas por dia, porque nós temo na agricultura tem vários postos que não proporciona tu faze media de oito horas por dia, chove muito, muito frio, muito quente tu não consegue ir na lavoura. Aí por outro lado tem trabalhos que proporciona tu fazes, deiz, doze horas por dia todos os dias e aí então nos estabelecemos que nenhum marque mais que oito horas por dia. Eu posso trabalhar muitas vezes, eu trabalho doze, treze horas, mas eu só marco 8 horas pra não haver um desnível e uma desigualdade interna porque minhas horas, o meu ganho e as minhas cotas-partes é valorizado pelas horas que são trabalhadas.

Quem decide

Resposta: A Assembleia

Quantas por ano

O normal é umas quatro né.

Rodízio

Resposta: De treiz em treiz ano e trocado normalmente, fazi hora que troca um ou dois, mas é quase sempre os mesmo.

Isso é importante?

Resposta: É importante porque a pessoa é no sentido de trocar de função. É importante a pessoa da uma remanejada. Isso ajuda pra ela e pro coletivo também, né?

1,2 ou

Resposta: Eu lá na minha cooperativa tem uma pessoa que está na direção desde a fundação que é o que cuida da burocracia. Foi presidente, foi secretário, foi

tesoureiro, sempre teve na direção, mais sempre tive na direção, mas trocou de posto várias veiz.

Qual Benefício

Resposta: Eu acho que é meio indiferente, agora o problema é pra tu troca um cabra bom. O bom seria troca, mas se não tem ninguém com a habilidade que ele tem.

Planejamento

Resposta: A diretoria elabora uma proposta, organiza e da a linha pra assembleia e vai pro debate nos núcleos. Nós temos dois núcleos, dois setores que funciona que um é o da produção de núcleos de base do MST, faz o debate político-ideológico da organização e faz o debate da produção também. É feito o planejamento nos setores e é referendado em Assembleia. A Assembleia é soberana.

Como é o processo de venda

Resposta: A nossa produção é, é pro meu consumo próprio, o que eu produzi na Cooperativa eu pego pelo custo de produção e aí o excedente que é comercializado que é pagado pelas minhas horas que eu trabalhei em atividade diversas, mas pro meu consumo eu pego pelo custo de produção.

Como os cooperados recebem quando há valor agregado? Tipo salame, banha... (sobre o valor de um porco)?

Resposta: Nós não beneficiamos a carne, nós peguemo o porco e vendemo o porco 'in natura'. Nós fizemo com o leite que nós produzimo, na minha cooperativa, das nossas vacas lá, nós peguemo mais de doze família. Nós fazemo o leite barriga mol, o leite em saquinho, e agora vamos estar fazendo o queijo, iogurte, bebida láctea e aí é vendido no mercado. Mais eu, Adelar sócio da Coopava, eu vou receber o resultado de doze meis. Nós temo lá uma média de doze mil reais pra distribuir por méis, então eu recebo pra distribuir por méis, então eu recebo proporcional as minhas horas trabalhadas até doze mil real. No final do ano é feito a fecha do ano que sobrou além dos 12 mil real pra nós faze uma distribuição, tira os custos de produção, aí, Bueno, vai dar mais 15 mil real lá pra distribuição, lá pra distribuir. E feita essa distribuição, então, vai ter que diminuir no mês seguinte, ou fartou dinheiro então vai ter que diminuir no mês seguinte.

Há debatem sobre o que recebem?

Resposta: Sempre, né? Faz parte do ser humano sempre querer mais né. Essa é a parte boa, né?

Essa discussão, quando centrada em valores econômicos, é boa?

Resposta: Não é muito bom porque começa a virar picuinagem. Mas é bom o que a pessoa tem que ganha mais, tem que se esforçar mais. Porque se eu vou ganhar mais é fruto de minha produção, né. Então, exige mais da pessoa.

Como é a distribuição do Trabalho na Cooperativa, se tem mais candidatos?

Resposta: Hoje nos temos o inverso. Nos precisamos de mão de obra. Hoje, nós temo problema de mão de obra até porque grande parte da juventude foi embora de casa. E nós temo duas família que o casal é aposentado e os filhos estão estudando e vão pra casa quando estão de férias. E isso dificulta, né?

Contratam trabalhadores de carteira assinada?

Resposta: Ainda não, ainda não. Mas se nós não viabiliza que mais jovem filho de assentado volte pro assentamento, logo logo vamo ter de contratar, especialmente, motorista.

Tem Plano de Saúde?

Resposta: Não

Educação/qualificação?

Resposta: Programa de educação a cooperativa proporciona que o jovem, filho de assentado, vão estudar nas escolas, principalmente do MST. Aí viabiliza parte da passagem, pra manter o vínculo com a cooperativa, pra que o jovem possa retorna depois pra cooperativa.

Apoio financeiro \$

Resposta: Ninguém passa miséria ou necessidade, né? Pega um adiantamento lá por motivo de doença depois vai descontando do teu.

BLOCO IV – Estrutura do Cooperativismo e economia solidária

Valor que mais identifica o cooperativismo

Resposta: Acho que igualdade, né?

Algum Outro?

Resposta: Acho que a questão da confiança, né? Relação de confiança que tem que te. Se não tiver uma relação de confiança valores, assim o espírito de militância e compromisso com a causa, né?

No que se refere ao valores - Cooperativismo e ESS – são semelhantes?

Resposta: São muito semelhante, né? Se assemelha muito.

Cooperativismo e ideologia política

Resposta: No caso da nossa é muito vinculada a questão ideológica, de afinidade ideológica mesmo dos cooperados da minha CPA e das cooperativas vinculadas a Coceargs tem que te um mínimo de afinidade né.

E o EESS em relação a ideologia?

Resposta: Deve ter, né? Porque se não tiver não tem como. Não tem como um pobre junto com um rico te solidariedade. Tem que te solidariedade entre os pobre, né?

Essa vinculação ideológica beneficia ou prejudica?

Resposta: Nóis já enfrentamo muito. Até há pouco tempo atraiz, quando nós não tinha produção. A produção a gente sempre produzia muito mais que produzimos hoje. Só que nós não tinha produto no mercado. Era muito taxado, né? Falar mal dos assentados, do MST, as pessoas tem que olhar pro lado, eu to consumindo um

produto da reforma agrária, do assentamento, produto bom, de qualidade. Então hoje não temo muito preconceito de quem conhece bem nós. Diferente da mídia burguesa que faz um bicho de nós.

Como Trabalhador cooperado...?

Como agricultor. A semana passada eu tava no plantão do leite a semana toda.

É diferente do trabalho em empresa?

Resposta: Com certeza, né? Eu não, eu sou pião e sou patrão. Não tenho que dar obrigação pra ninguém.

A Afinidade ideológica fortalece?

Resposta: Aí muito, né? Se não tivesse um mínimo de afinidade ideológica dificilmente a gente pudesse tocar

Afinidade

Resposta: Não, não

Movimentos Sociais e cooperativismo

Resposta: MST, né?

Por que razão?

Resposta: Tenho os motivos, né? rsrsrsrsrsrs

Parceria com cooperativas

Resposta: Tem também parcerias.

Com quem?

Resposta: Cosulati que é uma Cooperativa que beneficia o nosso leite, as cooperativa vinculada ao MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores), ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Fetraf SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura familiar e aí também as cooperativas da economia solidária que temo relação com várias aí né.

Se divulga e para quem divulga os princípios do cooperativismo?

Resposta: Sim, pra quem eu puder expressar o que estamos fazendo. É muito importante, né?

Com quem fazem a INTERCOOPERAÇÃO?

Resposta: A maior parte rural, né?

Programas de formação interno ou externo?

Resposta: Nós fizemos as duas coisa.

Para quem?

Resposta: Pros cooperados

Importância da articulação das cooperativas, local, regional, mundial?

Resposta: Muito importante, né? A história de que uma andorinha só não faz verão, né?

Apoiam Grupos de cultura?

Resposta: Nós temo do MST um grupo de teatro que é vinculado ao movimento, né?

Fazem Pesquisa para inovar?

Resposta: Não

Pesquisa ajudam ou não?

Resposta: É na verdade pesquisa de mercado de vez em quando é feita alguma pesquisa de mercado em determinadas situações. O pessoal que está na agroindústria aí tem que pesquisá.

BLOCO V – O cenário nacional e internacional: a relação entre o Estado capitalista e o Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária

A Globalização é?

Resposta: Uma espécie de ameaça, né? Porque se eu não tenho... Hoje no sistema capitalista a pessoa vale pelo que ele tem né. Isso é uma ameaça.

Estado X Cooperativismo como é a relação?

Resposta: A nossa relação com o Estado, nós temos a pauta de reivindicação que nós temo. E aí é aquela história de pau e prosa. É pressão política e negociação. Na conversa e vamo tocando a vida sempre na tentativa de melhorar as condições de vida do nosso povo.

E no Congresso (Legislativo)?

Resposta: Tá piorando cada vez mais. Segundo os dados aí piorou muito a proporção de deputados que são vinculado a classe trabalhadora do que é a direitona.

E o Judiciário?

Resposta: Ah! É um absurdo (trecho incompreensível) pra nós pobre, oh!

Acesso a políticas públicas?

Resposta: Tem acesso. Todas as nossas cooperativa elas tem que relacionar, né, com governos federal estadual e municipal e aí depende muito do governante também, né? Por exemplo, nós com o governo Tarso (Governador do RS de 2011-2014) nós tivemos grandes avanço. Agora com o Sartori (Governador José Ivo Sartori de 2015-2018) nós tamo tentiando, vamos ter uma reunião amanhã, por exemplo, com o secretário para ver como é que vão funcionar as coisas. Nós tinha um monte de coisa em andamento e temo de continua, né?

Se sente um trabalhador Pleno?

Resposta: Ah, eu melhorei de vida razoavelmente, mas tem muito que avança pra conquistar, né?

Se sente uma pessoa diferente?

Resposta: Não diria uma pessoa diferente mais acho que eu (fui) adquirindo um grau de consciência e de conhecimento ter elevado o nível da sociedade, mais isso, graça não por causa de mim. Foi graças ao MST. O MST foi pra ti, na minha família que estão na minha cooperativa me proporcionam eu ser um liberado. Se eu não tivesse vindo pra luta da terra eu seria (só) um pequeno agricultor lá em Miraguai. Tava lá no ...até hoje. Assim graças à entrada no MST me proporcionou que hoje eu sou um sujeito que quando entrei no MST eu tinha dificuldade de falar meu nome. Hoje na luta me tarimbou a ta fazer o debate com qualquer um.

Se sente solidário?

Resposta: Sim

Como é este ser solidário?

Resposta: Acho que seu eu fosse um sujeito egoísta e pensasse só em mim eu ia estar em casa com minha família. Com minha cooperativa lá eu saí segunda feira e só vou volta pra casa sexta-feira com minha família, a minha cooperativa que está lá e eu tô ganhando como as famílias que estão na lavoura lá, ou cuidando porco, as vaca. Ganho proporcionais as oito horas por dia de igual pra igual;

Como Mujica?

Resposta: É o que a luta proporciona rrsrrsrrsrrsrrsr

Agradei

Resposta: Conclui dizendo: Espero ter contribuído e estamos aí pro que precisar, pra poder ajudar.

ENTREVISTA 3

Local: na Sede – Porto Alegre/RS

Data: 24/01/2015

Hora: 14h00

BLOCO I – Identificação

- 1) Qual a sua profissão? socióloga e Professora Universitária que são duas coisas diferentes. Eu tenho as duas profissões
- 2) Qual sua formação? Ciências Sociais e Pós Graduação (Mestrado)
- 3) Em que ano nasceu? 26/11/1944 Sexo:Feminino
- 4) Local de nascimento? Porto Alegre

BLOCO II – Atuação individual na Cooperativa

1) Qual é o ramo de atuação de sua Cooperativa?

Resposta: Produtores ecológicos

2) De que forma a Cooperativa apareceu em sua vida profissional?

Resposta: É que meu companheiro estava desempregado, lá no sítio sem ter o que fazer e um pequeno empresário, amigo nosso, foi passar uma noite lá conosco jantou, dormiu lá e ensinou o **N** a fazer salame italiano e pra ele ter uma ocupação né. E aonde nós vamos botar esse produto? E aí demos uma caminhada na Feira. Eu já conhecia o **D** que é um dos fundadores, o puchador da cooperativa, não tinha a cooperativa ainda. E um grupo de produtores que ele foi convidando, assim, conforme ele conhecia pra montar a feira na segunda quadra. Que a primeira já existia ex-Colméia (que teve de fechar por dividas). O **D** pegou e conseguiu com a Prefeitura a segunda quadra. Aí começamos a discutir sobre cria uma cooperativa também, como era a Colméia na primeira. Começamos a reunir o pessoal a discutir aqui nesta rua, ora lá no galpão da esquina, ora na casa do **D**. Fomos pensando. O **C** era um que tava ali junto pululando. Começamos a reunir, reunir e fundamos a Cooperativa. Fomos ver com advogado, tipo de Estatuto, tipo de legislação, os limites, as imposições e fundamos. Um grupo relativamente grande.

Então foi uma situação familiar?

Resposta: A Feira não era ecológica, os nossos produtos, também não era ecológico, porque não existe carne orgânica de gado. Tu não consegue nem porco. E o salame italiano era metade porco metade gado. Mas a Feira não era ecológica, então o **D** abriu um espaço pra lá e o **N** passou a botar os produtos lá. Mas ele só fazia salame italiano. O resto tudo sobrava do porco. Eu comecei a não pegar aulas nas sextas na (**U**) para ir bolando outros produtos. No final nós só não aproveitava o (berro) do porco. Terminamos-nos botando na banca 16 produtos saudáveis. Mas a carne tu não tinha garantia. O que é um boi ecológico? Depende. Até da forma como matam. O porco depende da forma como ele é criado. O porco não é sujo. Quem é sujo é o criador. O porco é limpo tão limpo quanto a gente. Terminamos fundando a Cooperativa, mas após ficamos ... ficamos na Feira. E o primeiro presidente foi o **C** eleito e fomos levando. Aí um dia a SMIC disse que não dava pra nós continuar. Aí tivemos de sair fora (da Feira), mas eu continuei ligada a Cooperativa.

Como chegou à presidência?

Resposta: Eu fui primeiro secretaria geral aí na função, mas... aí o **D** morreu. Aí o presidente se afastou. Como eu fiquei sem ser produtora a turma quando saiu a eleição de dois em dois anos em março, último domingo do mês de março, pra minha surpresa me elegeram. Nem tava conchavando nem fazendo nada, não tava conversando com ninguém sobre a chapa, deixava mais no espontaneísmo, porque eles não são muito politizados, mas terminaram me bancando. Eu assumi 3 mandatos de dois anos.

Como é a estrutura?

Resposta: Ela de fato não é uma cooperativa. Ela é só no papel. Porque ela só vive da taxa das bancas na Feira. Não tem nenhuma outra renda, nada. Não monta, assim como a Ecovida. A Ecovida, por exemplo, pega as laranjas dos seus filiados que produzem lá em Maratá e produz o suco. Nós não fizemos nada disso. Não pegamos os produtos de nossos produtores e transformamos pra colocar no supermercado, empacotamos ou tratamos. Não fizemos nada disso! Então, de fato ela não é uma cooperativa. Nunca achei que ela fosse. Ela tem o nome. Agora eu fiz uma emenda nos Estatutos que ela deixou de ser cooperativa de produtores ecológicos de Porto Alegre Limitada e passou a ser Cooperativa de produtores ecológicos do Rio Grande do Sul. Porque de fato nós temos muito mais filiados no

interior do que me Porto Alegre, né?

Desde quando existe?

Resposta: Anos 90 e pouco

Quanto cooperados?

Resposta: Hoje eu estou afastada. Não sei te dizer. Nós tínhamos 70 e poucas bancas na Feira. Não quer dizer que cada banca seja um filiado. Não quer dizer que cada banca é um filiado. Porque tem gente com duas. Tem gente com 4, com 3 bancas. Tem muita gente que nós quando nós conseguimos ter a DAP (Documento de Aptidão de Produtor) jurídico, pra nós ter a DAP jurídica nós tinha de ter x% de filiados. Então nós fizemos uma campanha, por exemplo. Nós temos muitas entidades dentro da cooperativa. Não são filiadas as entidades dentro da cooperativa. Mas o Presidente da Ecomorango, por exemplo, é filiado a Cooperativa enquanto pessoa. Porque a Cooperativa não pode ter filiação de entidade. Ela tem filiação de indivíduos. A Ecocitrus, a mesma coisa. O J é da direção da Ecocitrus é filiado a Cooperativa. Então o que eu fiz? Eu fiz uma campanha com eles. Que eles me trouxessem mais associados orgânicos com a certificação pra poder chegar ao DAP Jurídico. É a primeira, número UM do RS que recebeu a Certificação Orgânica do Ministério da Agricultura, fomos a primeira entidade do RS a receber a certificação orgânica, né?

Distribuição por sexo?

Resposta: É normalmente é os dois que cuidam da banca.

½ a ½?

Resposta: As vezes menos mulher porque tem as mulheres que não vem. Mulher fica em casa.

Idades

Resposta: Predominância 30/60 anos

Tem aprendiz?

Resposta: Não

Desde quando está na COOP?

Resposta: Desde a Fundação.

Que trabalhos ou postos ocupou?

Resposta: Já fui secretaria, fui da Coordenação do Conselho social, depois fui vice, depois fui

E Quanto tempo?

Resposta: presidente por 3 gestões de dois anos cada. Agora (o mandato) passou para quatro anos.

Bloco III Funcionamento e Gestão da Cooperativa

A Cooperativa é Urbana ou Rural?

Resposta: Rural

Como é a distribuição de Trabalho?

Resposta: Cada um cuida do seu sitio, planta, produz. Eu visitei boa parte dos produtores 'in loco'. Mas normalmente eles produzem sozinhos, as vezes.

Eles não recebem?

Resposta: Tem no Estatuto o rateio das sobras no fim do ano. Como sobra muito pouco que é a taxa da feira que é aqui na... Nós tínhamos o escritório que a gente paga aluguel, tinha o computador com internet, tinha o telefone e tinha um menino que era um secretário da Cooperativa, fazia todos os pagamentos que tem que fazer papelada, burocracia. E quando eu saí eles fecharam tudo. O computador tá trancado aqui dentro da massaria da **Preta**. Eu fiz todos os regimentos de cada Conselho, que tem que ter o regimento eu fiz todos, fiz o geral. Tá ali trancado dentro do Computador. A Cooperativa continua sem regimento. Não liberam mais o computador, despacharam o menino, entregaram o escritório que tinha aqui, telefone desligaram. Ficou tudo zerado. Se tu quizeres falar com a Cooperativa hoje tu não tem um telefone pra ligar.

Remunera?

Resposta: Remunera um secretário pra fazer essa burocracia, né?

Que Valores? há diferenças?

Resposta: A Diretoria ninguém recebe nada. Quizeram me pagar para eu ficar agora pela quarta vez. Aí eu disse que não era por dinheiro. E nem por todo o dinheiro do mundo eu ia ficar.

De quem são essas decisões?

Resposta: Depende. Se é estatutário é a AG, se é o dia-a-dia com a SMIC, problema de banca. Agora eu consegui aprovar na SMIC a criação do Conselho das Feiras, que não tinha, de todas as feiras ecológicas. São cinco. É o Conselho da Feira e eles elegem cinco membros. Então não é a Cooperativa sozinha que ali naquela segunda quadra vê o que esta acontecendo na feira. É a RAMA, a AGA e nós e tem algum independentes lá que decidem. Se o cara tá mal eles, por exemplo, ele tem o direito de faltar um mês de feiras por ano e faltar 4 sábados não sucessivos, durante o ano. Ficou doente não pode vir, tá sem produção. Se ele passar disso o Conselho vai discutir com ele. Ele não pode botar produto que ele não esteja cadastrado, perante a Cooperativa e perante a SMIC. Não pode trazer um produto novo sem avisar antes. A venda tem que ser de produtor direto pro consumidor. Não pode atravessar, entende? Isso é a lei (Federal) dos orgânicos, não é nem da cooperativa mais lá. Não tem muita serventia esse tipo de exigência porque pra mim o produtor tem que estar na terra. Plantando e não vendendo, entendeu? O tempo dele tem de ser na produção e no descanso da família e não tá pra lá se deslocando as duas da manhã lá do interior botano as mercadorias em cima do caminhão pra chegar aqui.

A Cooperativa assume a Comercialização?

Resposta: A lei não permite. Se não ele não ganha certificado como orgânico. Ele não é considerado como orgânico se ele atravessa, entendeu? A lei dos orgânicos eu já disse por **C** do Ministério, que tem que mudar. Tem coisas que foram feitas num gabinete lá em Brasília, que desconhece completamente a realidade do produtor. Não sabem nada ficam lá sonhando: vão fazer as coisas! O produtor, ele

não tem tempo pra nada. Nem pra reuniões na cooperativa ele consegue vir. Como é que eu vou chamar reuniões uma vez por mês com todo o povo que tem que se deslocar lá de Maratá, de Uruguaiana, do raio que o parta? Ele não vem, ele não pode sair da produção. Ele tá lá atrolhado de serviço. Ele não tem a cultura da caneta. Ele tem a cultura da enxada. É por isso que eles me elegeram. Não sou produtora, não sobrecarregava.

Quantas Assembleias a Cooperativa realiza por ano?

Resposta: Uma por ano estatutariamente, no mês de março tava fazendo segunda que é o melhor dia pra eles que o domingo eles estão descansando da feira ou tem coisas pra arrumar no sítio. Segunda eles já sabiam que era sagrado. Mas era uma vez por ano.

Tinha rodízio nos cargos de direção?

Resposta: Não, porque eu fiquei três vezes, queriam me botar pela quarta. É difícil hoje tu arrumar gente que queira participar da direção. Exatamente por isso, por não ter nem tempo e, também, não ter a cultura da caneta. Agora ultimamente eu consegui o plenarinho do Ministério da Agricultura que a gente fazia lá as assembleia que eram mais centrais e a reunião do Conselho menor também. A gente fazia lá. O Conselho é o presidente, vice, secretário geral suplente tesoureiro e administrativo. Essa é a direção e normalmente eu sempre dizia que o suplente tem que estar presente igual não é porque ele a suplente que vai assumir quando o outro faltar. Não! Ele tem de estar a par de tudo, entende? Se faltar, falhar o titular ele está sabendo de tudo que está acontecendo. Não precisa tá chamando ele e fazendo histórico, um relatório para ele poder assumir e depois tu tem o Conselho Fiscal que são três membros e um suplente. Eram três e três. Mas não conseguia gente e cortamos um suplente só que vai substituir um dos três. Conselho educativo e social. Eu transformei num só também por motivos óbvios: não ter gente e também por uma junção transformar em social. O Outro conselho é o técnico que normalmente a gente tentava montar com os próprios técnicos da Cooperativa, técnico agrícola, agrícola, agrônomo dentro dessa linha.

Como faz o Planejamento estratégico?

Resposta: Eu fazia, apresentava o relatório da gestão toda anterior. Tudo o que foi feito lá tinha tudo tomado nota e o que nós pretendia fazer pra avançar pra próxima gestão. Depois de mim não teve mais. Dava cópia pra cada um com antecedência antes da assembleia, mudança de Estatuto. Eu mudei o estatuto diversas vezes. O Estatuto não pode ser uma coisa que paire no mundo. Tem que estar correspondendo. Isso só assembleia que pode fazer.

Qual percentual dos Ganhos

Resposta: Não. O nosso normalmente, a cooperativa não tem ganhos para a filiada. Ela tem sobras de final de ano que ela distribui equitativamente. Toda a Assembleia de março eu propunha que eles abrissem mão. Deixasse acumular mesmo que fosse pouquinho. Não valia a pena dá uma merreca de 50 centavos para cada um. Então deixava. Botava em ata que eles abriram mão daquelas sobras e ficava na caixinha. Nunca rateamos nada.

Tem plano de saúde na Cooperativa?

Resposta: Não

Educação?**Resposta:** Não**Apoio Financeiro?****Resposta:** Não só a taxa da Feira. Agora eu consegui uma emenda parlamentar de 100 mil do Dep. DM que eles decidiram (Em AG) que seria para a renovação das bancas das feiras. Que tava muito feia as bancas.**BLOCO IV – Estrutura do Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária****Valor do Cooperativismo?****Resposta:** Solidariedade. Sempre vai ter desiguais. Democracia é sempre relativo dependendo das pessoas tu tem que ter mais pulso, ser autoritária como já fui chamada por um filiado. Eu disse autoritária porque vocês não participam. Eu tenho que decidir termina decidindo sozinha. É Isso Fraternidade não tem pra mim. Não existe isso no mundo inteiro. Afora um filme que eu vi ontem sobre um médico que ia para a Etiópia, atender aquela pobreza lá, que coisa horrível! Depois ele foi pro Camboja também outro horror. Não! É um filme, mas ele mostrava a realidade do lugar Pobreza**Haiti?****Resposta:** Haiti até que tá bem agora. A Etiópia não são pessoas. Aquilo não é vida não são pessoas. Pessoas morrendo de fome. Sabe àquelas crianças da cabiúna grande puro osso, desnutridas, não tinham comida. Horrível, horrível,. Aí nessa fraternidade individual eu acredito.**Cooperativismo e ESS é diferente?****Resposta:** É diferente! Eu posso ser uma cooperativa e não ter economia solidária nem a nossa e aí economia solidária pode ser uma ONG, uma outra entidade, não precisa ser cooperativa. É o que mais os empresários fazem: Economia Solidária!
rsrsrsrsrsrsrsr**Cooperativismo x Ideologia****Resposta:** Tem diversas ideologias. Depende o que caricatura mais uma ou outra cooperativa. Depende da composição de seus membros. É isso que eu estou dizendo. Se reuniram prá... prá quê? Se juntam prá quê? Se a maioria se afinou, lá na Fundação, ela vai ter uma caricatura, uma característica de um tipo de idealismo. A nossa deveria ser ecológica, né?, porque ele se reúne com produtores que eram ou queriam ser orgânicos. Ecologia, não existe produtor orgânico é ecológico. Foi posto esse nome. Mas acho que foi um erro produtores orgânicos. Ecologia é tudo. É o planeta. É tu mesma. Eu não posso fumar. Não me considero uma total ecologista, porque eu fumo, né? Mais a ecologia é mental primeiro lugar depois ser no teu contato com a realidade. Tem sempre que estar te atualizando, te reciclando, sempre se preocupando com o planeta. O que eu faço. Eu vi um documentário sobre água ontem de noite e tô apavorada, realmente é uma riqueza limitada, não vai ter. A água vai terminar. O homem sempre inventa outra coisa, eu não sei, pra essa multidão nesse planeta. Não vai ter água. Esse documentário da Etiópia não tinha

água para beber.

Partidos políticos e cooperativismo?

Resposta: Traz pela despolitização de seus membros. Ninguém pode ser apolítico. Não existe apolítico, não existe anti-político. Todos nós somos políticos por natureza, como já dizia Aristóteles(?) Platão(?). Então, quando o sujeito fala é contra alguma coisa ele está sendo político, entendeu? Não gosto de partido! Ele está assumindo um partido quando ele diz isso. Então, assumindo uma ideologia. Se é um fascista, ele não sabe pela despolitização dele... pela alienação. Não existe nada apolítico. A nossa cooperativa é uma miscelânea, tem três de esquerda, mais o J de M o R da laranja lá de M, 2 fascistas de origem italiana. Como é que cada um anda nessa Feira e pensa que é o dono, descumpra as regras, isso aí tu só resolve com multa quando mandei aplicar por isso disseram (o que ela tá pensando?). Outros, despolitizados, oportunistas, religiosos, crentes, aí tem uma miscelânea.

A ideologia fortalece mais?

Resposta: Os que são anti alguma coisa, esse atrapalha porque ele tenta te boicotar... o teu trabalho... tenta como fizeram com as banca boicotá, miná, não deixa tu trabalhar. Imagina tu tem um radical na direção da minha cooperativa. Mas no mais a forma como um ajo com eles que é o bom radical não é...de que eles me viam todo sábado passando de banca em banca, vendo se tinha algum problema durante a semana eu resolvia o problema pra eles, ligava. Aí quando eu brigava com eles sabiam que eu estava brigando pela cooperativa, defendendo a cooperativa, porque aquilo que tava sendo feito alí prejudicava a cooperativa. Então eu era gritona, já falo alto por ser professora então, as vezes, eu perdia a paciência, porque são tudo adulto. Não tô falando com nenhuma criança. Então, as vezes, eu gritava e eles se queixavam dos meus gritos. Eu não grito com vocês. Grito pela Cooperativa. Tô defendendo a cooperativa.

Faz parcerias com outras Cooperativas?

Resposta: Tentamos fazer uma mudança na Feira homogênea do lado da ex-Colméia, da RAMA, eles nunca vieram, nunca aceitaram trabalhar conosco. (Toca o telefone pausa...).

Houve dificuldade em fazer parcerias Intercooperar?

Resposta: Não. Não. Nunca tentamos. A Cooperativa, até o momento que eu saiba, ela faz parte do Conselho de Agricultura da SMIC. Ela faz parte, fazia né ?, pois eu sube agora que ninguém tá indo. Faz parte do CEPORG do Ministério da Agricultura que é o Conselho de produção dos orgânicos, setor do ZC e eu, pela minha pessoa, eu procurei o F (Prefeito) e pedi pra ele criar um GT (Grupo de Trabalho) para estudar a volta da área Rural pra Porto Alegre. Então eu praticamente coordenava junto com o B, lá do CAD, lá essas reuniões, né? Era um Grupo de Trabalho nomeado por portaria. Ficamos dois anos e meio se reunindo com as secretarias afins da Prefeitura, com enormes boicotes de algumas secretarias que querem impedir a volta da área rural de Porto Alegre pra continuar aumentando os Condomínios, desmatando a área verde de Porto Alegre e depois entregamos para o prefeito (F). É isso aqui (área onde vive) é o pulmão verde da grande Porto Alegre. Essa área que nós tamo aqui é uma APA aqui, nem a massaria podia tá. Mas como

ela já esta(va) e conseguiu alvará antes ela tem direito. Ao que estava fica, né? Se não ela vai ter que ir lá pro Distrito Industrial da Restinga.

Divulga os princípios do Cooperativismo. PARA QUEM?

Resposta: Nós, depois que eu assumi, ficamos conhecidíssimos até em Brasília. Brasília, eu estive no Ministério da Agricultura ficamos. Hoje tu fala sobre a Cooperativa Arco Iris, eles fala, eu conheço. Outro dia eu liguei pro vereador aqui **MS**. Ele tava em férias, mas eu quero que ele faça, pense um projeto de lei, queria marcar uma hora com ele. O Projeto de lei esse, que eu to propondo, é a proibição do uso de agrotóxicos em Porto Alegre. E é possível, vender ali no mercado, tu não pode proibir, pois a gente tá no capitalismo, né?, a passagem dele.. Mas tu pode proibir de aplicar. Esse é um caminho. Eu não uso (óleo) soja. Só uso girassol, o menos possível, que dirá girassol é o menos pior, o milho ainda se usa agrotóxicos. E o assessor dele que me atendeu, disse que era da Cooperativa Arcoiris ela disse Bah! 'excelente o trabalho que vocês fazem. Tu fala assim, as pessoas já ouviram falar da cooperativa. Onde eu vou eu estou falando da Cooperativa.

Há intercooperação?

Resposta: A Unicooper fornece para a **P** (Massas). Eles vem de Santa Rosa aqui. Os filiados compram, nós não compramos. Porque não precisamos. Não vamos usar. Ela usa o nome da cooperativa, mas não usa o CNPJ da cooperativa. Aí tu tens que recolher o IR e aí já complica né.

Programa de formação

Resposta: Não, O máximo que eu consigo pra eles é no Instituto técnico agrícola da UFRGS e as boas práticas que eles tem de fazer de tanto em tanto tempo pra se renova e eu consigo, mais barato, pois tem que pagar se rateiam.

Só Cooperado?

Resposta: É eles que tem que fazer todos. Ele caduca de tanto em tanto tem de fazer de novo as boas práticas. Não sei se isso não tá dando dinheiro para alguém. Ou as boas práticas evoluem Taaanto! Que tem que fazer rrsrrsrrsrrs as boas práticas.

Ecosol regional, nacional Marx?

Resposta: Além de nós não fazer pela limitação que de fato a gente não é uma cooperativa. Eu não vejo no cooperativismo isso, hoje. Pode ter aí do MST, da Reforma agrária alguma coisa aí pro interior que eu desconheço. Tem, eu sei que tem, economia solidária com pessoal da agricultura familiar, mas ainda incipiente.

Apoiam grupos culturais?

Resposta: Não tem dinheiro. O que eles querem é dinheiro.

Fazem pesquisa para inovação?

Resposta: Não. Máximo que a gente faz é um folder sobre nossos próprios produtos para distribuir como uma coisa saudável.

V BLOCO – Cenário Nacional e Internacional relação com o Estado Cooperativismo e economia solidária

Sistema do capital e o cooperativismo?

Resposta: Se é cooperativa, tá dentro do capitalismo, tem que obedecer as regras. Romantismo – essa fase que o capitalismo tá, hoje. Ela não é um capitalismo industrial ela é um capitalismo financeiro. Pro empresário que tem dinheiro é mais rentável pra ele aplicar na bolsa do que abrir uma indústria e oferecer emprego. Então, muitos desempregados estão procurando se formar em cooperativas, se juntar as suas misérias, sua pobreza para ver se conseguem alguma coisa. Principalmente a Cootravipa, por exemplo, que eu acho que tu tem de entrevistar alguém de lá. Essa que faz a limpeza de rua que presta serviço pro DMLU. Ela foi contratada pelo DMLU, se não me engano, sem licitação porque é um espaço de trabalhadores. Agora se essas Cooperativas distribuem o que ela recebe? Se o gari não é simplesmente um empregado da Cooperativa, entendeu? E não filiado participante. Ele pode ser lá porque o estatuto, mas eu não sei se a cooperativa tá devolvendo isto, os serviços que ela presta. Tem muita coisa por traz que a gente não sabe. Os garis são todos semianalfabetos, tão desesperados para fazer qualquer coisa. Os garis que recolhem aqui dizem que eles ganham muito bem. Não sei o que é esse muito bem deles. Deve ser dois salários mínimos. Tu tens as cooperativas dos grandes como é no capitalismo. Isso é o capitalismo e tem as cooperativas dos miseráveis se reúne para ver se consegue. Jardinagem tem cooperativa. Tua chama aqui a cooperativa ele manda aqui o jardineiro pra cortar a tua grama, pra plantar umas coisas. Essa cooperativa existe hoje pela falha do capitalismo financeiro não tá abrindo novos empregos.

Relação com o Estado

Resposta: Não tem nenhuma. Eu que me instruo. Abro a Internet. A nossa cooperativa não tem...Tem aquelas relações que eu fiz com o governo federal, estadual e municipal. A Cooperativa foi convidada para tomar café com o governador Tarso Genro no Palácio enquanto cooperativa. Coisas assim, então a Cooperativa se tornou conhecida e convidada pela importância que a gente conseguiu dar pra cooperativa.

MAPA, SENAES, SDR

Resposta: Funciona porque eu fazia funcionar eu pessoa **LM** tinha o cartãozinho da cooperativa com meu nome de presidente e apresentava e era convidada como pessoa. Era a cooperativa que estava sendo convidada. Era a cooperativa que estava sendo convidada. E eu também ia atrás. Fazia reuniões com partido, reuniões com Assembleia (legislativa). Sempre na luta de que beneficiava a ARCOIRIS. Mas sempre por iniciativa minha. Eu saí... tá tudo parado. Não existe mais nada.

Congresso Nacional x Cooperativismo

Resposta: Não tem contrário nem a favor. Somos ignorados. Por um ou outro deputado que veio do cooperativismo ou veio de uma região de alemães onde tinha bastante cooperativa. Ele faz alguma coisa pelo município dele, pelas comunidades cooperativa dele. Se isso atingir todas as cooperativas ótimo. Nós tínhamos encontros nacionais do cooperativismo. Não tenho mais escutado. Alí se rediscutia,

estatuto, legislação, o que tem que atualizar. A lei não é perene. A lei nenhuma lei é perene. Ela tem que sofrer transformações. Conforme diz aquela musiquinha 'nada o que parece ser o que é, tudo se transforma'. Tudo é movimento, então uma lei não pode ficar fixada no papel lá. Como a lei dos orgânicos. Tem que ser revista, mas não mexeram aonde eu queria que mexesse, não. Quando fiquei sabendo que ia ter, a Cooperativa não tinha dinheiro pra passagem nem eu... ia pagar do meu bolso. Porque a pau e corda que eles pagavam a gasolina que eu ia pra reuniões. E não fui, mas sei que houve mudanças. Já na lei dos orgânicos... de produtores, mas esse direito do consumidor – venda direta do produtor ao consumidor não mexeram. Tem que mexer.

Judiciário

Resposta: A lei trabalhista tá acima da lei das cooperativas. Tu é filiado, aí tu não tem direito o FGTS, o INSS, não sei o quê. Porque tu e filiados do..., tu é um cooperado não existe a lei trabalhista, baixa na hora. O juiz baixa a lei trabalhista e aí a cooperativa vai ter que indenizar o funcionário o tempo todo. Nós aqui, o funcionário que nós tinha nós assinarmos a carteira, pagávamos, recolhia tudo o que manda porque sabia que lá na frente ia estourar se quisesse entrar contra. Uma cooperativa é nada mais nada menos que uma empresa. Como qualquer empresário tipo Odebretch porque concorre. Ela pode concorrer. Ela é uma empresa capitalista. Inclusive todo regramento dela é capitalista; As regras do capitalismo. Igual a uma empresa comum...Porque não metem a mão nessa Odebretch antes porque passaram até, hoje. Eu não posso mais confiar no médico, no juiz, no advogado. Em quem é que tu vai confiar? Hoje em ti mesmo. Tu depende só de ti. Nem dum filho da P... as vezes não da pra depender. Esperar alguma coisa.

MPT

Resposta: Muito legalista. Não enxerga os meandros. Tem um poder de parar tudo na sociedade. A Justiça já se entrar com processo lá na frente de um juiz ele vai ter que decidir. Agora o MPT toma iniciativas. Não é chamado e ele vem. Se mete em tudo. Devia ter dois MP, um ligado a dinheiro público que está sendo desviado e sendo posto no bolso de administradores corruptos. Até da saúde tão roubando agora. Outro MP defendeu o cidadão eu, tu que somos lesados. Como aquele advogado que entrava lá com as ações previdenciárias lá na justiça e recebia ele não pagava o cliente. Pergunta? Não. Quem estraga o ser humano é o capitalismo. Por isso temos de ser anticapitalistas. Dentro dele só nasce o que ele quer. Não adianta tu lutar por uma cooperativa diferente, romântica que não vai se sustentar. Ah tem que obedecer as regras do capitalismo pra se sustentar. Acabou! E não fazendo um socialismo C que vai resolver. O Trotski já dizia C é a mudança do homem, não é um sistema. É um novo homem, portanto quando a maior parte da humanidade não quizeses ser lobo do homem é que ela estará pronta para eleger um novo modelo econômico, político, social, né? A igualdade dos negros. Com pensar um Comunismo com tanta gente racista. Ou muda ou deixa de ser racista internamente tipo: "ah, eu não faço mais nada contra negro não, mas continua sendo antinegro"

Quem pode produzir essa mudança?

Resposta: Deus rsrsrsrsrsrs. Marx Engels, o único que pode mudar é ler o capital de

Marx e Engels. Acreditar na natureza em si mesmo, no próximo não um ente fora desse planeta que não sei se existe; onde é que mora? Aqui ele não pisa.

Obrigado!

ENTREVISTA 4

Local: na Sede – Porto Alegre/RS

Data: 27/01/2015

Hora: 16h00

BLOCO I – Identificação

Cooperativa de Trabalho com 1750 cooperados.

Profissão: Soldador

Instrução: 1º grau completo

Idade: 59 anos

Nascido em Caxias do Sul

Como a Cooperativa aparecer em sua trajetória profissional?

Resposta: A Coopravipa vem de uma história assim bem marcante. Há 30 anos atrás não havia trabalho em Porto Alegre onde um grupo de pessoas resolveram com essa dificuldade, começaram a montar não uma cooperativa, mas sim um grupo de pessoas pra trabalhar unido, porque um não conseguia trabalhar sozinho. E viram que num grupo de 10,15 conseguia trabalhar unido e ai surgiu a ideia da cooperativa. Naquela época era muito difícil a documentação da Cooperativa era via INCRA (Instituto Nacional do Colonização e Reforma Agrária) tinha de ir pra Brasília. Ai 3,4 anos essa documentação, essa briga (luta) foi persistência ate conseguirmos o registro de Cooperativa.

BLOCO II – Atuação Individual na Cooperativa

Qual a principal razão que lhe levou a participar da Cooperativa?

Resposta: Na minha profissão como soldador eu montava (palco de) teatro e viajava o Brasil todo e quando cheguei em Porto Alegre – que eu viajava e voltava de 60, 30, 60 dias voltava pra cá – quando cheguei aqui me convidaram para fazer parte da Cooperativa e eu, por curiosidade, fui fazer parte desta diretoria e alí foi acontecendo algumas mudanças que eu já tinha enxergado lá fora, no mundo, trouxe pra cá e, de repente, as coisas começaram a se transformar, nessa época muito rápido. Que uma coisa é certa o cooperativismo a máquina mais importante que faz rodar uma engrenagem de uma cooperativa são as pessoas. Se as pessoas não tiver consciência, não tiver educação, não tiver o prazer de estar numa cooperativa, não existe cooperativa.

Como ascendeu a cargos diretivos?

Resposta: O meu primeiro mandato foi complicado porque alí um dos diretores saiu e aí quando eu cheguei, pois sou sócio-fundador um dos 22 socios-fundadores, paguei a Cooperativa e fiquei uns quatro anos fora ... tava viajando. Aí quando voltei um dos diretores tinha saído me convidaram. De lá pra cá não larguei mais. Foi entrando no sangue e se tornou doença cooperativista.

Como é a Estrutura da Cooperativa?

Resposta: A Cooperativa ela ganha contratos, ganha contratos internos e contratos externo. Os externos são contratos como o que a gente tem com o DMLU. Então nos temos que estar na cidade. Do extremo sul, o Lami ao Porto Seco. Então não dá

pra gente para ter um local fixo no Centro, um Bairro para distribuir tudo isso é impossível. Então cada Bairro desse tem uma capatazia, um setor onde o sócio chega, leva a marmita, vai esquentando, troca de roupa, deixa a roupa dele lá pega o ônibus pra fazer aquele Bairro na Região. Então é distribuídos em Bairro, os Núcleos tem grupo de, por exemplo, no Centro nos temos 350 pessoas só no Centro e nos temos duas capatazias uma na República, outra no Fim da Farrapos. Alí perto da Rodoviária. que é para distribuir o pessoal na área Central. E depois nos outros Bairros que é Norte, Nordeste, Ilha da Pintada, e assim Extremo Sul, Leste, Lami e Tal.

Quantas Cooperadas (os)?

Resposta: Já tivemos 3300, hoje tem 1700,1800.

Distribuição por sexo

Resposta: Não existe essa distribuição radical, por exemplo, nos temos contrato de ajudante de caminhão. Já tem algumas mulheres que estão fazendo esse serviço. Então não é específico do homem, específico da mulher. A cooperativa, hoje na cooperativa 85% é mulher. E eu vou te dizer que não são mulherzinha, são mulherão que essas mulher são. A maior parte delas são sozinha com cinco, seis filhos. Tem que trabalhar pra sustentar os filhos que cresce. É problema de doença. É problema. Então, são supermulheres e demonstrando que tem capacidade de agarrar sozinho.

Idades?

Resposta:

18 -25 – grande parte

26 – 40 tem bastante

41 -50

Essas de 50,55,60

Não tem mais aquela agilidade, mas tem experiência para auxiliar os mais novos.

Aprendiz?

Resposta: O que nos fizemos nós não chamamos de aprendiz. Na questão da roçada ninguém nasce sabendo operar uma roçadeira. Então nos temos um curso dentro da própria Sthil. Onde a gente compra esse equipamento. A gente forma os grupo de 10 ou de 15 e manda eles tirar esse curso e vem aqui pra exercer aqui na rua. Pessoal ... o nosso pessoal da curso dentro da cooperativa, a gente da curso de meio ambiente, de vegetação. Tudo na nossa sede lá na Pitinga. Então de dois em dois meses eles vão pra lá para se reciclado nesta área.

Bloco III – Funcionamento (e Gestão) da Cooperativa

Cooperativa Urbano ou Rural?

Resposta: É Urbana

Que tipos de trabalho já fez na Cooperativa?

Resposta: Eu vou te dizer uma coisa, eu já fiz todos os trabalho. A gente trabalha aqui na cooperativa 24 horas por dia. Tem grupos de dia, tem grupos da intermediária que pega as 5, grupo que pega a meia noite e solta as 06h00 – das 08h00 até o meio dia. Assim é 24h00. Durante 365 dias por ano. É natal, Ano Novo e festa. Sempre tem gente da Cootravipa lá cobrindo esses eventos. Ninguém da

importância, mas qualquer tipo de evento no Gasômetro sai 3,4 toneladas de lixo, copo, garrafa. Se isso não ocorre na rua a cidade é prejudicada, a crítica existe e nós temos um contrato para cumprir. Mais aqui dentro, a noite e intermediaria e dia na realidade em todas as formações eu estou presente.

Cargos que ocupou?

Resposta: Diretor administrativo 3 vezes e agora Presidente 3 mandatos.

Como é a distribuição dos trabalhos?

Resposta: A gente tem uma demanda de serviço em toda a cidade e aí quando a demanda, por exemplo, agora tem uma demanda elevada no Extremo sul, que é praia, calor, então tem que ter mais gente lá. Por exemplo, essas pessoas que estão aqui hoje tudo para fazer uma entrevista. O que é uma cooperativa? O que não é? Pra onde elas vão? Qual o ganho delas? Quem vai fazer treinamento de máquinas? Quem não vai? Quem vai pra vassoura? Quem vai pra ajudante de caminhão?... tudo alí. E tem um preço diferenciado neste contrato e elas já saem daqui sabendo pra onde elas vão irão receber um treinamento que é dado pelo Líder ou o Coordenador que tá na frente de trabalho.

Trabalham perto de onde moram?

Resposta: Muitos a gente tenta encaixar. 50% desse pessoal trabalha perto de sua região e aqueles que não consegue, porque não tem naquele lugar e tem noutro noutro lugar, nos temos frota de ônibus que faz a rótula (rota) de ônibus que passa pegando. E quando isso não existe eles ganham o vale transporte. Ela já sai daqui sabendo pra onde elas vão e lá vão receber.

Como são afixados os valores das retiradas?

Resposta: \$ é por contrato. Nós fizemos uma planilha dependendo do contrato que a gente tem que participar da licitação. E hoje, o maior crime que eles estão fazendo é essa modalidade de pregão eletrônico que é o menor preço. Aí tem empresa que não tem nome nenhum, não tem experiência nenhuma no mercado vai lá e 'queima' o trabalho do trabalhador, 'queima' o serviço do trabalhador. Então o trabalhador ... então o trabalhador não vai ganhar 2 mil, ele vai ganhar 500 reais porque essa microempresa vai lá e 'queima' o preço dele e ainda fica com o contrato. Trabalha 3,4 meses e abandona. Então, isso é a maior sacanagem que eles fazem com o trabalhador.

Quem define os valores do cooperados?

Resposta: A assembleia participa de tudo do projeto anual da cooperativa, quer dizer, a gente pretende pegar 5,6 contratos e, então, mudou a regra porque agora a grande maioria é por tomada de preço eletrônico. Então, tu não tem um preço fixo pra determinar. Ou tu vai lá e vai até teu limite e tu sai fora quando começa a baixar demais ou ganha e depois. É determinado numa planilha os valores e depois isso e repassado, então, em Assembleia. Esse contrato tá...tá nesse percentual por causa do pregão eletrônico. Ficamos em primeiro lugar, assim. O segundo lugar botou tanto. Se não nós ia perder. Então é esclarecido pra eles lá no setor, lá na assembleia pra ficar todo mundo sabendo da situação. Isso mudou muito e se seguir pela lá...na assembleia e se levar todo mundo pronta assembleia vamos participar daquela licitação. Não vamos pedir 5 mil não vai pra perder. Então, nem vai ... vai gastar em documentos, vai gastar em documentação e não vai ganhar.

Quantas Assembleias por ano?

Resposta: Agora nós temos duas, a Extraordinária (ordinária) e essa especial que é pra 'defumar' todas as questões da Cooperativa. Como funciona como não funciona, o final do ano, quantos contratos....

Tem rodízio?

Resposta: Não, não existe rodízio. Tendo a eleição tem um presidente, um secretário e um administrativo. São 3 isso fica até o final desse mandato. O próximo pode alterar, por exemplo. Meu vice, primeiro foi o Gerson que tá trabalhando comigo aqui é diretor secretário e outro rapaz que não tá mais diretor administrativo. O próximo mandato veio a Isabel que hoje aqui é telefonista e veio a Clarice que hoje não tá aqui. E no meu terceiro veio a Eunice que está aqui e uma das representantes dos contratos internos, responsável pelos contratos internos e agora veio a Elocy que era cozinheira e também líder e coordenadora dos contratos junto com a Clarice que também trabalha nos contratos internos.

Quantos mandatos

Resposta: 3 mandato agora

O Planejamento como é feito? Contratam alguém de fora?

Resposta: Não, não. Tudo é feito por nós. A gente senta, primeiro senta a diretoria, cria uma meta de projetos pra o ano. Onde vamos chegar? E que maneira vamos chegar? Depois chamamos o jurídico. Oh, nós pretendemos isso aqui. Isso é possível? O que não é possível? Depois chamamos o Conselho de Ética. Olha, a intenção é essa aqui. Esse aqui é o projeto tal. Todo mundo concorda? Concorda! Então a gente passa isso na Assembleia. Não para trazer todo mundo pra participar ... aí vira uma... Não tem como fazer isso. Porque não é 2,3,5 são 1750 (cooperados) .

Qual % de recurso vai pros contratos?

Resposta: O setor financeiro faz essa planilha e nos apresenta e a gente começa a fazer as perguntas. Se é possível? Se não é possível? Como vai se determinar esse contrato? O que que sai daquele percentual pra ferramenta, que sai pra equipamento, que sai pra material? Então depois dessa planilha composta vem a definição. Da retirada do associado. Junto a retirada dele tem que ser no mínimo o salário mínimo regional, nacional, federal ou mais. No mínimo. Junto com insalubridade, vale transporte, vale alimentação. Então aí já dá um acréscimo lá encima né?

Há Debate sobre ganhos?

Resposta: Não. Às vezes realmente acontece às vezes, algum bate-papo. Bah, mas eu recebo, mas não dá pra comprar isso, não dá pra comprar aquilo. Realmente isso acontece em qualquer lugar. Mas existe e é legal acontecer isso. Porque eu vou em todos os setores todos os meses, conheço todos os associados. Cumprimento todos os associados. Eu sei o que eles comem e o que eles deixaram de comer é uma coisa fantástica. Tem contrato novo pra nós? Tem por exemplo agora ganhamo um contrato no Hospital Presidente Vargas, vai precisar de eletricista. Nós não tinha eletricista formado, então, muita gente já estão tirando esse curso técnico de eletricista. Um eletricista lá no Hospital tá ganhando três mil de baixa tensão e seis

mil de alta (tensão). E nós temos os dois, então, esse tipo de contrato profissional serve de incentivo para aqueles contratos que é lá de baixo. Da base. Então, tu pode tá lá na base, tu tem que suar a camisa durante o dia e tem que estudar. Fazer um curso técnico. De cozinheiro a gente teve em parceria com o SESCOOP. Cozinheiros e outras coisas, então, incentiva também aquele cooperado que não tem qualificação nenhuma a fazer um curso técnico para chegar nesse objetivo de ganhar mais tentar melhorar mais sua família.

Tem plano de saúde?

Resposta: Sim temos o nosso médico aqui. Antes era dentro da cooperativa, agora é aqui do ladinho. Aqui na segunda porta.

Educação

Resposta: Temos dado pelo nosso grupo de assistência técnica

Pronatec?

Resposta: Não.

Apoio financeiro?

Resposta: Não temos esse fundo. Nós tinha um convenio com o Banrisul, mas anda havendo alguns alguns problemas e o Banrisul tá (re) estudando de novo a situação da Cootravipa para esse benefício ao associado. Então, ele tem que estar trabalhando. Vem aqui encima aí a gente vê a ficha dele. Quanto tempo ele tá. Não tem falta. É correto. Então, daí a gente faz um documento ele vai ao Banrisul pega um troquinho ao Zero de juro. Então isso é vantajoso para ele. Mas na realidade a cooperativa não tem Recurso nesse fundo. Já teve, aí as coisas foram apertando, apertando. Então esse fundo no momento não existe.

BLOCO IV – Estrutura do Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária

Quais valores identificam o Cooperativismo?

Resposta: Todos Democracia, igualdade, solidariedade e fraternidade. Acho que todos esse itens aí comportam o cooperativismo. Todos esses itens comportam sim o cooperativismo

Cooperativismo e Economia solidária são iguais?

Resposta: Se relacionam, mas a identidade é um pouco diferente.

Relações internacionais, locais regionais nacionais?

Resposta: Não eu até vou te falar uma coisa bem sincera. Eu também eu fui 3 anos presidente da Federação das Cooperativas. E o tempo que eu fui a trais eu aprendi muita coisa que na realidade existem aquelas cooperativas que só acham pra si. Sem ver o que a outra cooperativa precisa ver esse que precisa e se todos se unirem seria uma força fantástica. Então, isso eu vi pessoalmente e aprendi que não existe. Uma coisa é tu ir na faculdade e no curso de cooperativismo eles te falar tudo isso. E depois outra coisa é tu sai aí pro mundo na realidade que tu vai ver o que é. Não existe isso. Mas claro que a cooperativa quer sim parceria com outras cooperativas pra se inter-relacionar na verdade o que é lá, o que não é aqui. Quando

eu tava na Federação eu fiz três viagens, uma pro Uruguai e duas pra Argentina. Levei 30,40 cooperativas. Diretores e enfim pessoal das cooperativas do RS. Pra ver como lá é diferente daqui. Então, nós temos que aprender muita coisa ainda em relação a isso. Então, e com certeza, apesar de ser cooperativa ela é uma EMPRESA e tem que ser administrada como tal. Hoje em dia se tu não tiver capital tu não participa. Uma cooperativa de trabalho não participa de uma licitação aí no Aeroporto, que é de cinco milhões de dólares por ano. Então pra participar tu tem que ter um maquinário fantástico. Tu tem que investir e hoje não existe essa integração das Cooperativas e até da Organização, fazer um guarda-chuvas pra poder participar e distribuir essas tarefas entre as Cooperativas também. Empresa de pessoas sofre porque não tem capital (Toca o telefone – não atende e continua). Essa situação ela é complicada pras cooperativas..... concorre com empresas. E as empresas são poderosas. Elas vem de São Paulo, do Rio, de Minas, de Curitiba e vem aqui com um poder de capital Fantástico. E a gente não pode ficar com inveja delas. Elas, por determinação delas, elas conseguiram, por acionistas por isso ou aquilo. Então, eu vejo que o cooperativismo, ele tem que se fortificar e tem que se unir, tem que existir cooperativas de trabalho urbano ou não. Mas por outro lado nos temos uma cooperativa que um Banco Sicredi, onde deveria enxergar as cooperativas, participar da gestão junto, junto com Ocergs que quando pintar uma licitação e a cooperativa bater na porta alí deles, e eles leva o edital, lê o edital. Tem que existir um tanto aqui pra participar. Então, nós vamos participar, nos vamos se ganhar o Sicredi vai dar essa cobertura pra cooperativa. Porque esse contrato é de 60 meses e em 36 meses vocês pagam tudo o que pediram. Então, isso é integração, isso é gestão; Eu vou te dizer aí sim seria o cooperativismo. Mas ainda difícil de acontecer isso, as pessoas não enxergam e outras pessoas tem medo. No serviço público trabalha 60 pra receber 30 e aí se tu não tiver um parceiro?

A identidade ideológica atrapalha ou ajuda a cooperativa?

Resposta: Isso ajuda, isso ajuda. Na realidade não existe uma identidade, tanto de esquerda como de direita depende das pessoas. Tem pessoas de esquerda que acredita e tem pessoas de esquerda que não acredita. Tem pessoas de direita que acredita e tem pessoas de direita que não acredita. Porque a formação deles foram criados num mundo CLT e aí não adianta tu querer discutir cooperativismo, dizer que é bom que é solidário. Isso eles não acreditam. Eles só entendem a CLT que tá aí há quantos anos, já defasada.

Com menos qualificação técnica e sem qualificação nenhuma tem condições sim do grupo de enfrentar trabalho e realizar suas tarefas e ainda de barganha? Na verdade o trabalho mudou muito, teve uma revolução muito grande. Tu vê em SP a mulher entrou em uma profissão machista que é na construção civil. Antes, era só homem. Agora não. Agora, a mulher tá entrando e tá entrando muito bem. Porque existe máquina pra salpicar, máquina pra largar massa com reboco. A mulher já tá fazendo parede de azulejos assentado os pisos, eletricitista. Então, ela tá entrando nesse campo e aqui no RS também isso tá acontecendo. Tem muita possibilidade sim das cooperativas crescer. Claro que sempre tem que ter alguém que acredite né.

Identidade de resistência

Resposta: Porque na realidade teve aí um ano e meio, mais ou menos... um ano e meio dois anos atrás começou a se dismantelar um cartel de cooperativas fajuta que entravam, defamavam, não pagavam, recebiam, enfim era uma exploração total da mão de outra cooperada dessas cooperativas. E isso defamou muito o nome do

cooperativismo então tem alguns grupos, algumas prefeituras que reagem muito. Elas ficam temerosas quando fala que a cooperativa vai participar. Mas quem é essa cooperativa? De que maneira é? Por isso é importante a (re)educação cooperativista. Essa é fantástico porque ela qualquer pessoa qualquer cidadão na hora da dificuldade ele entra na cooperativa. Mas ele não conhece a cooperativa . Ele só sabe que não assina carteira. Então ele sai daqui. Ele vai pro lugar onde tem outras empresas trabalhando com outras pessoas celetistas e todos vão conversar e vão perguntar pra ele: onde é que tu está trabalhando? Eu to lá numa cooperativa. Cooperativa, mas como é uma cooperativa? Eu nunca ouvi falar!!!! Não. Não, não assina carteira. Aí não assina carteira não é? Tem que falar isso com autonomia e dar todas as respostas cabíveis pra aquela pessoa que não conhece cooperativismo. Então ele vai ser o porta-voz da cooperativa lá no seu setor de trabalho da cooperativa.

Dizem que a Cooperativa não paga imposto?

Resposta: Ah não paga. Nós somos o maior 'acionista' do INSS em todos os lados.

Participou de movimentos sociais?

Resposta: Já participei de algumas reuniões, mas eu tinha uma visão diferenciada e aí deixava de lado. As vezes escutava que a gente tem muito mais que escutar do que falar rrsrrsrrs.

A Ideologia atrapalha?

Resposta: Não atrapalha porque é o seguinte: Oh, eu vou te falar uma coisa, bem certa. Um dirigente de cooperativa ou não sendo de cooperativa. Se ele for nojento. Ele pode ser inteligente demais, ele ter cursos e cursos cabíveis, mas se ele for arrogante, nojento, ele não abre porta nenhuma. Ele bate e a porta não abre. Então ele tem que saber entender todas as políticas e se relacionar bem com todos os partidos políticos tudo se é de direita ou de esquerda não importa. Ele tem que ter um relacionamento correto né. De trabalho. Assim a cooperativa, a empresa recebera as portas abertas. E porque o nosso Brasil é assim. Ele é parlamento. Então os interesses de alguns é que faz a dificuldade. Bah, nós já ganhamos contratos de empresas que quebraram e a gente foi chamado pra assumir e fomos lá e demonstramos que nossos serviços eram dez vezes melhor que aquela empresa que quebrou. A oportunidade de mercado e assim por diante.

Contratam por CLT por não dar conta de um trabalho?

Resposta: Não graças a Deus nunca aconteceu

Sobre a divulgação dos princípios cooperativistas para quem?

Resposta: O nosso foco é com o nosso cooperado. Ele é o nosso rádio boca-a-boca. Que se não tiver bem instruído, ele vai falar mal da cooperativa. Então um princípio de uma cooperativa é ter seu cooperado bem informado. Bem focado no trabalho e no sistema da Cooperativa. Porque pra ti fazer um anuncio hoje numa TV olha a fortuna que é. Pra ti fazer um anúncio no rádio também não é barato. Então nada melhor que o tomador conhecer a nossa cooperativa através do cooperado e através do trabalho de divulgação e de ensino do nosso departamento de educação que é a Sara e a Béti e a Margareth também. Então esse trabalho é fundamental pra que esse rádio pião ele funcione em todas as dimensões da cidade.

Mais interno ou externo?

Resposta: Interno

E formação Profissional?

Resposta: Esse cara sim ele pode correr atrás através de nossos contatos de ele fazer esse curso de formação profissional.

O cooperado recebe incentivo?

Resposta: Com certeza no momento que tu tá trabalhando e ganha 1000 reais e teu colega do lado que tinha menos oportunidade que tu tirou um cursos e passou a ganhar 5000 reais. O que tu vai pensar na tua cabeça? Eu vou tirar esse curso também e eu vou ficar aqui no banco de espera e eu sou o próximo da lista. Isso é um incentivo, isso é a vida do cooperado que tá ali, que todo mundo, apesar de ser cooperativa e não ser empresa, eles tão porque eles precisam o bem estar de sua família. Eles precisam fazer uma casinha, fazer um barraco, um banheiro. Conseguiram isso. E agora a gente foi contemplado com 360 casas do minha casa minha vida. O projeto já esta andando e vai ser alí perto do Chapéu do Sol. Já passou por vários estágios e já vai entrar na área da terraplanagem. Então, nos temos 360 cooperados batendo palma já pra entrar pra dentro de sua casa, seu apartamento, dentro desse loteamento então quer dizer aproveita menos a oportunidade que tava aí no mercado. Entramos e fomos contemplados. Então isso são vitórias que a cooperativa conquista em prol do seu cooperado.

BLOCO V – O cenário nacional e internacional: a relação entre o Estado capitalista e o Cooperativismo e Empreendimentos de Economia Solidária

Mondragon?

Resposta: Há dez anos eu tive em Mondragon e vim de lá abismado com a força do poder financeiro das cooperativas. É um complexo de cooperativas de produção e uma depende da outra. Então, isso é a força que eu ti falei que esta faltando pra nós aqui. No momento que nos tiver numa agência se é privada, se é cooperativa que acredita no sistema cooperativista. Um dia que tiver alguém responsável por alguma entidade do SESCOOP, OCERGS, e FETRALHO que também vamos falar todas essas tem força. Só tem que articular de que maneira essa força vai ser botada pra fora em prol das cooperativas. Aí sim, as cooperativas de trabalho, as cooperativas de produção poderão chegar num estágio a 1% de Mondragon. Eles estão há 100 anos na nossa Frente e a gente está gatinhando ainda em relação a eles. Por isso que eu te disse, se a gente não tiver, primeiro, força de vontade de acreditar no sistema não vai dar certo. Mas, também, se a gente não tiver órgãos ou entidades que apoie as cooperativas elas não vão sair do seu bercinho. Vão ficar ali e um dia ou outro vão morrer. Porque se não crescer o mercado é assim, tu tem de correr atrás. Tu tem que se fortificar, tem que trabalhar, tu tem que buscar melhores contratos. Se não tava, tu bota todo mundo na faculdade, vai botar uma escola a intenção é essa, apesar de ser uma cooperativa. O mercado taí. O mercado é competitivo e a cooperativa se não se qualificar ela não vai aguentar. Ela vai desaparecer hoje ou amanhã. Porque tá tudo muito rápido, então, nos precisamos de alguém que enxergue isso.

\$ Capitalismo?

Resposta: Bom eu vejo o seguinte que o cooperativismo ele é forte no Brasil, em alguns estados fraco ... em alguns estados. Mas nós temos como é uma democracia. Na democracia a gente tem que fazer parte, se fazer presente. Acredito que nossas entidades como Ocergs, Sescop, Fetrabalho deveriam buscar perante a frente parlamentar brasileira tanto no Senado, bem como lá com os deputados um espaço para ter uma entrada entre uma participação no BNDES. Que ajuda tantas empresas multinacionais muito grandes. Porque não ajuda o Cooperativismo brasileiro? Nós temos renascer no seio da sociedade, sem qualificação tentando busca alguma coisa no mercado e ali há gente que não enxerga que nós temos que pegar essas pessoas, que tem de botar nossas entidades pra perto pra ter uma participação. As nossas entidades Ocergs, Sescop, Fetrabalho uma participação no BNDES pra esse vim e ajudar as Cooperativas aí sim ... a Cooperativa ... aí sim a cooperativa Cootravipa ou qualquer outra cooperativa que seja legalmente cadastrada no seu sistema e fazendo coisas legais como manda a lei, participar de uma licitação. Olha vai ter de gastar um milhão de reais aqui nessa licitação pra comprar de maquinário, caminhão disso e daquilo e poder pagar durante o contrato mais isso tu tem que ter força de vontade na realidade. Se não tiver política no Brasil tu não vai a lugar nenhum. Então a Cooperativa tem que se fragrar que ele tem força. Só tá faltando alguém. Só ta faltando um mentor pra isso acontecer. Pessoas capacitadas nos temos. Pessoas com poder político nos temos. Só falta sentar e organizar e botar um projeto lindo desses na mesa pra viabilizar junto a Brasília a participação das nossas entidades lá no BNDES. Dinheiro vai pra tudo que é lugar. Menos pro sistema cooperativista. Bom uma cooperativa pesquisa ... comprar três carros pra participar de uma licitação. Não consegue porque não tem bens não tem isso não tem aquilo. Então, já tá perdido. Então, nem perde tempo, já pega o edital e já bota fora. Então, isso tem que mudar.

Edital DEP pede isso mesmo três carros?

Resposta: É verdade tu fica fora são coisas que tá ali no meio, então, querendo ou não hoje o capital ele tem que estar previsto, dentro de uma cooperativa poder participar chegar a algum lugar, demonstrar qualidade que não é possível que vamos fazer tem que ter uma oportunidade de entrar.

E o Estado com as Cooperativas?

Resposta: A nossa lei ela é muito morosa. Agora vem essa nova lei aí. Vamos ver como é que se comporta. Uma coisa que tem que existir é uma discussão. As nossas entidades representativa que é a Ocergs, Sescop, Fetrabalho tem que chegar no escalão e dos juizes para explicar pra eles que quando eles estudaram não tinha cooperativismo e hoje existe, então, é uma lei cooperativista. É uma forma diferenciada que existe para eles pelo menos não atrapalhar as cooperativas e deixar elas trabalhar corretamente. Porque as que não fazem corretamente tem que pagar pelos seus atos, mas aquelas que trabalham corretamente pelo menos pra não dificultar algumas coisas.

O MPT faz os TACs?

Resposta: Por isso que eu to dizendo a importância das nossa entidades representativas. A importância delas divulgar, chegar até essas entidades MP pra poder ter um debate a respeito das cooperativas, o que é o que não é. Olha o que significa a lei, na verdade eles estão lá pra ver quem faz o bem pros trabalhadores e

quem faz o mal e eles já pegaram por tudo o que eles sobrou de restígios de coisas mais que a cooperativa má fizeram isso fica espinhando ainda muito tempo. Por isso que tem que ter as coisas boas para acabar com estes restígios. E aí quem é o cara mais importante nisso, no momento, é o associado. Se ele não tiver uma boa educação aí realmente a coisa tá complicada.

Empresa é honesta Cooperativa é falcatrua?

Resposta: Por isso bato na tecla tem que chamar essas caras. Tem que fazer seminário com essas caras, chamar gente importante do Brasil porque se fizer só nós aqui eles não vão. São arrogante! Quem é que vai lá, vai o presidente da Cootravipa, vai o Virgilio... agora se vier um ministro, se vier alguém de Brasília, Olha! Então nós temos que se inteligente nessa matéria. Temos que investir nisso.

O cooperativismo te faz sentir um ser humano diferente?

Resposta: Com certeza uma das coisa bem legais que este tempo todo na cooperativa já passaram umas 20, 30 mil pessoas que a cooperativa de uma maneira ou de outra foi um alavanco na vida deles. Que botei estudar, lá na faculdade. Que saíram de lá criaram asas. Tão no mundo, no Banco do Brasil e tal. Tive um diretor meu que veio pra cá ele era motoboy foi meu diretor. Eu disse cara vai estudar. Foi estudou, gostou fez faculdade passou em tuuuddo e fez teste no Banco do Brasil e me disse passei. Eu disse meus parabéns, deixa eu te dar um abraço, tu nunca vai esquecer da cooperativa e é verdade. Então, ele vem aqui visitar e outros que fizeram, também, saíram e estão em grandes empresas com cargos, salários bem melhores tranquilamente e outros que aqui vieram, saíram e estão muito bem. E isso é bom, é uma história, é um prazer tu andar na cidade e conhecer gente. Coisa que não tem explicação. Só vivendo mesmo, não dá nem pra botar no papel tem que entender. Tem que tá ali o dia-a-dia.

Muito Obrigado Despeço-me.

ERRATA

Página no Sumário faltaram os títulos dos capítulos.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O olhar sobre a realidade	11
Capítulo 2 - Sociedade capitalista: limites e alternativas.....	46
Capítulo 3 – O Cooperativismo e a Economia Solidária: as tramas e as interconexões.....	65
Capítulo 4 – O cotidiano das práticas: uma reflexão.....	92

Pé de página 11 – No ano de 2005 - Tabaré Vázquez iniciou a governar o Uruguai.

Pág 19 [...] a partir